

ISSN 1679-3625

CIDADES

Grupo de Estudos Urbanos – GEU

Volume 6
Número 9
Janeiro a junho de 2009

CIDADES
REVISTA CIENTÍFICA
VOLUME 6 – NÚMERO 9 – 2009

Coordenação Editorial

Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP

Editor deste número temático

Marcelo Lopes de Souza – UFRJ

Comissão Editorial

Ana Fani Alessandri Carlos – USP

Jan Bitoun – UFPE

Marcelo Lopes de Souza – UFRJ

Maria Encarnação Beltrão Sposito – UNESP

Maurício de Almeida Abreu – UFRJ

Pedro de Almeida Vasconcelos – UFBA

Roberto Lobato Corrêa – UFRJ

Silvana Maria Pintaudi – UNESP

Conselho Científico

Amélia Luisa Damiani – USP

Ana Clara Torres Ribeiro – UFRJ

Arlete Moysés Rodrigues – UNICAMP

Carles Carreras – Universidad de Barcelona

Horacio Capel – Universidad de Barcelona

José Alberto Rio Fernandes – Universidade do Porto

José Aldemir de Oliveira – UFAM

José Borzachiello da Silva – UFCE

Leila Christina Dias – UFSC

Maria Adélia Aparecida de Souza – USP

Odette Carvalho de Lima Seabra – USP

Paulo César da Costa Gomes – UFRJ

Suzana Pasternak – USP

Secretaria

Igor Catalão

Maria Angélica de Oliveira

Apoio

Márcio José Catelan

Capa

Caio Beltrão Sposito

Revisão de língua portuguesa

Maria Luísa Santos Abreu

Conferência da revisão

Marcelo Lopes de Souza

Igor Catalão

Maria Angélica de Oliveira

Normalização bibliográfica

Igor Catalão

Projeto gráfico e diagramação

Zap design

Impressão gráfica
Bartira

Tiragem
800 exemplares

Publicação semestral sob responsabilidade do Grupo de Estudos Urbanos – GEU

Rua Roberto Simonsen, 305. Centro Educacional. 19060-900. Presidente Prudente
Estado de São Paulo, Brasil
(Correspondência postal aos cuidados de Maria Encarnação Beltrão Sposito)
Telefone (18) 3229 5375 Fax (18) 3221 8212

Informações e envio de textos: cidadesrevista@gmail.com

Solicita-se permuta / Se solicita intercambio / We ask for exchange
On demande l'échange / Si richiede lo scambo / Man bittet um Austausch

CIDADES: Revista científica / Grupo de Estudos Urbanos – Vol.1, n.1, 2004–
Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, 2004–
v. 6., n. 9; 23 cm., il.

Semestral
2009, v.6, n. 9
ISSN 1679-3625

I. Grupo de Estudos Urbanos

CDD (18.ed.): 910.13
CDU: 911.3

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR
Rua Abolição, 197 – Bela Vista
CEP 01319-010 – São Paulo-SP
Fone/Fax: (11) 3105-95001
vendas@expressaopopular.com.br
www.expressaopopular.com.br

SUMÁRIO

EDITORIAL..... 7

INTRODUÇÃO:

A “NOVA GERAÇÃO” DE MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS –
E A NOVA ONDA DE INTERESSE ACADÊMICO PELO ASSUNTO 9

Marcelo Lopes de Souza

DOSSIÊ TEMÁTICO

FINCANDO BANDEIRAS, RESSIGNIFICANDO O ESPAÇO: TERRITÓRIOS
E “LUGARES” DO MOVIMENTO DOS SEM-TETO..... 29

Re-signifying space: on the territories and places of the sem-teto movement

Marcelo Lopes de Souza

Eduardo Tomazine Teixeira

OÏKOS, ÁGORA E EKKLESÍA: UMA INTRODUÇÃO ÀS FRONTEIRAS,
PONTES E “ÁREAS DE SOMBRA” DE UM ESPAÇO OCUPADO POR SEM-TETO
(OCUPAÇÃO QUILOMBO DAS GUERREIRAS – RIO DE JANEIRO)..... 67

Oïkos, ágora and ekklesía: an introduction to the "frontiers", "bridges" and "shadow areas"
of a space occupied by low-income squatters (ocupação quilombo das guerreiras – Rio de Janeiro)

Rafael Gonçalves de Almeida

Matheus da Silveira Grandi

Marianna Fernandes Moreira

QUANDO A POLÍTICA ENCONTRA A CULTURA: A CIDADE VISTA
(E APROPRIADA) PELO MOVIMENTO HIP-HOP..... 93

Grassroots politics and culture: the city seen from the perspective of the hip-hop movement

Glauco Bruce Rodrigues

PUNKE HIP-HOP NA CIDADE: TERRITÓRIOS E REDES DE SOCIABILIDADE 121

Punk and hip hop in the city: territories and bonds of sociability

Nécio Turra Neto

ATIVISMOS SOCIOCULTURAIS NOS BAIRROS POPULARES DE SALVADOR: RELAÇÕES ENTRE CULTURA E POLÍTICA NA ARTICULAÇÃO DE NOVOS CONTEÚDOS PARA A ESFERA PÚBLICA URBANA	155
Social and cultural activisms in popular districts of Salvador, Bahia: the relationship between culture and politics and the new elements in the public sphere	
<i>Angelo Serpa</i>	
PROYECCIÓN TERRITORIAL COMUNITARIA EN LA CIUDAD DE MÉXICO: EL CASO DEL MOVIMIENTO URBANO POPULAR.....	193
Grassroots spatial design in Mexico City: the case of the movimiento urbano popular	
<i>Efraín León Hernández</i>	
<i>Katia Meave Ferniza</i>	
<i>Alain Ramos García</i>	
CAPILARES DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: MOVIMENTOS URBANOS NA AMÉRICA LATINA.....	217
Capillaries of urban transformation: urban movements in Latin America	
<i>Stephan Lanz</i>	
ABAHLALI BASEMJONDOLO AND THE STRUGGLE FOR THE CITY IN DURBAN, SOUTH AFRICA.....	241
Abahlali baseMjondolo e a luta pela cidade em Durban, África do Sul	
<i>Richard Pitthouse</i>	
NORMAS PARA PUBLICAÇÃO.....	273

EDITORIAL

Em continuidade à nova política editorial deste periódico científico, mais um número temático da revista CIDADES é oferecido aos interessados em estudar e compreender processos, dinâmicas e fatos associados à urbanização.

O tema “Ativismos sociais e espaço urbano” foi proposto por Marcelo Lopes de Souza, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cuja linha de pesquisa desenvolvida no Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD) vem oferecendo excelente material para o debate sobre esse assunto, a partir de uma perspectiva geográfica.

Como editor temático deste número, reuniu oito excelentes textos, antecidos por sua introdução, na qual o leitor encontrará os elementos essenciais para se preparar para a leitura dos artigos.

Entre eles, cinco artigos foram produzidos no Brasil, expressando o que vem sendo feito na Universidade Federal da Bahia (BA), na Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ) e na Universidade Estadual do Centro-Oeste (PR). Destacam-se, ainda, as contribuições de pesquisadores estrangeiros da Universidad Nacional Autónoma de México, da Rhodes University da África do Sul e da Europa-Universität Viadrina da Alemanha.

A diversidade da origem das contribuições e a pertinência dos textos à temática são complementadas pela amplitude de abordagens, enfoques e recortes analíticos, tão próprios dessa temática, cujo caráter contemporâneo, contundente e polêmico convida-nos à reflexão.

Por essas razões, agradeço, em nome do Grupo de Estudos Urbanos, responsável por esta publicação, o trabalho qualificado realizado pelo editor temático do número.

Ao final, informo aos leitores e futuros autores desta revista científica que, a partir deste número, adequamo-nos ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado pelos países lusófonos, o qual entrou em vigor em janeiro deste ano.

Maria Encarnação Beltrão Sposito
Coordenação Editorial de CIDADES

INTRODUÇÃO:

A “NOVA GERAÇÃO” DE MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS – E A NOVA ONDA DE INTERESSE ACADÊMICO PELO ASSUNTO

Tive oportunidade, recentemente, de discorrer com algum grau de detalhe sobre o percurso dos estudos sobre ativismos sociais urbanos no Brasil, levando em conta, em especial, o tipo e o grau do interesse dos pesquisadores pela dimensão espacial da sociedade (no caso, a “geograficidade” ou “espacialidade” dos referidos ativismos). Não é minha intenção, portanto, repetir aqui o que está contido no trabalho apresentado durante uma mesa-redonda no VII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia/ANPEGE e publicado em 2008 nos anais do evento (vide SOUZA, 2008). Desejo, apenas, chamar a atenção do leitor deste número temático da revista CIDADES para alguns pontos em particular.

Alguns esclarecimentos terminológico-conceituais preliminares se fazem, porém, necessários.

Para alguns autores, “tudo é movimento”; em outras palavras: a expressão “movimento social” poderia recobrir e efetivamente recobre tipos de ação coletiva os mais diferentes, independentemente do nível de ambição, do grau de organização e da escala temporal. Entretanto, para outros autores (como, de maneiras diferentes, TOURAINE [1973], CASTELLS [1972] e eu próprio [vide p.ex. SOUZA, 1988, 2006a e 2008]), “movimento” é um termo que deve ser reservado para ações coletivas organizadas, de caráter público e relativamente

duradouras particularmente ambiciosas. Para mim, o conceito intermediário entre ação coletiva e movimento é ativismo social: assim como todo ativismo é uma ação coletiva, mas nem toda ação coletiva é um ativismo, todo movimento social é um ativismo, mas nem todo ativismo é um movimento social. Conceitualmente, movimento social é um subconjunto de ativismo, que por sua vez é um subconjunto de ação coletiva. Um “verdadeiro” movimento social possuiria um elevado senso crítico em relação ao *status quo* (revelando capacidade de levar em conta fatores “estruturais” e de articular isso com análises de conjuntura, e procedendo à denúncia de problemas profundos como exploração de classe, racismo, opressão de gênero etc.); nisso ele se distinguiria, por exemplo, de ações coletivas coordenadas por organizações clientelistas e com um horizonte reivindicatório pouco exigente (ou até mesmo manipuladas por políticos profissionais), como tem sido o caso de muitas associações de moradores. E os ativismos, em seu conjunto (incluídos, aí, os “verdadeiros” movimentos) se diferenciariam de outras formas de ação coletiva, como quebra-quebras, saques e *lobbies*, por serem relativamente duradouros e organizados (em contraste com quebra-quebras e saques) e por possuírem um caráter público (o que exclui os *lobbies*, pois eles possuem um caráter em grande parte não público).

Particularmente a distinção entre ativismos “que não são (nitidamente) movimentos”, de um lado, e “verdadeiros movimentos”, de outro, não é, como tenho reconhecido, sempre de identificação trivial, na prática da pesquisa empírica, por várias razões. Entretanto, distinções dessa natureza são importantes elementos de orientação, para que certas diferenças importantes sejam melhor percebidas e teórico-conceitualmente admitidas. É bem verdade que se deve repudiar o uso da categoria “movimento social” como se fosse um filtro mal ajustado e usado indiscriminadamente, servindo para separar, sem grande sensibilidade político-cultural e histórica, as ações coletivas dignas de figurar no panteão da história das lutas sociais (por sua presumida relevância do ângulo da luta de classes, por exemplo), daquelas outras tidas por historicamente irrelevantes (devido ao fato de não serem “estruturalmente importantes”, por “diluírem-se no cotidiano”, por lidarem com outras questões que não [somente] as relativas à exploração na esfera da produção...). Mas, apesar disso, não ficaríamos conceitualmente um pouco desarmados se, em nome de uma recusa de um determinado tipo de apriorismo conceitual rigidamente discriminatório, simplesmente aplainássemos o terreno e utilizássemos o mesmo termo técnico

e o mesmo conceito para dar conta de coisas às vezes bem diferentes, no que se refere à sua dinâmica, aos seus propósitos explícitos, ao seu grau de questionamento deliberado do *status quo* e às suas implicações?... Não seria, talvez, uma ingenuidade simpática, ou talvez uma falta de coragem intelectual, evitar chamar a atenção para diferenças políticas, apenas para não correr o risco de desvalorizar apressadamente agentes e práticas que podem (vir a) ser relevantes, mas que ainda se acham bastante controlados pelas instituições da ordem social vigente e saturadas de seu imaginário?... Seria tolice pretender negar que ativismos grandes e marcantes muitas vezes começam pequenos e tímidos, e que mesmo os “pequenos e tímidos” podem, inclusive no longo prazo, e quando subsistem por tempo suficiente – ancorados talvez não em organizações de ativistas em sentido usual, mas sim em organizações mais fluidas, criando-se e recriando-se continuamente no cotidiano –, colaborar para transformações notáveis: nos modos de ser e de ver o mundo, nos vínculos com o espaço, nas formas de sociabilidade. Isso não elimina, de todo modo, a conveniência de, com inteligência, buscar identificar e elucidar as diferenças entre realidades diferentes.

Uma outra precisão terminológico-conceitual, que também merece ser mencionada, é a seguinte: para alguns autores, “movimento” quase que é sinônimo de “emancipação” etc.; para outros autores – como eu –, nem todo movimento social é emancipatório, como o demonstram os exemplos históricos do nazismo nos anos 20 na Alemanha e do movimento pela derrubada do xá e pela instalação de um regime teocrático no Irã, que culminou com a revolução de 1979.

De modo sintético, e para ater-se a algo essencial, pode-se dizer que, em se tratando de movimentos sociais emancipatórios, fundados sobre princípios e valores como liberdade, justiça e igualdade (no que se distinguem dos movimentos não emancipatórios, os quais, se bem que também almejem uma superação ou transformação do *status quo*, o fazem embebidos em valores passadistas/nostálgicos e/ou ultrarreacionários, como no caso do romantismo reacionário laico e do fundamentalismo religioso), eles encarnam uma verdadeira *práxis*. Esse horizonte de pensamento e ação – o questionamento profundo da ordem sócio-espacial vigente e a luta por sua ultrapassagem, ao menos em aspectos fundamentais – os diferencia de ativismos “paroquiais”, que se circunscrevem à reprodução/perpetuação do *status quo* (contentamento com um “reformismo desfibrado” e com medidas “cosméticas” e paliativas; extrema vulnerabilidade

em face de tentativas de cooptação; práticas clientelistas). Essa *práxis*, entretanto, não é algo de que um único grupo social (ou, mais exatamente, uma única classe social), guiado por uma estrutura organizativa “vanguardista”, no estilo bolchevique, seja o portador exclusivo (aliás, muitas vezes, tais estruturas contribuíram antes para solapar a *práxis* que para fomentá-la, a despeito das reivindicações exclusivistas das “vanguardas revolucionárias” de figurino leninista...). É na miríade de formas de organização e práticas sociais (incluídas aí, claro, as práticas diretamente espaciais) dos diversos grupos oprimidos, articuladas em diferentes escalas e esferas da vida e atinentes a agendas distintas, mas potencialmente complementares, que se devem procurar os processos e as dinâmicas de contestação do que existe e de criação real ou propositiva daquilo que ainda não existe – mas que é desejável, que é até mesmo necessário, que é justo, e que poderia/poderá vir a existir.

Apesar de eu não desejar excluir, de antemão, ativismos urbanos que não sejam movimentos em sentido forte do campo de preocupações deste número especial de CIDADES, o interesse dos autores aqui reunidos se dá, pelo que os textos revelam, principalmente por ativismos que, por sua dinâmica e sua agenda, bem podem, de fato, ao menos na sua maior parte, ser qualificados de movimentos, em que pesem as exceções e as diferenças internas ou ao longo do tempo (e, com isso, as possíveis ressalvas). Em todo caso, o que importa salientar é que, nesta Introdução e em outros trabalhos meus, as palavras “ativismo” e “movimento” não são empregadas como sinônimos; o leitor poderá seguramente perceber as diferenças de intenção (maior ou menor amplitude do conjunto de fenômenos considerados) por trás do uso de um ou outro termo. E o mais importante não é, de um ângulo teórico – preocupado com a alimentação das pesquisas ulteriores –, saber se um dado pesquisador conseguiu sempre manejar com felicidade a distinção conceitual entre “ativismo” e seu subconjunto, “movimento”, mas sim conceder que a distinção é válida em si mesma, ainda que possa vir a ser mal empregada. Aqui, como tantas vezes na vida, o abuso não desautoriza o uso.

Feitas essas considerações terminológico-conceituais preliminares, passemos ao ponto principal.

Os anos 90 assistiram a um relativo desinteresse pelo tema dos ativismos urbanos no Brasil. Isso foi particularmente nítido na Geografia, mas também teve lugar, em menor escala, entre os sociólogos. No que concerne à Geografia, especificamente, o interesse pelos ativismos sociais nunca havia sido mesmo lá muito grande, mas a década de 80 testemunhara (com um atraso de alguns anos em relação à Sociologia brasileira) um certo interesse pelo assunto, o qual redundou na elaboração de umas tantas dissertações de mestrado e teses de doutorado (sejam citados, a título de exemplo, MIZUBUTI, 1986; SILVA, 1986; e SOUZA, 1988). Por outro lado, a primeira década do novo século vem demonstrando um renovado, embora ainda tímido, interesse dos geógrafos urbanos brasileiros pelo tema. E, aliás, não só da parte deles cresce o interesse: apesar de seu pioneirismo e da muito maior quantidade de trabalhos, a Sociologia também vira declinar o envolvimento de seus pesquisadores com a temática já em fins dos anos 80, como se pode observar, sintomaticamente, pela insistência de Ana Clara Torres Ribeiro para que ela não fosse posta de lado (ver p.ex. RIBEIRO, 1991).

Ao nos perguntarmos sobre as razões da gradual retomada do interesse na presente década, nos vemos, quase automaticamente, confrontados com a conveniência de se levar em conta, mais geralmente, as causas das oscilações de popularidade de determinados assuntos nas ciências sociais. Estas sofrem, muito mais claramente que as ciências da natureza, com o problema dos “modismos”, ou, em outras palavras, com uma certa “volubilidade” acadêmica: temas e questões são abandonados ou deixados de lado sem que tenham sido “esgotados” – não raro pelo fato de que certos agentes sociais se enfraqueceram. É certo que, diante disso, é lícito, de um ponto de vista ético e político, questionar sobre a consistência (ou mesmo sobre a existência) da “solidariedade” e do “engajamento” dos pesquisadores em face dos sujeitos que compõem e animam seus “objetos”; a queixa, particularmente de ativistas e moradores pobres, de que costumam ser “vampirizados”, “usados” pelos pesquisadores acadêmicos se afigura, assim, nada descabida. Há, no entanto, ainda um outro fator de crítica diante dessa “volubilidade”: por que há, algumas vezes, tão pouco interesse em investigar as causas da crise ou das dificuldades? Não seria esse um momento, justamente, para aprender algumas coisas fundamentais sobre a dinâmica dos ativismos?...

Seja lá como for, parece que há uma relação evidente entre a força (aí incluída a visibilidade pública) dos ativismos e o interesse acadêmico por eles. É

isso que, talvez em primeiro lugar, promete explicar as diferenças entre os anos 70/80 em relação aos anos 90, e destes relativamente à década atual (os 70 sendo a época de multiplicação dos estudos sobre ativismos urbanos no Brasil, notadamente na Sociologia, e os 80 consistindo a década que, principalmente em sua primeira metade, viu a consolidação dos estudos sobre ativismos urbanos no país, além de ser o momento em que os geógrafos de formação começaram realmente a dar contribuições; a década de 90, como já se disse, foi um período de refluxo, com a atual correspondendo a um período de retomada). Não se pode esquecer que, se a segunda metade dos anos 70 foi o momento de início da “abertura política”, após o período de maior repressão do regime militar, “abertura” essa acompanhada de uma avalanche de mobilizações e protestos, a segunda metade dos anos 80 foi o período de começo de crise do ativismo de bairro (aí incluído o ativismo favelado) em muitas cidades brasileiras.¹

Em todo caso, as diferenças entre países também influenciam. Na América Latina, em matéria de variabilidade do nível e da densidade dos debates, uma comparação entre Brasil e Argentina é muito instrutiva: nos anos 70 e 80, o debate era mais intenso no Brasil que na Argentina, enquanto que nos anos 90 e no começo do novo século, graças a movimentos sociais como os *piqueteros* e as *asambleas barriales*, passou a dar-se o inverso. Na Europa, onde a literatura sobre movimentos sociais conheceu um ponto alto nos anos 70, hoje em dia o interesse é residual, ou pouco mais que isso, apesar de algumas importantes diferenças entre países (o interesse na Inglaterra é maior que na Alemanha, por exemplo).

Os ativismos que, nos anos 70 e 80 (e, em alguns outros países, já nos anos 60) eram chamados de “novos” (“novos movimentos sociais”), já não são, hoje em dia, assim tão novos, especialmente considerando-se o desgaste e o enfraquecimento da década passada. Ao mesmo tempo, as perspectivas críticas que largamente predominaram no Brasil dos anos 70 e 80 (como um certo marxismo de figurino estruturalista), debilitaram-se e praticamente saíram de cena já anos atrás. Tais perspectivas, ou ao menos as matrizes teóricas mais

¹ Note-se que, por outro lado, os anos 90 viram a consolidação e a ampliação da mobilização no campo. É nos anos 90 que a Geografia Agrária brasileira intensifica seu envolvimento com os movimentos do campo, em especial com a organização Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra/MST, envolvimento esse já ensaiado nos anos 80, sobretudo com Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Anteriormente, geógrafos agrários não conservadores, como Orlando Valverde nos anos 60 e 70, não chegaram a se dedicar ao estudo dos “ancestrais” das atuais organizações dos movimentos camponeses (como as Ligas Camponesas).

influentes (como o Castells de *La question urbaine*, de 1972), atribuíam, em última análise, uma importância apenas secundária aos ativismos urbanos (em comparação com a luta operária, que se desenrola na esfera da produção), e, por conseguinte, a atenção a ser dedicada aos ativismos (definidos, amiúde reducionisticamente, por sua vinculação com a esfera da reprodução da força de trabalho) haveria de ser menor que aquela a ser dedicada ao exame do papel do Estado capitalista e, diretamente, da dinâmica do próprio capital. O interesse de vários dos principais teóricos estrangeiros (sobretudo europeus) pelos “movimentos sociais urbanos” foi, curiosamente, menor do que alguns poderiam imaginar, no frígido dos ovos... Isso não impediu que, em terras brasileiras, tais autores fossem consumidos e abundantemente citados (em geral sem muita contestação; exceções e “desvios” podem ser encontrados em Santos [1981], Sader [1995] e Souza [1988]), mesmo por aqueles que tratavam os ativistas urbanos quase que como sucedâneos ou substitutos do “proletariado”. De fato, a literatura que predominou no Brasil, nos anos 70 e 80, foi de tipo empírico, muitas vezes empirista, e o diálogo com as mencionadas matrizes teóricas foi, por ter sido epidérmico, volta e meia um tanto contraditório.

Se os “novos movimentos sociais” já não são mais tão “novos”, como entender os ativismos (alguns deles propriamente movimentos) que, nos últimos anos, vêm emergindo e se afirmando como atores relevantes em muitas das nossas cidades – sem-teto, *hip-hop*?... O mais adequado parece ser considerar duas “gerações” dentro do estilo geral trazido pelos “novos” em comparação com os “velhos” (como, em muitos países, o movimento operário do século XIX e das primeiras décadas do século XX). Teríamos, assim, uma “nova” e uma “velha geração” dos “novos movimentos sociais (urbanos)”.

No Brasil, hoje, é preciso evitar o erro de importar, sem muita reflexão, referenciais teóricos de outros lugares (ou, às vezes, simplesmente de usá-los como um “adorno” e fator de prestígio em estudos de caso empiristas!). Para isso, é necessário abrir os olhos para as especificidades de cada realidade, em cada escala geográfica. Algumas questões em aberto indicam já a necessária atenção a ser dada a particularidades brasileiras, latino-americanas e da (semi) periferia capitalista em geral:

- O papel do espaço na dinâmica dos movimentos sociais... (Elucidar a “espacialidade” do social ou, mais particularmente, dos movimentos sociais,

promete ser um dos caminhos para se compreender melhor as potencialidades e os limites dos movimentos concretos. E isso pressupõe estar atento tanto para os processos e as dinâmicas em escala mundial quanto para as peculiaridades de cada país e cidade...)

- Movimentos do campo “guiando” e organizando os da cidade?... (Remete a processos, dinâmicas e particularidades na escala do Brasil, em especial, em que uma organização de um movimento de trabalhadores rurais, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra/MST, chegou ao ponto de patrocinar, em fins dos anos 90, a criação da mais influente organização do movimento dos sem-teto, o Movimento dos Trabalhadores Sem teto/MTST... Que consequências, práticas e teóricas, isso tem tido ou pode ter?..)

- Criminalidade e violência... (A interferência e os efeitos da criminalidade violenta e de atividades ilícitas como o tráfico de drogas de varejo sobre a dinâmica de ativismos urbanos pode ser claramente observada, por exemplo, desde o início dos anos 80 no Rio de Janeiro. Atualmente, trata-se de um fator que, em muitas cidades, não pode mais ser deixado de lado, sob pena de não se entender direito várias características da produção do espaço urbano. Esse fator remete, imediatamente, a processos, agentes, dinâmicas e particularidades na escala, sobretudo, da [semi]periferia capitalista, e mais especificamente de suas cidades; mas, mediatamente, ele também tem muito a ver com processos globais, como a desregulamentação do sistema financeiro que veio facilitar a “lavagem” de “dinheiro sujo”).

- Papel da cultura... (Avaliar adequadamente o papel da cultura, inclusive ou principalmente no contexto das “lutas simbólicas” em torno da resignificação de espaços, é uma tarefa que remete, analiticamente, ao exame de processos e dinâmicas em escala mundial, a despeito das peculiaridades de cada país e cidade.)

- Economia popular e sustentação econômica das organizações dos movimentos... (Dar a devida atenção às experiências de criação/ativação de circuitos econômicos alternativos – suas possibilidades, suas conquistas, suas limitações e seus dilemas – impõe-se cada vez mais, na medida em que muitas já são as

tentativas, da parte de organizações de movimentos sociais, de protagonizar experiências desse tipo, como estratégia de sobrevivência e ainda para financiar suas diversas atividades. Remete a processos, dinâmicas e particularidades na escala, sobretudo, da [semi]periferia capitalista, onde circunstâncias econômicas e políticas específicas vêm ensejando, em diversos países, a multiplicação de cooperativas e outras manifestações de “economia popular urbana”, que não se confundem com recortes descritivos ou analíticos já estabelecidos como “setor informal” ou mesmo “circuito inferior [da economia urbana]”).

- Como mobilizar o “hiperpreariado”?... (O pensamento marxista clássico – diferentemente, ao menos em parte, do pensamento libertário – via o “lumpemproletariado” [*Lumpenproletariat*, literalmente “proletariado em farrapos”] com desprezo e desconfiança; em contraste com o proletariado organizado, empregado ou temporariamente desempregado – e, assim, parte do “exército industrial de reserva” –, o “lumpemproletariado”, constituído por desempregados crônicos e subempregados, simbolizados para Marx e Engels, em uma Europa vitoriana, por prostitutas, ladrões, jogadores, cafetões etc., seria economicamente parasitário e potencialmente reacionário. Especialmente em países [semi]periféricos como o Brasil, o “hiperpreariado” – termo que tenho sugerido em substituição à demasiadamente preconceituosa e redutora expressão “lumpemproletariado” – não se restringe a grupos desviantes em relação à moral burguesa, e muito menos merecem ser considerados como meramente reacionários ou potencialmente reacionários. Os sem-teto brasileiros e, na Argentina – país que, até poucas décadas atrás, não possuía tradição de comportar um “hiperpreariado” muito numeroso –, os *piqueteros*, demonstram que desempregados crônicos e trabalhadores informais podem, eventualmente, exercer um protagonismo crítico e antissistêmico relevante e fecundo. Sem embargo, as dificuldades de organização, decorrentes da pobreza, vulnerabilidade e dispersão ocupacional de seus integrantes, seguem sendo um desafio maior, que demanda pesquisa, reflexão e debate.)

- Como evitar a cooptação em meio a esquemas de participação popular?... (A conversão da “participação”, muitas vezes, em um artifício de cooptação e de “coadministração da crise”, é uma tendência que remete a processos e dinâmicas em escala mundial, a despeito das peculiaridades de cada país e

cidade. Não obstante, isso não parece justificar uma rejeição apriorística de toda e qualquer experiência participativa, independentemente das circunstâncias concretas – características, agentes e contexto. Refletir sobre as novas lições a esse respeito, nos marcos de uma avaliação realista – e variável conforme a conjuntura – das potencialidades da “luta institucional”, em contraposição ou complementarmente à “ação direta”, é uma tarefa intelectual particularmente talhada para alimentar debates cruciais para os próprios movimentos sociais.)

As questões acima não são, seguramente, as únicas simultaneamente relevantes e que estão a demandar um tratamento mais aprofundado. Mas estão, com certeza, entre as principais, e para a elucidação de pelo menos algumas delas os trabalhos aqui reunidos se constituem em uma contribuição digna de nota.

Como em qualquer periódico científico que se preza, também neste número temático de CIDADES, o critério fundamental para a seleção das contribuições foi a qualidade do texto, independentemente das preferências e filiações filosóficas, teóricas e metodológicas dos autores. E com efeito, como o leitor poderá perceber, há várias diferenças entre os colaboradores do presente número; diferenças de estilo e de enfoque que têm a ver com a variedade de trajetórias, de influências recebidas e incorporadas e, também, de ambientes de vida e trabalho: ao lado de oito brasileiros há um colega alemão, um sul-africano e três mexicanos.

As diferenças não impedem, todavia, que possam ser percebidas igualmente algumas semelhanças. Os autores deste número de CIDADES têm em comum, em maior ou menor grau, para começar, a busca de novas trilhas teórico-metodológicas, diferentes daquelas que modelaram os estudos sobre a “primeira geração” ou “primeira safra” dos “novos movimentos sociais urbanos” nos anos 60, 70 e 80 (com variações significativas de acordo com o país e a disciplina). Já não se trata, por exemplo, de considerar como “estruturalmente secundários” aqueles movimentos que não se definem a partir da esfera da produção (conquanto alguns movimentos cuja identidade se constrói de outra maneira até venham investindo nesse debate, como é o caso do interesse de organizações do movimento dos sem-teto pela fundação de cooperativas e cir-

cuitos econômicos alternativos em geral). O papel da cultura e a dimensão do simbólico, nem sempre devidamente valorizados ou mesmo compreendidos em décadas passadas (provavelmente devido ao peso esmagador do “materialismo histórico” como principal matriz teórica nos ambientes universitários de vários países, na Europa e na América Latina, em detrimento de vertentes críticas não economicistas), por outro lado, passaram a ser destacados nos últimos anos, seguindo uma tendência que já se anunciara nos anos 80. É bem verdade que, na conjuntura que se anuncia a partir das décadas de 80 e 90, o risco de uma simples inversão vulgar, substituindo-se o economicismo pelo culturalismo, é um perigo latente, muitas e muitas vezes tornado um problema manifesto... Contudo, uma distorção hipersimplificadora não deve ser invocada para legitimar a perpetuação de outra, e é por isso, portanto, que não se deve deixar de saudar, embora com sobriedade e cautela, os fatos de o economicismo vir sendo relegado ao passado e de a cultura vir sendo mais valorizada.²

Além disso, outro traço comum é a preocupação com o espaço, o que parece, aliás, fazer justiça a uma característica dos próprios movimentos sociais da “segunda geração” dos “novos movimentos sociais urbanos”, característica essa notada enfaticamente pelo jornalista e estudioso uruguaio de movimentos sociais Raúl Zibechi, ao apreciar as dinâmicas de diversos movimentos latino-americanos: “[l]as nuevas territorialidades son el rasgo diferenciador más importante de los movimientos sociales latinoamericanos, y lo que les está dando la posibilidad de revertir la derrota estratégica” (ZI-

² Com esse “vir sendo relegado ao passado” não desejo expressar nenhuma crença a respeito da irreversibilidade do fenômeno – o qual, de resto, ainda por cima está longe de ser absoluto. Nas ciências sociais, fatores extra-acadêmicos frequentemente fazem com que abordagens ou perspectivas que se supunham “ultrapassadas” às vezes retornem com força total, décadas depois de “entrarem em coma” ou mesmo terem o seu “óbito” decretado. Um exemplo bem didático é fornecido pela Economia, com o destronamento do pensamento neoclássico pelo keynesianismo, amplamente hegemônico nas décadas de 40, 50 e 60, até ser, nos anos 80 e 90, eclipsado pelo neoliberalismo (cujos fundamentos teóricos são tributários do legado neoclássico); por fim, hoje em dia já se percebe claramente uma exumação da herança keynesiana (e tudo isso sem esquecer que, “pela raia de fora”, nunca deixaram de correr representantes de enfoques econômicos radicalmente críticos do capitalismo liberal, como o marxismo). No que tange ao estudo dos movimentos sociais, a valorização da dimensão cultural e o distanciamento (fortemente influenciado pela moda “pós-moderna” que então começava a se instalar) que o próprio Manuel Castells, no começo dos anos 80 (cf. CASTELLS, 1983), revelou em face do economicismo anterior de *La question urbaine* (CASTELLS, 1972), não deve fazer esquecer que o simbólico já vinha sendo focalizado e o papel da cultura já vinha sendo valorizado, às vezes de um modo tipicamente culturalista, mas às vezes não (vide p.ex. TOURAINE, 1973).

BECHI, 2007, p. 26) – e com isso Zibechi se refere à derrota na esteira do avanço das políticas econômicas neoliberais e do neoconservadorismo nos anos 80 e 90. Vários dos movimentos urbanos mais destacados da “nova geração”, como os *piqueteros* argentinos e os sem-teto brasileiros, têm no espaço uma fonte de referência identitária essencial (“lugares” como o bairro/*barrio*, a periferia...), um símbolo e uma síntese de sua agenda de demandas (habitação, equipamentos de consumo coletivo, desestigmatização sócio-espacial...), um componente crucial de sua organização (territórios imediatos de atuação como espaços privilegiados de mobilização e/ou arenas de confronto primário com as forças repressivas do Estado: espaços segregados, estradas bloqueadas...) e, como se isso não bastasse, diversas práticas espaciais insurgentes lhes fornecem, também, componentes essenciais de seu repertório de formas de protesto e resistência (ocupação de imóveis, bloqueio de estradas, marchas e outras modalidades de territorialização temporária de espaços públicos...). É compreensível, assim, que o interesse pela espacialidade se mostre, também, mais nítido e diversificado (e, diga-se de passagem, não apenas na América Latina). Compare-se essa situação com a dos anos 70 (por exemplo, com o Manuel Castells do influente livro de 1972, que, embora tivesse voltado sua atenção para o espaço, terminou por secundarizá-lo em sua estrutura teórica, assim como fez com os próprios movimentos sociais), e não será difícil notar uma mudança das mais interessantes.

Entre os brasileiros, a presença de seis autores bastante jovens (Eduardo Tomazine Teixeira, Glauco Bruce Rodrigues, Nécio Turra Neto, Rafael Gonçalves de Almeida, Matheus da Silveira Grandi e Marianna Fernandes Moreira) é sintomática da recente retomada do interesse pelo assunto dos movimentos sociais urbanos no Brasil, bem como da renovação dos estudos a esse respeito.

Em seu artigo, Marcelo Lopes de Souza e Eduardo Tomazine Teixeira se debruçam sobre o “léxico espacial” do movimento dos sem-teto, em especial aquele do Rio de Janeiro. O texto busca analisar as palavras/noções que compõem o vocabulário do movimento, vocabulário esse que é, em grande parte, diretamente espacial; além disso, o trabalho contém, igualmente, uma breve reflexão sobre os topônimos criados e propostos pelo movimento, em seu esforço de, para além de territorializar certos espaços (ocupando-os fisicamente), também “relugarizá-los”, isto é, transformar a imagem dos “lugares” (ressignificando-os, denominando-os de maneira política e culturalmente alternativa e insurgente).

Rafael Gonçalves de Almeida, Matheus da Silveira Grandi e Marianna Fernandes Moreira, por sua vez, examinam a organização espacial no interior de uma ocupação de sem-teto do Rio de Janeiro, mostrando como são divididos, vivenciados e valorizados os diferentes subespaços de acordo com o seu uso. Trata-se de um “trabalho de relojoeiro”, que lida com uma escala diminuta – a escala de uma construção, de um edifício, e que eu tenho denominado de escala dos “nanoterritórios” –, a qual muito pouco foi valorizada por geógrafos de formação.

Glauco Bruce Rodrigues, que preparara uma dissertação de mestrado sobre a dimensão espacial do *hip-hop* (defendida em 2005 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ), procura esquadrihar, dentro dos limites de um artigo, o papel desse movimento político-cultural, com destaque para a sua “espacialidade”. O autor procura demonstrar, com a ajuda da análise da constituição de um ativismo social que se apropria simbólica e materialmente do espaço urbano através de suas práticas (a música – o *rap*; a dança – o *break*; e as artes plásticas – o *grafite*) que espaço e relações sociais são indissociáveis. Seu propósito é, ademais, contribuir para a compreensão das cidades brasileiras mediante o exame das práticas espaciais dos jovens que integram um movimento político-cultural, o que permite lançar luz sobre determinadas questões e considerar certos aspectos que não são levados em conta quando a análise da dinâmica sócio-espacial urbana se restringe a uma investigação e discussão do papel do capital e do Estado capitalista como “agentes modeladores”.

Nécio Turra Neto, de sua parte, também se ocupa do *hip-hop*, mas também dirige sua atenção para um outro movimento, o *punk*. E não é somente nesse sentido que ele oferece uma contribuição, por assim dizer, dupla: além de apresentar brevemente os movimentos *punk* e *hip-hop*, por ele estudados com a ajuda do conceito de “cena” e tendo como referência empírica imediata a cidade paranaense de Guarapuava, também avança alguns cotejos entre os dois, como brevemente já o fizera, aliás, em sua tese de doutorado (defendida em 2008 junto ao programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP/Presidente Prudente). Ambos, *punk* e *hip-hop*, são movimentos político-culturais que, ao mesmo tempo, podem se manifestar sob a forma de “cenas” mais ou menos efêmeras, vinculadas a grupos de jovens, e mantêm, em todo caso, uma certa “constância” ao longo do tempo, por meio de redes espaciais informais supralocais (internacionais) que conectam redes de sociabilidade em escala local. Por isso (e não

“apesar disso”) – e, obviamente, acima de tudo pelo conteúdo contestatário que apresentam –, estamos diante, em princípio, de movimentos sociais (conforme Glauco Bruce Rodrigues deixa claro em seu texto sobre o *hip-hop*), ainda que a literatura sobre movimentos sociais tenha, muitas vezes, estreitado as possibilidades de compreensão conceitual do *punk* e do *hip-hop* enquanto tal. No entanto, será que o *hip-hop* e o *punk* poderiam ser, também em uma cidade média como Guarapuava, compreendidos dessa forma?... É uma dúvida que Turra Neto prefere deixar no ar.

Angelo Serpa objetiva, com seu artigo, examinar as relações entre ativismos sociais, de um lado, e manifestações da cultura popular no cotidiano, de outro. Ele faz isso com base em estudos empíricos realizados em bairros populares de Salvador, cidade onde o autor vive e trabalha. Como observa Angelo, formas de organização popular que se estruturam a partir da cultura e de manifestações (ou demandas) culturais não costumam ter o seu *status* de “movimento social” reconhecido. Contudo, o fato de terem sido frequentemente menosprezadas pela pesquisa acadêmica sobre “movimentos sociais” dá muito menos testemunho da desimportância político-social dessas manifestações populares que sobre a inadequação das lentes analíticas geralmente empregadas no universo acadêmico especializado. Nesse sentido, o trabalho de Angelo Serpa presta, juntamente com o de Glauco Bruce Rodrigues sobre o *hip-hop* e o de Nécio Turra Neto sobre o *hip-hop* e o *punk* (e, em um patamar de maior generalização, também o de Stephan Lanz, que será apresentado mais adiante), o grande serviço de colaborar para a ampliação dos horizontes teórico-conceituais do mundo da pesquisa sobre ativismos sociais.

Efraín León Hernández, Kátia Meave Ferniza e Alain Ramos García são três jovens pesquisadores mexicanos (além de ativistas intensamente envolvidos com diferentes organizações de movimentos sociais). Eles apresentam, em seu artigo, a ideia de *proyección territorial comunitaria*, que poderíamos, em português, traduzir como “planejamento espacial comunitário”. A análise toma por referencial empírico organizações pertencentes ao Movimiento Urbano Popular (MUP) na Cidade do México, e é propósito expresso dos autores mostrar “os movimentos sociais e comunidades organizadas a partir de sua capacidade enquanto planejadores do espaço rural e urbano”. Trata-se de uma perspectiva que, ao valorizar o papel proativo dos movimentos sociais e de suas organizações, inclusive a sua capacidade e as suas realizações na qualidade de “planejadores”, guarda forte se-

melhança com aquilo que, há vários anos, venho designando como “autoplanejamento”, em analogia com a autogestão (ver, principalmente, SOUZA, 2006a e 2006b) – se bem que, na prática, um “planejamento espacial comunitário” pode, seguramente, ser conduzido de uma forma menos ou mais “vertical”, e não “horizontal”, com isso contendo elementos de “heteroplanejamento”, mesmo quando se trata de uma iniciativa *bottom-up* e independente do Estado... Explicando melhor: nem todo planejamento crítico, isto é, não conservador, comprometido com uma mudança sócio-espacial rumo a mais justiça e igualdade, é, necessariamente, um planejamento insurgente (pois o primeiro até pode ser conduzido pelo Estado em conjunturas especiais, determinadas pela pressão popular, mas o segundo nunca, sendo, por sua lógica, um atributo exclusivo dos movimentos emancipatórios), e muito menos um verdadeiro “autoplanejamento”, radicalmente “horizontal” e não autoritário.

Stephan Lanz, por outro lado, vem de um país onde os movimentos sociais já desempenharam um papel muito relevante (do movimento operário do século XIX e das primeiras décadas do século XX até o movimento estudantil dos anos 60, os *squatters* dos anos 70 e 80, o movimento pacifista e contra a energia nuclear dos anos 70 e 80), mas onde hoje predominam a pouca mobilização e a desorientação (vide GRONEMEYER, 2005). Ao mesmo tempo, seu olhar arguto nos oferece um panorama interessante sobre a América Latina – continente que, para todos aqueles que por razões acadêmicas e políticas se interessam pelos movimentos sociais emancipatórios, tem sido um viveiro rico de experiências as mais variadas. Stephan Lanz é um daqueles alemães que, como Tilman Evers e vários outros no passado (vide, por exemplo, EVERS et al, 1985), se debruçam sobre a realidade dos movimentos latino-americanos com inteligência e sensibilidade. Essa sensibilidade se revela, por exemplo, na hora de, sem negligenciar as dimensões econômica e política da sociedade, saber valorizar também a dimensão cultural, aliás “politizando-a”. Stephan critica, convincentemente, o referencial “*urban movements*”, na interpretação de Manuel Castells, devido ao papel de “coador analítico” que, ao ser operado de maneira bastante etnocêntrica pelo sociólogo espanhol, tal referencial desempenhou. Mesmo o leitor que não concorde inteiramente com a abordagem conceitual embutida no trabalho de Stephan e que perceba que o debate em torno das maneiras de se lidar teoricamente com uma realidade tão profundamente heterogênea está muito longe de se ter

“esgotado” – mesmo esse leitor haverá, certamente, de admirar a consistência e a força argumentativa do artigo.

Por fim, Richard Pithouse é outro colega estrangeiro, desta vez da África do Sul, que igualmente nos oferece a chance de apreciar um “outro olhar” e conhecer melhor outras experiências. No caso de Richard Pithouse, contudo, sua atenção não se volta para a América Latina, mas sim para o seu próprio país, onde ele é um dos mais brilhantes estudiosos de movimentos sociais e, ao mesmo tempo, um dos organizadores de uma das mais interessantes organizações, Abahlali baseMjondolo (que é o centro de seu interesse em seu artigo), cujas ações se concentram em Durban, mas que desenvolve ações e projetos também em outras cidades sul-africanas. Para os estudiosos e ativistas brasileiros, há anos me parece que não somente o diálogo com a realidade latino-americana, mas também com a sul-africana, é altamente enriquecedor e promissor. Provavelmente o artigo de Richard Pithouse contribuirá para disseminar essa impressão.

Os colegas estrangeiros contribuem, com suas perspectivas distintas (parcialmente derivadas de *loci* de construção discursiva distintos entre si e, em conjunto, distintos da realidade latino-americana em geral, e brasileira em particular), uma oportunidade de enriquecimento do próprio debate brasileiro. E é de se esperar que, para esse debate, este número temático de CIDADES possa contribuir de maneira significativa.

Por último, uma nota sobre a grafia da palavra “sócio-espacial”/“socioespacial” adotada neste número temático, de comum acordo com os autores.

Conforme sublinhei em diversos trabalhos, inclusive em um miniartigo destinado exclusivamente a dirimir essa dúvida (“Em torno de um hífen”, publicado no número 15, volume 1 da revista Formação [Presidente Prudente], p. 159-161), existe a possibilidade de dupla grafia – o que constitui, aliás, algo conceitualmente conveniente e relevante. “Socioespacial”, sem hífen, se refere somente ao espaço social (por exemplo, tomando-o do ponto de vista do resultado de sua produção em determinado momento histórico, real ou potencial, como em um plano de remodelação urbanística); de sua parte, “sócio-espacial”, com hífen, diz respeito às relações sociais e ao espa-

ço, simultaneamente (abrangendo, diretamente, a dinâmica da produção do próprio espaço, no contexto da sociedade concreta como totalidade). Uma tal distinção só seria supérflua se se partisse da absurda premissa de que a categoria espaço social se confunde ou se superpõe inteiramente com a própria categoria sociedade, em vez de dela ser um “subconjunto” (ou seja, como se o espaço social, inflacionado em seu conteúdo a ponto de tornar desnecessário o conceito de sociedade, abarcasse, sem maiores sutilezas, do substrato espacial material aos próprios seres humanos, passando pelas relações sociais). É lógico que distinções rígidas e cartesianas entre espaço e relações sociais não fariam justiça à complexidade dos vínculos entre ambos. Mas algum tipo de distinção é necessário, a exemplo de outras distinções que, igualmente dizendo respeito a níveis interdependentes da realidade humano-social (indivíduo/sociedade, psique/sociedade...), expressam de maneira conceitualmente enriquecedora uma tensão, uma dialética.

REFERÊNCIAS

- CASTELLS, Manuel. *La question urbaine*. Paris: François Maspero, 1972.
- _____. *The City and the Grassroots. A Cross-Cultural Theory of Urban Social Movements*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1983.
- EVERS, Tilman et al. Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina. In: MOISÉS, José Álvaro et al (Org.). *Cidade, povo e poder*. Rio de Janeiro e São Paulo: Paz e Terra, 1985 (1981). P. 110-164 (= CEDEC/Paz e Terra, n.º 5).
- GRONEMEYER, Marianne. Soziale Bewegungen im Dilemma. In: ENGELKE, Rolf et al (Org.). *Soziale Bewegungen im globalisierten Kapitalismus*. Bedingungen für emanzipative Politik, 2005. P. 9-17.
- MIZUBUTI, Satie. *O movimento associativo de bairro em Niterói*. 1986. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. Movimentos sociais: caminhos para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90. *Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS [s.n.], p. 95-121, 1991.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. São Paulo e Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995 (1988).
- SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. *Movimentos urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.
- SILVA, José Borzachiello da. *Movimentos sociais populares em Fortaleza: Uma abordagem geográfica*. 1986. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *O que pode o ativismo de bairro?* Reflexão sobre as limitações e po-

tencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. *A prisão e a agora*: reflexões sobre a democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. *Together with the state, despite the state, against the state*: Social movements as “critical urban planning” agents. *City*, 10(3), p. 327-42, 2006b.

_____. *Ativismos sociais e espaço urbano: um panorama conciso da produção intelectual brasileira*. In: OLIVEIRA, Márcio Piñón de et al (Org.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)*. Rio de Janeiro: Lamparina/ANPEGE/CLACSO/ FAPERJ, 2008. P. 367-84.

TOURAINÉ, Alain. *Production de la société*. Paris: Seuil, 1973.

ZIBECHI, Raúl. *Autonomías y emancipaciones*: América Latina en movimiento. Lima: Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2007.

MARCELO LOPES DE SOUZA

Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

DOSSIÊ TEMÁTICO

FINCANDO BANDEIRAS, RESSIGNIFICANDO O ESPAÇO: TERRITÓRIOS E “LUGARES” DO MOVIMENTO DOS SEM-TETO

MARCELO LOPES DE SOUZA

Departamento de Geografia
Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD)
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Pesquisador do CNPq
mlopesdesouza@terra.com.br

EDUARDO TOMAZINE TEIXEIRA

Mestrando em Geografia
Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD)
Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

A produção do espaço deve ser apreendida de modo a se considerar muito mais do que a sua dimensão material; aquela pressupõe, com efeito, todo o conjunto de práticas espaciais empreendidas pelos seus agentes modeladores. Os domínios do poder e do simbólico, respectivamente representados, em termos de conceitos espaciais, pelas ideias de território e lugar, devem, portanto, ser tão enfatizados quanto a produção material do espaço. Dessa maneira, é importante buscar compreender como os agentes modeladores do espaço criam imagens espaciais (ou “representações sócio-espaciais”), fenômeno cuja ocorrência se dá frequentemente durante ou após o processo de territorialização. Esse fenômeno é particularmente interessante com relação aos movimentos sociais, os quais geralmente atribuem aos seus territórios um significado político-simbólico ao nomearem seus espaços (ou seja, pela criação de novos topônimos), além de ressignificarem também palavras e expressões correntes – criando, em decorrência, o que nós definimos como “léxico espacial”. No presente artigo, nós apresentamos e comentamos algumas dessas palavras e expressões, bem como uma série de nomes de ocupações batizadas pelo movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro e em São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE: “Léxico espacial”. Movimento dos sem-teto. Rio de Janeiro. São Paulo.

RE-SIGNIFYING SPACE: ON THE TERRITORIES AND PLACES OF THE *SEM-TETO* MOVEMENT

ABSTRACT

The production of space implies much more than its material aspects; in fact, it presupposes the whole set of spatial practices undertaken by the social actors. The spheres of power and symbolism, respectively represented in terms of spatial concepts by the ideas of territory and place, should be stressed as the material production of space. Considering this, it is important to understand how social actors create spatial images (or “socio-spatial representations”), a phenomenon which usually occurs during or after the processes of territorialisation. This is particularly interesting in relation to the social movements, which generally give their territories a political-symbolic meaning through the creation of new names for their spaces (that is, through the creation of a new toponymy) and which also develop alternative meanings for current words and expressions – consequently creating what we have characterised as a “spatial lexicon”. In the present article, we present and discuss some words and expressions, as well as a number of geographical names, created/proposed by the *sem-teto* movement in Rio de Janeiro and São Paulo.

KEYWORDS: “Spatial lexicon”. *Sem-teto* movement. Rio de Janeiro. São Paulo.

INTRODUÇÃO

Os autores das linhas que se seguem são, mais que orientador e orientando (de mestrado), parceiros na colaboração com o movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro (e, secundariamente, em São Paulo). O presente trabalho é, com efeito, o fruto de uma parceria que transcende a esfera puramente acadêmica, costurando esta com a esfera da *práxis*.

De um ponto de vista acadêmico, a origem deste artigo remete a um outro, escrito por um de nós, intitulado *A cidade, a palavra e o poder: Práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano*

(SOUZA, 2008b), no qual se procede a um exame de diferentes discursos a respeito do espaço urbano, do vocabulário dos planejadores profissionais a serviço do aparelho de Estado a certos termos básicos empregados no cotidiano das favelas e no âmbito do movimento dos sem-teto. A primeira versão desse artigo anterior – ainda inédito no momento em que estas linhas são escritas – antecipa, sobre a base de conversas informais com ativistas, parte das análises ora apresentadas. Entretanto, a pesquisa de campo da qual deriva a maior parte do material empírico que lastreia o presente trabalho tem a ver com a colaboração supracitada com o movimento dos sem-teto, em particular com uma de suas vertentes. É bem verdade que essa cooperação com o movimento já havia sido encetada, por parte dos dois autores deste artigo, há bastante mais tempo; e igualmente é verdade, aliás, que, voltando ao ângulo acadêmico de consideração, um levantamento do “léxico espacial” do movimento dos sem-teto, tal como apresentado e discutido na próxima seção, já estava esboçadamente previsto tanto no âmbito do projeto de pesquisa coordenado por um de nós (SOUZA, 2006b) quanto no projeto de dissertação de mestrado preparado pelo outro (TEIXEIRA, 2008). Sem embargo, estabeleceu-se em 2008 uma ligação muito direta de ambos os autores com um empreendimento específico, conduzido em parceria com uma parcela do movimento dos sem-teto do Rio de Janeiro, que é a elaboração de um “*Dicionário das ocupações de sem-teto*”, com a finalidade de apresentar sistematicamente e publicizar um aspecto fundamental do imaginário da militância dos sem-teto: a sua visão de si mesmos, de suas motivações e seus propósitos, de seus espaços, da cidade e da sociedade em geral. Com isso, o texto que o leitor ou a leitora tem em mãos passou a ter, praticamente desde o início, como uma das razões básicas de sua existência, o papel de sistematização preliminar, vazada em linguagem científica e elaborada para discussão no ambiente acadêmico, dos resultados de uma pesquisa-ação. Ainda que as pesquisas mais gerais de ambos os autores a propósito do movimento dos sem-teto e sua dimensão espacial sejam do tipo participante, não podem elas, no seu todo, ser caracterizadas como pesquisas-ação, no sentido bem delimitado por Thiollent (1987 e 2005). Todavia, a preparação de um *Dicionário das ocupações de sem-teto*, especificamente, se adéqua perfeitamente a tal figurino: uma pesquisa não somente conduzida de comum acordo com os agentes sociais que constituem parte essencial de seu objeto, mas cujos objetivos e contornos foram ativamente codefinidos por alguns desses agentes.

Nesse sentido, os agentes sociais, e principalmente aqueles vários com os quais o projeto do *Dicionário* foi inicialmente discutido e que têm acompanhado o empreendimento mais de perto, são praticamente coautores e corresponsáveis por uma parcela substancial da pesquisa.¹

É imperativo registrar, ainda, que trabalhos de campo foram realizados não somente no Rio de Janeiro, mas também em São Paulo, junto a militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que é a maior organização do movimento dos sem-teto no Brasil. Muito embora um dos autores (Marcelo Lopes de Souza) venha, há alguns anos, cultivando uma relação de parceria com o MTST, no tocante às entrevistas realizadas em São Paulo, seria abusivo considerá-las como integrando uma pesquisa-ação. O *Dicionário* (que é uma empreitada ainda em andamento), mesmo incorporando as contribuições de agentes sociais atuantes em outras partes do Brasil (por meio de entrevistas e de fontes escritas), notadamente São Paulo, foi pensado conjuntamente com militantes da Frente de Luta Popular (FLP), organização do Rio de Janeiro que, enquanto existiu (até fins de 2008), apoiou o movimento dos sem-teto, e com moradores de ocupações cariocas não necessariamente vinculados à FLP; somente nesse âmbito é que se pode, a rigor, falar de uma investigação cujos objetivos e contornos foram ativamente codefinidos pelos agentes.²

Adentremos, agora, a esfera da discussão teórico-conceitual que serve de esteio ao presente texto. Os conceitos de território e “lugar” são, aqui, particularmente caros, e aos autores interessa mostrar o “lugar do lugar” numa perspectiva crítica da produção social do espaço.

A ideia de “agentes modeladores do espaço”, já solidamente assentada nos estudos de Geografia Urbana, costuma prender-se excessivamente à dimensão material do espaço, como se este se reduzisse ao substrato espacial; ou seja, como se “modelar” o espaço urbano, à semelhança da “modelagem” do relevo pelas diversas forças orogênicas, fosse uma simples questão de transformar, modificar, afeiçoar algo tangível. Essa forma de compreensão, implícita no mais das vezes, é demasiado restritiva. É necessário expandir explicitamente o

¹ Os autores gostariam, nesse sentido, de agradecer, em particular, a Jobson Lopes, Ângela Moraes Sant’Ana e João de Souza Barbosa, cuja cumplicidade tornou a pesquisa que embasa este texto possível.

² Não obstante isso, os autores desejam expressamente agradecer a colaboração, em São Paulo, de Marco Fernandes e Helena Silvestre.

conceito de “agentes modeladores” para além da materialidade, para incorporar também o plano do simbólico – o qual, mesmo existindo em relação constante com a materialidade, obviamente não é a ela redutível.

Os “agentes modeladores”, ao produzirem espaço, não modelam apenas formas visíveis e palpáveis, diretamente. Os agentes sociais, ao protagonizarem processos e práticas de significação e ressignificação espacial (isto é, atribuição de significados aos espaços, às práticas e aos processos e produção de símbolos), também “modelam” imagens espaciais, assim interferindo (ou buscando interferir) na maneira como a sua identidade (espacial) é construída e apreendida por outros agentes sociais. Ao mesmo tempo em que essa face das práticas dos agentes se associa (e amiúde pressupõe) práticas de territorialização, ou seja, de controle espacial, também constitui uma dimensão da “política de identidade” dos protagonistas – vale dizer, de seu desejo de, também com a ajuda da produção de subjetividade, tornarem-se o mais possível “senhores de sua identidade”, o que, se jamais é inteiramente possível, por outro lado representa o passo crucial de cavar uma trincheira político-simbólica. Em outras palavras, trata-se de produzir uma representação social (ou, antes, nesse caso, representação sócio-espacial) de si mesmos, a qual possa contrapor-se a representações outras, eventualmente hostis, depreciativas e potencialmente deslegitimadoras de suas práticas e solapadoras de sua autoestima coletiva.

Um território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder. Mais precisamente, pode-se dizer que um território é como se fosse um “campo de força”, definido pelas relações de poder entre os agentes e tendo como referência um substrato espacial (ver, sobre o conceito de território, SOUZA, 1995, p. 77-116; 2006a, p. 331-363). Mesmo que o objetivo de controle espacial, isto é, de territorialização, tenha a ver, em muitas situações, com propósitos imediatamente econômicos (controle de recursos e riquezas, por exemplo) ou culturais (controle de espaços visceralmente associados à identidade de um grupo social, sejam eles “sagrados” ou “profanos”), conceitualmente a ideia de território é, na sua essência, política, visto que a dimensão que a vertebraliza é a dimensão do poder.

Quanto ao conceito de “lugar”, ele não se confunde com o uso ordinário da palavra. O uso ordinário, quotidiano, do termo “lugar” torna-o praticamente sinônimo de um espaço qualquer, ou de uma localização qualquer no espaço, ao passo que, na acepção qualificada ora esposada, um “lugar” é um espa-

ço dotado de significado, um espaço vivido e percebido, intersubjetivamente construído³ e relativamente ao qual se desenvolve uma “topofilia” (para usar o simpático e sugestivo termo de TUAN [1980]). Essa forma de qualificar a ideia de “lugar”, admita-se, é de algum modo tributária da influência exercida, a partir dos anos 70 do século passado, pela assim chamada “Geografia Humanística” (vide, principalmente, TUAN, 1983; RELPH, 1976). Sem embargo, reconhecer a contribuição de geógrafos como Tuan e Relph na modelagem de um conceito de “lugar” (*place*) que enfatiza a dimensão do simbólico não significa nenhuma concordância dos autores do presente artigo com a perspectiva dita “humanística” em seu conjunto; e, diga-se de passagem, basta um exame da literatura especializada dos últimos vinte anos (pelo menos), notadamente em língua inglesa, para se perceber que a compreensão da “lugaridade” como uma manifestação da espacialidade em que o simbolismo e a vivência desempenham um papel-chave já transcendeu, a despeito das várias controvérsias existentes, os estreitos limites de uma corrente específica. (Em particular, um dos problemas dos geógrafos “humanísticos”, ao lado de seu pronunciado culturalismo e, não raro, de um forte empirismo, é a construção de uma oposição terminológico-conceitual entre o “espaço”, visto como “abstrato” e uma ferramenta de ações instrumentais do Estado e dos planejadores a serviço dele, e o “lugar”, considerado como mais “concreto” por ser um ambiente construído pela experiência. Do ponto de vista dos presentes autores, já expresso manifestamente por um deles [SOUZA, 2006a, p. 343], o “lugar” é o espaço social qualificado e considerado de um ângulo específico, que é aquele do simbolismo e do significado; é um espaço percebido e vivido ou, mais exatamente, as próprias imagens espaciais, em sua interação com as identidades espaciais, formam os “lugares”, que não se confundem com o substrato espacial material em si.

³ De certo modo, qualquer realidade objetiva é, para os seres humanos, subjetivamente “(re)construída” por cada indivíduo, ao percebê-la/“decodificá-la”/interpretá-la – enfim, ao atribuir-lhe significado (ver, sobre isso, CASTORIADIS [1975]). Uma identidade espacial, porém, é particularmente explícita em matéria de intersubjetividade, ou seja, de carga subjetiva fortemente (mas jamais “absolutamente”) compartilhada, formando-se uma imagem coletiva de um grupo e seu espaço. Tais imagens tanto podem ser “positivas” e definidas/modeladas pelos próprios indivíduos e grupos que, assim, se autorrepresentam (e que, com o seu auxílio, defendem o seu “lugar no mundo”, relatam suas origens, cultivam sua autoestima e, eventualmente, apresentam as suas pretensões de ser “especiais”), quanto definidas/modeladas por outros indivíduos e grupos que, desse modo, exercem uma ação de “avaliação externa” (não necessariamente ou exclusivamente para atribuir uma carga negativa, estigmatizante e de censura, conquanto isso ocorra com frequência).

Ou seja, o conceito de espaço social é mais abrangente, não fazendo sentido uma simples “oposição” entre “espaço” e “lugar”.) Seja lá como for, o que ora importa reter é que, se na qualidade de território disputado ou contestado o espaço está sempre no centro de uma disputa política, na condição de “lugar” o seu papel nas lutas e nos conflitos pode ser menos imediatamente aparente, mas não deixa de ser fundamental. É nesse momento que o papel político da dimensão espacial das representações sociais se revela como algo cuja importância não pode ser subestimada.

Organizações e ocupações de sem-teto possuem, algumas vezes, suas bandeiras, em sentido literal; a mais conhecida é, provavelmente, a bandeira vermelha do MTST. O próprio nome de uma ocupação, entretanto, não deixa de constituir ou expressar uma “bandeira”. Territorializar um espaço, buscar ressignificá-lo e atribuir-lhe um nome com profunda carga político-simbólica não deixa de ser, figurativamente, “fincar uma bandeira”. É em torno dessas “bandeiras” e de seus significados, buscando relatá-los e elucidá-los (ou, pelo menos, comentá-los), que gira este trabalho.

O LÉXICO ESPACIAL DO MOVIMENTO DOS SEM-TETO NO BRASIL: APONTAMENTOS

Interessa-nos saber como e em que circunstâncias os ativistas (re)definem e empregam determinados termos de uso corrente no âmbito do movimento, tais como acampamento, assentamento e ocupação; interessa-nos, também, verificar como os ativistas distinguem entre aqueles termos (e notadamente ocupação, o mais genérico de todos) e duas palavras carregadas de carga simbólica negativa no senso comum da classe média: invasão, palavra usualmente empregada pela grande imprensa para designar as ocupações de sem-teto, e favela, uma vez que as favelas também consistem em áreas de posse ilegal (e, nesse sentido, não deixariam também de ser “ocupações” de terrenos públicos ou privados). Uma extensão disso é a conveniência de se explicitar a autorrepresentação dos moradores e militantes, no tocante a como eles diferenciam entre sem-teto e favelado. Por fim, desejaram os autores saber o que, na opinião dos ativistas do movimento dos sem-teto, constitui o conteúdo e o significado de duas expressões: reforma urbana, expressão que consta até mesmo da divisa de uma organização específica, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), e revitalização urbana, expressão de uso frequente no discurso do

Estado, especialmente em relação a áreas centrais (como a do Rio e a de São Paulo, nas quais há significativo número de ocupações de sem-teto).

Trechos selecionados de depoimentos

Ofereceremos, a seguir, alguns trechos selecionados de entrevistas, que serão, ao final, comentados comparativamente.

Acampamento:

Eu diria assim, que acampamento é quando a gente faz uma ocupação, quando a gente monta ali nossa estrutura de moradia e tal, mas que ela é provisória, a gente não sabe se vai ficar ou não. Eu acho que acampamento é essa morada provisória da luta, o primeiro momento da luta (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 10/03/2008, em São Paulo).

O acampamento é um terreno que as pessoas botam umas cabanas e entra debaixo pra ver como vai ficar o projeto, como vai se agir, como vai se proceder ali, naquele local. [...] Do pessoal lá dos sem-terra (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, no Rio de Janeiro, em 19/02/2008).

É, já tá mais próximo das ocupações semirrurais e ocupações rurais, né? Mas, pelo que eu entendo, o acampamento ainda é a ocupação que não tem nenhuma regularização. Isso seria o acampamento, né? (Entrevista com membro da FLP em 22/01/2008, no Rio de Janeiro).

Tem várias pessoas que perguntam pra gente do acampamento, o que é que é o acampamento. Tem gente que chega assim, às vezes têm até medo de entrar aqui dentro. Fala assim: “Não, ali é o que eles chama sem-teto”, chama de qualquer jeito. Às vezes, as pessoas têm até medo de encostar junto da gente, né? Pensa que a gente somos, sei lá, pessoas que não têm valor mesmo, que só quer se destruir. Mas não, o acampamento é uma comunidade que não tem onde ficar, e então as pessoas que tá procurando os seus direitos, né? [...] E mostrando a eles que é como nós não temos outro recurso, nós mostramos a eles o nosso barraco, acampado, de lona ainda, porque não tem como fazer outra coisa. E aí acabam gostando, acabam fazendo, às vezes que trazendo até uma doação, fazendo alguma coisa assim pras pessoa porque vê que a pessoa é carente e tá lutando pelo direito que a gente temos (Entrevista com morador da Ocupação João Cândido em 10/03/2008, em Itapeperica da Serra).

Assentamento:

[A]ssentamento a gente já não tem mais a preocupação de ter que se mudar dali, é quando a gente já começa a fincar nossa raiz no chão mesmo, que a gente sabe que vai poder crescer a árvore ali. Então a gente planta, constrói casas melhores, se preocupa com outras coisas, a gente assentou um pouco (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 10/03/2008, em São Paulo).

Eu acho que o assentamento já é um acampamento mais definido. O que eu chamo de estar assentado é estar mais organizado, mais seguro, de estar num

período mais avançado desse período de transição. Na minha concepção não é mais barraca; a coisa já tá misturada, barraca e... E eu acho que também tem uma diferença em como tá o processo; assim, o processo a nível jurídico. No assentamento você tá ali assentado, você já tá num processo – eu acho – que você já tá brigando pela posse da terra mesmo (Entrevista com moradora – que exerce importante papel de liderança informal – da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 18/01/2008, no Rio de Janeiro).

O assentamento já é uma coisa que a gente tá assentado, já é uma moradia, né? A gente vai morar, é diferente do acampamento, que a gente não sabe se fica ou não. O assentamento a gente vai ficar, já sabe que vai ficar ali (Entrevista com moradora da Ocupação João Cândido – que é, ao mesmo tempo, integrante do “Setor de Disciplina” – em 10/03/2008, em Itapecerica da Serra).

Ocupação:

É basicamente ocupação de imóveis, né? Que estão abandonados segundo o ordenamento jurídico atual, né? Cinco anos abandonados eles podem ser passíveis de desapropriação. É por isso que se ocupa (Entrevista com membro da FLP em 22/01/2008, no Rio de Janeiro).

O termo “ocupação” a gente define pra tudo. A ocupação tá embutida em acampamento, em assentamento. É um termo geral. Em se tratando de movimentos sem-teto ou sem-terra, todos foram uma ocupação. Mas a ocupação, ela é você entrar num espaço que tá ocioso, que tá, na maioria das vezes, dessa forma, que se ocupa, né? Ninguém ocupa o prédio da Petrobrás, a não ser que seja uma ocupação política. Você ocupa o que tá ocioso, o que não cumpre a função social, né? E função social, a gente sabe, da terra é o plantio, é o cultivo, é a criação. No espaço urbano é estar funcionando, o prédio estar funcionando de alguma maneira. Então, se não está, não tá cumprindo a função social, e, por isso, a gente ocupa. [...] E o que acontece é que a gente entra nesses prédios abandonados, são prédios abandonados (e há muito tempo, 15, 20 anos, né?) (Entrevista com moradora – que exerce importante papel de liderança informal – da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 18/01/2008, no Rio de Janeiro). [A]campamento e ocupação, pra gente, é sinônimo. [Entrevistador: Poderia ser sinônimo de assentamento, também?]. Não, aí não. Aí eu acho que, quer dizer... Na verdade o assentamento, a gente... Aí é uma coisa difícil pra essa militância que tá no movimento há quatro anos e não passou ainda pela experiência de um acampamento como o Anita Garibaldi. Então eu não sei como é que a gente manteria, se a gente continuaria chamando de ocupação. Eu tenho a impressão de que talvez não, talvez a gente tende, depois de um tempo, a usar o termo comunidade. Até é engraçado, mesmo num acampamento, depois de um certo tempo, a gente já começa a usar a palavra comunidade (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 08/03/2008, em São Paulo).

No momento que você ocupa um prédio, você chama a atenção do dono daquele prédio, você chama a atenção do governo do estado, do prefeito, e aí eles passam a te olhar ou com bons olhos ou com maus olhos, mas de alguma forma você chama a atenção (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008, no Rio de Janeiro).

Sobre as diferenças entre ocupação, invasão e favela, assim como entre sem-teto e favelado, os seguintes trechos nos pareceram particularmente ilustrativos:

Ocupação versus invasão:

[N]a invasão, ao contrário da ocupação, você tem um controle, você tem até um planejamento de início, mas você não tem uma continuidade desse planejamento. [...] Como a gente vê, as favelas, elas foram invasões que foi chegando aos poucos, aos poucos, e foi crescendo. [...] Eu acho que essa é que é a diferença, não é tão organizado assim. Organizado é o grupo pra chegar, mas não pra permanecer e pra estruturar aquilo, e consolidar mesmo (Entrevista com moradora da Ocupação João Cândido – que é, também, membro da Coordenação do Acampamento – em 09/03/2008, em Itapeverica da Serra).

[N]a invasão, no caso, é feita pelas pessoas que querem uma moradia, não tem ninguém ali pra orientar, eles simplesmente invadem, vai todos eles ao mesmo tempo, cada um no seu jeito. [...] Na ocupação não é assim. Tem regras, tem tudo (Entrevista com moradora da Ocupação João Cândido – que é, ao mesmo tempo, integrante do “Setor de Disciplina” – em 10/03/2008, em Itapeverica da Serra).

Ocupar é porque a gente quer a garantia de ter um lar. A invasão, quando a pessoa faz uma invasão, às vezes a invasão é feita pra roubar as coisas que tem, ou no prédio ou mesmo na roça, né? E ocupar é quem quer morar. No meu pensamento é isso. [Entrevistador: Bom, a gente sabe que aqui no Rio de Janeiro tem muitos prédios que também tem gente morando, que estavam vazios antes e que não entrou nem comprando nem alugando. Só que eles também lá não têm organização, não têm coletivo... Lá você chamaria de ocupação ou de invasão?] Se não tem... Não tem a organização lá, né? Não tem? Se tiver com... Não sei como é que é, se é malandragem... como é que fala... entendeu? Dentro dum prédio, aí isso daí já não é uma ocupação, não. A ocupação tem que ser direitinha, entendeu? Pra não dar problema, nem com polícia nem com governo, nem nada (Entrevista com morador da Ocupação Zumbi dos Palmares, no Rio de Janeiro, em 15/07/2008).

Invasão é o lugar que tá ocupado, né? [...] Agora, o lugar desocupado é ocupação. Que tá abandonado há mais de cinco anos, aí já é uma ocupação (Entrevista com membro da FLP em 22/01/2008, no Rio de Janeiro).

[E]ssa é uma coisa que a gente conversa muito no movimento, né? [...] [A] gente sabe que, no linguajar popular, é invasão, fala de invasão. E a gente também, isso é mais um dos trabalhos que a gente faz, [trabalho] político no interior do acampamento, com as famílias, que é, justamente, diferenciar o que é uma coisa e o que é outra. Isso é uma diferenciação que não é nem a gente que faz, isso é uma diferenciação jurídica, né? O termo “invasão” serve pra sugerir que entrem num espaço que ele tá sendo usado, tem algum fim social, artigo 182 e tal. Que é o velho medo da classe média, o medo histórico da classe média, “que vão entrar na minha casa e que vão pegar minha casa”... (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 08/03/2008, em São Paulo).

Ocupação versus favela:

(Enfatizando a “diferença organizacional”...)

Tem uma organização, tem regra; enquanto que numa favela, não. Não, cada um faz o que quer (Entrevista com moradora da Ocupação João Cândido – que é, ao mesmo tempo, integrante do “Setor de Disciplina” – em 10/03/2008, em Itapeperica da Serra).

Eu acho que a favela é um momento onde pode ter acontecido uma ocupação mais, menos organizada, ou mesmo desorganizada, ou uma ocupação que ocupou totalmente o território ou que ocupou gradualmente o território. Enfim, não importa de que forma a ocupação daquele espaço aconteceu, mas a favela é um momento em que a estabilidade existe, mas ela não existe com a unidade. [...] A favela é como se fosse uma ocupação difusa, uma ocupação que não conversa, que não age sozinha. Na verdade isso tá muito mais relacionado aos mecanismos de intervenção no território, a manutenção dos instrumentos de intervenção no território. Quando o movimento ocupa, ele tem instrumentos de intervenção no território, tem os seus coletivos de coordenação, os coletivos de setor, tem as assembleias que, juntos, decidem, operam no território fazendo intervenções pra responder suas necessidades. No caso de, tem ocupações que a gente perde isso, se transforma em favela. [...] Então a diferença, pra mim, de uma ocupação pra uma favela é essa: a ausência desses instrumentos, e não desses instrumentos em geral, não é uma coisa absoluta, porque você tem as associações de moradores. Agora, as associações de moradores, em geral, por exemplo, você tem aqui no Paraisópolis, tem dezoito, dez, quinze, nove associações de moradores numa única favela e, mesmo assim, cada uma dessas associações não consegue discutir coletivamente de fato as coisas, porque não existe nenhum único mecanismo que possa juntar o conjunto da favela (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 10/03/2008, em São Paulo).

Pra mim é tudo a mesma coisa. [...] Existe uma distinção do seguinte: não deixa de ser ocupação também a deles, só que existem comunidades que a gente vê – é complicado você dizer assim “*mais organizada*”. [...] Eu acho que tem um pouco de diferença, um pouquinho de diferença nisso, né? Alguém vê essa aqui como um pouco mais organizada, aquela outra um pouco mais desorganizada, mas eu acho que não é tão diferente. É ocupação de povo mesmo... Não vejo muita distinção, não (Entrevista com morador – que exerce importante papel de liderança informal – da Ocupação Chiquinha Gonzaga em 13/02/2008, no Rio de Janeiro).

A favela que eu vejo, na favela entra, chega, é a lei do mais forte, de quem manda, de quem é amigo, e aqui a gente não funciona assim. A gente tem uma coordenação, a gente tem setores aqui dentro que atuam: disciplina, infraestrutura, coordenação de brigadas, coordenação geral, e que tem um... A ciranda, né? E que dentro desse grupo a gente consegue ter, controla melhor os conflitos que tem geralmente numa favela e que lá é cada um por si, né? (Entrevista com moradora da Ocupação João Cândido – que é, também, membro da Coordenação do Acampamento – em 09/03/2008, em Itapeperica da Serra).

(Enfatizando a oposição entre “segurança” e “insegurança”...)

É, assim, eu acho diferença, muita diferença porque, dentro da favela... Tipo aqui: mesmo a ocupação, a gente tá aqui, nós estamos seguros. Nós não tá vendo os netos, os filhos da gente não tão vendo tiro, não tão vendo bebida, não tão vendo maconha, não tão vendo... *Nada*; aqui dentro e mesmo ao redor de nós. E na favela é totalmente diferente. Quando você pensa que você tá tranquilo, olha o tiro comendo. Quando você pensa que não, tão invadindo a tua casa (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008).

Ah, tem. A diferença daqui, por exemplo, em relação a drogas, que na ocupação raramente se vê – aqui, pelo menos, a gente não vê drogas, armas. Já numa favela, vê direto, né? (Entrevista com morador da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008, no Rio de Janeiro).

Com certeza, porque a favela, na maioria das vezes, tem tráfico, né? A ocupação não tem, não tem tráfico. Como a nossa aqui, a nossa aqui é feita de muitas normas, muitas coisas positivas (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008, no Rio de Janeiro).

(Enfatizando a “ocupação” como um espaço de resgate da luta do povo pobre das cidades...)

Eu acho que somos dois grupos muito fudidos. Existem muitas pessoas das ocupações que saíram de comunidades, chamadas favelas. Saíram por outras questões, pela questão mesmo do achaque da polícia, pela questão do tráfico... Pela violência de uma maneira geral. Mas, historicamente, a gente vê que as pessoas com menor situação financeira foram empurradas pros morros, né? Você vê as desocupações que tiveram no Centro do Rio de Janeiro, os governos que tiveram e que foram achacando as pessoas, pra Zona Oeste, Baixada, e os morros, né? Sobrou o quê? Foi sobrando os morros, que a definição que eu tenho de favela é essa: é o local de difícil acesso que sobrou para essa camada que construiu o Brasil, da massa mesma dos trabalhadores, alguns vêm pra cá e constroem, continuam construindo, no Rio de Janeiro, que vêm pra cá no sonho de ter uma vida melhor. Mas é o espaço geográfico que sobra pra eles, porque o trabalhador que constrói os centros, os prédios como esse, não tem chance, não tem um projeto do governo que coloque essas pessoas em condições de ter uma casa, mesmo que elas quisessem pagar por essa casa, não tem um projeto que alcance essa camada de pessoas que têm baixa renda. [...] [Então] Eu acho que, quando a gente ocupa um prédio num centro urbano, eu acho que a gente tenta passar essa história a limpo também. A história das pessoas que vivem nas comunidades com essa dificuldade. As pessoas têm que pagar tudo caro, ela paga caro, é uma vida cara. Ela faz uma compra, ela tem que pagar uma Kombi pra levar lá em cima, ela tem que pegar um moto-táxi pra deixar ela em frente a casa dela.

A gente tem um estatuto – que eu acho que é querer passar a limpo em todos os sentidos – que proíbe o uso de drogas, né? É passível de expulsão aqui. A gente não quer o braço do tráfico, não quer o braço da polícia, mas a gente quer uma organização que a gente possa criar os nossos filhos e as nossas crianças sem interferência visual dessas coisas.

Eu acho que hoje a gente tenta [...] ser um braço de uma comunidade no asfalto. De que favela a gente é o braço? A gente não é o braço de nenhum... nem sei como é que é o nome. A gente é o braço do trabalhador que tá lá em cima, a gente é o braço da mãe que perdeu o filho. A gente tem que ser esse braço no asfalto. A gente não tem perdido a oportunidade de estar denunciando isso. A gente não “fecha” com ninguém, não tem nenhum “comando”, não tem nada – porque a gente acha que não precisa também disso. A gente tem chamado cada vez mais as pessoas de comunidades a estarem participando. Quando teve uma palestra aqui sobre doenças sexualmente transmissíveis a gente chamou a associação pra notificar as meninas da comunidade pra vir aqui, e assim vai. Tem o objetivo de fazer um pré-vestibular aqui, tem o objetivo de notificar aqui na comunidade pra que as pessoas venham aqui estudar... (Entrevista com moradora – que exerce importante papel de liderança informal – da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 18/01/2008, no Rio de Janeiro).

Sem-teto:

(Uma visão abrangente: o sem-teto como aquele que não mora em “condições dignas”, esteja ele organizado ou não...)

Sem-teto é a pessoa que não tem casa. Não tem casa... essas pessoas que ficam pagando aluguel. O salário que a pessoa ganha não dá pra ficar pagando aluguel. Se a pessoa ficar pagando aluguel, os filhos já não vão ter um leite, já não vão ter uma comida melhorzinha, entendeu? É desse jeito que eu tento explicar sobre o sem-teto (Entrevista com morador da Ocupação Zumbi dos Palmares, no Rio de Janeiro, em 15/07/2008).

Eu acho que sem-teto, assim, economicamente eu vou falar, não vou ficar falando de identidades coletivas nem essas coisas todas. Pra mim, sem-teto são as pessoas que não têm moradia nenhuma. São as pessoas que partilham a mesma moradia com outras pessoas; que, em geral, uma casa consegue comportar uma família [...]. Quando você tem três famílias morando numa casa, tem duas que são sem-teto. E não só isso, mas cortiços. As pessoas habitam lugares que não comportam uma vida descente, então eles são sem-teto. Ah, outra coisa são as famílias que moram em áreas de risco, que não têm estabilidade nenhuma, não têm nenhuma segurança, que habitam muito precariamente, e algumas famílias que moram nas favelas. Exatamente por isso, porque existem partes das favelas onde as pessoas conseguiram se estabilizar e construíram a moradia, onde ele consegue reproduzir a sua vivência naquele espaço de maneira descente. Quem paga aluguel também é sem-teto, porque, quando ficar desempregado vai vir certamente pra alguma ocupação, ou vai pra casa de alguém (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 10/03/2008, em São Paulo).

Pra mim o sem-teto é quem não tem uma casa. Quem não tem um título de propriedade de uma casa pra mim já é sem-teto, não tem distinção. Aí é desde quem mora na rua a quem paga aluguel; pra mim é tudo sem-teto. Só que as pessoas não se vêem dessa forma, né? Esse é que é o problema. Uma pessoa que paga aluguel não se vê como sem-teto (Entrevista com membro da FLP em 22/01/2008, no Rio de Janeiro).

(Uma visão restritiva: o sem-teto como participante do movimento social...)

O sem-teto, na verdade, somos nós, né? Que estamos procurando moradia, ocupando os prédios, essas pessoas que tão fazendo parte de assentamento, de acampamento lá em São Paulo. Eu acredito que somos nós mesmos, os sem-teto. [Entrevistador: As pessoas podem pensar – quem não conhece movimento dos sem-teto – sem-teto é só o cara que mora na rua, é esse o caso? Não, né?] Não, também, mas... Se bem que o pessoal da rua eles já têm um nome: “moradores de rua”, né? E sem-teto, não, eu acredito que seja nós esse mesmo, ocupantes (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008, no Rio de Janeiro).

Olha, o sem-teto, ao contrário do que o senso comum associa, os sem-teto não são as pessoas que moram debaixo da ponte. [...] População de rua, né? E não é, digamos, um grupo com o qual a gente trabalha. Evidente que, nas nossas ocupações, vão pra lá pessoas que eram moradores de rua, mas não é um grupo que a gente se dedica pra fazer, por exemplo, um trabalho de base. Primeiro porque é uma população que tá numa situação, sobretudo psíquica, muito difícil de ser trabalhada, né? Tem já uma sociabilidade que é muito distante de uma sociabilidade coletiva... E segundo porque essa população se concentra no Centro da cidade de São Paulo, e a gente trabalha na periferia, na periferia tem muito pouco sem-teto, né? [...] Os sem-teto do MTST? São pessoas que tão pagando aluguel e já há meses que tão devendo, tão pra ser despejados, tão percebendo que, daqui a alguns meses, não vão conseguir pagar aluguel; são pessoas que tão morando em casas de favor, né? Parente, amigo, dorme na cozinha, dorme na sala, dorme embaixo da mesa, vivendo em situação, às vezes, inclusive, muito humilhante, muitas vezes é muito humilhante tá nessa situação, o tempo inteiro você é muito cobrado disso, você é muito pressionado; pessoas que tão em áreas de risco, favelas precárias e barracos que estão prestes a cair, na beira de córregos, que é muito comum isso em São Paulo. Então, enfim, é uma população de baixa renda que não tem acesso à moradia, ou, se tem, está preste a perder. Esse é, digamos, o universo que a gente encontra nas ocupações do MTST (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 08/03/2008, em São Paulo).

Sem-teto versus favelado:

(Linha tênue ou inexistente...)

Então, eu acho que a distinção não é dada entre o favelado, assim, de uma maneira geral, total. Eu acho que tem partes das favelas que abrigam mal as pessoas, muito mal. Aí eu tô falando de um mal, não é do ideal, eu tô falando de um mal possível mesmo. Porque a gente sabe que uma casinha na favela não é uma coisa excelente, mas, às vezes, tem umas casinhas na favela que mesmo não sendo excelentes permitem ao sujeito ter uma vida digna. Agora, tem outros tipos de habitação que não. Então tem gente dentro das favelas que tem teto e tem gente dentro das favelas que não tem teto. Então essa diferença entre o sem-teto e o favelado eu não faço. O que eu penso é que existe gente na favela que é sem-teto, existe favelado que é sem-teto, portanto, sem-teto que é favelado (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 10/03/2008, em São Paulo).

[O] favelado é o mesmo que o sem-teto. Pra mim, é. Porque o favelado não tem moradia, não tem casa, não pode pagar casa de aluguel, não pode ter um terreno, comprar pra fazer uma casa. Primeiro mora, assim, a casa toda emendada de tábuas, caixote, forrada de lona... Eu acho que é igual. O sem-teto e o favelado é igual (Entrevista com moradora do acampamento João Cândido, em Itapeverica da Serra, em 10/03/2008).

Eu acho que... Na teoria não tem muita diferença, porque o favelado, ele a qualquer momento ele passa a ser um sem-teto, né? Porque vem uma chuva, leva embora e ele não tem pra onde ir. E a favela não é uma, pelo menos a maior parte delas, não é uma coisa garantida. Tem às vezes [des]apropriações que vêm em massa, sai derrubando, destruindo tudo que as pessoas têm. Elas ficam sem teto e sem rumo (Entrevista com moradora da Ocupação João Cândido – que é, também, membro da Coordenação do Acampamento – em 09/03/2008, em Itapeverica da Serra).

É, essa distinção eu já não faço, não. Não tem distinção. [Entrevistador: Pra você, então, o favelado também é um sem-teto?] É, ele é um sem-teto também (Entrevista com membro da FLP em 22/01/2008, no Rio de Janeiro).

(Nítida linha de corte...)

Eu vejo num modo de pensar bem diferente, é porque a favela, ela é diferente de uma ocupação. O sem-teto, ele é diferente, ele já pensa diferente. A partir do momento que ele entra dentro do movimento, até os acampados eles acabam pensando diferente, agindo diferente, sabendo o que pode e o que não pode aqui dentro. Daí eles já vão mudando eles mesmo. E não é a mesma coisa que seria numa favela, tem essa diferença (Entrevista com moradora da Ocupação João Cândido – que é, ao mesmo tempo, integrante do “Setor de Disciplina” – em 10/03/2008, em Itapeverica da Serra).

Então, isso é complicado, né? Porque é assim, essa coisa do sem-teto, não existe essa identificação, essa identidade no meio do senso comum, da população em geral. Sem-teto é uma identidade que vem do movimento. [Entrevistador: É uma identidade que está sendo politicamente construída...] Exatamente, ela não tá dada. [Entrevistador: Faz parte de um processo de conscientização...] Exatamente. Você não vê uma pessoa morando na favela ou morando de favor dizer “ah, eu sou sem-teto!” (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 08/03/2008, em São Paulo).

Não, favela todo mundo tem um barraquinho, né? E o sem-teto não tem (Entrevista com moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008).

Por fim, acerca das expressões reforma urbana e revitalização urbana:

Reforma urbana:

(Desconhecimento absoluto...)

Não, pra mim é novidade (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008, no Rio de Janeiro).

É, eu acho que, eu acho que é assim, o termo reforma urbana, sendo bem sincero, ele não tá claro pro conjunto da militância do movimento (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 08/03/2008, em São Paulo).

(Associação da reforma urbana a uma mera reforma urbanística ou à regularização fundiária...)

Reforma urbana? Eu entendo que é uma mudança que eles têm que fazer a nível de moradia, reurbanização das favelas, reurbanização das comunidades (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras, no Rio de Janeiro, em 19/02/2008).

Ah, reforma urbana... A reforma urbana é... No que eu tenho procurado conhecer, é quando a pessoa tá ali – na questão até da infraestrutura mesmo –, eu não tenho aquele direito àquele espaço onde eu tô morando, que ainda não é meu, né? Grileiros, tal, de uma outra situação que se diz dono dali. Então precisa se fazer uma reforma urbana pra qualificar aquela pessoa que tá morando ali como eventual, como dono mesmo daquele espaço, e aí também, associado à reforma urbana, de poder garantir os direitos básicos de infraestrutura: água, luz e tudo o mais (Entrevista com morador – que exerce importante papel de liderança informal – da Ocupação Zumbi dos Palmares em 15/07/2008).

(Uma vaga ideia...)

É, reforma urbana seria a materialização dos projetos, do conjunto de projetos que tão emperrados, sei lá, né? Alguns deles há vinte anos, desde a Constituição de 88. Faz vinte anos que alguns instrumentos de alteração do espaço urbano que beneficiariam a maioria da população estão emperrados. Aí reforma urbana pra mim seria isso. Além disso já seria revolução urbana. Aí já seria uma outra coisa (Entrevista com membro da FLP em 22/01/2008, no Rio de Janeiro).

Ah! Eu acho que é igualdade pra todos, né? A questão é... Acho que hoje o que mais a gente se preocupa de fato é em geral a moradia. Uma coisa justa pra todo mundo. Agora, como isso vai se dar é como vem esse nome, de onde surge ele, né? Por que é fácil você... é a questão do capitalismo, quem pode mais vai lá, compra e quem não pode vai sendo enxotado, vai sendo empurrado pras péssimas condições, e eu acredito que a Reforma Urbana vai melhorar ou inverter um pouco essa situação. Não sei se é bem isso. (Entrevista com moradora da Ocupação João Cândido – que é, também, membro da Coordenação do Acampamento – em 09/03/2008, em Itapeverica da Serra).

(Uma resposta bastante elaborada...)

Eu diria o seguinte. Eu acho que, eu diria assim: o povo que mora nas cidades sofre uma séria de consequências do desenvolvimento dessas cidades pensando o lucro e não a vida. Do ponto de vista dos serviços públicos, do ponto de vista da infraestrutura, mesmo de um ponto de vista até menos pensado pelo movi-

mento, até a quantidade de carro, de como a cidade é feia, de como a cidade é barulhenta. As pessoas sofrem com isso, sofrem os danos disso a todo momento. E aí, vários movimentos existem e existiram, né? Movimento por melhores condições de vida, associações de moradores por melhorias em alguns bairros. Eu descobri outro dia no Recife o movimento de lombadas, de gente que luta pra fazer lombada em rua pro povo não ser atropelado; tem movimento anti alguma coisa, antilixão, ou anti-FEBEM, que vai construir em algum lugar, antipresídio; tem o movimento por energia elétrica, tem movimento... Tem um monte de movimento, mas, no fundo, todos esses problemas existem porque o capitalismo existe. Isso é bem, beleza, carne de vaca; agora, além disso, o capitalismo existe e ele provoca a construção de uma cidade que tem todos esses problemas. Reforma urbana, pra mim, é uma coisa muito importante, porque ela é uma bandeira de transição, no sentido de que, quando eu digo “quero moradia”, ora, no capitalismo eu posso querer moradia e ter moradia e isso não prejudicar em nada o sistema e nem essa ordem de problemas que tem na cidade. Agora, quando eu digo “eu quero reforma urbana”, e eu penso essa reforma urbana do ponto de vista de quem tem que responder às necessidades dos trabalhadores pobres, aí eu vou pensar que eu não quero uma cidade que tenha centro e periferia, eu vou pensar que tem que ter vários centros; eu vou pensar que eu não sei se tem que ter asfalto, que talvez tenha que ser outro tipo de forma da gente tornar transitáveis os caminhos, que seja menos ruim, menos quente, menos caro, menos danos à natureza; eu vou dizer que a gente vai ter que pensar a canalização de esgoto de uma forma que permita que todas as famílias tenham isso, que não jogue fora os nossos rios; eu vou dizer que eu quero energia elétrica mas eu vou dizer que não dá pra ser um uso abusivo, e que o consumo não vai ficar como é – lá em São Luís do Maranhão, 50% da energia que se produz vai pra Vale do Rio Doce; eu vou dizer que eu quero água, mas não quero desperdício de água, então também eu tenho que ter formas de que todos esses pequenos centrinhos da cidade vão acolher água de outra forma, usar água da chuva, economizar água; eu vou dizer que a escola, ela tem que ter uma estrutura, um prédio – tô falando um prédio, mesmo – que não se pareça com uma cadeia, que seja um espaço que permita que [...], já que tem vários centrinhos, as pessoas possam interagir nos espaços onde as coisas acontecem; tenha uma estrutura que permita que os pais de quem estuda também participem da escola; eu vou dizer que túnel talvez não seja a melhor coisa, nem viaduto, vou dizer que a gente não precisa do carro, vou dizer que a gente precisa de um transporte urbano descente que a gente possa visitar os nossos amigos em qualquer um desses centrinhos, e que tem que ser sempre, e que não tem que ser carro, nem ônibus, tem que ser, por exemplo, trem, ou qualquer coisa. Então eu vou dizer tantas coisas quando eu falo de reforma urbana que responda às necessidades do povo pobre de um jeito digno e descente, que eu também vou dizer que no capitalismo isso é impossível. Então a reforma urbana que nos serve pra alguma coisa, serve se vem outra sociedade. E, por isso, dizer que o movimento luta por moradia trás as pessoas que ainda não perceberam que essa sociedade é tão ruim, que sentem isso todos os dias, mas que não elaboraram ainda. E quando elas vêem por moradia, a gente fala nos outros problemas, e quando a gente pensa na solução dos outros problemas, a gente pensa em reforma urbana, é o segundo passo. E quando a gente pensa com a nossa comunidade o

que é reforma urbana, a gente tá desenhando o que será a cidade. A gente sabe o que é a cidade do capital, que é até o nome do texto, né? E qual será a cidade da nova sociedade? Eu acho que reforma urbana é um ponto de partida pra gente fazer um rascunho de muitos sonhos, né? (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 10/03/2008, em São Paulo).

(Descrença com relação à atual bandeira da reforma urbana no Brasil...)

Pra mim, reforma urbana é politicagem. Pessoas têm uma discussão há décadas sobre Conferência das Cidades e nada é decidido, é um vício de participação. Eu tenho muito medo disso, porque o movimento, ele acha que tá participando, mas ele não decide nada, ele não tá participando de decisão nenhuma, ele dá o braço dele, fica uma década lutando e onde ele acha que tem que ter uma escola, não tem; onde ele acha que tem que ter hospital, nunca vai ter. Nossos hospitais continuam sucateados, nossas escolas continuam sucateadas e a gente continua indo pra São Paulo, indo pra Brasília, Conferência das Cidades discutindo plano diretor. E eu acho que é o vício de participar que a gente tem que começar a perder, o movimento social, ele tem que começar a perder esse vício de participar e começar a decidir as coisas. Eu acho que uma maneira legítima de decidir é a ocupação de prédios, por isso eu luto com esse movimento, porque eu acho que é uma maneira legítima de decidir. [...] A gente tinha até um projeto de acabar com a Conferência das Cidades esse ano no Rio de Janeiro, só que não deu, a gente não conseguiu se organizar pra isso. Mas eu acho que tem que ser mesmo, chamar a atenção do movimento e dizer “Gente, ó! A gente tá sendo ludibriado, os caras tão fingindo que a gente decide as coisas.” [...] Você não vê qual é o real investimento, me diz agora qual é o real investimento, qual foi o dia que a gente foi pra um lugar fazer um plano urbano e falem assim, ó: “Tá aqui o que vocês decidiram, vai ser construído esse hospital aqui”? (Entrevista com moradora – que exerce importante papel de liderança informal – da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 18/01/2008).

Revitalização urbana:

(Desconhecimento absoluto...)

Não, essa palavra eu nunca escutei, não (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008, no Rio de Janeiro).

Já ouvi falar, mas... Nunca procurei me informar melhor sobre esse assunto (Entrevista com morador da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008, no Rio de Janeiro).

(Um conceito em disputa: a “revitalização” na visão dos ativistas em contraposição à “revitalização” conservadora...)

Aí, depende do ponto de vista, né? Que a revitalização urbana pode ser o que eu falei, né? A partir de um processo de ocupação você tá criando uma outra relação com a cidade, uma relação mais saudável; ou, então, um conceito de

revitalização urbana a partir das elites, né? Que é de adequar a gestão urbana ao grande capital, né? Interesses internacionais, empreiteiras (Entrevista com membro da FLP em 22/01/2008, no Rio de Janeiro).

Ah, revitalização urbana... Vinda da Prefeitura, é desqualificar o conceito de morar, ter como moradia... Eles querem, uma ideia que eu tenho, é de ter, aquelas pessoas que moram naquele espaço, tirar eles dali e ser deslocado pra uma nova área, fazendo com que o Centro, o grande Centro, não esteja mesmo com a função de moradia. Ser qualificado como polo financeiro, polo comercial; nunca pra eles o conceito de moradia. [Entrevistador: Mas, no seu entendimento, você acha que o movimento dos sem-teto, ele poderia formular uma outra noção de revitalização urbana?] Sim, e é o que a gente tá buscando, né? Fazer isso. Os companheiros que têm ideia de trabalhar esse conceito de ocupação no grande Centro; até porque, é aqui principalmente na região onde nós estamos, na Zona Portuária, dentro do que foi levantado – e há documentos realmente que provam isso –, nasceu realmente a condição de moradia aqui, e hoje tão tentando reverter, mas nós estamos tentando mostrar pra sociedade que aqui tem condições mesmo de se instituir moradia, sim (Entrevista como morador – que exerce papel de liderança informal – da Ocupação Zumbi dos Palmares em 15/07/2008).

É área central. Isso é um debate da área central; claro que nós moramos em São Paulo, fazemos parte desse debate, e é evidente que revitalização urbana, pelo menos no caso de São Paulo, é expulsar os pobres do Centro de São Paulo. [...] Além, e aí principalmente, das expulsões, dos despejos nas ocupações que vinham sendo feitas nos últimos anos. Houve, desde que o Serra entrou, praticamente todas as ocupações do Centro de São Paulo que ainda resistiam foram despejadas. No caso a Prestes Maia foi o exemplo mais relevante, mas uma série de outras ocupações foram despejadas nesse período entre 2004 e agora (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 08/03/2008, em São Paulo).

Comentários sobre as entrevistas

a) Acampamento, assentamento, ocupação

Essas três palavras constituem, muito provavelmente, os elementos mais fundamentais concernentes ao léxico espacial do movimento dos sem-teto. Embora sejam substantivos, nomeiam, de forma genérica, a “espacialização” de suas principais estratégias de luta. *Ocupar* é a ação básica por meio da qual o movimento territorializa alguns espaços das cidades, espaços nos quais e através dos quais os ativistas se organizam, configurando tanto um *meio* (uma estratégia para abrir canais de interlocução com o Estado), quanto um *fim* em si (são as moradias das famílias que ali “ocuparam”).

Não obstante os significados aparentemente imediatos trazidos por essas palavras, as suas distintas definições, apuradas com os depoimentos dos entre-

vistados, revelam-nos concepções díspares atreladas às estratégias espaciais das organizações estudadas, conforme demonstraremos a seguir.

O termo acampamento é mais familiar ao MTST, cuja territorialização ainda hoje se dá, quase que exclusivamente, em terrenos da periferia e da franja periurbana da metrópole de São Paulo. É uma estratégia deliberadamente tributária do MST – romper cercas, montar barracas e brigar pela regularização, quando é operado o melhoramento do já então assentamento (e não mais acampamento) –, e foi igualmente privilegiada pelo MTST devido à sua concepção, segundo a qual os terrenos periféricos proporcionariam uma morfologia espacial e uma ambiência mais apropriadas para o seu trabalho organizativo. Para os ativistas do Rio de Janeiro que entrevistamos, habituados à ocupação de prédios no núcleo metropolitano, em especial na área adjacente ao CBD, a palavra acampamento remete a uma estratégia de luta no campo, e não na cidade...

Tirando a maior ou menor familiaridade para com o termo “acampamento”, resta o fato de que o seu significado é quase sempre inequívoco, designando, em terrenos, o momento inicial da sua ocupação, durante o qual se constroem barracas de lona e madeira, criam-se as ruas para circulação interna, divide-se o espaço em áreas destinadas a usos específicos e visando ao seu maior controle. Possui, portanto, um caráter nitidamente provisório, depois do qual os moradores ou são despejados – buscando, então, ocupar outro terreno –, ou têm a sua situação juridicamente regularizada – dando início à conversão do acampamento em um verdadeiro assentamento.

O assentamento, por conseguinte, designa um estágio mais avançado da ocupação em terrenos, tendo o seu significado diretamente atrelado ao acampamento. Com efeito, não registramos a vinculação do termo “assentamento” para as ocupações de imóveis construídos, mesmo depois da regularização jurídica da posse. Para um dos entrevistados, argumentando não ser essa uma reflexão que lhe tenha ocorrido anteriormente, no caso dos imóveis construídos teríamos, simplesmente, a constituição de “comunidades”, mas não de “assentamentos”. Para a maioria dos entrevistados no Rio de Janeiro, contudo, os imóveis continuam, mesmo após a sua regularização, sendo chamados de ocupações.

O termo ocupação, por seu turno, caracteriza-se, primeiramente, por designar a ação genérica de adentrar um imóvel ocioso como forma de protesto

(no caso de ocupações deliberadamente temporárias, seja de prédios ociosos, seja de instituições públicas) e/ou como uma territorialização mais permanente atrelada à moradia. Notamos que, para os entrevistados do Rio de Janeiro, a ocupação designa, de fato, todo esse conjunto de ações. Já em São Paulo, como pudemos exemplificar com um dos trechos da entrevista realizada com um dos membros da Coordenação Estadual do MTST (realizada no dia 08/03/2008), é muito nítido que ocupação e acampamento são tomados como sinônimos, mas não necessariamente ocupação e assentamento. Para esse entrevistado em particular, a ocupação teria, portanto, apenas um caráter provisório no que respeita aos imóveis em terrenos. Para os imóveis construídos verticais, contudo, o termo ocupação seguiria valendo mesmo após a regularização jurídica. Entretanto, seria preciso, com base nessa resposta, avaliar melhor a sua representatividade por meio de outras entrevistas junto à fração do movimento dos sem-teto organizada pelo MTST.

b) Ocupação *versus* invasão

A distinção entre ocupação e invasão marca, de início, um corte entre o léxico dos próprios ativistas do movimento dos sem-teto para com o léxico majoritariamente utilizado pela imprensa e por uma parte considerável do senso comum, cuja proporção ainda está por ser melhor avaliada. Invasão é um termo explicitamente pejorativo, cuja carga de negatividade vem a reboque da intransigente defesa da propriedade privada em detrimento de outros direitos (constitucionalmente flanqueados, aliás), como o direito à moradia e, mais amplamente, o direito à vida. O seu emprego pode denotar, contudo, tanto uma postura conservadora e tendente a criminalizar a ação dos ativistas sociais, ou, ainda, ser utilizado de maneira pouco refletida, significando uma apropriação acrítica de uma palavra/ideia. Na grande maioria das entrevistas temos, portanto, uma distinção muito clara entre o que seja uma invasão e uma ocupação. A ocupação se caracterizaria, portanto, pela posse de um imóvel ocioso, o qual, no entendimento dos ativistas que o ocuparam, não estaria cumprindo a “função social da propriedade” prevista no Artigo 182 da Constituição Federal. Para os entrevistados, por conseguinte, a palavra “invasão” serviria para designar somente a situação em que se desse a indevida apropriação de um imóvel que estivesse cumprindo, minimamente que fosse, a sua função social.

Para além, contudo, dessa distinção mais evidente, há ainda alguns elementos que desafiam uma distinção pouco refletida. Em primeiro lugar, como fica demonstrado em um dos trechos de entrevistas selecionados acima, alguns (muitos?...) dos próprios ativistas da “base” do movimento seguem, mesmo residindo numa ocupação e participando das suas atividades políticas, reproduzindo o termo pejorativo “invasão”. A análise crítica dessa expressão se configura, por conseguinte, como parte relevante do trabalho de formação política no interior do movimento, o qual se preocupa em (re)modelar palavras e os conteúdos das palavras que serão empregadas para designar as suas práticas espaciais.

Outro importante desafio diz respeito à reprodução do termo pejorativo “invasão” por parte dos ativistas do movimento dos sem-teto para com outros atores sociais em situação materialmente tão ou mais precária que a sua, mas com um grau de organização política inferior ou inexistente. Entre as ocupações visitadas ou propriamente estudadas, esta é uma realidade mais presente naquelas localizadas no Rio de Janeiro (na área central do município), em que vários edifícios se encontram ocupados por posseiros que não estão organizados em torno de qualquer ativismo social. Como revelado pelos fragmentos de entrevistas transcritos acima, essas posses seriam “invasões” porque não teriam “planejamento”, “organização” e “regras”, ao contrário das “ocupações”, ou seja, das posses empreendidas pelas organizações do movimento dos sem-teto.

Ora, talvez por necessidade de legitimação perante uma sociedade sempre pronta a estigmatizar a população segregada nas cidades, verifica-se que muitos dos ativistas entrevistados acabam por reproduzir alguns desses estigmas sócio-espaciais perante outros segmentos da população que, todavia, não possuem uma situação socioeconômica muito distinta da sua... E tampouco uma situação jurídica distinta, posto que ambas, as ditas “invasões” e as “ocupações”, se configuram como áreas de posse, experimentando as mesmas dificuldades e sofrendo com a mesma falta de segurança jurídica (excetuando-se, claro, as poucas ocupações de sem-teto já regularizadas). É forçoso reconhecer, no entanto, que muitas das posses politicamente não organizadas acabam por se tornar presas fáceis da ação de oportunistas – que alugam ou vendem quartos ou apartamentos nesses imóveis – e/ou grupos criminosos, sobretudo traficantes de drogas. Quando essas práticas ocorrem, o grau de legitimidade da posse diminui, criando empecilhos tanto para uma possível tentativa de regularização fundiária quanto deixando uma má impressão perante a sociedade civil.

Pode-se compreender, portanto, que parte significativa dos moradores integrados ao movimento dos sem-teto considere como meros “invasores” os posseiros não organizados, numa tentativa de distinção para com a sua ação organizada e politizada. Mas é preciso argumentar, todavia, que, em primeiro lugar, nem todas as posses que não estão vinculadas a um ativismo social são alvo de territorialização por parte de criminosos e, em segundo lugar, que, no atual momento de escalada generalizada da criminalidade violenta nas grandes cidades, também as posses politicamente organizadas, as “ocupações”, não se encontram de todo livres da ação insidiosa de grupos criminosos, como já discuti em um de nós em um trabalho anterior⁴.

Seja lá como for, essa é uma reflexão que cabe aos próprios ativistas do movimento dos sem-teto realizar. Ou bem, para tentar manter uma legitimidade moral e legal, eles seguirão buscando se distinguir, reproduzindo o estigma de “invasor” para os posseiros de imóveis urbanos que não estejam organizados em torno de ativismos sociais – o que é compreensível, mas ética e politicamente problematizável –, ou bem se buscará reconhecer mais plenamente também a legitimidade das áreas de posse menos organizadas, embora sem deixar de lado, necessariamente, as críticas apropriadas contra a falta de organização e de articulação política.

c) Ocupação (sem-teto) *versus* favela (favelado)

Há, aqui, uma ambiguidade: por um lado, nota-se facilmente uma solidariedade dos sem-teto para com os favelados, e mesmo o reconhecimento de uma forte identidade comum; por outro lado, tampouco estão ausentes certos preconceitos. A solidariedade, que transparece em vários dos depoimentos colhidos por nós, tem a ver com o fato de que a situação de classe e as discriminações sofridas por ambos os grupos, favelados e sem-teto, são similares, quando não idênticos; a admissão de uma forte identidade comum, entre eles, se vincula ao fato de que muitos sem-teto são, eles próprios, ex-favelados. No entanto, certos sentimentos negativos e expressões depreciativas em relação às favelas não deixam de se fazer presentes: menos organizadas, “sem regras”, “cada um faz o que quer”, mais “inseguras”... Tais sentimentos negativos afloraram, principalmente, em conexão com uma pergunta em que se pedia aos ativistas para

⁴ Souza (2008a, p.123 et seq).

diferenciarem entre ocupação e invasão – esta última associada, por vários entrevistados, às favelas, ao passo que a primeira é associada, basicamente, às áreas de posse organizadas e territorializadas pelo movimento dos sem-teto.

Mais uma vez, por conseguinte, constata-se a presença insidiosa de simplificações preconceituosas. Não é nossa intenção negar, simplisticamente, que existam diferenças de nível de “organização” e de “consciência política”. A questão é que também entre os sem-teto essa “organização” e essa “consciência política” não se distribuem homogeneamente... É interessante notar, aliás, que certos preconceitos foram externados mais diretamente por entrevistados que, entre os sem-teto, não exerciam nenhum papel de liderança, nem pertenciam a algum grupo de “apoio”. É possível conjecturar, em face disso, que o grau de conscientização e elaboração discursiva, particularmente evidente nos líderes e nos integrantes de grupos de “apoio”, leva a uma mitigação ou eliminação de determinados preconceitos – ou, pelo menos, à sua supressão ou ocultação, quando de depoimentos prestados a pesquisadores (perante os quais, pode-se especular, deseja-se manter uma certa imagem, pouco compatível com certas simplificações preconceituosas)...

d) Reforma urbana (a visão do movimento *versus* a visão dos “tecnocratas de esquerda”...)

Diferentemente de sua “irmã mais conhecida” – a reforma agrária –, a reforma urbana tem sido mencionada em nosso país, desde os anos 90, mais vinculada ao jargão dos “tecnocratas de esquerda” (pesquisadores e planejadores profissionais a serviço do Estado que, por diversas razões, mesclam e embalam práticas não raro tecnocráticas com elementos discursivos “progressistas”) do que à luta dos movimentos sociais.⁵ Não é, portanto, por acaso que o empenho em prol de uma reforma urbana tem estado associado a agentes e arenas de luta em que são privilegiados instrumentos técnicos e legais, tais como planos diretores e leis formais, deixando em segundo plano a análise da dinâmica social – principalmente no que diz respeito ao tão necessário escrutínio do declínio de muitos ativismos urbanos nos anos 90 (ativismo dos bairros “comuns” e das favelas) e, por outro lado, a não menos necessária análise das potencialidades e perspectivas da atuação direta das organizações de certos movimentos sociais

⁵ Sobre a questão da usurpação da bandeira da reforma urbana e da transformação do ideário a ela vinculado por uma espécie de “tecnocratismo de esquerda”, consulte-se Souza (2002, p. 155 et seq.; 2006a, p. 213 et seq.).

(como, justamente, os sem-teto) como agentes de formulação e implementação de estratégias e táticas de transformação sócio-espacial. Dá prova recente disso a maior atenção dirigida por parte considerável do *establishment* universitário mais diretamente envolvido com a reforma urbana, criando instituições e fóruns oficiais, tais como o Ministério das Cidades e os Conselhos das Cidades, do que ao surgimento de importantes movimentos sociais e às suas práticas, notadamente àqueles que poderiam ser denominados a “nova geração” de movimentos sociais (urbanos).⁶

O grande desconhecimento dos moradores das ocupações estudadas e a pouca reflexão a respeito da matéria demonstrados pelas entrevistas – em parte, provavelmente, como resultado da “captura ideológica” da reforma urbana pelos “tecnocratas de esquerda” – revela o quanto essa bandeira de luta encontra-se ainda distante da maior parte das organizações de movimentos sociais urbanos. Por outro lado, revela também a pouca capacidade do próprio movimento em investir politicamente, tanto para a apropriação dessa bandeira – afinal, por mais problemática que possa ser a sua história, algumas das suas conquistas referentes aos marcos legais são de interesse direto para os sem-teto – quanto para a sua ressignificação.

É perfeitamente compreensível o descrédito contra as atuais arenas políticas concernentes à reforma urbana que uma das entrevistadas manifestou, mas é lícito perguntar se uma bandeira tão importante deveria ser simplesmente descartada por estar aquém do que dela se espera ou esperaria... Afinal, como sustentamos no presente artigo, os termos e os conceitos referentes às práticas espaciais da cidade não são monopólio desse ou daquele agente, mas podem (e devem) ser transformados e reinventados, dando margem a disputas político-simbólicas. Acreditamos que as práticas do movimento dos sem-teto, a sua problematização do estatuto da propriedade fundiária urbana e sua utilização mediante relações alternativas, o recurso à ação direta como mecanismo de pressão institucional e, concomitantemente, de auto-organização e acúmulo de forças, tudo isso são elementos que, mediante uma reflexão detida, poderiam

⁶ Por “nova geração dos movimentos sociais (urbanos)” se está designando aquele conjunto de movimentos surgidos a partir dos anos 1990, tais como o *hip-hop* e o movimento sem-teto; movimentos os quais, além de mais recentes, distinguem-se qualitativamente da “primeira geração” dos chamados “novos movimentos sociais”. Ver, sobre isso, a *Introdução* de Marcelo Lopes de Souza deste número temático de CIDADES.

enriquecer enormemente a bandeira da reforma urbana. Se levarmos em consideração que a população brasileira é majoritariamente urbana, pode-se supor o grande potencial ainda latente que reserva uma luta pela reforma urbana que fosse ao menos equiparável (em conteúdo e protagonistas) à sua “irmã” do campo. Para tanto, é preciso, contudo, maior investimento teórico e simbólico por parte do movimento dos sem-teto, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo – e em muitas outras cidades também, logicamente.

e) Revitalização urbana

Se, entre os integrantes do movimento dos sem-teto pode-se constatar um forte desconhecimento e, às vezes, até mesmo algum desconforto em face do sentido usual atribuído à reforma urbana (a qual, em todo caso, não deixa de ser uma bandeira de luta histórica de vários ativismos urbanos, e que hoje em dia é altamente valorizada pelo MTST), o termo “revitalização urbana”, de sua parte, lhes soa muito mais problemático. E não é para menos: se “reforma urbana” é uma expressão que foi, por assim dizer, usurpada, e que vem tendo o seu conteúdo diluído politicamente, mas que foi e é assumida, por várias organizações de movimentos, como uma bandeira de luta, “revitalização urbana”, em contraste, tem sido, desde sua origem, uma expressão-chave do pensamento e das práticas conservadores sobre a cidade. Não obstante, os sem-teto, pelo menos em algumas cidades (como o Rio de Janeiro), acabam, cedo ou tarde, tendo de se posicionar em face dessa expressão e de seu conteúdo. É por essa razão que decidimos incluir, em nossa pesquisa, uma pergunta a seu respeito.

Expressão forte, que tem por significado imediato inequívoco trazer novamente à vida aquilo que estava morto, “revitalização” tem sido a palavra de ordem dos gestores estatais e empreendedores urbanos empenhados na refuncionalização de espaços tornados obsoletos – sobretudo nos centros das cidades – por determinados processos sócio-espaciais que tiveram lugar em décadas passadas. Através das “parcerias público-privadas”, por meio das quais se pretende auferir os recursos necessários para os grandes investimentos requeridos por megaprojetos como grandes museus, centros de convenções, grandes hotéis etc.⁷ a “revitalização urbana” visa a captar dinheiro com atividades ligadas ao turismo e,

⁷ Harvey ironiza esse tipo de parceria, dizendo que “o poder público fica com os riscos e a iniciativa privada fica com os lucros” (“the public-private partnership means that the public takes the risks and the private takes the benefits”: HARVEY, 2000, p. 141).

sobretudo, atividades capazes de elevar e melhorar a imagem da cidade nacional e internacionalmente, como a realização de grandes eventos esportivos. Se não bastasse o fato de que, em quase todos os processos de “revitalização urbana” levados a cabo ao redor do mundo, as vantagens acabam por se concentrar nas mãos de poucos, deixando à margem, geralmente, os pobres urbanos, os espaços cobiçados para fins de “revitalização” não se encontram, em muitos casos, de maneira nenhuma “mortos” (desocupados, abandonados), posto que são habitados por uma parcela desses mesmos pobres urbanos. Quando estes não são vítimas diretas de remoções, é muito frequente a dita “expulsão branca” dessa população das áreas “revitalizadas”, tendo em vista a sua decorrente valorização.

Não obstante a atualidade da expressão “revitalização urbana” em cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.⁸ percebemos que entre os moradores e ativistas do movimento dos sem-teto entrevistados há muito pouco conhecimento sobre o assunto. É bem verdade que entre os coordenadores e líderes mais destacados pode-se detectar alguma noção crítica, caracterizada pela denúncia da vinculação dos projetos de “revitalização” aos interesses do grande capital em detrimento da população pobre das tais áreas “revitalizadas”. No entanto, entre aqueles que conformam a “base” do movimento, destaca-se o desconhecimento geral da matéria, sinal de que, assim como com a bandeira da reforma urbana, há uma carência de reflexão e investimento político, seja para lutar contra os projetos de revitalização conservadores, seja para criar projetos concorrentes com base nas experiências e expectativas do movimento. Aos autores parece bastante claro que a refuncionalização e reestruturação espaciais realizadas pelos ativistas sem-teto e concretizadas em suas ocupações, transformando terrenos e edifícios vazios em moradias dotadas de cozinhas coletivas, bibliotecas, cooperativas e outras tantas funções, representam, elas sim, uma efetiva revitalização de espaços ociosos da cidade – feito esse que poderia ser mais intensamente sistematizado, refletido e divulgado pelo movimento dos sem-teto...

TOPONÍMIA E SIMBOLISMO

Para além do léxico espacial propriamente dito, a toponímia introduzida pelo movimento apresenta-se carregada de um simbolismo sobre o qual vale a

⁸ No Rio de Janeiro, com a eleição, para prefeito, em 2008, de um candidato alinhado com as administrações estadual e federal, volta-se novamente à carga com a tentativa de desemperrar o antigo projeto de “revitalização” da Zona Portuária.

pena debruçar-se, inclusive com a finalidade de, por meio dela, compreender a importância de certos valores políticos e programáticos. O que os nomes das ocupações sugerem, o que eles traduzem?

Os nomes de ocupações podem ser agrupados em duas classes: a classe das homenagens a indivíduos específicos, via de regra personalidades que, na história do Brasil, exerceram algum tipo de papel de resistência ao *status quo*; e a classe das alusões ou homenagens a sujeitos coletivos.

Exemplos da primeira categoria: Carlos Lamarca (organizada pelo MTST em 2002), Chico Mendes (antigo acampamento do MTST em Taboão da Serra, na Grande São Paulo, iniciado em 2005, e que atualmente aguarda sua transferência para um assentamento financiado pela Caixa Econômica Federal e localizado na mesma cidade, fruto de uma vitória política), João Cândido (em Itaipericica da Serra, iniciada em 2007), Carlos Marighela (no Rio de Janeiro, iniciada em 2007), Anita Garibaldi (ocupação iniciada em 2001 e que foi assentada em 2002), Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares, Manoel Congo (iniciadas, respectivamente, em 2004, 2005 e 2007, todas no Rio de Janeiro).

Exemplos da segunda categoria: Flor do Asfalto e Quilombo das Guerreiras (iniciadas, respectivamente, em 2005 e 2006, ambas na Zona Portuária do Rio de Janeiro).

Reproduzimos, a seguir, alguns trechos das entrevistas que abordam o tema dos nomes das ocupações e dos acampamentos.

[Os nomes das ocupações procuram fazer] um resgate histórico de um processo que ocorreu naquela mesma região onde as ocupações atuam, né? Que há cem anos atrás havia toda uma população de origem africana que tinha se libertado da escravidão e tava num processo bastante efervescente, cultural (Entrevista com membro da FLP em 22/01/2008, no Rio de Janeiro).

Pra mim ele representa uma moradia de negros guerreiros, escravos guerreiros. Lutavam pela liberdade, pela própria liberdade, e [para] ter um lugar fixo pra eles, que é o que a gente luta (Entrevista com moradora da Ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008, no Rio de Janeiro).

É... Eu gosto porque Quilombo das Guerreiras quer dizer, pra mim, né? Na minha concepção, que seja um lugar de luta, né? Principalmente por parte das mulheres, que as mulheres aqui, são mais assim... Mais ativas, aqui dentro as mulheres têm mais iniciativa, as mulheres têm mais... Tudo aqui as coisas mais partem das mulheres, entendeu? E é um nome bom porque é um nome forte, é um nome que representa luta, é isso aí: representa luta (Entrevista com moradora da ocupação Quilombo das Guerreiras em 19/02/2008).

É, na verdade essa é uma política que a gente tem no movimento, sempre teve a política, que, na verdade é um costume, uma linha que vem do MST, que é

de batizar as ocupações com nomes de lutadores. Com isso a gente tenta [...] estimular o trabalho de formação política dentro do acampamento. Parte dessa identificação com o nome de um lutador, a gente constrói isso nos acampamentos, essa identidade com a luta e com a figura de um lutador ou de uma lutadora; enfim, isso é uma prática que a gente tem, que tenta ser mais um dos métodos que a gente tem de criação de identidade coletiva nas ocupações. Apesar de que já tem algumas discussões sendo feitas dentro do movimento no sentido da gente começar a experimentar batismo não de nome de pessoas, mas de, por exemplo, são coisas que o MST já faz: Terra Sem Males, nomes que também têm aí uma carga mística, que também sejam um instrumento de criação de identidade (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 08/03/2008).

[É] um significado que explicita uma contradição, por exemplo: a mídia, por exemplo, ela diz assim – “Ah, baderneiros, aventureiros, loucos, invasores fizeram uma baderna em tal terreno, em tal cidade. Eles chamaram tal favela e tal baderna de acampamento Rosa Luxemburgo.” E isso tem uma contradição muito grande, porque que pessoas são essas que vão fazer baderna e que trazem uma homenagem à Rosa Luxemburgo? Então, já fica evidente que não é só uma baderna, que tem uma história por trás dessa baderna. E acho que esses nomes, eles, na verdade, ajudam a gente a se conectar com a história. Porque tem muito isso, assim, né? A gente tem muito problema na nossa história de esquerda, né? Várias coisas ruins que aconteceram. Mas, à luz do presente, também a gente não pode olhar pras coisas e jogar todas elas fora (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 10/03/2008).

Sobre o processo de escolha dos nomes, mais especificamente, os dois trechos a seguir, embora curtos, são bastante informativos:

O nome do acampamento é escolhido em assembleia, ele é escolhido pelo povo. O que a gente faz, claro, é levar algumas sugestões, mas nem sempre as nossas sugestões são aceitas. A Chico Mendes, por exemplo, foi uma sugestão que veio da assembleia (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 08/03/2008, em São Paulo).

A gente também procura fazer alguns resgates nas regiões. Por exemplo: em Osasco, Lamarca era um dos nomes. Era um dos nomes porque foi lá que o Lamarca, foi no quartel de lá que o Lamarca roubou as armas. Em São Bernardo porque tinha a questão das greves, e Santo Dias foi um operário que morreu numa greve e que virou símbolo da Pastoral Operária, da oposição operária, da luta operária (Entrevista com membro da Coordenação Estadual do MTST em 10/03/2008, em São Paulo).

Os comentários que seguem não pretendem mais do que fornecer uma brevíssima introdução ao estudo dos nomes das ocupações. No entanto, o material colhido mediante as entrevistas já nos abre possibilidades para estabelecer certas relações.

Primeiramente, é preciso esclarecer que o batismo das ocupações de sem-teto com nomes usados para render homenagem a importantes ícones das lutas emancipatórias não é uma regra geral. Há ocupações que são associadas simplesmente ao seu endereço, como, por exemplo, a famosa ocupação Prestes Maia, no Centro de São Paulo, que já foi retratada em vários documentários. Dessa maneira, pode-se constatar que o batismo das ocupações com nomes como Chico Mendes ou Quilombo das Guerreiras expressa um investimento simbólico que carrega consigo um variado arco de intencionalidades. A primeira e mais evidente é associar o espaço a algum tipo de luta emancipatória, mas outros elementos podem ser elencados.

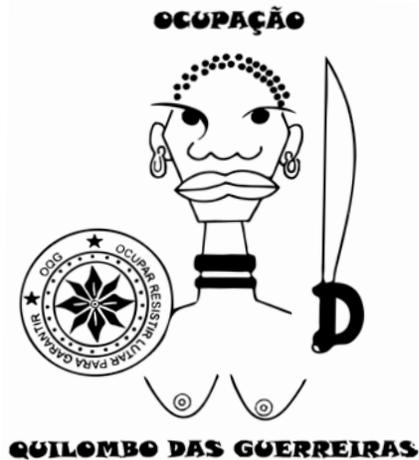
Como nos relatou uma das entrevistadas, escolher nomes de indivíduos cuja biografia é amplamente reconhecida por ideais considerados nobres procura estabelecer uma contraposição com relação ao preconceito que sofrem as ocupações por parte da mídia e de uma grande parcela da população. Rompe-se, já através do nome, com a imagem segundo a qual as ocupações e os acampamentos seriam “antros de desordem” e de criminalidade, “invasões” promovidas e habitadas por gente desonesta, desordeira e perigosa.

Notamos também que, em diversas respostas, há menção ao vínculo de alguns nomes com as características ou a memória dos espaços onde as ocupações se estabelecem. Segundo nos informou a mesma entrevistada mencionada no parágrafo precedente (membro da coordenação do MTST em São Paulo), os organizadores das futuras ocupações procuram fazer “resgates nas regiões”, buscando homenagear elementos atrelados a ativistas ou a lutas daqueles bairros ou municípios. Diversas ocupações do Rio de Janeiro, como a Zumbi dos Palmares e a Quilombo das Guerreiras, por exemplo, encontram-se em uma área no entorno do CBD carioca, a Zona Portuária, que há séculos concentra uma grande população de negros e mulatos⁹.

Outro aspecto muito importante dos nomes das ocupações diz respeito à diversidade das bandeiras de luta que elas referenciam. Para além daqueles ícones caros à esquerda tradicional, como Lamarca, Marighela e Rosa Luxemburgo, há muitos nomes que fazem referência às lutas dos negros – Zumbi dos Palmares, Manoel Congo, João Cândido –, outros às lutas das mulheres – como Chiquinha Gonzaga –, além daquelas que condensam várias dessas ban-

⁹ Ver, sobre isso, Moura (1983, p. 57 et seq), Rabha (1985) e Abreu (1987, p. 37).

deiras como, para citar o caso mais expressivo, Quilombo das Guerreiras, que a um só tempo resgata o espaço de resistência dos negros à época da escravidão e a luta das mulheres, as quais assumem cada vez mais o protagonismo em vários movimentos sociais dos dias atuais. (Observem-se, nas Figs. 1 e 2, duas das ilustrações que são utilizadas como símbolos pelos ativistas da Ocupação Quilombo das Guerreiras, e que são encontradas, por exemplo, em camisetas confeccionadas para venda; tais ilustrações retratam diversos elementos de elevado poder simbólico, como, na Fig. 1, as três mulheres de “raças” diferentes, a corrente que se quebra, o prédio da ocupação e instrumentos de trabalho que representam, ao mesmo tempo, a produção em um quilombo do passado e a solidariedade para com as lutas do campo no presente – solidariedade essa que está longe de ser um privilégio exclusivo do MTST –; e, na Fig. 2, as raízes africanas fenotipicamente óbvias de muitos ocupantes e o espírito combativo das “mulheres guerreiras” da ocupação). Ademais, há aqueles nomes, como o já mencionado de Chiquinha Gonzaga, que, além de se vincular à memória da cultura e da resistência negra (Chiquinha Gonzaga, embora branca, foi uma abolicionista), estão indelevelmente atrelados à cultura nacional de maneira geral. Buscam, portanto, mediante os seus nomes, transmitir aquilo que as suas bibliotecas, cirandas infantis e grupos de teatro concretizam no seu cotidiano: as ocupações são espaços de produção cultural.



Figuras 1 e 2. Ilustrações utilizadas como símbolos pelos ativistas da Ocupação Quilombo das Guerreiras, no Rio de Janeiro.

CONCLUSÃO

Do exame dos depoimentos colhidos, saltam aos olhos, a propósito do léxico espacial do movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro e em São Paulo, tanto uma significativa diversidade de usos e entendimentos quanto, ao mesmo tempo, várias convergências dignas de nota.

A diversidade de usos e entendimentos a respeito de certos termos e expressões parece ter a ver com várias coisas: com a cidade, com a localização da ocupação e, também, com a organização específica à qual se vincula o entrevistado (no caso de se vincular a alguma¹⁰) e suas preferências e seus hábitos no que se refere às estratégias e práticas espaciais mais frequentes; além disso, a posição que o entrevistado ocupa em uma certa “hierarquia” (em alguns casos, como no do MTST, formal, em outros casos informal), ou o papel de maior ou menor destaque que ele desempenha, igualmente parece manter estreita relação com coisas como o grau de elaboração de determinadas respostas, ou mesmo com a presença maior ou menor de alguns preconceitos (notadamente a respeito das favelas, dos favelados e daquilo que mesmo alguns sem-teto admitem chamar de “invasões”). É razoável supor que, em um ambiente em que posições de liderança são conquistadas, entre outros fatores (como capacidade de trabalho, confiabilidade e coragem), na base da capacidade de argumentação e persuasão, indivíduos que exercem papéis de maior destaque (formal ou informalmente) sejam, muitas vezes (mas sem poder fazer disso uma regra geral...), detentores de uma maior capacidade de elaboração. Por fim, é de se intuir que outros fatores, como gênero, (auto)[r]representação étnico-racial e faixa etária, tenham influenciado ou possam influenciar determinadas respostas e a compreensão do significado de cada termo ou expressão; contudo, a esse respeito podemos ser, por hora, ainda menos conclusivos.

A despeito das discrepâncias, divergências e grande variabilidade de conhecimento ou reflexão acerca de certos componentes do léxico espacial do mo-

¹⁰ Para resumir e sistematizar, e para evitar mal-entendidos, esclareça-se que estamos lidando, nos casos estudados, com três tipos de organização: 1) o MTST, que é uma organização especificamente voltada para o movimento dos sem-teto; 2) a FLP (que, na verdade, se dissolveu em outubro de 2008), a qual, conquanto tivesse no apoio ao movimento dos sem-teto um vetor privilegiado de atuação, não se restringia a isso; 3) cada uma das ocupações da área central do Rio de Janeiro, as quais, por serem geridas de modo basicamente “horizontal” e autogestionário, estabelecem laços de cooperação e solidariedade entre elas (em estilo quase “federativo”, embora ainda sem chegar formalmente a tanto), mas em que cada uma delas abriga sua própria “organização” (em sentido bastante amplo).

vimento (em especial no tocante às expressões reforma urbana e revitalização urbana), várias convergências relevantes puderam ser constatadas, entre elas duas principais: 1) o termo “ocupação” é claramente distinguido da palavra (pejorativa) “invasão”; 2) os sem-teto se autorrepresentam como um movimento social importante e combativo, sendo que os ativistas, ao mesmo tempo em que ressaltam laços de solidariedade e de classe que os unem aos favelados (sendo eles mesmos, em grande parte, ex-favelados), se definem como parte de um movimento organizado e politizado (em contraposição às favelas). No que concerne à expressão reforma urbana, é notável que mesmo no MTST não haja ainda uma reflexão mais elaborada a propósito do seu conteúdo... Conquanto “Na luta pela reforma urbana” seja uma das divisas da organização, um dos entrevistados admitiu que o MTST chegou à ideia de “reforma urbana” em grande parte por analogia com a “reforma agrária” (bandeira central da organização – MST – a partir da qual o MTST foi gerado), sem que, no entanto, já exista um grande acúmulo de trabalho reflexivo em torno do assunto. A (re)construção da bandeira da reforma urbana pelo movimento dos sem-teto, como se vê, é ainda *work in progress*, e de forma alguma uma empreitada que tenha atingido sua maturidade.

Quanto aos topônimos, eles representam uma forma fundamental de “marcar o espaço” simbolicamente – parte essencial, portanto, não somente da produção de uma nova imagem de “lugar”, mas também do próprio processo de territorialização. Para além das homenagens a personagens célebres, como João Cândido, Chiquinha Gonzaga ou Zumbi dos Palmares, é todo um conjunto de intenções e elementos de um discurso de resistência que é, de maneira menos ou mais complexa, direta ou indiretamente mobilizado: a denúncia da exploração de classe, da opressão de gênero, do racismo, do odioso legado da escravidão... A criatividade do movimento dos sem-teto, de maneira talvez mais evidente nos marcos de um padrão organizacional altamente descentralizado como aquele das ocupações da área central do Rio de Janeiro, chega ao ponto, como no caso da Ocupação Quilombo das Guerreiras, no bairro do Santo Cristo (Zona Portuária), de combinar diferentes elementos de uma simbologia emancipatória em um único nome (e nos símbolos gráficos daí derivados, como demonstra, em particular, a Fig. 1). Shakespeare exprimiu, pela boca de Julieta, na peça “Romeu e Julieta”, a convicção de que um nome é uma mera convenção, algo artificial, e que o que importa é aquele(a) (ou aquilo) que é designado

pelo nome, e não o nome em si: “*What is in a name? That which we call a rose by any other name would smell as sweet*” (“O que há em um nome? Se chamarmos a rosa por outro nome qualquer, ela não será por isso menos perfumada”). E, no entanto, diferentemente do que sugeriu o grande dramaturgo, os nomes são muitas vezes importantes, sim – como vem sendo bem compreendido pelo movimento dos sem-teto.

EXCURSO METODOLÓGICO

Tendo em vista o caráter fundamentalmente qualitativo da pesquisa, e com base no conhecimento dos autores auferido ao longo de sua colaboração com o movimento dos sem-teto, optamos por um plano de amostragem não probabilístico, intencional. Antes de fornecermos aos leitores informações sobre o tamanho da amostra e os recursos utilizados para a obtenção de um certo equilíbrio no que toca à “representatividade qualitativa” dos depoimentos, cremos ser necessário deixá-los a par das especificidades concernentes ao nosso “laboratório”, ou seja, as ocupações do movimento dos sem-teto.

De saída, há uma relativa dificuldade em obter informações precisas a respeito de diversas características da população envolvida, a começar pelo número exato de habitantes residentes em determinadas ocupações. Outras informações, como aquelas referentes à idade dos ocupantes, à sua distribuição por gênero, às profissões exercidas pelas pessoas, à sua renda e à sua origem são, como se pode intuir, de obtenção ainda menos trivial. A informação que mais facilmente se pode obter é a referente ao número de famílias residentes em uma ocupação – o qual pode, via de regra, ser inferido a partir do número de unidades habitacionais ocupadas, no caso de um prédio, visto ser uma norma comum nas ocupações a permissão de permanência de apenas uma família por unidade. O número de famílias também pode ser checado por meio de conversas com pessoas idôneas e bem informadas, que muitas vezes exercem um papel de liderança (formal ou informal), e que, além do mais, devido ao seu intenso envolvimento com as ocupações, costumam acompanhar a contagem das unidades ocupadas. (De toda forma, tivemos sempre o cuidado de cruzar as informações de duas ou mais pessoas para cada ocupação). O fato é que raramente os indivíduos e grupos que exercem um papel de organização procedem a algo como um “minicenso” – em muitos casos por conta das premências e urgências do dia a dia, não devendo ainda ser esquecido que, diferentemente de

uma favela, uma ocupação de sem-teto, às vezes, apresenta um percentual de “população flutuante”, isto é, de pessoas que não necessariamente estão todos os dias na ocupação, especialmente quando esta ainda não está consolidada e há carências graves de infraestrutura (abastecimento de água e energia elétrica, por exemplo). Essa “população flutuante” é, não raro, motivo de atritos no interior das próprias ocupações, conforme pudemos constatar em alguns prédios ocupados na área central do Rio de Janeiro. Contudo, nem sempre se trata de “oportunismo”, mas sim de dificuldades de várias ordens (como, para mencionar o exemplo mais frequente, a necessidade de realizar trabalhos temporários em áreas distantes da cidade. A propósito, a não estabilidade no trabalho é um fator que dificulta muito o envolvimento de muitos moradores com as instâncias organizativas das ocupações).

Não bastasse a diversidade da população de cada ocupação por gênero e idade, há também uma significativa variação do papel exercido pelos agentes sociais envolvidos com cada ocupação, variação essa derivada do modelo político de gestão adotado por elas. Essa é outra característica do movimento dos sem-teto que nos obrigou a adotar certos cuidados, como aqueles referentes à estratificação da amostra.

As ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), por exemplo, se organizam por meio de uma hierarquia de “coordenações”, variáveis conforme a escala: da coordenação estadual, na escala mais abrangente, até as coordenações de quadras (dos acampamentos), passando pela coordenação do acampamento e, ainda, pelas coordenações regionais (as quais, apesar do nome, se referem a uma escala intraurbana). Como não poderia deixar de ser, há ainda aquela parcela que representa o grupo mais numeroso nas ocupações do MTST, a sua base social, constituída pelos moradores dos acampamentos que não tomam parte em qualquer coordenação (moradores “comuns”).

Já as ocupações do Rio de Janeiro por nós pesquisadas adotam um modelo de gestão diferente, sem coordenações. Há, por um lado, uma instância deliberativa estritamente composta pelos moradores, o “coletivo”, do qual todos eles podem participar. Além do coletivo, há todo um conjunto de agentes não residentes nas ocupações, mas que exercem um importante papel na constituição dessa fração do movimento: são os que constituem o assim chamado “apoio” das ocupações. Os grupos de apoio são integrados por militantes de diferentes organizações, como a Frente de Luta Popular (FLP) e a Central de Movi-

mentos Populares (CMP), mas também por pessoas “independentes”, isto é, não vinculadas a qualquer organização. Muito embora não haja coordenações nessas ocupações, é forçoso reconhecer que certos moradores desempenham, inegavelmente, um papel mais destacado, assumindo, geralmente, um maior número de tarefas, além de tarefas de maior responsabilidade. (Isso não contradiz a proposta de horizontalidade do modelo de organização; na prática, é inevitável que alguns indivíduos se destaquem mais que outros. O fundamental é, a exemplo da democracia ateniense, que não se criem dinâmicas que facilitem a cristalização de posições individuais de poder. Lamentavelmente, porém, é comum, no contexto de uma sociedade heterônoma, que cada ocupação tenha os seus “*free-riders*”, que tentam se envolver o mínimo possível; além do mais, muitos moradores, mesmo estando longe de uma postura oportunista deliberada, têm dificuldades para assumir determinadas responsabilidades. Considerar essa realidade é, metodologicamente, importante). O “apoio”, igualmente, possui os seus indivíduos mais ou menos envolvidos com as ocupações. Para este modelo de organização política, o qual denominaremos de “variante por coletivo”, em contraposição à “variante por coordenação” do MTST, adotamos uma estratificação a partir de três categorias: moradores, “moradores destacados” e “apoio”.

Para ambas as variantes, tendo em vista o critério para a definição do campo amostral apresentado no último parágrafo deste excursus metodológico, decidimos contemplar ao menos um “representante” de cada uma das categorias apresentadas logo acima. Em vários casos, porém, foi possível colher mais de um depoimento, o que ocorreu, particularmente, com os moradores “comuns”.

Com relação à faixa etária e à distribuição por gênero, buscamos entrevistar aproximadamente o mesmo número de homens e de mulheres, bem como pessoas de diferentes idades.

Para as entrevistas, de caráter semiestruturado e com questões abertas, nós elaboramos dois diferentes tipos de roteiro: um primeiro destinado aos integrantes de organizações (membros de coordenação ou “apoio”), e um segundo destinado a moradores que não são integrantes de organizações. As diferenças entre os dois roteiros são, contudo, muito pequenas, permanecendo idênticas as perguntas mais relevantes, justamente aquelas a respeito do léxico espacial.

Por se tratar de uma pesquisa exploratória, não procuramos definir um campo amostral amplo. Em São Paulo, onde tivemos a oportunidade de rea-

lizar apenas uma ida a campo de maneira sistemática, empreendemos sete entrevistas, duas com coordenadores estaduais do MTST, uma com um coordenador regional, outras duas com moradoras e coordenadoras do acampamento João Cândido, e duas últimas com dois moradores do mesmo acampamento, que não exercem qualquer função de coordenação. No Rio de Janeiro, por sua vez, foram realizadas nove entrevistas: uma delas com um ativista da FLP, o qual apoia diversas ocupações; três com moradores que exercem papel de líderes destacados nas ocupações onde residem, a saber, as ocupações Chiquinha Gonzaga, Zumbi dos Palmares e Quilombo das Guerreiras; além de outros cinco moradores “comuns” dessas três ocupações.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Mauricio de Almeida. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO e Jorge Zahar Editor, 1987.
- CASTORIADIS, Cornelius. *L'institution imaginaire de la société*. Paris: Seuil, 1975.
- HARVEY, David. *Spaces of Hope*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 2000.
- MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1983.
- RABHA, Nina Maria de Carvalho E. Cristalização e resistência no centro do Rio de Janeiro. *Revista Rio de Janeiro*, v. 1, n. 1, p. 35-43, 1985.
- RELPH, Edward. *Place and placelessness*. London: Pion, 1976.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 77-116.
- _____. *A prisão e a ágora*. Reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.
- _____. *Territórios dissidentes: Precarização socioeconômica, movimentos sociais e práticas espaciais insurgentes nas cidades do capitalismo (semi)periférico*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), 2006b. Projeto de pesquisa. Vigência: 2007-2010.
- _____. *Fobópolis*. O medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008a.
- _____. *A cidade, a palavra e o poder: Práticas, imaginários e discursos heterônomos e autônomos na produção do espaço urbano*. In: WORKSHOP DO GRUPO DE ESTUDOS URBANOS (GEU), 3., São Paulo, 2008. *Texto para discussão*. São Paulo: Grupo de Estudos Urbanos, 2008b.
- TEIXEIRA, Eduardo Tomazine. *O léxico espacial do movimento dos sem-teto: Um estudo sobre o discurso produzido pelos moradores da Ocupação Quilombo das Guerreiras*. 2008. Projeto de Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5. ed. São Paulo: Pólis, 1987.

_____. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2005.

TUAN, Yi-Fu. *Topofila*. Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980 [1974].

_____. *Espaço & Lugar*. A perspectiva da experiência. São Paulo: DIFEL, 1983 [1977].

Recebido em: 27/01/2009

Aceito em: 02/03/2009

OÍKOS, ÁGORA E EKKLESÍA: UMA INTRODUÇÃO ÀS FRONTEIRAS, PONTES E “ÁREAS DE SOMBRA” DE UM ESPAÇO OCUPADO POR SEM-TETO (OCUPAÇÃO QUILOMBO DAS GUERREIRAS – RIO DE JANEIRO)¹

RAFAEL GONÇALVES DE ALMEIDA

Mestrando em Geografia

Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

rafaelalmeida08@gmail.com

MATHEUS DA SILVEIRA GRANDI

Mestrando em Geografia

Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

MARIANNA FERNANDES MOREIRA

Mestranda em Geografia

Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD)

Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO

O movimento dos sem-teto no Rio de Janeiro tem realizado ocupações na área central da cidade e organizado a gestão dos seus espaços a partir de uma estrutura formal fortemente horizontalizada (ou seja, com reduzidíssimos traços de hierarquia), na qual os espaços deliberativos são abertos à participação de todos os moradores.

¹ Este artigo foi elaborado nos marcos do projeto CNPq (2007 – 2010) “Territórios dissidentes: Precarização socioeconômica, movimentos sociais e práticas espaciais insurgentes nas cidades do capitalismo (semi)periférico”, coordenado pelo Prof. Dr. Marcelo Lopes de Souza, docente do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e coordenador do Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial (NuPeD) da mesma universidade. Aproveitamos para agradecer-lhe pela orientação, pelo apoio e pela disposição com que nos tem auxiliado nas atividades de pesquisa. Agradecemos também a Eduardo Tomazine Teixeira pelo constante intercâmbio de ideias e pela revisão do texto e a Ângela Moraes Sant’Ana pelo carinho, pelas fotos e por cada dia de convívio que nos inspira a continuarmos lado a lado nessa luta.

Considerando que as relações sociais (que são expressão e instrumento de poder) são, necessariamente, especializadas, entendemos que a dinâmica de um espaço autogerido apresentará características próprias em contraposição à dinâmica de um espaço heterogerido. Essa dimensão espacial, entendida tanto como substrato espacial, quanto como condicionamento exercido pelos recortes territoriais e pelas fronteiras sobre as relações de poder, tem contribuído para a construção de novas relações sociais pautadas por significações imaginárias sociais distintas das atuais. Neste sentido, buscaremos elucidar elementos da organização espacial interna da ocupação Quilombo das Guerreiras e contribuir com reflexões a respeito de ocupações semelhantes encontradas na área central da cidade do Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVE: Autogestão. Espaço urbano. Movimento dos sem-teto. Rio de Janeiro.

OÍKOS, ÁGORA AND EKKLESÍA: AN INTRODUCTION TO THE “FRONTIERS”, “BRIDGES” AND “SHADOW AREAS” OF A SPACE OCCUPIED BY LOW-INCOME SQUATTERS (OCUPAÇÃO QUILOMBO DAS GUERREIRAS – RIO DE JANEIRO)

ABSTRACT

The *sem-teto* movement in Rio de Janeiro has carried out “*ocupações*” (*sem-teto* settlements) in the central area of the city and organized the management of their small territories through a highly horizontal structure (with very little traces of hierarchy) in which the deliberative spaces are open to the participation of all the dwellers. Considering that social relations (which are means and expression of power) are spatialised, we understand that the dynamics of a self-managed space will present its own characteristics, different from the characteristics of a heteronomous space. This spatial dimension, understood as both the material space and territoriality (i.e. spatial projections of power) has contributed to the construction of new social relations guided by social imaginary significations different from those which are dominant today. In this sense, this paper intends to elucidate elements of the internal spatial organization of the “*ocupação*” “*Quilombo das Guerreiras*” and contribute to the reflections on similar “*ocupações*” which exist in the central area of Rio de Janeiro city.

KEY WORDS: Self-management. Urban Space. *Sem-teto* movement. Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O centro da cidade do Rio de Janeiro possui uma história cuja amplitude temática e cronológica se confunde com processos das mais variadas escalas da realidade (do Brasil ou da própria cidade), sejam eles de caráter principalmente social, cultural, espacial, econômico ou político (ainda que, no mais das vezes, estejam todos presentes e imbricados). A predominância das atividades nele encontradas já transitou em várias searas, desde sua característica fortemente residencial (em sua época imperial, por exemplo) até seu papel atual de relevante centro financeiro e comercial da cidade. Sem nunca deixar de desempenhar as funções administrativas das variadas escalas de governo que já tiveram no Rio de Janeiro seu *locus* de administração, gestão e planejamento, no auge das atividades portuárias da cidade, uma grande extensão de sua área foi definida para desempenhar funções puramente voltadas ao comércio marítimo. O enfraquecimento dessas atividades uniu-se com a descentralização política ocorrida na segunda metade do século XX e com o crescimento econômico de outras áreas urbanas do país, culminando em um grande índice de imóveis não somente subutilizados, mas completamente ociosos e abandonados. Ainda assim, a região central do Rio de Janeiro passou por intensas intervenções urbanísticas, que terminaram não somente modificando as formas espaciais presentes no centro da cidade mas, também, consolidando e reforçando a correlação de forças políticas existente. Exemplos disso foram não somente as grandes desapropriações (e consequentes pagamentos das indenizações correspondentes) de imóveis das principais ordens religiosas da época (FRIDMAN, 1999), como também a série de ações que terminou por desmontar grande parte das moradias de baixa renda que tinham espaço em antigos casarios do centro da cidade – os famosos “cortiços”, de onde muitos saíram para adensar a ocupação dos morros da região central (ABREU, 1988). Constituiu-se, dessa forma, em uma reurbanização com fortes temperos elitistas, resultado de uma tentativa de gentrificação do espaço considerado.

Relacionar os processos de “urbanização”² com a exclusão de parcelas da população de áreas determinadas da cidade é, há de se reconhecer, já bastante

² Usa-se aqui o termo urbanização entre aspas para enfatizar que, da forma como foi concebida na esteira, por exemplo, da Reforma Passos no Rio de Janeiro do começo do século XX (e, diga-se de passagem, que segue sendo concebida em sua ampla maioria das vezes na atualidade), o processo não diz respeito à gama toda de aspectos relacionados à urbanidade, mas especialmente às modificações da dimensão do substrato espacial material de parte da urbe (ainda que envolva diversos aspectos sociopolíticos, cuja consideração é fundamental para elucidar o ocorrido).

frequente. No caso das grandes cidades brasileiras (apesar de não somente neste país tais situações serem encontradas), esses processos vêm sendo acompanhados pela ociosidade de inúmeros imóveis que, se por um lado não possuem mais as funções que lhes eram características anteriormente, tampouco passam por um processo de refuncionalização efetiva. Para além de uma “desfuncionalização”, é ainda mais risível a importância que se tem dado a tais imóveis quando se diz respeito à resolução do déficit habitacional brasileiro. Enquanto inúmeros imóveis permanecem completamente inutilizados (e diversas vezes literalmente entregues às intempéries), o número de habitações necessárias para suprir a falta de moradias segue crescente. Situação já antiga, diga-se de passagem, pois, em meados da década de 1960, quando o ideário da reforma urbana ainda engatinhava, a preocupação com a ênfase na importância das discussões relativas à questão habitacional já era percebida³. Tal questão assumiu ainda maior relevância nos debates que ressurgiram após os momentos mais rígidos do regime militar ditatorial que governou o Brasil, notadamente durante a década de 1980, tendo por elemento catalisador as discussões ao redor da elaboração da nova Constituição. As demandas de tal ideário, porém, foram reduzidas a somente dois artigos da Constituição Federal (Art. 182 e 183), e, em 2001, a promulgação da Lei 10.257 (autodenominada Estatuto da Cidade) trouxe a regulamentação de questões já previstas nos referidos artigos da Constituição, enfatizando ainda, em diversas passagens, a imprescindibilidade da participação popular direta na elaboração das políticas públicas de planejamento e gestão das cidades⁴.

Um instrumento jurídico como o Estatuto da Cidade, porém, não pode ser responsabilizado exclusivamente por tal ênfase. A mobilização popular cumpriu (e segue cumprindo) papel fundamental e insubstituível quando se trata de explicitar demandas e propor alternativas ao Estado a respeito de políticas públicas coerentes com as necessidades populares. Exemplos marcantes vieram à tona no decorrer também da década de 1980 e início da década de 1990 com os ativismos de bairro, notadamente os centros e associações comunitárias. No entanto, os movimentos sociais urbanos têm também colocado em prática alternativas concretas na busca de solucionar tais demandas e necessidades, apesar do aparato estatal e de seus limites de ação (SOUZA, 2006b). Um dos

³ Cf. Souza (2006a, p. 213 et seq).

⁴ Cf. Souza (2006a, p. 218 et seq).

exemplos contemporâneos mais explícitos tem sido aquele vinculado ao movimento dos sem-teto.

A forma de manifestação das organizações do movimento dos sem-teto se baseia principalmente na ação direta sobre imóveis há tempo ociosos, não utilizados e abandonados. Algumas organizações têm seu foco em terrenos, enquanto outras atuam sobre prédios. As áreas nas quais os imóveis almejados se encontram também variam de acordo com as definições das organizações, podendo ser encontrados tanto nas franjas periurbanas quanto no centro de algumas cidades. Após a ocupação, melhoramentos são realizados nos imóveis visando a comportar funções residenciais, culturais e produtivas (atividades de geração de emprego e renda). A população envolvida em tais práticas espaciais é majoritariamente proveniente de áreas pouco servidas pelos serviços públicos essenciais (como fornecimento de água, esgoto e serviços sanitários básicos, segurança e transporte), bem como de locais fortemente territorializados por traficantes de drogas que operam no varejo. Essas características terminam por reduzir tanto a expectativa de conquista de uma estabilidade socioeconômica, quanto as margens de manobra para organização e para a atividade política. As ocupações do movimento terminam, portanto, por cumprir ao menos uma dupla função: a construção de uma alternativa de moradia (e outras atividades culturais e econômicas) apesar do Estado, e a instauração de um espaço de debates plural distante da maioria das limitações frequentemente encontradas nos antigos locais de moradia.

É no contexto desse movimento social que a ocupação Quilombo das Guerreiras, foco do presente trabalho, é gestada. Localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro, parte da antiga região portuária, a ocupação possui mais de dois anos de existência. Fruto de um processo de organização prévio de muitos meses, vivem atualmente no imóvel cerca de 40 famílias distribuídas nos quatro andares do imóvel (de propriedade da Companhia Docas do Rio de Janeiro) até então desocupado há mais de uma década. Por sua vez, sua organização política interna possui características próprias. Sua instância máxima de discussão e deliberação são as assembleias de moradores. O "coletivo" (denominação de tal instância) é o responsável por debater quais as prioridades, organizar a execução das atividades e deliberar sobre os assuntos relativos à coletividade dos moradores. Nele, todos os moradores possuem formalmente o direito à voz. Já os votos são distribuídos de acordo com as famílias (sendo um voto para cada uma). Por essa instância, são passados todos os assuntos referentes às práticas, expectativas e horizontes

sociopolítico-espaciais dos moradores da ocupação, definindo inclusive as divisões, usos e funções dos espaços internos do prédio (bem como as intenções de relações a serem estabelecidas com seu entorno). Os moradores, dessa forma, reivindicam uma organização política interna horizontal, caracterizada por relações políticas formais não hierarquizadas, aproximando-se das práticas sociopolítico-espaciais de ao menos outras três ocupações também localizadas na região central da capital carioca: a ocupação Chiquinha Gonzaga (2004), a Zumbi dos Palmares (2005) e a Machado de Assis (2008).

O presente trabalho terá sua atenção voltada para as práticas espaciais “nanoterritoriais” (SOUZA, 2006a, p. 317-318), enfatizadas por ser nesta escala onde

as relações de poder remetem a interações face a face entre indivíduos, os quais compartilham (coabitam, trabalham, desfrutam) espaços muito pequenos, em situação de co-presença. Nesses espaços eles exercem, quotidianamente (e, amiúde, informalmente), algum poder, ao mesmo tempo em que, com suas práticas, espacialmente referenciadas (desejo de ocupar espaço, vontade de possuir objetos inscritos no espaço etc.), colaboram para definir a organização espacial nessa escala modesta (SOUZA, 2006a, p. 317).

A dinâmica nanoterritorial da ocupação, e de maneira mais relevada para este trabalho a sua organização espacial interna têm extrema importância tanto para sua manutenção quanto para seu projeto e sua estratégia política. Tal afirmação se baseia na importância para a instituição de qualquer sociedade que a dimensão espacial toma, tanto entendida enquanto substrato material (sua materialidade concreta) quanto por suas práticas políticas e afetivas espacialmente referenciadas e referenciáveis.

Entendendo a prática espacial das organizações do movimento dos sem-teto como uma atividade preche de diversas intenções de construção de novas relações sociais (pautadas por “significações imaginárias sociais”⁵ distintas das atuais), e reconhecendo a importância da compreensão de sua espacialidade para uma melhor apreensão de suas características, buscaremos neste trabalho elucidar elementos da organização espacial interna da ocupação Quilombo das Guerreiras, visando, adicionalmente, a contribuir com reflexões a respeito de ocupações de sem-teto semelhantes encontradas na área central da cidade do Rio de Janeiro. Faz-se mister, no entanto, ressaltar que as categorias espaciais que serão utilizadas para tal tarefa são fruto de uma racionalização por nós operada a partir dos dados e das informações

⁵ Ver, sobre a ideia de “significações imaginárias sociais”, Castoriadis (2007, p. 385 et seq).

coletados em campo. Portanto, não se referem à terminologia aplicada pelos próprios moradores em seu cotidiano. Essa ressalva é importante para que não se confundam as observações feitas aqui com as categorias do cotidiano dos indivíduos.

Para isso, serão utilizadas estratégias de pesquisa vinculadas à pesquisa participante – aproveitando a inserção dos autores na ocupação considerada, fruto de uma extensa e intensa colaboração dos mesmos com o movimento social em tela. Essa metodologia foi adotada por facilitar o contato com informações obtidas diretamente dos atores envolvidos na definição da organização espacial interna da ocupação considerada. Como instrumental metodológico, portanto, a observação participante e entrevistas informais com e sem diretriz foram realizadas. Realizou-se também a coleta de dados primários a partir de saída de campo específica com o objetivo de elaborar croquis (de caráter exploratório) de dois dos andares da ocupação considerada, selecionados por possuírem espaços caracterizados por diferentes usos e funções – dessa forma entendidos como fontes de dados importantes para que se possam apresentar elementos para uma reflexão introdutória a respeito da questão levantada.

UM MOSAICO DE PEÇAS ENEVOADAS: ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS ESPAÇOS DA OCUPAÇÃO

Teixeira e Grandi (2008), em seu estudo sobre o agir comunicativo e sua espacialidade na ocupação Chiquinha Gonzaga, diferenciaram os espaços da ocupação em três categorias: espaços privados (apartamentos de cada família); espaços coletivos (destinados para diversas funções como assembleias, eventos culturais e festivos, produção e geração de renda e portaria); e espaços de uso comum (banheiros de corredor e corredores).

No presente trabalho, pretendemos aprofundar a análise em relação às diferentes utilizações dos espaços coletivos e à sua micropolítica, e abordaremos os espaços da Ocupação Quilombo das Guerreiras que, como já explicitado, possuem características similares à ocupação estudada por Teixeira e Grandi. Entretanto, proporemos uma outra divisão dos espaços da ocupação de sem-teto, na qual os espaços de uso comum integram a categoria de espaços coletivos. Faz-se mister ressaltar que as divisões e categorizações não têm como objetivo propor modelos, mas serão utilizadas somente para facilitar a elucidação dos papéis desempenhados pela espacialidade na organização e na prática política da ocupação em tela. Além disso, as características utilizadas para cada categoria não se restringem

exclusivamente às categorias correspondentes. Muitas dessas características estão presentes de maneira concomitante em vários ou mesmo todos os espaços da ocupação, em maior ou menor grau. As fronteiras nem sempre são claras e as relações sociais e de poder observadas são complexas e não cessam inteiramente ao atravessar de um espaço para outro. Existem zonas de transição ou áreas de sombra e de contato entre os espaços. Assim, apesar de identificáveis, é impossível delimitar com precisão onde termina um desses espaços e começa o outro. Todos os espaços têm aspectos que perpassam essas divisões e que são importantes para a construção desse todo, costurando a teia de relações sociais existentes dentro da ocupação. Entretanto, os moradores da ocupação estudada, ao colocar em prática seu modelo de (auto)gestão política, agem de forma a adequar (em certa medida conscientemente) a organização espacial interna a este modelo. Feita a ressalva, iniciaremos a exposição dos diferentes espaços da ocupação com uma primeira e evidente divisão: os espaços coletivos e os espaços privados.

Primeiramente, vale resgatar a observação feita por Teixeira e Grandi (2008) sobre a diferença entre espaços públicos e espaços coletivos. Os espaços coletivos da ocupação não são públicos, pois não possuem acesso irrestrito a qualquer cidadão e conformam um espaço de moradia sob a gestão de seus moradores. Mesmo assim, ao contrário do que sugeriu Gomes (2001), os espaços coletivos não são, necessariamente, espaços apropriados e controlados por um grupo que exerce seu domínio ao alimentar as diferenças deste em relação a outros grupos (GOMES, 2001, p. 285). No caso da ocupação Quilombo das Guerreiras (como no caso da ocupação Chiquinha Gonzaga, enfocada pelo trabalho recém citado de 2008), os espaços coletivos, devido ao caráter político fortemente horizontal da mesma, são espaços democráticos regidos por normas explicitadas e acordadas coletivamente.

No decorrer deste trabalho iremos nos focar em um estudo mais aprofundado dos espaços coletivos que serão divididos em cinco categorias possuidoras de funções diversas e características próprias. Entretanto, antes disso, vale ressaltar alguns aspectos dos espaços privados da ocupação, suas características e seu papel na organização política da ocupação.

A relação entre os espaços privados da ocupação estudada e seus moradores não corresponde, obviamente, a uma relação de propriedade, mas sim de posse – e, além do mais, de uma posse cuja manutenção é condicionada a claros requisitos. O ocupante não pode vender ou alugar a sua unidade de moradia, pois ela pertence ao coletivo de moradores. Os espaços privados, portanto, não

são completamente imunes às intervenções do coletivo – se raramente de maneira direta, tais intervenções podem acabar ocorrendo de forma indireta por meio das redes de relações informais intersubjetivas que se estabelecem entre os moradores, especialmente nos espaços informais de uso comum. Castoriadis (2002), referindo-se à esfera privada grega, o *oïkos*, afirma que este é um “campo no qual formalmente, e em princípio, o poder não pode nem deve intervir” (CASTORIADIS, 2002, p. 264). Contudo, ele mesmo adverte que isso não pode e não deve ser tomado em sentido absoluto, pois a liberdade deve ser também protegida no lar. Assim, “a lei penal proíbe atingir a vida ou a integridade corporal dos membros da família, e a instrução das crianças é obrigatória até mesmo nos governos mais conservadores” (CASTORIADIS, 2002, p. 265).

Os espaços privados possuem, também, um papel político importante para o funcionamento da ocupação e de sua (auto)gestão. Em primeiro lugar, constituem a razão primeira da luta dos sem-teto – o de conquistar um espaço próprio para servir de moradia para cada indivíduo e, sendo o caso, para sua família. Dessa forma, a obtenção de uma moradia representa a possibilidade de melhor atender a suas necessidades urgentes e garantir um espaço seguro onde a privacidade da família seja respeitada. São nesses espaços que os moradores passam a maior parte do tempo quando não estão trabalhando. Entretanto, muitos moradores reconhecem que, para o fortalecimento do coletivo de moradores e a viabilização de uma ocupação autogerida, é necessário vivenciar e compartilhar os espaços coletivos, pois é neles que se estabelecem os vínculos sociais e afetivos tão importantes para que se almeje contemplar alguns pressupostos importantes para os processos de busca por um entendimento mútuo⁶ entre os moradores. É neles também que o morador exerce seu poder instituinte e onde pode, inclusive, questionar explicitamente a sociedade instituída. Assim, esti-

⁶ A busca por um entendimento mútuo apontada no trabalho tem por pano de fundo as reflexões do filósofo alemão Jürgen Habermas. Para ele, além de uma racionalidade instrumental (pautada na obtenção do sucesso em atingir seus próprios fins), uma racionalidade comunicativa media as relações entre os indivíduos. Diferentemente do que se manifesta atualmente (quando a razão instrumental é hegemônica e as relações se estabelecem principalmente a partir do que o autor chama de “cálculos de ganho egocêntricos” [HABERMAS, 2003, p. 165]), uma sociedade verdadeiramente democrática exigiria o primado da razão comunicativa. Para que isto ocorresse, um dos pressupostos apontados pelo autor é o compartilhamento do que ele chama de mundo da vida (aspecto composto por três dimensões: o mundo da vida social, objetivo e subjetivo). Teixeira e Grandi (2008, p. 2-3) salientam que é imprescindível também o estabelecimento de especialidades que possibilitem, propiciem e estimulem tais tipos de relações.

mular o compartilhamento cotidiano dos espaços coletivos da ocupação, em oposição ao isolamento do indivíduo em seu espaço privado, é um desafio para a prática política horizontal da ocupação estudada. Desafio este que enfrenta a influência sempre presente de comportamentos e significações do imaginário capitalista que, ao primarem pelo individualismo e pelas interações pautadas pela busca do sucesso, supervalorizam os espaços privados em detrimento dos espaços públicos (ou, no caso em questão, os espaços coletivos).

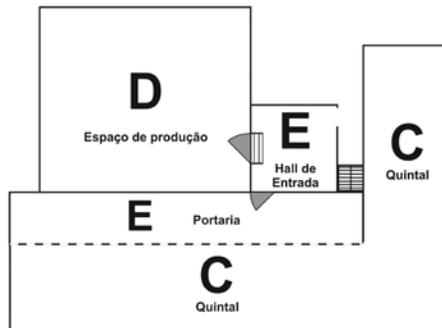
Assim, para compreender melhor a dinâmica política dos espaços coletivos e seu papel na viabilização da (auto)gestão da ocupação estudada, dividimos esses espaços em cinco categorias: espaços formais deliberativos, espaços formais não deliberativos, espaços informais de uso comum, espaços de produção e geração de renda e áreas de segurança (Fig. 1).

Espaços formais deliberativos – Espaço destinado às assembleias gerais da ocupação (Fig. 2). É um espaço com um caráter formal muito forte, um espaço democrático e de conflitos por excelência. Um espaço de tensões, onde os indivíduos se comportam de uma forma mais comedida e tendem a expressar ideias que têm maior apelo no coletivo. É nele que os moradores tomam conhecimento dos conflitos e onde muitos deles são solucionados. Esse é o espaço no qual as regras que regem a ocupação são discutidas e decididas, e, portanto, é um espaço caracterizado pela possibilidade constante de autoinstituição do *nómos*. Ou seja, diferentemente da heteronomia, mesmo em sua manifestação como “democracia” representativa (na qual as leis devem ser obedecidas e não discutidas, pois a discussão das leis não é incumbência dos cidadãos “comuns”), na ocupação estudada as normas que compõem o estatuto da ocupação podem ser discutidas e questionadas nas assembleias por qualquer morador e a qualquer momento⁷.

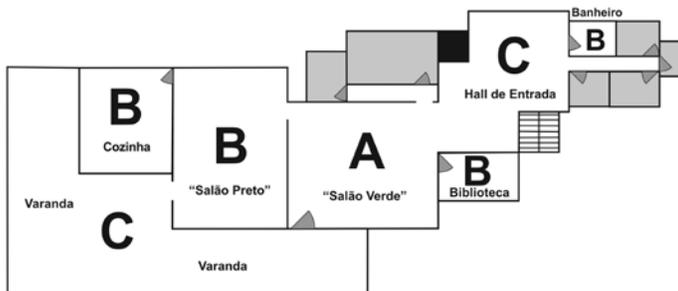
⁷ No presente trabalho, se entende autonomia como termo derivado diretamente do grego, significando a capacidade (tanto da coletividade quanto dos indivíduos) de dar-se suas próprias leis. O principal pensador aqui utilizado para as bases dessa reflexão será o filósofo greco-francês Cornelius Castoriadis. Heteronomia, por sua vez, é entendida como uma relação oposta à relação de autonomia, ou seja: uma situação em que o *nómos* (normas, regras, convenções e leis que regem uma coletividade) é definido somente ou basicamente por alguns indivíduos (classes ou grupos dirigentes), e não pelo conjunto dos que estarão sujeitos a ele. É uma relação em que se estabelece uma clara distinção entre dirigentes e executores.

Croqui da Ocupação Quilombo das Guerreiras

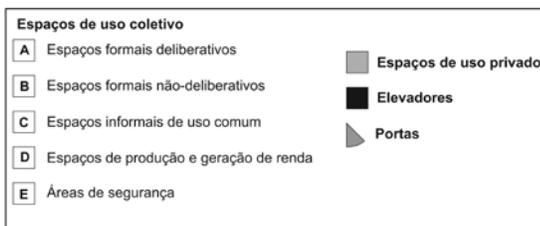
Andar Térreo



Terceiro Andar



0 1,5 3 4,5 6 metros (aprox.)



Elaboração:
Marianna Fernandes Moreira - Mestranda em Geografia (NuPeD/UFRJ)
Matheus da Silveira Grandi - Mestrando em Geografia (NuPeD/UFRJ)
Rafael Gonçalves de Almeida - Mestrando em Geografia (NuPeD/UFRJ)

Figura 1. Croqui da ocupação Quilombo das Guerreiras



Foto: Marcelo Lopes de Souza, 2006

Figura 2. Reunião no principal espaço formal deliberativo da ocupação

Espaços formais não deliberativos – Espaços destinados à biblioteca, festas, celebrações, eventos culturais e de entretenimento como apresentações teatrais, churrascos, bingos etc. (Fig. 3, 4 e 5). São espaços que, antes de tudo, estreitam os laços de amizade e afetividade, onde os conflitos são evitados e onde os moradores priorizam a convivência intersubjetiva e a descontração. Estes são espaços específicos criados propositalmente para amenizar os conflitos coletivos. Logicamente, não há como suprimir todo tipo de conflito, mas eles possuem, nesses espaços, um caráter mais fortemente individual e pessoal, não coletivo. Mesmo que estejam vinculados a questões do coletivo, as discussões se restringem ao plano pessoal. Um fator interessante desses espaços é o fato de terem sido criados conscientemente e de forma reflexiva pelos moradores durante as assembleias com duas finalidades específicas: promover um espaço de encontro que permita que os moradores se conheçam fora dos espaços formais de deliberação e para que haja uma maior tolerância e respeito com a opinião do Outro; e para angariar recursos para solucionar problemas referentes à estrutura do prédio. Assim, o coletivo estimula uma supressão de conflitos, no momento em que se define um objetivo específico para esses espaços: a interação de forma descontraída.



Foto: Ângela Moraes Sant'Ana, 2008

Figura 3. A biblioteca da ocupação (Biblioteca Gutemberg Gomes Alves)



Foto: Ângela Moraes Sant'Ana, 2007

Figura 4. Terraço da ocupação durante a festa de comemoração de seu primeiro ano de existência



Foto: Ângela Moraes Sant'Ana, 2007

Figura 5. Apresentação de peça do grupo teatral infantil “Quilombinho” na festa de comemoração do primeiro ano de existência da ocupação

Espaços informais de uso comum – São os corredores, escadas, varandas e banheiros coletivos. Esses espaços possuem características micropolíticas específicas, como apontam Teixeira e Grandi (2008), pois, apesar de serem espaços “aparentemente neutros”, desempenham um papel político muito importante: nesses espaços ocorrem conversas cotidianas, em que se espalham os boatos, se estabelecem e demandam relações afetivas e se intensificam interações intersubjetivas, inclusive abrigo de discussões informais sobre propostas políticas submetidas às assembleias do coletivo. Os próprios moradores reconhecem o importante papel desses espaços, sendo os *loci* privilegiados do que é chamado de “Rádio Corredor”. “A ‘Rádio Corredor’ é o nome dado, exatamente, a esta tessitura de redes informais de informações (‘focacas’) e boatos gestados no âmbito dos corredores”. (TEIXEIRA e GRANDI, 2008, p. 6)

Espaços de produção e geração de renda – Os espaços de produção (Fig. 6) são de uso restrito, a respeito dos quais o coletivo delibera sobre a utilização por moradores que desejem produzir, montar uma cooperativa e/ou utilizar o espaço com o fim de gerar trabalho e renda. O acesso a esses espaços é contro-

lado pelos trabalhadores das cooperativas, mas está subordinado às decisões do coletivo. Assim, qualquer indivíduo pode reivindicar seu direito de acessar o espaço, o que, no caso, será debatido em Assembleia. Esses espaços possuem características mistas de deliberação e não deliberação. Isto ocorre por neles serem decididos assuntos referentes às cooperativas; entretanto, tais deliberações não são concernentes ao coletivo de moradores. Contudo, apesar de permitir certa liberdade para gerir o espaço de produção, o coletivo é livre para colocar em pauta nas Assembleias e deliberar sobre a utilização indevida de qualquer espaço coletivo. Assim, os grupos de produção apesar de, na prática, terem uma considerável autonomia para deliberar sobre questões que envolvem o espaço sob sua tutela imediata, estão em certo grau submetidos ao coletivo de moradores – que mantém certa influência e a legitimidade para interferir em seus espaços.



Foto: Rafael Gonçalves de Almeida, 2008
Figura 6. Espaço de produção da ocupação

Áreas de segurança – No caso da ocupação Quilombo das Guerreiras, esses são os espaços da portaria (Fig. 7). Mas podem ser compreendidos como todo o perímetro da fronteira entre tais tipos de territórios e o “mundo exterior”. Esses também são espaços de convivência, onde há trocas de

informações e compartilhamentos de diversos tipos. Funcionam, por exemplo, como espaços de articulação para outras atividades do coletivo. Contudo, as áreas de segurança são encaradas por muitos moradores como locais onde se cumpre um “trabalho” para o coletivo com um objetivo claro: zelar pelo prédio e pela segurança dos moradores. Para isso, é necessário uma atenção redobrada, sendo justamente por isso um ambiente bastante tenso. São espaços importantes nas ocupações, uma vez que se configuram em territorializações conflituosas. É imprescindível a vigilância sobre aqueles que entram e saem das ocupações (TEIXEIRA e GRANDI, 2008). Segundo os próprios moradores, são espaços de tensão, onde os conflitos estão voltados ao que está acontecendo do lado de fora. Nas palavras de uma das moradoras mais ativas na ocupação:

A portaria é uma coisa fria. É um trabalho, você tá trabalhando. Primeiro que você não pode beber na portaria. Segundo que você tá na portaria, mas você jamais abandona a tensão de estar na portaria⁸.



Foto: Ângela Moraes Sant'Ana, 2008

Figura 7. Áreas de segurança – portaria da ocupação

⁸ Depoimento prestado em 4 de dezembro de 2008 por morador da ocupação Quilombo das Guerreiras.

EXPERIMENTO "À MÁO LIVRE": ELEMENTOS DA FEITURA ESPACIAL DA OCUPAÇÃO QUILOMBO DAS GUERREIRAS

As práticas políticas são claramente especializadas e cada um desses espaços contribui para o funcionamento democrático da ocupação. Entretanto, como já foi ressaltado, as fronteiras entre esses espaços não são claras. Certeau (1996, p. 231) afirma que toda fronteira é, também, uma ponte – ela estabelece uma diferença, mas também é um contato e, portanto, possui um papel mediador. O contato e as relações que se estabelecem entre os espaços da ocupação estudada são múltiplos e essa interação condiciona o seu funcionamento político no sentido de agravar, amenizar e buscar superar os conflitos existentes. Assim, todos os espaços da ocupação estão relacionados entre si em maior ou menor grau.

Os espaços formais deliberativos, por serem espaços especialmente conflituosos e onde as decisões são tomadas coletivamente, fazem aflorar questões que remetem a todos os espaços da ocupação. Nesses espaços, há uma maior dificuldade de se criar laços de amizade e afeto (logicamente tais laços não são excluídos desses espaços, mas essa não é uma prioridade estabelecida para os mesmos).

Segundo uma das moradoras,

[a] única forma de se acertar, conviver bem é fazer atividades extrarreuniões, como o bingo aos sábados. Atividades de descontração que proporcionem momentos juntos que não só os de segunda quando todos ficam discutindo, quando aparecem posições contrárias. Conversar e confraternizar é importante, pois são nesses momentos que se conhece realmente as pessoas, suas histórias e suas vidas. Não adianta entender que é melhor resolver as questões no coletivo, pois todos sabem que esta é melhor forma, mas, também, querer este coletivo para si. Esse é o caminho mais difícil⁹.

Portanto, a criação deliberada dos espaços formais não deliberativos demonstra uma tentativa consciente dos moradores de facilitar e suavizar os embates políticos nos espaços formais deliberativos e nos espaços informais de uso comum, pois ao promover um melhor entendimento entre os moradores, conflitos menores (como os de caráter pessoal ou referentes a questões de tensões individuais) passam a ser solucionados nos espaços informais, sem a necessidade de serem levados para as reuniões do coletivo (como ocorre com frequência).

⁹ Depoimento prestado em 31 de outubro de 2008 por morador da ocupação Quilombo das Guerreiras.

Tanto a intencionalidade na criação quanto a importância dos espaços formais não deliberativos são evidenciados na fala de uma das moradoras durante uma entrevista:

Numa reunião de avaliação, por exemplo: você vai avaliar o companheiro e o morador destaca ele por questões que de repente nem precisaria destacar se tivesse um diálogo fora da reunião. Que não é um destaque propriamente dito, porque ele deixa de fazer uma comissão de trabalho, deixa de tirar portaria ou deixa de pagar finanças. Às vezes é até um destaque pessoal, que poderia ser resolvido fora do coletivo. Com um papo, um bate-papo, uma discussão... Até saber porque existe aquela implicância. Então a reunião provoca esse desgaste. E só se ver na reunião é um desgaste muito grande. E a gente não cria vínculos: se a gente não se vê fora da reunião (...) e acaba não entendendo porque um é assim, outro é assado, porque um tá com raiva, porque um tá falando isso e outro tá falando aquilo. E aí a gente começou a querer gerar esse espaço, um espaço diferente¹⁰.

Essa sensibilidade demonstra a preocupação com o compartilhamento de elementos da vida dos indivíduos que vão além do simples convívio sob as mesmas séries de normas e convenções coletivamente estabelecidas de maneira formal nos espaços deliberativos do coletivo. Dizem respeito a uma dimensão intersubjetiva, uma dimensão que proporciona uma proximidade afetiva entre os moradores que facilita o estabelecimento de relações de tolerância e de esforço de compreensão mútua. Tal preocupação se relaciona diretamente com as reflexões elaboradas pelo filósofo alemão Jürgen Habermas a respeito do agir comunicativo. Para que as ações que têm por pano de fundo uma racionalidade comunicativa (e são, por isso, voltadas para alcançarem um entendimento mútuo entre os interlocutores) tenham a possibilidade de se desenvolver, elas requerem um compartilhamento mínimo de algumas dimensões específicas (não hierarquizadas entre si). É necessário que os interlocutores (a) compartilhem as mesmas normas sociais (a fim de que suas colocações sejam consideradas como corretas de acordo com o que é coletivamente estabelecido como tal); (b) compartilhem a dimensão objetiva a respeito do que se está discutindo (para que o debate gire em torno de algo que é verdadeiro em referência à cognição dos falantes); e (c) compartilhem minimamente suas subjetividades a ponto de estabelecerem relações de confiança recíproca (com o intuito de, no momento do ato de fala, poderem considerar o quão sinceros estão sendo os interlocutores). Essas três dimensões compõem

¹⁰ Depoimento prestado em 31 de outubro de 2008 por morador da ocupação Quilombo das Guerreiras.

o que Habermas chamará de mundo da vida¹¹, que se divide em (a) social, (b) objetivo e (c) subjetivo.

A preocupação demonstrada pelo coletivo aponta para um estímulo ao compartilhamento de dimensões que geralmente estão aquém da responsabilidade dos espaços formais: a intersubjetividade passa a ser uma preocupação coletiva pela percepção de sua influência direta sobre as atividades da coletividade. E para isso, a espacialidade adquire um papel extremamente relevante: o estabelecimento de espaços destinados a uma interação fundamentalmente distanciada tanto da formalidade das reuniões do coletivo quanto da tensão das áreas de segurança é destacado e priorizado pelo coletivo como prática espacial crucial para sua organização política.

Nos espaços informais de uso comum, como apontam Teixeira e Grandi (2008), os indivíduos testam ideias e opiniões, e procuram agenciar ações. Portanto, esses espaços possuem um papel complementar aos espaços de deliberação, pois as discussões políticas nos espaços informais de uso comum abrem caminho para reivindicações nos espaços formais deliberativos. O contrário, porém, é ainda mais frequente: os assuntos do coletivo (já tratados em assembleia, por exemplo) seguem sendo debatidos fora do espaço da assembleia. Entretanto, é importante que as discussões presentes nos espaços informais de uso comum, principalmente as mais polêmicas, cheguem aos espaços formais deliberativos – combatendo a deslegitimação desses espaços por outros agrupamentos políticos. Similarmente, os espaços informais de uso comum têm o papel de auxiliar na capilarização das deliberações, reflexões e debates coletivos nos interstícios dos demais espaços da ocupação (inclusive privados).

Os espaços de produção na ocupação Quilombo das Guerreiras, diferentemente do caso da ocupação estudada por Teixeira e Grandi (2008), já foram decididos antes da divisão dos espaços de moradia. Para utilizar os espaços de produção o grupo de moradores precisa atender a duas demandas básicas do coletivo: adotar o modelo autogestionário e voltar 10% dos ganhos da cooperativa para o coletivo de moradores que, por sua vez, irá decidir em assembleia onde alocar tais recursos. Essa prática aumenta a capacidade do coletivo de solucionar problemas de naturezas diversas, como na parte elétrica e hidráulica do imóvel, além de permitir a manutenção e reprodução do próprio movi-

¹¹ Habermas (1999b, p. 161 et seq).

mento. Outra característica importante é que estes são espaços que dialogam com o “mundo” exterior à ocupação, uma vez que seus produtos carregam um conteúdo simbólico permitindo que os cooperados influenciem nos modos de representação do espaço da ocupação e contribuam para a sua desestigmatização espacial. Nas palavras de uma das moradoras, “[a] produção não é só para subsistência dos moradores, mas também para divulgar a luta do movimento, contar um pouco da história do movimento e da ocupação”¹².

Além disso, o fato de a ocupação estudada estar localizada no centro da cidade e da criação desses espaços (com a tentativa de estabelecimento do mesmo modelo de [auto]gestão nas relações de trabalho), revela um diferencial estratégico em relação às outras organizações do movimento dos sem-teto, pois associa a luta por moradia à luta por trabalho e renda. Assim, através da constituição de grupos de produção autogeridos, os moradores têm a oportunidade de ampliar seu campo de luta ao não se restringir em apenas à conquista de uma moradia própria e unir forças com outros trabalhadores informais para lutar pelo direito de trabalhar e vender suas mercadorias:

Não é só produzir. Mesmo que conseguindo resolver problemas como água e luz, conseguindo organizar o coletivo para se mobilizar em torno da produção, ainda existirá o problema de escoamento da produção, local para expor e vender a mercadoria. Esse problema, portanto, não é um problema interno, e necessita articular uma luta em relação ao trabalho informal, principalmente a questão do embate entre os vendedores ambulantes e a polícia¹³.

As áreas de segurança são ambientes de tensão constante devido à eminência de conflitos, sobretudo com eventuais proprietários (muitas vezes o próprio aparelho do Estado). Essas áreas, assim como os espaços de produção e geração de renda, interagem com o exterior da ocupação e, no caso das áreas de segurança, os conflitos estão mais voltados para o lado de fora da ocupação, pois são essas as áreas de entrada e saída da ocupação. Além disso, aqueles que estão “tirando portaria” muitas vezes precisam “zelar pela rua”.

Você tá ali tomando conta, tá zelando pelo prédio, tá zelando pelo coletivo. E mais que isso: a gente tá zelando até pela rua, ultimamente. Tem impedido assaltos de acontecerem aqui na frente da ocupação... Se passa alguém apressa-

¹² Depoimento prestado em 31 de outubro de 2008 por morador da ocupação Quilombo das Guerreiras.

¹³ Depoimento prestado em 31 de outubro de 2008 por morador da ocupação Quilombo das Guerreiras.

do você já acha que tá sendo assaltado. Você tem uma preocupação que é mais extensa, que é além do coletivo¹⁴.

Essas áreas, assim como os espaços formais não deliberativos, permitem o estreitamento de laços afetivos entre os moradores e também possuem a característica de serem espaços de troca de informações – funcionando como espaços de articulação para as outras atividades do coletivo. Mas as trocas e conversas que ocorrem nessas áreas não são, segundo os moradores, suficientes para fazer o papel daqueles espaços.

[A portaria] não deixa de ser um lugar de tensão. Você conversa, mas ao mesmo tempo que você tá conversando, você tá trabalhando, ‘tirando sua hora de portaria’. Mas tá vendo quem entra e quem sai. Porque se entra uma pessoa estranha você já interrompe o assunto, você vai encostar a porta, você vai querer saber quem é, porque tá ali, quem mandou. Então é prazeroso, a nível de estar conversando, dialogando, mas é tenso também... Então eu acho que não é como o bingo. O bingo é mais relaxado¹⁵.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A OCUPAÇÃO QUILOMBO DAS GUERREIRAS COMO UM “TERRITÓRIO DISSIDENTE” ORGANIZADO SEGUNDO PRINCÍPIOS AUTOGESTIONÁRIOS

A ocupação Quilombo das Guerreiras, apesar de sua modesta abrangência, representa uma tentativa de buscar formas de organização política mais convergentes com as características de uma democracia em seu sentido mais forte (entendida como o movimento incessante de autoinstituição de uma sociedade sabendo-se como tal, à maneira definida por Castoriadis [2002, p. 260]). Para isso, a cooperação e o estabelecimento formal da igualdade no processo decisório mostram-se fundamentais para a conquista de uma melhoria na qualidade de vida. Assim, a ocupação estudada pode ser vista como uma experiência que aponta para ganhos de autonomia que, apesar de modestos, podem ter também, de um ponto de vista político-pedagógico, grande importância estratégica – especialmente por servirem para acumular forças e ampliar a consciência de direitos (mesmo no interior de uma sociedade heterônoma). A possibilidade de ganhos de autonomia mesmo no interior de uma sociedade heterônoma já é destacada

¹⁴ Depoimento prestado em 4 de dezembro de 2008 por morador da ocupação Quilombo das Guerreiras.

¹⁵ Depoimento prestado em 4 de dezembro de 2008 por morador da ocupação Quilombo das Guerreiras.

por Souza (2006). Entretanto, ele ressalta que enquanto não forem ultrapassados os marcos do próprio modelo civilizatório capitalista, os ganhos de autonomia possíveis, ainda que não sejam desprezíveis, serão, necessariamente, muito insuficientes (SOUZA, 2003, p. 177).

Segundo Castoriadis (2002, p. 262), uma sociedade autônoma “só pode se realizar pela autoinstituição e o autogoverno”. Esta situação exige que a contradição fundamental encontrada na sociedade atual – a separação entre dirigentes e dirigidos – deva ser abolida para permitir o “surgimento de uma esfera pública dotada de vitalidade e animada por cidadãos conscientes, responsáveis e participantes” (SOUZA, 2003, p. 175).

A liberdade, a autonomia, implica necessariamente a participação ativa e igualitária em todo o poder social que decide sobre os problemas comuns. Mas poder decidir, não é somente poder decidir sobre “questões triviais”, participar na gestão de um estado de coisas considerado como intocável. Autônomo significa aquele que se dá a lei a si mesmo. Leis comuns, “formais” e “informais” – a saber, as instituições. Participar do poder é participar do poder instituinte. É pertencer, em igualdade com os outros, a uma coletividade que se auto-institui explicitamente (CASTORIADIS, 1983, p. 21).

Considerando o espaço como sendo constituído por relações sociais e através delas e, justamente por isto, sendo ele próprio uma expressão e um instrumento através dos quais se dão relações de poder, é de se esperar que um espaço pretensamente autogerido apresente uma dinâmica própria, diferente do espaço “heterogerido”. Nos espaços heterônomos, um conjunto de indivíduos se submete às decisões de uma pequena minoria, seja pela delegação do poder de decisão a representantes (como na democracia representativa), ou através da violência (como no totalitarismo). Castoriadis (2002), ao distinguir as três esferas que compunham a democracia ateniense, afirma que a instituição global da sociedade simultaneamente separa e articula a *oikos* (esfera privada), a *ágora* (esfera privada/pública) e a *ekklesia* (esfera formalmente pública). Diferentes regimes políticos organizam essas esferas de formas distintas. Segundo ele, os regimes totalitários transformam tudo em esfera pública, mas, ao mesmo tempo, essa não é realmente pública e, sim, “propriedade privada do aparelho totalitário que detém e exerce o poder” (CASTORIADIS, 2002, p. 264). Da mesma forma, o espaço político de decisão na democracia representativa não corresponde ao “devir realmente público do domínio público/público” (como entendido no ápice da democracia da Grécia Antiga, onde a *ekklesia*, ou seja, o corpo de cidadãos constituía diretamente a esfera [e o espaço] pública/públi-

ca). Como em outros regimes autocráticos, em uma sociedade organizada de forma heterônoma, esse domínio “é efetivamente mais ou menos privado” (CASTORIADIS, 2004, p. 208). Portanto, os indivíduos que compõem a sociedade dirigida são excluídos dos espaços políticos de decisão. Assim, para Castoriadis essas três esferas só se encontram nitidamente distintas e articuladas nos espaços verdadeiramente democráticos, pois a democracia (entendida no seu sentido forte) é “o regime em que a esfera pública torna-se verdadeiramente e efetivamente pública – pertencente a todos e efetivamente aberta à participação de todos” (CASTORIADIS, 2002, p. 264). Souza (2006) ressalta, ainda, que a constituição de um “ambiente político-cultural” denso e o revigoramento da vida pública e dos espaços públicos devem passar pela “vivificação” da *ágora* (esfera público/privada), ou seja, “a esfera das interações mais ou menos espontâneas (em contraposição à esfera estritamente privada e em contraste com a administração dos negócios coletivos em sentido próprio)” (SOUZA, 2006a, p. 588).

A constituição de espacialidades autônomas passa, portanto, por um aumento efetivo da participação de seus membros no sentido de uma abertura dos espaços públicos de decisão política, permitindo o exercício da autonomia individual e coletiva para que a sociedade autoinstituída tenha a liberdade de criar novas relações sociais. Note-se, no entanto, que tais relações são tão imprevisíveis quanto suas múltiplas possibilidades de existência. O espaço da autogestão permite a heterogeneidade, a multiplicidade e a constante transformação da sociedade. Um espaço no qual o corpo social se envolve ativamente com o processo político, pois é ele que o gere. Assim, é um espaço que intensifica as interações e acelera mudanças, onde indivíduos se agenciam livremente. Um espaço onde a criação também está em destaque, para além da mera reprodução irrefletida. Enfim, é um espaço que precisa se articular em diferentes escalas, e busca fazer isso de maneira horizontal, esforçando-se em impedir coerções e imposições de grupos numericamente minoritários e, ao mesmo tempo, assegurando a liberdade individual. Nesse sentido, o estudo da espacialidade de experiências de autogestão (ainda que permaneçam no emaranhado de uma sociedade heterônoma) consiste em uma importante tarefa, uma vez que “conquistar relações sociais menos heterônomas implica conquistar uma ancoragem das novas relações em uma espacialidade que a estimule e agasalhe” (SOUZA, 2006a, p. 112).

Entretanto, vale ressaltar que a autogestão não significa combater o poder ou mesmo eliminá-lo, mas de construir formas de poder que são compatíveis

com os valores democráticos. A filósofa alemã Hannah Arendt (1985) traz importantes contribuições para a reflexão que acaba abordando o poder não como algo eminentemente negativo. Para a autora, o poder é necessariamente relacional, estabelecido entre indivíduos em interação (não podendo ser “possuído” por alguém ou algo), e se caracteriza por ser a capacidade humana de agir em uníssono (ARENDR, 1985, p. 27). Souza (2006), por sua vez, valendo-se de Castoriadis, afirma que o poder pode ser autônomo:

Uma coletividade, ao acordar livremente, com igualdade de condições no processo decisório, regras no tocante à organização de um espaço, definindo, inclusive, possíveis punições para os transgressores dessas regras, está exercendo poder e configurando-o como um conjunto de normas. O fato de essas normas poderem ser discutidas e rediscutidas a qualquer momento, podendo ser mudadas em vez de serem vistas como inquestionáveis ou convertidas em tabus, indica que se está diante de um poder não-heterônomo, e não que se está diante da ausência de poder (SOUZA, 2006a, p. 334).

Além disso, para que uma sociedade autoinstituída se constitua, é importante que haja indivíduos capazes de estabelecer e manter relações sociais democráticas (no sentido forte do termo). Segundo Castoriadis:

Uma sociedade autônoma implica indivíduos autônomos – e tais indivíduos só podem existir plenamente em uma sociedade autônoma. O que cada uma faz tanto no que tange à coletividade, quanto no que tange a si mesmo, depende, em última instância, de sua fabricação social como indivíduo. [...] Para que o indivíduo possa pensar “livremente”, mesmo em seu foro íntimo, é preciso que a sociedade o instrua e o eduque, fabrique-o como indivíduo que possa pensar livremente. [...] Isto exige, antes de mais nada, a criação, a instituição de um espaço público de pensamento aberto à interrogação; o que exclui imediatamente, com toda certeza, o estabelecimento da lei – da instituição – como imutável. [...] Ao mesmo tempo e correlativamente, isto implica uma educação no sentido mais profundo, uma *padéia* que forme indivíduos com a possibilidade efetiva de pensar a si mesmos” (CASTORIADIS, 1983, p. 22-23).

Assim, retornando à ocupação Quilombo das Guerreiras, é importante notar que muitos dos moradores vieram de áreas onde a repressão dos traficantes de drogas que operam no varejo, de milícias e da polícia era (e, na maioria dos casos, segue sendo) bastante severa. Ao serem expostos às mais variadas formas de opressão e coerção, eram indivíduos inseridos em um contexto onde as margens de manobra para uma autodeterminação eram bastante reduzidas (ainda mais reduzidas do que as encontradas no que se acostuma chamar de “cidade legal”), rebaixando ainda mais o reduzido grau de democracia encontrado sob o binômio capitalismo + “democracia” representativa (cf. CASTORIADIS, 2004; SOUZA, 2006).

Na ocupação estudada, a prática política, porém, é bastante diferente. A gestão da ocupação estudada ocorre a partir de uma estrutura formal fortemente horizontalizada (ou seja, com reduzidíssimos traços de hierarquia), na qual os espaços deliberativos são abertos a participação de todos os moradores. Portanto, o morador sai de um espaço onde ele é um figurante, um ator passivo do cenário político local, para um espaço onde a forma de organização política passa a impelir uma postura ativa, de coautoria nas decisões políticas. Sua posição na hierarquia social local se modifica. Essa nova posição o estimula a estabelecer contatos diferenciados com companheiros e companheiras da ocupação (e do movimento social dos sem-teto, no qual passa a se inserir) e a intensificar trocas intersubjetivas por conta de toda a gama de compartilhamentos no qual se envolve. Dessa maneira, através das discussões do coletivo ocorre também um processo pedagógico de formação política que incentiva a autodeterminação através da troca de informações e argumentos. Ou seja, um processo político democrático no sentido forte que contribui para a formação de um indivíduo político, uma vez que se vê requisitado a participar da resolução dos conflitos e das deliberações do coletivo – ainda que esse processo não seja completamente “consciente”.

É isso que permitirá que o ato da ocupação de um imóvel ocioso não se esgote em si mesmo e que um terreno ou um prédio ocupado, tornado um território de práticas alternativas, um ‘território dissidente’, seja, igualmente, uma ‘escola’ de duradoura formação de sujeitos políticos questionadores, realimentando o movimento social mais amplo (SOUZA, 2006a, p. 289-90).

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplanrio/Jorge Zahar Editor, 1987.
- ARENDDT, Hannah. *Da violência*. Brasília: Editora da UnB, 1985.
- CASTORIADIS, Cornelius. *Socialismo ou barbárie – O conteúdo do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *As encruzilhadas do labirinto: Os domínios do Homem*. São Paulo: Paz e Terra, 1987. V. 2.
- _____. *As encruzilhadas do labirinto: A ascensão da insignificância*. São Paulo: Paz e Terra, 2002. V. 4.
- _____. *As encruzilhadas do labirinto: Figuras do pensável*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. V. 6.
- _____. *A instituição imaginária da sociedade*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1996. V. 1.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: Uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor/Editora Garamond, 1999.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

HABERMAS, Jürgen. *Teoría de la acción comunicativa: Racionalidad de la acción y racionalización social*. 4. ed. Madrid: Taurus, 1999a. V. 1.

_____. *Teoría de la acción comunicativa: Crítica de la razón funcionalista*. 4. ed. Madrid: Taurus, 1999b. V. 2.

_____. *Consciência moral e agir comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. *A prisão e a agora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006a.

_____. *Together with the state, despite the state, against the state: Social movements as “critical urban planning” agents*. *City*, v. 10, p. 327-342, 2006b.

TEIXEIRA, Eduardo Tomazine; GRANDI, Matheus da Silveira. *O agir comunicativo e sua espacialidade: Reflexões a partir do exemplo da ocupação Chiquinha Gonzaga, no Centro do Rio de Janeiro*. Disponível em: <http://www.geografia.ufrj.br/nuped/textos/agir-comunicativo_e_espacialidade.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2008.

Recebido em: 02/02/2009

Aceito em: 12/03/2009

QUANDO A POLÍTICA ENCONTRA A CULTURA: A CIDADE VISTA (E APROPRIADA) PELO MOVIMENTO *HIP-HOP*

GLAUCO BRUCE RODRIGUES

Doutorando em Geografia

Núcleo de Pesquisas sobre Desenvolvimento Sócio-Espacial

Universidade Federal do Rio de Janeiro

tiamath@yahoo.com

RESUMO

O artigo é uma análise da espacialidade de um ativismo político-cultural urbano: o movimento *hip-hop*. Nesse sentido, buscamos demonstrar a indissociabilidade entre espaço e relações sociais na constituição de um ativismo social que se apropria simbólica e materialmente do espaço urbano através de suas práticas singulares: o rap, o *break* e o grafite. Dessa forma, é possível a análise de determinadas características estruturais do espaço urbano brasileiro a partir do olhar e das formulações de um determinado ativismo social, mudando o foco de análise, geralmente centrado no Estado ou nas diferentes frações do capital.

PALAVRAS-CHAVE: Espacialidade. Ativismos sociais. *Hip-hop*.

GRASSROOTS POLITICS AND CULTURE: THE CITY SEEN FROM
THE PERSPECTIVE OF THE HIP-HOP MOVEMENT

ABSTRACT

This article is an analysis of the spatiality of a particular form of political-cultural urban activism: the hip-hop movement. We try to demonstrate the indissociability between space and social relations in the formation of a social activism by the singular practices of rap, breaking and graffiti. We conclude that it is possible to analyze some structural characteristics of Brazilian urban space from the viewpoint and formulations of a certain social activism thus

changing the focus of analysis which is often centered on the state or the different fractions of the capital.

KEYWORDS: Spatiality. Social activism. Hip-hop.

HIP-HOP, ENTRE A POLÍTICA E A CULTURA, DO ATIVISMO AO MOVIMENTO SOCIAL

Um ponto de partida para uma análise do *hip-hop* é a relação indissociável entre espaço e relação sociais, ou, mais precisamente, o que se chama dimensão espacial da sociedade, sua espacialidade. Entendemos a espacialidade do social a partir da ideia segundo a qual não existe nenhuma sociedade, grupo ou classe a-espacial ou a-geográfica, desprovida de uma espacialidade material e subjetiva que lhe permita se constituir, reproduzir-se e transformar-se no decorrer da sua dinâmica sócio-espacial. É possível identificar três atributos da espacialidade do social:

A transformação da natureza pelo trabalho humano produzindo objetos e ordenando-os de acordo com a organização política, econômica e cultural de cada sociedade (vide, por exemplo, SANTOS, 1996, 2002; QUAINI, 1979 e 1983).

A produção de significados, representações, discursos e formas de apropriação do espaço que passam pela subjetividade, pela estética e pelas percepções corpóreas. A espacialidade não é apenas material, concreta e objetiva, mas comporta também a produção de uma subjetividade individual e coletiva, que é a base dos discursos, representações e significados que dão sentido e organizam as relações sociais (RELPH, 1976; TUAN, 1983; GUATTARI e ROLNIK, 1986).

A política e as relações de poder estabelecem o conjunto de regras hegemônicas que organizam determinada sociedade (leis, economia, cultura etc.) dentro de um determinado limite espacial, instituindo um *território* (SACK, 1986; RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1995, 2006; HAESBAERT, 2004).

O *hip-hop* deve ser compreendido como uma forma de ação social coletiva produzida na experiência cotidiana de seus protagonistas nas grandes cidades do mundo. Em outras palavras, é a experiência concreta das relações sociais e de poder, da materialidade e da subjetividade que constituem o espaço urbano que é a força matriz dessa ação coletiva. É a relação imanente entre o espaço urbano e os protagonistas que produz o *hip-hop*. Voltaremos a essa questão mais à frente.

O *hip-hop* pode ser considerado como um ativismo político-cultural urbano. Em primeiro lugar, o *hip-hop* é produtor de cultura, ou seja, de novas formas de

ser e estar no mundo, de novas estéticas e linguagens (corporais, musicais e plásticas). Através dos seus elementos constituintes, o *hip-hop* gera novas formas de produção artística que são inseparáveis de novas formas de agir. Quando falamos em novas produções artísticas que engendram ou apontam para novas relações sociais, estamos falando de *política*. E a política é o principal alimento para a produção artística desse movimento. Para produzir cultura, ele alimenta-se de política. Logo, a sua produção cultural é também uma forma de se fazer política, pois afirma outras formas de ser e estar no mundo, outros modos de existência.

O *hip-hop* é constituído por três elementos centrais: o rap, o *break* e o grafite.

O *rap* é a música, é um canto (às vezes, um verdadeiro discurso) em cima de uma base musical, geralmente eletrônica. Este elemento é aquele que conseguiu atingir o maior grau de popularidade, através do qual o *hip-hop* consegue se expressar de forma mais direta e contundente. A maior parte da força do discurso do *hip-hop* vem da sua produção musical.

Um rap possui três elementos centrais: a base musical (melodia, ritmo e harmonia), forma (rimas, ortografia) e conteúdo. A questão fundamental é encontrar uma harmonia entre os três elementos. Alguns militantes e artistas do movimento podem priorizar um ou outro desses elementos; alguns buscam as batidas perfeitas, outros as rimas perfeitas e, por fim, aqueles que estão preocupados em passar a mensagem perfeita.

O *break* é o elemento do *hip-hop* que trabalha com a potência do corpo. A dança é uma arte que busca explorar essa potencialidade e possibilidades, construindo uma nova linguagem, uma nova forma de expressão, onde não existe a necessidade da interpretação, apenas da captação da força do movimento do corpo.

O *break* abre a possibilidade da apropriação do espaço público (ruas, praças, estações de metrô etc.) por um curto período de tempo, mas que significa um ato de intervenção político-cultural na dinâmica urbana, pois leva uma nova estética, um novo ritmo, uma nova linguagem e um novo tempo que não é o tempo hegemônico das relações de trabalho, da reprodução do capital, dos transportes, da multidão que passa. Quando os b. boys levam o *break* para o centro de uma metrópole como Rio de Janeiro ou São Paulo, conseguem fazer com que um minúsculo espaço da cidade pare para observar o ritmo do novo corpo que ocupa a cidade.

O grafite é a arte mais visível na cidade, é aquela em que o *hip-hop* intervéem de forma mais direta na paisagem urbana. São desenhos e inscrições feitos

nos muros das cidades, que não devem ser confundidos com pichações. Se olharmos com atenção para as grandes cidades brasileiras, podemos perceber facilmente um grande crescimento do grafite no Brasil. O grafite é a expressão de uma nova estética e de uma nova subjetividade coletiva que se apropria do espaço da cidade, dando visibilidade para grupos sociais historicamente silenciados e marginalizados (principalmente jovens negros e moradores de favelas e periferias). A apropriação do espaço urbano se dá através de desenhos, mensagens políticas, assinaturas com nomes e apelidos etc.

A figura 1 possui um conteúdo sociopolítico explícito. Ela faz referência direta às desigualdades socioeconômicas brasileiras e suas consequências. Podemos ver no grafite a representação da pobreza e sua relação com a violência urbana¹¹. Além disso, o artista chama a atenção para a necessidade do engajamento da sociedade para a resolução do ciclo vicioso onde a pobreza alimenta a violência e vice-versa (“ajude a quem precisa para que vocês não sejam vítimas dela!”¹²). Nesse sentido, podemos afirmar que a arte possui um conteúdo explicitamente político.



Foto: Glauco Bruce Rodrigues, em 20/03/2005

Figura 1. Grafite no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, atrás da Casa França-Brasil

¹¹ Devemos recusar o raciocínio simplista que explica a violência urbana como uma consequência única e direta da pobreza. As condições de pobreza e miséria são alguns dos componentes que explicam o grau de violência urbana, mas não são os únicos. Devemos considerar também o contexto cultural e político, a qualidade das instituições, o poder da subjetividade consumista, as próprias escolhas individuais, que são fruto direto de mediações subjetivas etc.

¹² É possível interpretar essa frase como um apelo à caridade ou ao assistencialismo; no entanto, é indiscutível a sua capacidade de levar qualquer observador a refletir sobre tais questões.

A figura 2 possui um conteúdo diferente, pois remete diretamente a uma intervenção estética em um equipamento urbano coletivo voltado para o lazer, no caso, uma pista de *skate*. Essa intervenção nos permite associar a estética do *hip-hop* com determinados espaços apropriados por grupos sociais específicos. No caso em questão, o espaço da pista de *skate* é apropriado por jovens que constroem suas referências estéticas a partir da cultura urbana alternativa. Isso significa dizer que existe uma coerência estética entre a prática do *skate*, as roupas (calças, camisas e bermudas largas, bonés etc.), as gírias, a música (*hip-hop*, *hardcore* etc.) e o grafite. Tudo isso compõe um quadro de referência estética e identitária que se materializa no espaço urbano e no próprio corpo.



Foto: Glauco Bruce Rodrigues, em 17/05/2008

Figura 2. O grafite é uma importante referência estética para determinados grupos sociais. Nesse caso, o grafite foi feito em uma pista de *skate* no bairro de Vila Valqueire (Rio de Janeiro-RJ), um importante espaço de encontro e sociabilidade para os jovens

A figura 3 é um excelente exemplo da linguagem estética que o grafite introduz no cotidiano urbano ao se apropriar de diversas porções do espaço, principalmente nas grandes cidades.



Foto: Glauco Bruce Rodrigues, em 20/03/2005

Figura 3. Grafite no Centro da Cidade do Rio de Janeiro, atrás da Casa França-Brasil

A figura 4 nos mostra como o grafite pode assumir um caráter explicitamente político em relação a questões referentes à geopolítica ou às relações internacionais. Diante de uma conjuntura de guerras e conflitos exacerbada após os ataques de 11 de setembro, com a invasão norte-americana ao Iraque, a intifada de 2005, o ataque de Israel ao Líbano em 2006 e o recente massacre na faixa de Gaza no final de 2008 e início de 2009, é oportuno mostrar como esse ativismo é capaz de assumir uma postura crítica diante dessas questões.



Foto: Glauco Bruce Rodrigues, em 20/03/2005

Figura 4. Grafite próximo ao viaduto Paulo de Frontin, no acesso ao Túnel Rebouças. Podemos ver claramente o caráter político deste grafite

O *hip-hop* surge nos Estados Unidos, mais precisamente nos guetos negros da cidade de Nova Iorque, no final da década de 60 e início da década de 70, e rapidamente é disseminado para outros guetos de grandes cidades norte-americanas e posteriormente para o mundo.

Apesar de ter surgido nos Estados Unidos, podemos pensar o *hip-hop* mais como um movimento político-cultural que já nasce globalizado do que como uma experiência genuinamente norte-americana. Dessa forma, podemos dizer o seguinte: o *hip-hop* nasce globalizado em território norte-americano. Defendemos essa tese porque os elementos que o constituíram estavam espalhados pelo mundo e serão articulados e agenciados nos EUA. Da África vieram as influências na dança e nos ritmos musicais; dos latinos também vieram influências rítmicas para a música e principalmente para a dança, além de vir da Jamaica o costume de se fazerem festas simplesmente lavando os aparelhos de som nas ruas e improvisando falas em cima da música (possivelmente dando origem aos primeiros *dj's* e *mc's*); dos negros americanos temos toda a produção cultural (*spiritual*, *gospel*, *soul*, *blues* e principalmente o *funk*). Os elementos que o constituíram são indissociáveis do movimento de desterritorialização e reterritorialização da população negra e latina ao longo do processo de formação e desenvolvimento do mundo colonial. A arte pode ser identificada como um importante fator de reterritorialização dessas populações expropriadas e escravizadas ao longo do processo de desenvolvimento do capitalismo. Por isso defendemos a tese de que o *hip-hop* é produto de uma globalização dos “debaixo”, uma expressão contemporânea de um movimento de resistência e reinvenção do cotidiano dominado por relações heterônomas. No caso do *hip-hop*, os elementos citados acima podem ser considerados como fluxos que são agenciados, misturados e ressingularizados em um outro contexto sócio-espacial caracterizado pela política segregacionista norte-americana.

A política segregacionista está calcada no racismo da população branca em relação aos não brancos (asiáticos, latinos e, principalmente, naquele momento, negros). Ela estabelece uma rígida separação espacial entre os grupos sociais utilizando a etnia como referência identitária. Dessa forma, são estabelecidos bairros, escolas, bares, boates, meios de transportes, para que cada grupo ocupe um lugar específico no espaço. Tal política exige a disciplinarização e o controle dos corpos no espaço para manter a ordem, as pessoas e as coisas nos seus devidos lugares.

Enquanto expressão de relações heterônomas estruturais da sociedade norte-americana fundadas no racismo, a segregação legitima uma sociedade desigual. A sua espacialidade imanente a tais relações heterônomas manifesta-se nos guetos urbanos. Os guetos podem ser entendidos como enclaves territoriais étnicos, bairros caracterizados pela precária infraestrutura de serviços urbanos básicos (escolas, postos de saúde, iluminação, limpeza, segurança e transporte), baixa renda da população, acesso somente aos piores empregos e salários, altas taxas de desemprego, maior grau de violência urbana (gângues, por exemplo), violência policial etc.

O final da década de 60 e início da década de 70 são marcados por inúmeros movimentos que lutam pelos direitos civis da população negra e contra o racismo. O *hip-hop* surge nesse contexto como uma forma de sociabilidade e mobilização política através da arte e da cultura, principalmente da juventude. São criados espaços de encontros, diversão e lazer onde a sociabilidade, a mobilização política e a produção de uma identidade andam juntas. Tais espaços são públicos (ruas, praças, quadras de esporte) ou privados (bares, clubes e boates) e neles se desenvolvem as festas e os bailes de *hip-hop*, onde *rappers*, grafiteiros e *b.boys* (dançarinos de *braek*) irão se encontrar. Uma mistura de diversão, lazer e namoro com conversas sobre política, racismo, direitos civis etc. São nesses espaços que o *hip-hop*, enquanto movimento político-cultural começa a tomar forma, pois até então ele pode ser entendido como uma forma de diversão. A partir do momento em que a cultura encontra a política, surge o *hip-hop*, que não pode ser caracterizado apenas como um movimento cultural ou político. Ele engloba essas duas “dimensões” da vida humana, que não podem ser vistas de forma separada; rompe com uma forma de pensar e agir que fragmenta a vida humana em “esferas” – política, econômica, cultural e social¹³. O *hip-hop* nos mostra como a economia, a cultura e a política perpassam uma pela outra, constituindo um movimento do *socius* que não pode ser esquarterado. Através da arte e da cultura se faz política, que por sua vez, é matéria-prima para a arte e a cultura.

O *hip-hop* rapidamente será disseminado para outras cidades dos Estados Unidos e daí para o mundo. A disseminação do *hip-hop* pelo mundo só foi possível através da apropriação das técnicas de comunicação e produção musical.

¹³ A crítica à fragmentação da vida social foi desenvolvida anteriormente em Castoriadis (1982) e Souza (1988a)

De posse desse aparato tecnológico, as informações e a produção artística do movimento puderam ser conhecidas em outros lugares (principalmente favelas e periferias das grandes cidades mundiais) e passam por um novo processo de ressingularização.

Os elementos que constituem o *hip-hop* serão os mesmos, no entanto, serão ressingularizados de acordo com o novo *socius* onde estão engendrados: o *hip-hop* colombiano demonstra uma preocupação com a questão dos conflitos entre o Estado, as FARC e guerrilhas de direita; em Cuba, levanta-se a questão da censura e do racismo; na França, os imigrantes argelinos, por exemplo, se colocam contra a xenofobia, o racismo e a vida nas periferias francesas; em São Paulo discute-se o problema do crack; no Rio de Janeiro é o poder do tráfico e seus impactos socioeconômicos etc.

Através de redes comunicativas, revistas, discos, vídeos, filmes e fitas chegam ao Brasil, primeiro em São Paulo e logo depois no Rio de Janeiro e daí para Salvador, Porto Alegre, Fortaleza etc. Em São Paulo e no Rio de Janeiro o *hip-hop* é disseminado através de festas e bailes de *black music* (*soul, funk*), justamente no momento de fortalecimento do movimento negro do Brasil e de valorização da cultura e estética negras. Os bailes serão espaços de sociabilidade fundamentais para que o *hip-hop* pudesse ser apropriado pelos seus frequentadores. Daí, os elementos do *hip-hop* passaram a ser conhecidos, estudados, praticados e produzidos nas favelas e periferias brasileiras.

As periferias conseguiram se apropriar das técnicas hegemônicas de comunicação, produção musical e visual, bem como de técnicas das artes plásticas e da indústria de tintas, jets etc., para imprimir o seu tempo, sua voz, seu corpo, suas grafias, suas ideias e seu território no mundo. Por esses motivos, vamos designar o *hip-hop* como um ativismo político-cultural produzido nas periferias e favelas do mundo.

Nesse sentido, vamos recuperar a formulação de Souza (1988b, 2000 e 2006); o autor propõe uma diferença entre as diversas formas de organização e mobilização social, com o objetivo de analisar criticamente o potencial transformador, os limites e as insuficiências dos ativismos. Neste sentido, ele propõe uma diferenciação entre ativismos sociais e movimentos sociais.

O ativismo social abarca uma série gigantesca de ações, organizações e mobilizações que vão desde ações paroquiais, que não aprofundam sua crítica à sociedade instituída e encarnam lutas pontuais e específicas que se esvaziam as-

sim que o problema é resolvido, desde mobilizações mais amplas com um forte potencial transformador, discurso crítico acerca da sociedade instituída, que questionam seus fundamentos políticos, econômicos, culturais, estéticos e éticos. Dessa forma, podemos identificar dois conjuntos: os ativismos reivindicativos e os movimentos sociais.

Os ativismos reivindicativos expressam uma mobilização social por uma demanda específica como o melhoramento da iluminação de uma rua, a instalação de uma creche e um posto de saúde em uma favela, a eletrificação de um assentamento rural, enfim, são demandas por melhoramentos em determinada rua, bairro, favela ou localidade rural, mas sem considerar o espaço urbano ou rural como um todo, as relações sociais e de poder que o produzem e organizam. Constituem-se grupos de pressão para o atendimento das necessidades específicas e pontuais dessas populações que, ao serem atendidas, geralmente, causam a desmobilização social. Nesse sentido, tais ativismos não possuem um horizonte de luta ampliado, nem estão propondo transformações significativas na ordem sócio-espacial vigente. Ainda assim, não podemos negligenciar o seu potencial político-pedagógico para a conquista de direitos e melhorias na qualidade de vida. Nesse sentido, um ativismo reivindicativo pode se transformar em um movimento social.

Os movimentos sociais são um tipo especial de ativismo que representam uma contestação da ordem sócio-espacial hegemônica. Seus objetivos, geralmente, visam a transformações mais ou menos profundas na sociedade instituída, o que implica em um amplo horizonte de luta política, econômica e cultural, baseado em um discurso crítico (com variados graus de radicalidade), não há reivindicações pontuais ou paroquiais, mas busca-se articular várias escalas de ação (local, regional, nacional e internacional) e sua agenda de luta é mais ampla, como a luta contra a segregação sócio-espacial, pelo aumento da justiça social, combate ao racismo e à homofobia, dentre outras. Sobre os movimentos sociais, Souza (1988b, p. 114) nos diz o seguinte:

proponho, assim, designarmos como movimentos, muito amplamente, os ativismos que, pela natureza das suas reivindicações, e das experiências e dos sofrimentos que seus protagonistas encarnam, a despeito da não-explicação em programas e mesmo das contradições político-ideológicas conjunturais, uma afronta ao *status quo*.

Em trabalho recente (SOUZA, 2006), o autor desenvolve a ideia de distinguir os ativismos urbanos *stricto sensu* dos ativismos urbanos *lato sensu*. Nesse sentido,

Ativismos urbanos em sentido estrito e forte giram muito nítida e explicitamente em torno de problemas diretamente vinculados ao espaço social. A questão do acesso a equipamentos de consumo coletivo e, mais abrangentemente, as condições de reprodução da força de trabalho assumem, aqui, importância central. Trata-se de um tipo de ativismo que tem origem em um clamor pelo direito à cidade: luta por moradia e por infra-estrutura técnica e social, luta por regularização fundiária e desestigmatização de espaços segregados, luta por maior acesso a equipamentos de consumo coletivo [...]. Ativismos urbanos em sentido amplo e fraco, de sua parte, são aqueles que, embora tenham as cidades como seu palco preferencial (e, às vezes, quase exclusivo), se referenciam apenas indiretamente pela espacialidade urbana. Sua existência gravita em torno de questões “setoriais” (melhores condições de trabalho e resistência contra a exploração e a opressão na esfera da produção, luta contra desigualdades e injustiças de gênero, etc.) [...] (SOUZA, 2006, p. 280-281).

A partir dessas formulações, podemos pensar o *hip-hop* como um ativismo político-cultural urbano forte, com um grande potencial crítico, pedagógico e mobilizador que pode ser a base de importantes conquistas de cidadania. Além disso, devemos salientar que a vertente mais crítica do *hip-hop* deve ser considerada um autêntico movimento social, por colocar como horizonte processos de transformações efetivas na sociedade. Para que o *hip-hop*, de forma mais ampla e evidente, possa ser considerado um movimento social, é necessário que essa experiência aprofunde suas críticas ao *status quo* e mobilize de forma mais radical e contundente seus militantes.

OS PROTAGONISTAS DO HIP-HOP: QUEM SÃO, ONDE ESTÃO, O QUE OS MOVE?

O protagonista é o início da ação e do pensamento. Quando age e pensa, ele se coloca ou imprime movimento a algo. Agir e pensar são indissociáveis e produtivos: produzem poder, afetos, arte, relações econômicas, tecnologia etc. O protagonista possui uma determinada potência de agir e de pensar, que pode variar ao longo de sua vida e que vai variar, evidentemente, de um protagonista para outro. Logo, podemos pensar que todo indivíduo, grupo, classe ou fração de classe é um protagonista, mas cada um dotado de um determinado grau de potência¹⁴ o que lhe confere uma capacidade maior ou menor de agir e de pensar.

¹⁴ O grau de potência depende da vontade, do interesse, dos recursos políticos, econômicos, jurídicos e tecnológicos disponíveis para os protagonistas.

A ideia do protagonista nos permite retirar do Estado e das diversas frações do capital o monopólio da ação, particularmente no que se refere à produção e organização do espaço. Nessa perspectiva, todo protagonista possui um grau de potência que lhe confere a capacidade de ser produtor e organizador do espaço geográfico. A partir daí, podemos pensar os ativismos e movimentos sociais como protagonistas que produzem e organizam o espaço geográfico, dentro das possibilidades do seu grau de potência e de acordo com suas singularidades. No caso do *hip-hop*, tal produção e organização do espaço estão centradas em processos de ressignificação política e cultural do espaço urbano e na produção de estruturas econômicas ligadas à indústria cultural.

Os protagonistas do *hip-hop* brasileiro, geralmente, são jovens e adultos (entre 15 e 35 anos, aproximadamente), homens, negros e pardos, moradores de favelas e periferias. Esse é o perfil predominante. As mulheres negras constituem uma minoria, assim como jovens brancos de classe média.

Essa caracterização genérica nos permite identificar a produção de uma subjetividade coletiva singular¹⁵ calcada na negritude, na classe e no espaço de referência subjetiva desses protagonistas.

A negritude é a valorização da cultura e da estética negras, é a afirmação de uma singularidade frente ao racismo estrutural da sociedade brasileira, que é caracterizado pelo discurso da democracia racial. A subjetividade hegemônica no Brasil afirma uma democracia racial, hipoteticamente comprovada pelo elevado grau de miscigenação da população brasileira, onde o problema central é a pobreza e não o racismo em si. Ao mesmo tempo, essa subjetividade hegemônica é a mesma que diz “o negro é feio”, “o cabelo do negro é ruim”, “os lábios são grossos e o nariz é grande”, “negro é bandido”

¹⁵ A subjetividade é um modo de expressão singular de vida. “A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação. Os processos de subjetivação, de semiotização – ou seja, toda a produção de sentido, de eficiência semiótica – não estão centrados em agentes individuais [...] bem em agentes grupais. Esses processos são duplamente descentrados. Implicam no funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal (sic), extra-individual [...] quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal” (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 31). “A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares. O modo pelo qual os indivíduos vivem essa subjetividade oscila entre dois extremos: uma relação de alienação e opressão, na qual o indivíduo se submete à subjetividade tal qual a recebe, ou uma relação de expressão e de criação, na qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, produzindo um processo de eu chamaria de singularização” (GUATTARI e ROLNIK, 1986, p. 33).

(afinal, o jovem negro morador de favelas é o chamado “freio de camburão”, é o suspeito cor padrão¹⁶). A força da subjetividade hegemônica é tão grande que toda a violência cotidiana do racismo brasileiro (violência policial, menores índices de escolaridade, menor expectativa de vida, salários menores etc.) é diluída pelo mito da democracia racial.

A importância da negritude está explícita no nome de diversos grupos e dos militantes/artistas, gravadoras, posses (organizações que aglutinam os militantes do movimento com o objetivo de formular e implementar ações concretas, geralmente estruturadas a partir de um referencial espacial, como um bairro ou uma favela) etc.¹⁷: PJ (Preto Júnior) Poetas de Ébano, Sistema Negro, ND (Negro Denis) Mano Brown, Face Negra, Negro Rico, U. Negro, Zimbabwe, Primo Preto, Paulo Brown, Nega Gizza, Zulu Nation (a maior posse de *hip-hop* no mundo) 3 Pretos, Balanço Negro, Negraativas, Dino Black, Afrodimpacto, Aliança Racial, Z’ África Brasil, Civilização Negra, Quilombo Urbano, etc. A referência à pessoas e grupos como Martin Luther King, Malcom X, os Panteras Negras, Zumbi dos Palmares, Abdias Nascimento, por exemplo, é outro fator importante para se compreender a questão da negritude dentro do *hip-hop*.

Além disso, devemos destacar a importância da estética para a constituição do movimento. As roupas largas, uso de bonés, lenços e gorros, os cortes de cabelo (*black power*, tranças, cabeças praticamente raspadas etc.) são traços marcantes de uma estética jovem e negra, que emergiu dos guetos americanos e foi se ressingularizando pelas demais cidades do mundo até ser apropriada, inclusive, pelos jovens de classes médias e elites brasileiras, por exemplo.

Em relação à questão da classe, coloca-se claramente a questão da posse dos meios de produção, da posição do indivíduo em relação ao processo de produção, da distribuição da riqueza socialmente produzida e possibilidade de participação política efetiva. A questão da classe passa pela inserção subordinada dentro do sistema produtivo e político, seja como um subempregado, um trabalhador de baixa remuneração ou um desempregado.

No processo de produção de subjetividade singular do *hip-hop*, o espaço geográfico possui uma importância crucial, pois ele é a referência subjetiva que

¹⁶ A expressão significa que a cor padrão do criminoso é negra. Sobre essa questão, ver Musumeci e Ramos (2005).

¹⁷ Nem todos os grupos e posses ainda existem, mas são exemplos da importância da negritude para o *hip-hop*.

agencia os componentes da negritude e da classe. No espaço é possível uma experiência integrada e simultânea desses componentes, onde a questão étnica e de classe perpassam uma pela outra. O espaço que agencia esses componentes são as favelas e periferias das cidades brasileiras.

O racismo e as desigualdades de classe são componentes estruturais dos diferentes padrões de segregação sócio-espacial nas cidades brasileiras. Dessa forma, nesses espaços, a experiência de vivenciar o racismo e as desigualdades de classe ocorre ao mesmo tempo, não há uma fragmentação ou dissociação das questões raciais e de classe. Ser negro e pobre significa, na maior parte dos casos, viver em favelas e periferias. Os protagonistas produzem e são produzidos por uma subjetividade singular a partir da experiência cotidiana do desemprego, do subemprego, dos baixos salários, do acesso precário aos bens de consumo coletivo, da violência cotidiana de policiais e traficantes, da dificuldade (e até mesmo impossibilidade) de participação ativa na política (mesmo com todas as restrições da democracia representativa), do alto custo de vida etc. As experiências dessas condições objetivas e subjetivas de existência são singularizadas e transformadas em possíveis novos modos de existência. Tais experiências definem a espacialidade do *hip-hop*.

O ponto de partida para apreender a espacialidade do *hip-hop* é analisar a relação entre *hip-hop*, favelas e periferias. É explícito no discurso dos protagonistas como a vivência nesses espaços conforma a subjetividade coletiva do movimento. O *hip-hop*, em diversos momentos, é definido a partir desse espaço como “cultura de rua”, “voz da periferia”, “grito da periferia”¹⁸. Depoimentos expressam essa relação de forma contundente. Vejamos:

1. “Eu sempre digo que o M.R. tá aqui pra complicar, não tá aí para agradar ninguém. Veio pra mostrar a verdade, o que é a favela, o que é a realidade. [...]. Então, o meu trabalho trata disso. Meu rap é o rap que eu vivo, meu cotidiano!” (MR Boca, em entrevista no site www.bocada-forte.com.br).

2. “A nossa inspiração vem das ruas, a gente só retrata o cotidiano da periferia: o pessoal não tem transporte, não tem segurança, não tem saúde [...] todo sangue que Facção canta é o retrato, é o revide aos problemas sociais que a gente sofre” (Eduardo, do grupo Facção Central, em entrevista à revista *Rap Brasil* ano 1, n. 4).

¹⁸ Pimentel (1997), Herschmann (2000), Rocha et al (2001), *Rap Brasil* nº 3.

3. “O que eu sou? Eu sou um bom rimador, porque eu rimo as coisas da favela, as coisas da rua. Sou um rimador de rua, só rimo as coisas da rua” (Mano Brown, em entrevista ao repórter Sérgio Kalili para a Revista Caros Amigos Especial n. 3, p. 19, 1998).

4. “O livro [Capão Pecado] retrata o cotidiano da periferia, retrata a vida das pessoas. É uma forma de falar do bairro através das pessoas. É um diário do cotidiano da periferia” (Ferréz, *rapper* e autor do livro Capão Pecado, em entrevista à revista *Rap Brasil* n. 5).

5. “Você sai do gueto, mas o gueto nunca sai de você” (Racionais MC’s, “Negro Drama”).

Essa forma de autoidentificar/nomear o movimento indica a relação de imanência entre o movimento e o espaço geográfico (que se faz território e lugar), pois indica que os elementos que o constituem se encontram justamente nas periferias. O conteúdo das letras, as gírias, os códigos, normas, a estética das roupas, o ritmo das músicas, o grafite, tudo isso se constrói a partir dos agenciamentos que são feitos na periferia e nas suas relações com outras partes da cidade.

Além disso, quando analisamos o discurso dos protagonistas (letras de música, entrevistas, documentos e textos), percebemos claramente como tal espacialidade constitui o próprio discurso. A linguagem utilizada pelo *hip-hop* é a do cotidiano, com gírias e expressões locais e singulares de cada periferia e favela. Dessa forma, o *hip-hop* busca ser o mais autêntico possível na construção do seu discurso. A preocupação com a linguagem é explicada pelo fato do *rapper* querer ser totalmente compreendido pelas pessoas que escutam sua música. O trecho de uma entrevista dado por Mano Brown, integrante do Racionais MC’s é elucidativa:

Tinha medo de falar gíria, de ser mal interpretado, da música ser vulgar. Se você ouvir, vai ver que as palavras... parece que eu sou um professor universitário... Tudo quase semi-analfabeto querendo falar pros caras da área, e ficava parecendo que não éramos nós. Aí eu falei: ‘Não, pára, mano!’¹⁹.

No caso do *hip-hop*, a experiência de condições objetivas e subjetivas de existência do espaço urbano leva à criação de um conjunto de críticas que pode ser considerado como seu núcleo discursivo. Esse conjunto crítico é formado pelos seguintes elementos:

¹⁹ Entrevista ao repórter Sérgio Kalili da Revista Caros Amigos, ano 1, n. 10.

A crítica à segregação sócio-espacial, onde esta é entendida como uma expressão das desigualdades estruturais de uma sociedade capitalista semiperiférica instituída pelas relações heterônomas entre morro e asfalto ou centro e periferia.

Crítica à subjetividade hegemônica que representa a favela e a periferia como o espaço da violência, caos, onde seus moradores são os principais suspeitos dos crimes e responsáveis pela maioria dos problemas da cidade (violência, insegurança, assaltos, tráfico de drogas, “arrastões”, ocupação de encostas, poluição de rios e lagoas). São os espaços cancerosos, os tumores da cidade.

A crítica contundente ao racismo brasileiro e ao mito da democracia racial, entendidos pelo *hip-hop* como componentes estruturais da sociedade brasileira que não podem ser considerados “contradições secundárias”.

A crítica às ações do Estado, seja por omissão ou precariedade de serviços públicos essenciais – habitação, saúde, transporte, saneamento, educação etc. – em favelas e periferias brasileiras e, principalmente, em relação às políticas de segurança, onde a violência policial contra a população desses espaços é sistemática e arbitrária. Além disso, podemos acrescentar a falta de canais institucionais de participação política efetiva que garantam os direitos políticos e civis garantidos nos marcos da democracia representativa.

Finalizando, vamos deixar os próprios protagonistas “falarem” sobre o *hip-hop*:

Por que o *hip-hop*?

- Porque é um movimento cujo gênero musical – o rap – começa a aquecer o mercado fonográfico nacional. O rap, apesar de discriminado e mal compreendido, aponta para novos caminhos de percepção do mundo e da sociedade, incorporando a presença do negro e a tematização ampla da causa negra.
- Porque é um movimento cultural, artístico, político e social que aproxima os jovens aliados de todos os mecanismos de emancipação, indicando formas criativas e alternativas de superar a segregação.
- Porque tem conseguido informar a sociedade de sua relevância, conscientizar o povo da periferia de sua cidadania, oportunizar a arte aos jovens e resgatar vários destes da iminência de vícios, sensibilizando também os que estão neste rumo.
- Porque as populações provenientes das periferias também têm voz e precisam ser ouvidas, enfim, participar enquanto atores sociais do espaço público, ou melhor, conquistar um espaço político²⁰.

²⁰ Texto extraído do *site*: <<http://www.cufa.com.br/06/in.php?id=acufa>>, acesso: 14 nov. 2007.

PERIFERIA É PERIFERIA (EM QUALQUER LUGAR): A CRÍTICA DA SEGREGAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL E DO RACISMO

Dentro do conjunto crítico, podemos identificar duas questões que aglutinam as demais, possuem o maior destaque no discurso e na subjetividade singular do movimento, que são a crítica à segregação sócio-espacial e ao racismo.

A crítica à segregação sócio-espacial aglutina as questões das desigualdades socioeconômicas (desemprego, subemprego, renda etc.), acesso aos bens de consumo coletivo (hospitais, transporte público, saneamento, iluminação, educação etc.), inexistência ou precariedade de políticas de planejamento e gestão urbanas (com destaque para a habitação), violência policial e segurança pública. Por outro lado, o racismo é articulado à crítica da segregação como um dos seus elementos estruturais e não como uma causa secundária.

A questão fundamental que o *hip-hop* coloca é da inseparabilidade entre o racismo e as desigualdades de classe no Brasil²¹, onde ambas perpassam uma a outra, constituindo um único processo que produz e organiza um espaço urbano segregado.

Essa formulação é uma das principais contribuições políticas do *hip-hop*, pois de forma hegemônica, tanto a esquerda quanto o discurso conservador e reacionário, separavam as duas questões. A esquerda, de forma hegemônica, sempre tratou do problema do racismo como uma contradição secundária do modo de produção capitalista, como um problema da superestrutura. Uma vez que a revolução fosse levada a cabo pelos trabalhadores, uma vez que a contradição principal estivesse superada, o racismo poderia ser eliminado²². Podemos observar essa formulação nos trechos a seguir das músicas do grupo Racionais MC's:

Negro drama, eu sei quem trama e quem tá comigo, o drama que eu carrego para não ser mais um preto fudido, o drama da cadeia e favelas, túmulos, sangue, sirene, choros e velas [...] eu vivo o negro drama, eu sou o negro drama, eu sou o fruto do negro drama (Negro Drama, CD Nada como um dia após o outro, 2002).

²¹ Em entrevista à revista Rap Brasil (ano 1, n. 4) o *rapper* Eduardo, do Grupo Facção Central quando indagado se o Brasil é um país racista, responde da seguinte forma: “Tranquilamente, racista, um país cheio de preconceito social. Tipo assim, no Brasil, o cara que une a pobreza e a raça negra tá fudido”.

²² Esse raciocínio não considera a possibilidade de que a superação da contradição capital/trabalho não leva necessariamente à eliminação do racismo. É possível a existência de operários racistas após a revolução proletária, por exemplo. A questão principal é buscar superar a heteronomia subjacente à exploração de classe e ao racismo, recusando uma hierarquia a priori, ou uma determinação mecânica de uma sobre a outra.

Os conservadores afirmam que o principal problema do Brasil é a pobreza e não o racismo. Enquanto a esquerda reconhece a existência do racismo, o discurso conservador busca escamoteá-lo por baixo do mito da democracia racial, comprovada pela elevada miscigenação, pela ausência de conflitos étnicos ou padrões de segregação como dos Estados Unidos ou da África do Sul nos tempos do apartheid, por exemplo.

Apesar de não existir uma segregação explícita, ela existe, é visível nas cidades brasileiras. No entanto, os defensores do mito da democracia racial afirmam que a segregação é fruto das desigualdades de renda, que impossibilitam as pessoas de ter acesso a serviços e moradias. No entanto, que sociedade democrática é essa onde justamente os negros e afrodescendentes ocupam os piores espaços na cidade e no campo, apresentam os piores indicadores sociais, as piores condições de trabalho e de vida? A que podemos atribuir essa situação? Azar dos negros e afrodescendentes? Incompetência? O que explica o fato de entre dois pobres, o negro possui as piores condições de vida? Ou entre dois trabalhadores que desempenham a mesma função, o negro ter um salário menor?

Henriques (2001) realiza o trabalho de quantificar as desigualdades raciais no Brasil e mostra como os afrodescendentes são discriminados duplamente, tanto no aspecto socioeconômico (menor renda, nível de escolaridade e piores condições de trabalho) quanto no aspecto racial (exigência de pessoas de “boa aparência”, práticas discriminatórias na entrada de locais públicos, restaurantes, bancos e em blitz policial). Esses dados desmontam o mito da democracia racial e expõe a forma como a sociedade brasileira lida com esse pilar do mundo moderno-colonial: utilizou o mecanismo de escamotear o racismo e diluí-lo em questões sociais, como se fosse mera coincidência o quadro de desigualdade que assola o Brasil atingir de forma mais grave essa parcela da população²³.

A crítica à segregação sócio-espacial engloba a materialidade dos espaços segregados em si e dos discursos preconceituosos construídos sobre esses espaços que legitimam e reproduzem relações violentas, discriminação, desrespeito, arbitrariedades, etc. Esse ponto é fundamental, pois existe um discurso hegemônico que

²³ Dados mais recentes mostram que o IDH da população negra do Brasil, em 2005, era de 0,764, conferindo-lhe a 92ª posição no ranking da ONU, enquanto a população branca possuía um IDH de 0,847, ocupando o 47º lugar. Em 2006, os brancos ganham aproximadamente 93,3% a mais do que os negros (O Globo, 2 dez. 2007, p. 28). Dados baseados na pesquisa do professor Marcelo Paixão, coordenador do Laboratório de Análises Estatísticas Econômicas e Sociais de Relações Raciais (UFRJ).

se materializa em práticas concretas de poder. De forma hegemônica, as favelas e periferias brasileiras são tidas como um mundo à parte da cidade. São lugares onde não há lei, civilidade, educação, trabalho. São lugares onde a barbárie, o caos, a malandragem e a bandidagem imperam. São o câncer e os tumores da cidade, que ameaçam constantemente os cidadãos de bem. A favela e a periferia seriam os redutos do lúmpem: lugar de prostitutas, bêbados, ladrões, bandidos, marginais²⁴.

O clássico trabalho de Perlman (1976, p. 42) analisa e sintetiza esse discurso preconceituoso e discriminatório:

segundo este ponto de vista, a favela é uma aglomeração desordenada de vagabundos desempregados, mulheres e crianças abandonadas, ladrões, bêbados e prostitutas. Esses elementos marginais vivem em condições “subumanas” sem água encanada, esgotos, coleta de lixo e outros serviços urbanos básicos, num ambiente sujo e insalubre. As favelas, feias como são, prejudicam o “pitoresco” panorama da cidade. Econômica e socialmente, constituem um dreno, um parasita, exigindo altos gastos em serviços públicos e dando pouca retribuição. Os favelados mantêm-se à parte não contribuem nem com aptidões nem ao menos com poder aquisitivo para o bem geral, e são uma ameaça pública. Ademais as terras que ocupam são em geral muito valiosas, portanto, as favelas impedem que se lhes dê uso mais lucrativo, além de desvalorizarem as propriedades vizinhas.

Em trabalho mais recente, Herschmann (2000, p. 53) retira de jornais, cartas e artigos como são vistos os pobres das favelas e periferias: “os caras-pintadas da periferia levaram à Zona Sul, no Domingo passado, a batalha de uma das guerras que enfrentam desde que nasceram – a disputa entre comunidades. Com isso, tornaram-se motivo de vergonha, diretamente associados ao terror da praia: os arrastões disseminam o pânico”²⁵. Ou ainda “não há distinção entre *funk*, favela e tráfico de drogas no Rio” (HERSCHMANN, 2000:93).

Silva (1995) também discute esta problemática e nos mostra como essa imagem da favela e da periferia estão associados ao caos, à criminalidade e à

²⁴ A leitura de qualquer seção de cartas dos leitores de jornais de classe média no Brasil expressa de forma explícita essa questão. Apenas alguns exemplos: “[...] Eles chegam, constroem suas casas e se recusam a sair mesmo sendo avisados do perigo. Depois, quando acontece a tragédia, perguntam ‘o que vamos fazer agora? Não temos para onde ir, o que vou fazer com os meus 10, 15, 20 filhos?’ Chega! Não somos responsáveis por isso” (Carta publicada no jornal O Globo do dia 25 dez. 2001); “[...] Desde há muito uma ameaça paira sobre a sociedade: o morro vai descer. Já desceu, caracterizando-se o conluio do crime organizado com o desorganizado. Essa mistura, por si só explosiva, vem sendo reforçada pelo fomento fratricida da luta de raças, classes, que visa à fratura da coesão social” (Carta publicada no jornal O Globo do dia 27 dez. 2001).

²⁵ Em relação aos arrastões que ocorreram nas praias da Zona Sul do Rio de Janeiro em 1992.

violência, enquanto Souza (2000, p. 230), insurgindo-se contra o que ele identifica como uma “atualização do “mito da marginalidade”, afirma que “é preciso evitar generalizações estigmatizantes que assimilem os favelados em geral a traficantes, ou que os tratem, na esteira de condenações simplistas e moralistas, como “cúmplices” dos ou “coniventes” com os traficantes”.

A construção imagético-discursiva hegemônica acerca da cidade tem sérias implicações na medida que acaba por justificar a formulação de políticas conservadoras e violentas, como a repressão policial, a política do enfrentamento, as remoções, os cercamentos, a ordenação territorial via projetos de “urbanização” de caráter paliativo (afinal, a favela não é nem urbana nem racional...). A mesma polícia que atua cordialmente nos bairros de classes média e alta é aquela que atua com violência na periferia mantendo as coisas (e as pessoas) nos seus devidos lugares, isto é, nos lugares instituídos por essa ordem social. Para exemplificar, vamos ver o que cantam os soldados da Polícia Militar durante seu treinamento: “O interrogatório é muito fácil de fazer/pega o favelado e dá porrada até doer/o interrogatório é muito fácil de acabar/pega o bandido e dá porrada até matar” (jornal *O Globo*, 24 de setembro de 2003)²⁶. Nessa “música” podemos ver a crueldade com que a instituição percebe e trata os moradores desses espaços. Reparem que o favelado da segunda linha é o bandido da quarta. Para a instituição, bandidos e favelados são muito parecidos e, em diversos momentos, são iguais.

O *hip-hop* constrói uma rede discursiva crítica a essa formulação hegemônica e parte de uma interessante formulação da segregação sócio-espacial. Quando os Racionais Mc’s, um dos mais importantes e influentes grupos de rap do Brasil, criam a música “Periferia é periferia (em qualquer lugar)”, permitem-nos pensar o caráter globalizado da periferia. Em outras palavras, podemos pensar que a periferia está por todo o espaço desde que exista um centro que a subordina a partir de relações de poder heterônomas. Assim, existe um caráter global para a periferia – um espaço marcado pela inexistência ou precariedade de serviços públicos, elevado grau de violência, desemprego (ou subemprego), baixa renda, indicadores sociais ruins ou péssimos etc. – , mas que, ao mesmo tempo, possui suas singularidades. A letra é a seguinte:

²⁶ Uma referência a esse episódio, utilizando a mesma citação acima, encontra-se em Souza e Rodrigues (2004).

Periferia é periferia. “Milhares de casas amontoadas”.
 Periferia é periferia. “Vacilou, ficou pequeno. Pode acreditar”.
 Periferia é periferia “Em qualquer lugar. Gente pobre”.
 Periferia é periferia. “Vários botecos abertos. Várias escolas vazias”.
 Periferia é periferia. “E a maioria por aqui se parece comigo”.
 Periferia é periferia. “Mães chorando. Irmãos se matando. Até quando?”.
 Periferia é periferia. “Em qualquer lugar. É gente pobre”.
 Periferia é periferia. “Aqui, meu irmão, é cada um por si”.
 Periferia é periferia. “Molecada sem futuro eu já consigo ver”.
 Periferia é periferia. “Aliados, drogados, então...”.
 Periferia é periferia. “Deixe o crack de lado, escute o meu recado”.
 (Racionais MC’s, “Periferia é periferia [em qualquer lugar]”
 CD Sobrevivendo no Inferno, 1998).

A letra descreve o conteúdo sócio-espacial da periferia. As imagens são contundentes e conseguem conciliar a questão do racismo e classe, destacando a condição do negro de duplamente explorado e marginalizado (“Em qualquer lugar. Gente pobre [...] E a maioria aqui se parece comigo”). As casas amontoadas, consequência de um processo de urbanização calcado na espoliação urbana (KOWARICK, 1993); os botecos abertos e as escolas vazias são um retrato da ausência do Estado como provedor de direitos básicos, como educação; mães chorando, irmãos se matando na violência cotidiana do tráfico de drogas, conflitos com a polícia e desentendimentos do dia-dia; são todos elementos que caracterizam as periferias não só de São Paulo ou do Brasil, mas do mundo. Por isso, ao mesmo tempo em que existe um forte laço com o espaço de referência subjetiva, o *hip-hop* contém um elemento de caráter global que caracteriza a cidade brasileira do capitalismo semiperiférico, que é a constituição de espaços de pobreza, segregação e exploração do trabalho baseados em macros e micros estruturas, mecanismos e práticas de poder disseminadas pelas diversas práticas humanas: no trabalho, na economia, na produção de subjetividade e de desejo, na política etc.

A caracterização da periferia continua com o trecho a seguir, também do grupo Racionais MC’s:

60% dos jovens de periferia sem antecedentes criminais já sofreram violência policial; a cada quatro pessoas mortas pela polícia, três são negras; nas universidades brasileiras, apenas 2% dos alunos são negros; a cada quatro horas um jovem negro morre violentamente em São Paulo; aqui quem fala é Primo Preto, mais um sobrevivente (Racionais MC’s, “Capítulo 4, Versículo 3”, CD Sobrevivendo no Inferno, 1998).

Nesse trecho o conteúdo étnico fica mais explícito e é contextualizado a partir da análise da violência policial praticada em favelas e periferias e do acesso do negro ao ensino superior. Os dados citados são de início do ano 2000 e possuem

certa veracidade²⁷. No entanto, o que nos interessa diretamente é a clareza que os protagonistas têm da situação do negro da sociedade brasileira quando comparam os índices de violência e de acesso à educação, dois indicadores conflitantes, bem distantes um do outro, sendo que o primeiro está diretamente associado à morte, ao fim de uma vida e o outro relacionado às possibilidades e chances de um futuro melhor (ainda que incerto). As mortes violentas e a arbitrariedade policial estão concentradas nos mais pobres e, principalmente, nos negros. Enquanto estes morrem mais do que os brancos, o seu acesso à educação superior é vetado.

A introdução do CD *Traficando Informação* (1999), de MV Bill, também possui uma conotação crítica em relação à segregação:

MV Bill está em casa! Pode acreditar/ Vamos fazer uma longa viagem/Não para o Inferno/Tão pouco ao Paraíso/mas uma viagem na vida dura/Na vida simples, na vida triste/De muitas pessoas que como nós/Vivem às margens da sociedade. Vivem sem voz, acuadas e oprimidas/Vamos fazer uma longa viagem/Numa cidade que segue sofrendo/Que sofre vivendo, que chora sorrindo e sangra sem choro/Que tenta mudar o destino traçado para os filhos seus/Uma viagem de ida e volta a uma Cidade chamada de Deus.

A Cidade de Deus (CDD) não é o Inferno, mas é um espaço evidentemente marcado por desigualdades, onde seus moradores tentam “mudar o destino traçado”. Ao mesmo tempo em que a crítica é feita, existe um componente de atividade, de capacidade de ação dos moradores, que não são apenas vítimas incapazes de agir, mas ao contrário, são protagonistas dotados de algum grau de potência para agir e pensar com o objetivo de melhorar suas condições de vida. Aspecto semelhante possui a música do *rapper* PJ (Preto Júnior).

Nasceu e cresceu numa favela. Irmão, ainda temos tempo de buscar outros caminhos. Nessa luta você não está sozinho, a jornada é árdua e o caminho estreito. Mas ainda temos um coração batendo no peito. Forte na vontade de lutar, dispostos a não se sujeitar. Um negro como eu e você que não quer e não vai se corromper (PJ “Noite Suburbana”, CD P Júnior Filho de Preto, 2002).

Quando MV Bill diz que “se você tiver coragem vem aqui pra ver/ a sociedade dando as costas para a CDD/ Traficando informação/ Convivendo diariamente com essa situação” (MV Bill, *Traficando Informação*) ele está su-

²⁷ Seria interessante e necessário fazer uma discussão sobre os dados das condições de vida na sociedade brasileira; no entanto, seria necessário um outro trabalho para dar conta dessa análise. Por isso, vamos nos ater ao conteúdo político do discurso e seu significado para os protagonistas. Os dados citados na música provavelmente foram divulgados pelos jornais na ocasião da escrita da letra, afinal, são músicos que primam pela informação que estão passando.

gerindo uma relação desigual de poder. A sociedade dando as costas para a CDD não é apenas uma metáfora, mas um processo político e econômico em curso, onde a sociedade instituída pouco se esforça para resolver efetivamente o problema. Podemos constatar um discurso e uma prática cada vez mais intolerante e autoritária em relação às favelas e periferias, onde a “sociedade” (geralmente associada às classes médias e elites nos discursos do *hip-hop*) exige uma resposta pelo viés do planejamento (através da proibição da construção de casas, remoções e demolições, com poucas propostas de habitação popular) e da segurança pública (reduzida ao seu aspecto policial, de prender e executar traficantes, por exemplo) e não na superação das desigualdades. Além disso, observamos a proliferação de ONGs ligadas aos direitos humanos, à educação e ao “empreendedorismo” nas favelas, que pouco contribuem para a superação dos conflitos e contradições e apostam em soluções paliativas.

Um dos aspectos mais significativos e criticados pelo *hip-hop* é a relação da instituição policial com os moradores de favelas e periferias. A relação entre favelas, periferias, seus moradores e a polícia é um ponto de constante conflito e tensão: “a polícia é preconceituosa e racista, mano. Aqui em São Paulo, preto não pode ter as coisas, tem que ficar provando de onde veio, de onde comprou, mostrar as notas fiscais do barato”²⁸. A relação de violência e da arbitrariedade tem que mudar; para o *hip-hop*, não é possível que o braço armado do Estado perpetue suas ações violentas contra uma população pobre, trabalhadora e que possui gigantescas dificuldades de reivindicar seus direitos e ter acesso a canais institucionais que lhe garantam seus direitos constitucionais²⁹. O discurso dos *rappers* sobre esta questão é extremamente contundente, como veremos a seguir:

Toda vez é a mesma estória criança correndo mãe chorando chapa quente tiro pra todo lado silêncio na praça o corpo de uma inocente chega a maldita polícia chega a polícia o medo é geral armado fardado carteira assinada com ódio na cara pronto para o mal é mais um preto que morre ninguém me socorre [...] Quando a polícia invade a favela espalha terror e medo. É gente da gente

²⁸ Mano Brown, em entrevista na revista *Caros Amigos Especial* n. 3, p. 18, 1998.

²⁹ Vale lembrar que, no Rio de Janeiro, na gestão dos ex-governadores Anthony Garotinho e Rosinha Matheus, os moradores de favelas envolvidos em protestos nas ruas da cidade (geralmente parando o trânsito, apedrejando e queimando ônibus) foram diretamente enquadrados nos artigos de formação de quadrilha e associação ao tráfico. Seria ingenuidade de nossa parte acreditar que em alguns protestos o tráfico não seja o principal articulador, mas também não podemos negligenciar a ação direta dos próprios moradores frente a determinadas arbitrariedades. Não podemos aceitar o pré-julgamento das autoridades, o que constituiu um ato flagrante de desrespeito aos direitos constitucionais.

que não nos entende usam de violência um corpo estendido no chão nadando numa poça de sangue é consequência do despreparo daqueles que eram para dar segurança [...] É complicado ser revistado por um mulato fardado que acha que o preto favelado é o retrato falado. Sempre foi assim covardia até o fim a porrada que bate na cara não dói no playboy, pq só dói em mim programado para matar atire depois para perguntar se ele trabalhava ou se traficava só sei que deitado no chão ele tá e gera revolta na cabeça da comunidade que é marginalizada pela sociedade que se cala escondida no seu condomínio (MV Bill e Chorão, “Cidadão comum refém”, CD Declaração de Guerra, 2002).

E lá vão eles na visita à favela/ irão extorquir, bater, matar quem estiver dentro dela [...] são corruptos, desonestos e covardes/ é melhor parar com os elogios antes que ouçam e me matem/ Deus, afaste das favelas os policiais/ eu não me conformo com esses fatos reais (MR Boca, “Fatos Reais”, 2001, grifos nossos”).

A questão da violência policial nos remete diretamente ao grave problema do desenvolvimento do tráfico nas cidades brasileiras, em especial, na cidade do Rio de Janeiro. Sobre essa questão, as passagens a seguir são importantes:

Feio e esperto, com uma cara de mau, a sociedade me criou, mais um marginal/ eu tenho uma nove e uma HK/com ódio na veia pronto para atirar (MV Bill, “Soldado do morro”, CD Traficando informações, 1999)³⁰.

[...] Aqui estou eu jogado no chão a nova atração que atrai a multidão... o chão tá quente, queimando meu peito. Alguém passa a mão na minha cabeça do lado direito e enxuga a lágrima que escorre do meu rosto, caí de olho aberto vendo tudo fosco [...] decepção para o meu pivete, ver o seu pai morrer aos dezessete (“Soldado morto”, CD Declaração de Guerra, 2002).

E continua:

Conheço essa mão alisando meu queixo é da minha velha que não agüenta e me dá um beijo, mexe a cabeça de forma negativa parece não acreditar que tiraram minha vida, segura minha mão e olha para o alto enquanto meu sangue se mistura com o asfalto (“Soldado morto”, CD Declaração de Guerra, 2002).

O refrão é o seguinte: “eu só queria viver, eu só queria sonhar, a sedução me levou e me fez naufragar”.

As imagens criadas pela música não poderiam ser mais fortes e contundentes. Temos aqui o final das tragédias. O soldado, criado pelas contradições e desigualdades da sociedade, bem como mediações subjetivas individuais, é morto aos dezessete anos com o aval das classes médias e altas da sociedade brasileira. Para esses segmentos da sociedade fica a sensação do dever cumprido, é “saldo negativo menos um marginal”³¹.

³⁰ A nove é uma referência às pistolas de 9 mm e HK é uma metralhadora russa.

³¹ MV Bill, Soldado do morro. CD Traficando informações (1999).

Mostrar o fim da tragédia possui um aspecto didático importante. De forma geral, o *hip-hop* é crítico à ação do tráfico nas favelas e periferias urbanas, concebendo-a como fonte de violência e tirania que recai sobre os próprios moradores desses espaços. O tráfico é visto como um perigo, como algo negativo, com uma grande capacidade de desagregar famílias, comprometer sonhos, projetos e relacionamentos. Nesse sentido, o *hip-hop* entende o tráfico como um perigo para moradores de favelas e periferias, particularmente jovens, que figuram entre os principais componentes das quadrilhas. Ao mesmo tempo, o *hip-hop* condena de forma contundente a política de enfrentamento levada a cabo pelo Estado e apoiada pela maior parte das classes médias e elites brasileiras. O *hip-hop* entende o tráfico como um complexo resultado de contradições e desigualdades socioeconômicas³², aliado a uma poderosa produção de subjetividade consumista e individualista³³, bem como por mediações subjetivas individuais. Por isso, a melhor forma de combatê-lo é investindo em políticas de geração de emprego e renda, melhorias na educação e saúde, implementação de infraestrutura urbana básica etc., ao invés de uma política de enfrentamento cujos principais resultados são um elevado número de mortes (de policiais, traficantes e inocentes) e pouca eficiência em acabar com as quadrilhas³⁴.

Essas duas críticas principais realizadas pelo *hip-hop* são a base da proposição de novas formas de relações sociais calcadas em ideais de emancipação, justiça e igualdade. A crítica é feita para ressaltar a possibilidade e a necessidade real de superar as relações heterônomas que constituem a sociedade contemporânea.

O HIP-HOP E O “DIREITO À CIDADE”: A EMERGÊNCIA DE NOVOS PROTAGONISTAS

Destacamos que o *hip-hop* não deve ser considerado apenas uma manifestação cultural ou estética. Ele é, de fato, um ativismo social, com um grande

³² Em diversos casos o tráfico oferece vantagens econômicas muito maiores do que um emprego mal remunerado, aumentando consideravelmente a renda familiar.

³³ É inegável que um dos motivos que levam os jovens para o tráfico é a possibilidade de aumentar sua renda para consumir produtos e serviços modernos, bem como aumentar seu *status* social exibindo poder mediante sua posição na cadeia hierárquica de uma quadrilha.

³⁴ Acabar com o tráfico requer uma ampla política de desenvolvimento socioeconômico associada a uma profunda reforma institucional no aparato policial, uma vez que a existência do tráfico depende da corrupção dessa instituição.

potencial questionador, crítico e pedagógico que pode ser a base de importantes conquistas de cidadania. Além disso, devemos salientar que a vertente mais crítica do *hip-hop* deve ser considerada um autêntico movimento social, por colocar como horizonte processos de transformações efetivas na sociedade.

A potencialidade político-pedagógica do *hip-hop* pode e deve ser utilizada para mobilizar e organizar pessoas em torno de organizações que possam emergir como efetivos protagonistas políticos nas cidades brasileiras. Através de suas organizações, o *hip-hop* promove projetos culturais e educacionais, cursos profissionalizantes (produção audiovisual, por exemplo), geração de emprego e renda (*shows*, gravação, produção e comercialização de CDs), que somados à produção político-cultural do movimento criam um ambiente favorável à mobilização política.

O *hip-hop* visita velhas (mas ainda atualíssimas) questões, como a segregação sócio-espacial, as desigualdades socioeconômicas, o racismo, a violência policial a partir de outros olhares e lugares, construindo um discurso próprio e autêntico. Esse ponto é fundamental, pois se queremos construir uma sociedade mais justa e solidária, é crucial que se ouçam essas vozes, que por tanto tempo foram silenciadas.

O conjunto crítico do *hip-hop* pode nos fornecer elementos para se pensar um planejamento urbano crítico e alternativo, uma vez que ele nos permite fazer uma leitura diferente da cidade e da sociedade a partir de um ativismo social singular, que traz suas próprias questões, que coloca os problemas a sua maneira. Dessa forma, é possível que possamos apreender elementos dessa crítica que nos permitam pensar em novas formas de democratização radical do planejamento e da gestão urbana, assim como incorporar uma ampla discussão sobre o racismo dentro e para além do planejamento e da discussão da cidade.

É possível ver no *hip-hop* um protagonismo sócio-espacial que permite às periferias e favelas produzirem suas próprias ideias, seus próprios intelectuais, uma economia alternativa através da apropriação dos meios de produção e das técnicas disponíveis. Essa perspectiva é extremamente importante, pois aponta para a construção de uma autonomia política desses protagonistas. Quando a periferia e a favela são capazes de produzir ideias, análises, novas formas de produção, ela fala, pensa e age por si própria. Existe um ganho de autonomia e independência em relação aos setores das elites e das classes médias intelectualizadas comprometidas com a construção de uma nova sociedade. Dessa forma,

não é necessário que intelectuais sejam os porta-vozes dessa população, mas ela própria assume um papel protagonista de dizer o que pensa.

A partir do *hip-hop* podemos pensar em construir uma nova cidade, logo, uma nova sociedade, que rompa com o primado da propriedade privada sobre os direitos e sobre a vida, em que a dignidade, a solidariedade e a autonomia sejam os norteadores das novas relações sociais e da organização sócio-espacial. Uma organização sócio-espacial pautada na liberdade e na vida e não nas desigualdades, nos desmandos e nas relações heterônomas.

BIBLIOGRAFIA

- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro. 1982.
- GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HAESBAERT, Rogério. *O mito da desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. *Texto para discussão – IPEA*, Rio de Janeiro n. 807, jul. 2001.
- HERSCHMANN, Micael. *O funk e o hip-hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2000.
- KALILI, Sérgio. Mano Brown. *Caros Amigos*, São Paulo, ano 1, n. 10, jan. 1998.
- _____. Movimento Hip Hop. *Caros Amigos*, São Paulo, edição especial, n. 3, set. 1998.
- KOWARIC, Lúcio. *A espoliação urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1993 [1973].
- MESUMECI, Leonarda; RAMOS, Sílvia. *Elemento suspeito*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- MR BOCA. Entrevista. Disponível em: <<<http://www.bocada-forte.com.br>>>. Acesso: em 14 out. 2002.
- _____. *Fatos Reais*. Cassete demonstração dado ao autor em 2001. Fita cassete.
- MV BILL. *Traficando Informação*. BMG e Natasha Records, 1999. Compact Disc.
- _____. Declaração de Guerra. BMG e Natasha Records. 2002. Compact Disc.
- O GLOBO. Seção Carta dos leitores. Rio de Janeiro, 25 dez. 2001.
- _____. Seção Carta dos leitores. Rio de Janeiro, 27 dez. 2001.
- _____. Seção Rio. Rio de Janeiro, 24 set. 2003.
- _____. Coluna de Anselmo Gois. Rio de Janeiro, 28 dez. 2007.
- PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- PIMENTEL, Spansy. *O livro vermelho do hip-hop*. 1997. Monografia (Conclusão de Curso de Graduação em Comunicação Social) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

- PJ. P JÚNIOR FILHO DE PRETO. *Dyak, Afirma e Diáspora Africana*. 2002. Compact disc.
- QUAINI, Massimo. *Marxismo e Geografia*. São Paulo: Paz e Terra, 1979 [1974].
- _____. *A construção da Geografia Humana*. São Paulo: Hucitec, 1983 [1975].
- RACIONAIS MC'S. *Sobrevivendo no Inferno*. Cosa Nostra, 1998. Compact Disc.
- _____. *Nada como um dia após o outro*. Cosa Nostra. 2002. Compact Disc.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993 [1980].
- RELPH, Edward. *Place and placeness*. London: Pion, 1976.
- REVISTA RAP Brasil, São Paulo: Editora Escala, ano 1, n. 3, 4, 5.
- ROCHA, Janaína et al. *Hip-hop: A periferia grita*. São Paulo: Fundação Teseu Abramo, 2001.
- SACK, Robert. *Human territoriality: Its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: EDUSP, 2002 [1978].
- SILVA, Eliane Sousa. *O movimento comunitário de Nova Holanda: na busca do encontro entre o político e o pedagógico*. 1995. 146 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- SOUZA, Marcelo aio2aarioLopes de. “Espaciologia”: uma objeção (Crítica aos prestigiamientos pseudocríticos do espaço social). *Terra Livre*, São Paulo, v. 3, n. 5, p. 21-45, jan./jun., 1988.
- _____. O que pode o ativismo de bairro? Reflexões sobre as limitações e potencialidades do ativismo de bairro à luz de um pensamento autonomista. 1988b. 241 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio De Janeiro.
- _____. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 77-116.
- _____. *O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- _____. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2006.
- SOUZA, Marcelo Lopes; RODRIGUES, Glauco Bruce. *Planejamento urbano e ativismos sociais*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: A perspectiva da diferença*. São Paulo: DIFEL, 1983 [1977].

Recebido em: 28/01/2009

Aceito em: 03/03/2009

PUNKE HIP-HOP NA CIDADE: TERRITÓRIOS E REDES DE SOCIABILIDADE

NÉCIO TURRA NETO

Departamento de Geografia
Universidade Estadual do Centro-Oeste
Câmpus de Guarapuava, PR
turraneto@yahoo.com.br

RESUMO

Procuro abordar, neste artigo, o processo de constituição, na cidade de Guarapuava/PR, dos movimentos *punk* e *hip-hop*, com vistas a oferecer uma possibilidade de abordagem, na Geografia, dos movimentos sociais constituídos por atores jovens. Inicialmente, apresento, de forma resumida, a trajetória de constituição do próprio lugar que, em certo momento, contou com condições geo-históricas favoráveis à aterrissagem desses movimentos juvenis transterritoriais. Depois, apresento uma breve história do surgimento e difusão do *punk* e do *hip-hop* pelo mundo. Por fim, trago uma interpretação das trajetórias desses movimentos em Guarapuava, traçando o processo de constituição das redes localizadas de sociabilidade e de territorialização de cada movimento na cidade, que fizeram com que, no lugar, se constituíssem novos sujeitos políticos, em diálogo e em conflito com aqueles já presentes. O centro do trabalho é o estudo comparativo da difusão, territorialização e formação das redes de sociabilidade de ambos os movimentos.

PALAVRAS-CHAVE: *Punk. Hip-Hop.* Redes de Sociabilidade. Lugar. Territorialização.

PUNK AND HIP HOP IN THE CITY: TERRITORIES AND BONDS OF SOCIABILITY

ABSTRACT

This article tries to approach the process by which the punk and hip-hop movements are constituted in the city of Guarapuava-Pr in order to develop a

geographical examination of these social movements constituted by young people. First there is a brief introduction to the mode of constitution of the very place that, in a certain time, had the geo-historic conditions fit for the making of these youthful transterritorial movements. The study then elaborates a brief history of the rise and spread of the punk and hip hop culture all over the world. Finally, attention is drawn to an interpretation on the way these movements took root in Guarapuava and emphasis is placed on both the making of located bonds of sociability and the territorialization of each movement in the city since they were responsible for the constitution of new political characters who were in dialogue and also in conflict with the ones already present. The central point of this work is the spread, the territorialization and the making of bonds of sociability in both these movements

KEY WORDS: Punk. Hip-Hop. Bonds of Sociability. Place. Territorialization.

INTRODUÇÃO

Os movimentos *punk* e *hip-hop* podem ser definidos como manifestações juvenis, ao mesmo tempo, culturais e políticas. Enquanto movimentos de juventude, guardam especificidades em relação ao que se entende tradicionalmente por movimentos sociais e apenas num sentido muito particular podem ser considerados como tal¹.

Inspirado em Melucci (1997; 2001), tomo o *hip-hop* e o *punk* como novos movimentos sociais, na medida em que acionam redes sociais, com fortes conotações culturais, para a realização de ações pontuais e efêmeras. Assim, essas culturas juvenis podem ser lidas como redes de sociabilidade, com potencial de mobilização em ações coletivas, no quadro de um campo conflitual, num dado momento e com objetivo determinado. Essas redes investem cotidianamente na comunicação, interação e solidariedade entre seus membros e sua ação coletiva está sempre em latência, podendo ser acionada a qualquer momento. Nesses termos, o ajuntamento para o embate se dá como um evento excepcional, ao qual se segue a dispersão. E o embate tem muito de diversão, de encontro, de festa, sem o que, talvez, ele não tivesse força de agregação.

¹ Pelo menos este é o caso dos movimentos *punk* e *hip-hop* que conheci pelas pesquisas realizadas em Londrina e Guarapuava, no estado do Paraná.

Se, na Geografia brasileira, o estudo sobre movimentos sociais tem se consolidado nas últimas décadas, ainda são tímidas as iniciativas de pesquisas sobre manifestações protagonizadas por grupos juvenis, ou sobre as juventudes de forma mais ampla. Uma das possibilidades de ampliar o escopo da reflexão sobre essa temática, na nossa disciplina, seria construir análises sobre as formas particulares de acontecer e se territorializar de grupos culturais e políticos juvenis, em contextos urbanos específicos. Tal é a minha intenção aqui, com ênfase à formação das redes territoriais de sociabilidade.

Com esse propósito, *punk* e *hip-hop* também são entendidos como movimentos juvenis “transterritoriais” (CANCLINI, 2006), que surgiram em certos espaços-tempos e que se difundiram pelo mundo, sobretudo, a partir da indústria cultural, nem sempre alternativa. A partir da sua difusão, essas culturas juvenis encontraram condições de territorialização em boa parte das cidades brasileiras, articulando jovens de diferentes contextos sócio-espaciais, no quadro de uma nova identidade coletiva. *Punk* e *hip-hop* oferecem-se aos jovens como um estilo total, que reúne visual, música, modo de vida e bandeiras de luta política.

A pesquisa que desenvolvi sobre ambos os movimentos juvenis deu-se na cidade de Guarapuava, Centro-Sul do estado do Paraná². Nela, procurei percorrer a trajetória histórica do *punk* e do *hip-hop*, no seu processo de difusão pelo mundo e territorialização no lugar, onde ganharam colorações particulares³.

Inspirado em Haesbaert (2004), perguntei-me sobre o que foi necessário se desterritorializar para que essa nova territorialização acontecesse. Pergunta que me conduziu à trajetória histórica do próprio lugar⁴, no seu

² O estudo dos movimentos *punk* e *hip-hop*, em Guarapuava, é parte da minha tese de doutorado, desenvolvida na UNESP de Presidente Prudente, na qual estudei também diferentes gerações na cidade. A tese intitula-se “Múltiplas Trajetórias Juvenis em Guarapuava: territórios e redes de sociabilidade” e contou com a orientação da Professora Maria Encarnação Beltrão Sposito, a quem agradeço as leituras e críticas.

³ Foram entrevistados membros e ex-membros de cada movimento, para, a partir das trajetórias biográficas dos sujeitos, acompanhar o processo de constituição das redes de sociabilidade. Também realizei observação participante, para ter acesso às formas contemporâneas de acontecer e se territorializar do *punk* e do *hip-hop* na cidade de Guarapuava.

⁴ O conceito de lugar aqui está amplamente inspirado em Massey (2000; 2008), para quem ele é um feixe eventual de conexão de redes de relações, de diferentes escalas, que se intersectam, mas continuam em processo, de forma que novas conexões são sempre possíveis.

processo de constituição, de modo que a aterrissagem do *punk* e do *hip-hop* só pôde se dar em amálgama com as trajetórias já presentes. Dessa forma, a difusão dessas culturas juvenis tem significado, também, um processo de pluralização, ao mesmo tempo delas mesmas e dos lugares em que se territorializaram.

Assim, antes de falar mais especificamente desses movimentos juvenis na cidade, é preciso pensar a formação desse contexto específico, bem como o processo de surgimento e difusão do *punk* e do *hip-hop*, do mundo ao lugar.

FORMAÇÃO DO LUGAR

Guarapuava é uma cidade cuja origem remonta ao Brasil Colonial. Surgiu no contexto da tomada de posse do território, a oeste, em disputa com a Espanha, e da economia tropeirista, com vistas a abastecer as Minas Gerais, com gado e mulas. A doação de sesmarias e os outros mecanismos de acesso a terra, que se seguiram, constituíram e sedimentaram uma estrutura fundiária baseada no latifúndio, que marca a região até os dias atuais.

Essa estrutura chegou praticamente intacta até a primeira metade do século XX quando, finalmente, a economia tropeira entrou em crise e novos agentes sócio-econômicos afluíram para a região, como os imigrantes europeus, as madeireiras e, por fim, atores envolvidos na agricultura comercial, quando a região se abriu, na década de 1950, como uma fronteira agrícola interna, no Estado do Paraná. A partir desse período até a década de 1970, o campo do município recebeu consideráveis fluxos migratórios, vindos de outros estados brasileiros, em busca da terra barata.

A cidade foi, então, desempenhando diferentes papéis em cada período. Se a princípio, era uma emanção de um poder distante (SANTOS, 1993), incumbida de taxar a produção do campo, com a agricultura comercial, ela passou a ser o suporte dessa nova economia. Regionalmente, Guarapuava, por conta de sua história, assumiu a condição de polo, fazendo declinar a economia urbana das pequenas cidades ao seu entorno (SILVA, 1995).

No decorrer da década de 1970, com a crise da economia madeireira e a ampliação da agricultura moderna, promovendo uma reconcentração da propriedade fundiária, houve um intenso processo de migração campo-cidade. Foi quando a maior parte da população municipal mudou sua situação de domicílio de rural, para urbana. Segundo dados do IBGE, de uma população urbana

da ordem de 40 mil habitantes, Guarapuava chegou, aos anos de 1980, com mais de 80 mil residentes na cidade⁵.

No plano do espaço urbano, dois movimentos paralelos se processaram: expansão acelerada da malha urbana, pela abertura privada de novos loteamentos, para uma população de baixa renda, nas periferias distantes; e reforço da área central, como espaço dos principais investimentos, tanto privados, quanto públicos. Pelo segundo movimento, a paisagem de cidade colonial foi substituída por uma paisagem mais moderna, por novas formas que abrigaram filiais de bancos e de cadeias de lojas, que atuam em diferentes escalas. Bancos e lojas que, a partir de sua instalação no centro de Guarapuava, poderiam atingir o mercado regional em formação.

Tais mudanças, na economia e na estrutura urbana, não foram sem consequências para a vida social, para os espaços e práticas de sociabilidade locais (contexto de aterrissagem das novas culturas juvenis globais). Desde o início do século XX, tem-se notícias de clubes sociais no centro da cidade e imediações. Cada clube remetia a pertencimentos a classes sociais e etnias distintas (o clube dos negros, dos poloneses, dos operários e da elite), o que denunciava uma cidade desde sempre plural.

Nos anos de 1950, a igreja e o passeio na rua principal da cidade eram pontos de convergência desses diversos grupos sociais. E todos esses espaços (a rua, os clubes, a igreja) eram frequentados pelas famílias. As moças nunca passeavam sozinhas; eram sempre acompanhadas por algum membro da família. Os rapazes, sim, tinham maior liberdade de circulação e chegavam mesmo a formar pequenos grupos, com os quais iam e vinham pela cidade. O namoro e a paquera obedeciam às normas ditadas pelos adultos, sempre presentes e de olho. A “comunidade” oferecia, portanto, um protocolo de condutas e realizava a vigilância do seu cumprimento, daí o grande formalismo no trato social. Sair dos limites fixados e controlados era, talvez, a exclusão desse universo de vida social, seja pela desqualificação da moça como “mal falada”, seja pela desqualificação do rapaz como “baderneiro”.

Além dessas limitações, a diversão era um momento efêmero, diante de um cotidiano de trabalho, em meio a condições materiais precárias. Quando não

⁵ Os novos habitantes urbanos também vieram do campo de municípios da região ou mesmo das pequenas cidades que circundam Guarapuava.

havia bailes ou *soirées* – como se chamavam os finais de tarde de domingo, com música e dança, nos clubes da cidade –, as pessoas tinham que se contentar com algumas poucas horas do domingo depois da missa, na rua principal, a Rua XV de Novembro. O cinema, localizado na rua paralela, dentro do mesmo quadrante, também poderia ser uma alternativa. Mas não era todo mundo que podia, mesmo porque, o dinheiro em circulação pela cidade era pouco, até meados dos anos de 1950. Esse passeio dominical pela Rua XV foi batizado de “Avenida” (“fazer a Avenida”).

Guarapuava teria que esperar, pelo menos até a década de 1970, para ver emergir espaços, tempos e práticas de sociabilidade que fossem especificamente juvenis, mas, ainda assim, tributários do contexto de urbanidade que a cidade oferecia; um contexto que, apesar de muito transformado, não chegava a ultrapassar a característica de cidade pequena.

As demolições, que se sucederam nos anos de 1960 e 1970, no centro da cidade, para dar lugar às novas formas-conteúdo (SANTOS, 2002), significaram também a “[...] demolição de espaços que integravam lugares que se constituíam identitários para parte de seus habitantes remetendo, nessa perspectiva, ao estabelecimento de outras práticas da vida urbana” (TEMBIL, 2004, p. 58). Como consequência, a prática sócio-espacial das Avenidas não tinha mais condições de possibilidade na Rua XV, tanto pelas transformações na sua estrutura, quanto por transformações que se processaram na própria sociedade local.

As novas práticas de sociabilidade deslocaram-se para o limite do centro, mas ainda mantendo-se na mesma rua. O trecho da Rua XV apropriado por essas práticas era, agora, polarizado por uma lanchonete (Lanchonete Komi-lão), deslocando o ponto de referência das proximidades da igreja e dos espaços de sociabilidade (os clubes) herdados do início do século XX. Novos espaços e práticas agora mais ligados à presença do automóvel e à maior influência da indústria cultural na vida cotidiana⁶.

No extremo oposto da rua, em fins dos anos de 1970, empresários locais instalaram uma boate, conferindo uma modernidade ao lazer de uma parcela da juventude guarapuavana, em sintonia com os grandes centros – aquela par-

⁶ Os anos de 1970, em Guarapuava, viram a difusão da televisão, dos aparelhos de toca-discos; conheceram a influência da Jovem Guarda e do movimento das discotecas. Tudo isso como signos de juventude – conceito que não parecia estar presente nos anos de 1950.

cela da geração que aderiu, ou que teve condições de aderir, a esses referenciais do “ser jovem” e, assim, viver a juventude possível naquele espaço-tempo.

Essa movimentação de jovens na rua fez emergir, ao longo dos anos de 1980 e 1990, uma “mancha de lazer” (MAGNANI, 1992), pela coesão de uma série de estabelecimentos e equipamentos de uso coletivo, voltados ao lazer e à diversão (cada vez mais noturna) da juventude. A figura 1 permite visualizar o deslocamento do centro da sociabilidade ao longo da Rua XV, bem como as referências espaciais já citadas.

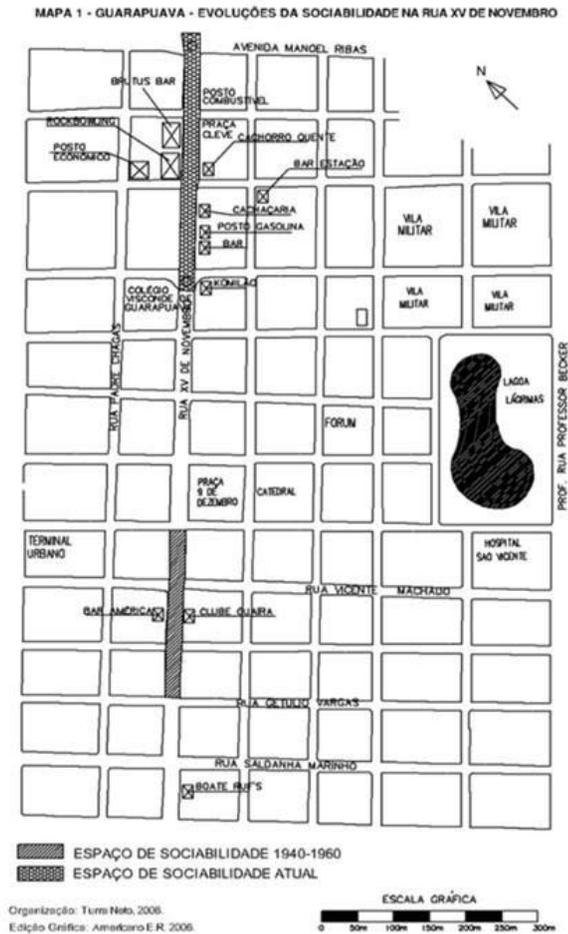


Figura 1. Guarapuava, evoluções da sociabilidade na Rua XV de Novembro

Se, entre 1940 e 1960, a sociabilidade na Rua XV era ritmada pela missa e polarizada pela igreja e por um clube social, da elite local, nos anos de 1970, o apogeu do movimento das discotecas, inspirado no filme “Embalos de Sábado à Noite” e na novela “Dancing Days”, fez emergir espaços especificamente juvenis na cidade, como a Boate Ruf’s e a Lanchonete Komilão⁷. O trecho da Rua XV de Novembro, entre esses estabelecimentos, foi intensamente percorrido pelos/as jovens, de carro, não mais no domingo à tarde, mas no sábado à noite, adentrando a madrugada. Um espaço-tempo do qual os pais já não mais faziam parte (MARGULIS, 1997).

No quadrante ao norte da Lanchonete Komilão, pode-se observar a constituição da mancha de lazer da Rua XV, o principal centro de diversão noturna da cidade, para onde convergem jovens dos mais diversos bairros, em relações nem sempre cordiais. No restante da Rua que aparece no mapa, constituiu-se, nos anos de 1980, um calçadão, que limitou o tráfego de carros apenas no sentido norte-sul.

A descentralização da família e da igreja e sua restrição a certos contextos sócio-espaciais, a chegada de novos referentes culturais, para compor as redes e práticas de sociabilidade, a pluralização de contextos, a formação de cenários e práticas marcadamente juvenis no espaço urbano, ao mesmo tempo que a cidade via ampliar sua vida de relações, criaram maiores possibilidades de escolha identitária e de acesso à informação – condições favoráveis para a territorialização das culturas juvenis globais.

Na segunda metade da década de 1990, quando Guarapuava já ultrapassava a marca dos 100.000 habitantes urbanos, foi que começaram a aparecer os primeiros sinais de que o *punk* e o *hip-hop*, em diferentes pontos da cidade, estavam servindo de referência para jovens constituírem suas identidades individuais e seus grupos de amigos. Foi, portanto, nesse tempo-espaço específico que, pela pesquisa, vi se formarem redes de sociabilidade em torno desses movimentos juvenis, constituindo formas territoriais próprias numa cidade de “múltiplos territórios” (HAESBAERT, 2004), em diálogo com as condições geo-históricas e os recursos localmente disponíveis.

⁷ A Lanchonete Komilão ainda compõe o quadro das referências da diversão noturna na cidade; a Boate Ruf’s ficou circunscrita ao final dos anos de 1970.

TRAJETÓRIAS DO *HIP-HOP* E DO *PUNK*, DO MUNDO AO LUGAR

Movimento *hip-hop*⁸ foi o nome dado ao encontro festivo, no espaço-tempo das ruas do Bronx (Nova York), nos anos de 1970, entre manifestações de dança, música e *grafite*, dos jovens negros e hispânicos. Essas manifestações, que reunidas formaram o movimento *hip-hop*, seguiam suas próprias trajetórias históricas e ocorriam, até então, de forma independente. Em comum tinham, e ainda têm, a sua vinculação com a juventude negra e pobre e a sua definição como cultura de rua que, aliás, passou a ser característica definidora do próprio *hip-hop*.

Embalado pelos movimentos de defesa dos direitos civis e políticos dos negros norte-americanos, o movimento *hip-hop* também se politizou. Foi, então, a partir da constituição de uma cultura de rua e de um movimento, que a geração mais jovem do Bronx pôde elaborar formas de identidade alternativas àquelas que lhes eram impostas⁹, enquanto jovens pobres do gueto. O *hip-hop* surgiu, assim, como uma identidade afirmativa, articulada à linguagem das modas e das ruas – no sentido de construção de um estilo total – e às tecnologias próprias de um novo fazer musical¹⁰.

Representou também uma transcendência em relação a um “território restringido”, tanto no sentido de uma territorialização ditada por um poder externo ao grupo social, quanto no sentido de um controle da sua circulação por espaços mais amplos da cidade¹¹. Os jovens, diante de um território que lhes conferia isolamento sócio-espacial, estigmatização territorial e controle da sua circulação, mediante a ação policial, acabaram por produzir um

⁸ *Hip-Hop* tem sido traduzido como saltar mexendo os quadris.

⁹ A ideia de “identidade imposta” vem de Bauman (2005, p. 44), para quem a identidade é um fator poderoso de estratificação social. Num polo, ele localiza aqueles que podem articular e desarticular identidades à sua própria vontade, escolhendo entre um leque de opções crescentemente global. No outro polo, estão aqueles para quem a escolha identitária é negada, que “[...] se vêem oprimidos por identidades aplicadas e impostas por outros – identidades de que eles próprios se ressentem, mas não têm permissão de abandonar nem das quais conseguem se livrar. Identidades que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam [...]”.

¹⁰ Lindolfo Filho (2004) dá especial atenção para o “*mix musical*” que se realizou no Bronx, na origem do *rap*.

¹¹ A ideia de “território restringido” foi uma sugestão do Professor Marcelo Lopes de Souza, durante a defesa da tese, em substituição ao “território imposto” de Haesbaert (2004), visto que este último emprega o qualificativo “imposto” para designar situações de confinamento forçado, o que não é o caso desses jovens do Bronx. Eles tão somente tinham limitações à sua circulação, sobretudo, por uma ostensiva vigilância policial.

território de resistência e de afirmação cultural, a partir do qual puderam renegociar a cidade.

Esse novo movimento juvenil, capitaneado pela música, dança e artes plásticas, como outros que surgiram na Inglaterra e nos Estados Unidos, também foi apropriado e difundido pela indústria cultural, tornando-se transterritorial. Como o define Lindolfo Filho (2004), o *hip-hop* é uma cultura inventada por jovens afro-americanos, que hoje é reinventada em várias periferias do planeta.

A despeito das características particulares que assumiu em cada lugar, o *hip-hop* continua permitindo a elaboração da experiência da exclusão sócio-espacial de forma a constituir identidade afirmativa e novas formas territoriais, em contraposição a um território restringido e a uma identidade imposta. A partir do *hip-hop*, vemos emergir novos sujeitos do discurso, que se inserem no processo de produção de seus próprios bens e referências culturais (HAAG, 2008) e que fazem disso uma forma de ação política.

Entretanto, para além do reconhecimento da potência transgressora do movimento *hip-hop*, é preciso considerar, também, as incertezas, ambiguidades e fragilidades dessa cultura juvenil, pelas tensões provocadas pela própria condição de vida dos/as jovens e pelas múltiplas relações que estabelecem nos seus contextos sócio-espaciais concretos. Aderir ao estilo, ao movimento, à cultura *hip-hop*, não resolve uma questão básica: a da sobrevivência econômica. Trata-se de jovens que vivem em situação de liminaridade, em contato cotidiano com o mundo do crime, das drogas, da violência e da carência, em vários sentidos (DAYRELL, 2005; ROCHA, DOMENICH e CASSEANO, 2001).

O movimento *punk*, por sua vez, pode ser definido como uma forma de arte, que envolve, também, teorias políticas. Os *punks* levaram a mensagem de antiarte, inicialmente produzida pelos dadaístas e futuristas, para seu visual ultrajante. Entretanto, diferentemente desses movimentos artísticos, o *punk* ultrapassou a tática do choque com o visual, em direção a uma “filosofia relativamente coesa”, o que o distingue de um mero estilo de moda (O’HARA, 2005). Embora ainda seja importante, o choque com o visual é, hoje, suplantado pelo choque com as ideias, sobretudo, pela adesão predominante do movimento ao Anarquismo. Essas características, como veremos, também se referem à reestruturação da cultura *punk* ao longo de sua história.

Há uma controvérsia ainda não resolvida sobre a origem do fenômeno, se foi na cultura *rock underground* de Nova York, da primeira metade dos anos de 1970, ou com os *punks* ingleses, da segunda metade da década. O'Hara (2005, p. 30-1) procura resolver esse impasse afirmando que é possível pensar que “foram os norte-americanos que inventaram o estilo musical, enquanto os ingleses popularizaram a atitude e o visual colorido”; mas que, na verdade, o que importa é que “a política específica e a formação genuína do movimento só se deram no final dos anos 70”, ou seja, no processo de gestação do “segundo aparecimento”.

É comum, na história da cultura *punk*, falar em dois aparecimentos, ou em duas correntes. O primeiro, a partir da explosão do fenômeno *punk*, com as bandas inglesas, sobretudo, com os Sex Pistols. Com o fim da banda, o surgimento de várias outras, querendo embarcar no sucesso desta – com intenção de assinar contrato com grandes gravadoras e ganhar milhões –, o impulso original do *punk*, sua contestação excêntrica, seu choque inicial, pareceram se arrefecer e dar lugar a uma moda, amplamente comercializada. Nesse período, o *punk* foi considerado morto, ou apenas mais uma onda passageira, em meio a uma série de outros estilos que, inspirados no *punk*, começaram a surgir.

Todavia, no calor da sua explosão, começou a se gestar algo que se propagaria nas décadas seguintes: uma cultura *pop* alternativa, com selos independentes, *fanzines*, lojas de venda de discos, fora do circuito comercial. O que fez com que jovens de vários cantos do mundo, mais tarde, viessem à cena declarar que o *punk* não tinha morrido e não era apenas uma onda passageira. Esses novos *punks* queriam viver totalmente fora das grandes gravadoras. Foram eles que deram a ideia do *punk* como um movimento de contestação política e resistência. A noção de movimento e, conseqüentemente, de traidores do movimento, vem daí, por isso, também são considerados os *punks* mais radicais (ESSINGER, 2001).

Essa “segunda corrente”, como chama O'Hara (2005), sobretudo, do *punk* europeu, foi mais visivelmente politizada e deu consistência ao termo Anarquia, empregado mais como estratégia de choque pelos Pistols. Algumas características marcantes dessa nova corrente foram: engajamento em questões sociais e sua tematização nas músicas; construção de um circuito alternativo; intenção de cantar apenas para seu próprio público, formado também de *punks*.

No final dos anos de 1990, o cenário *punk* foi marcado pela maior pluralização de tendências: *straight edges*, *riot grrrls*, *homocore*, *gutter punks*¹², bem como pela adesão de jovens de classes sociais mais privilegiadas e, mesmo, de jovens de filiação religiosa (ESSINGER, 2001; O'HARA, 2005; BIVAR, 2001).

No Brasil, o principal ponto de aterrissagem dos movimentos juvenis *punk* e *hip-hop* foi a cidade de São Paulo, em fins dos 70 e início dos anos de 1980. Ainda que por canais diversos, eles tenham chegado a outras cidades brasileiras, a princípio nas grandes, depois nas demais, São Paulo sempre exerceu uma posição de polarização, em termos de produção cultural, em quantidade de selos independentes, grupos de *rap*, *grafite*, *break* e em bandas *punks*.

Nas várias cidades, a história da territorialização de cada movimento é muito parecida, guardadas as devidas particularidades. No caso do *punk*, a história de formação de cada cena apresenta os seguintes traços gerais: jovens descobrem o som, correm atrás de mais informação por canais diversos e, tendencialmente, mais restritos ao *underground*. Novas pessoas são conhecidas no lugar, pelo encontro na rua, pelo contato nos poucos espaços que conseguem negociar na cidade. Pessoas que vão se reconhecendo a partir dos símbolos da própria cultura, que passam a ostentar. Bandas aparecem na cena, bem como *fanzines*. O movimento começa a ficar mais sério, a ganhar as feições de um movimento de rebeldia, resistência, contestação e, sobretudo, de uma diversão genuína, fora dos canais tradicionais da indústria cultural e da indústria do lazer, que dominam as cidades.

Em Guarapuava, a cena *punk* se constituiu com mais de 20 anos de atraso em relação a São Paulo. Começou a se estruturar apenas a partir dos anos de 2002 e 2003, quando algumas bandas locais promoveram eventos e deram início à congregação de *punks* dispersos pela cidade. Ou seja, a cena emergiu

¹² Cada uma dessas novas tendências dentro do *punk* mereceria, por si só, um maior esclarecimento, mas por hora é possível reservar apenas esse espaço para, ao menos, dar algumas informações. *Straight Edges*: são *punks* que não bebem, não fumam, não utilizam nenhum tipo de droga; o som é mais acelerado; tendem também a não consumir carne ou qualquer outro produto de origem animal; engajam-se em causas ambientais e de defesa dos animais; a banda precursora é a Minor Threat, de Washington. *Riot Grrrls*: são as *punks* feministas que lutam dentro e fora da cena pela maior liberdade da mulher, como os *straight edges* também têm bandas próprias, sendo algumas das mais conhecidas Bikini Kill e Dominatrix. *Homocore* é *hardcore gay*, que procura lutar contra a homofobia dentro e fora do movimento. *Gutter punks* (*punks* da sarjeta) mendigavam nas ruas para beber à noite (ESSINGER, 2001; O'HARA, 2005).

numa época em que já era comum a *internet*, os CDs e as facilidades de gravação de som, em que já estavam postas as várias tendências em que se fragmentou o movimento *punk* e as divergências entre elas. Trata-se de uma época em que era comum bandas de inspiração *punk* aparecerem na MTV. Enfim, numa época em que o *punk* já não era mais o explosivo de 1977, nem o anarquista radical de 1980. Ainda assim, mesmo em outro momento histórico, o processo de chegada e territorialização da cultura *punk* em Guarapuava parece ter seguido o mesmo percurso já descrito, para a cena de outros lugares.

Quanto ao *hip-hop*, seu processo de difusão também seguiu percursos similares, em diferentes contextos urbanos no Brasil: inicialmente, nos bailes *black*, chegou o *break*, que se popularizou com Michael Jackson. A partir daí, houve uma diferenciação do estilo dentro da cultura *black* do baile e o *break* foi para a rua, onde apareceu também o *rap*. Aos poucos, o movimento foi se politizando, seguindo a tendência do *hip-hop* norte-americano.

A princípio, o movimento em outras cidades deu-se paralelamente e sem contato com o que acontecia em São Paulo, com influência do movimento *hip-hop* derivado dos Estados Unidos. A partir do fenômeno Racionais¹³, São Paulo tornou-se o principal polo irradiador da cultura *hip-hop* do país (HERSCHMANN, 2005; DAYRELL, 2005) e passou a ser a grande referência do *rap* nacional, mais influente até que o *rap gringo*, como se diz no meio.

No final dos anos de 1990, vemos aparecer os primeiros grupos de *rap* em Guarapuava, que se multiplicaram a partir da difusão do *rap* de São Paulo. Grupos que, a princípio, não tinham ligação entre si, mas que, aos poucos foram se articulando na constituição do movimento *hip-hop* na cidade.

CENA PUNKE MOVIMENTO HIP-HOP EM GUARAPUAVA

O termo *cena* é muito empregado no meio *punk*, para designar o que acontece em cada cidade. Como tal, pode ser lido como um “termo nativo” (MAG-

¹³ Refiro-me aqui ao grupo de *rap* paulistano Racionais Mc's. No início dos anos de 1990, esse grupo ganhou projeção nacional com as músicas “Fim de Semana no Parque” e “Homem na Estrada”, preparando o caminho para a grande explosão de 1997, com o CD “Sobrevivendo no Inferno”, que vendeu 500 mil cópias. Também entre 1997-98, os Racionais MC's ganharam o prêmio de melhor vídeo-clip do ano, na MTV (GUIMARÃES, 1999; ROCHA, DOMENICH, CASSEANO, 2001). É importante frisar que, apesar de ser o mais proeminente, o Racionais MC's não é o único grupo de *rap* paulistano a ganhar projeção nacional. Depois da sua difusão e, mais recentemente, o *rap* nacional ganhou nomes de outros lugares, mas São Paulo ainda permanece como forte polo irradiador dessa cultura juvenil, à escala de Brasil.

NANI, 2005) que, por um processo de elaboração conceitual, pode contribuir para desvendar certas práticas e dinâmicas próprias do movimento *punk* e, talvez, também de outros movimentos juvenis.

No trabalho que realizei sobre a cena *punk* de Londrina, tentei captar o significado desse termo. Em debate com *punks* dessa cidade, ficou que cena é o lugar de encontro e o encontro em si. “[...] O encontro se dá em lugares que, por intermédio dos encontros, constituem os territórios e formam a cena” (TURRA NETO, 2004, p. 121). A cena e o território não existem sem o encontro e seus locais, de modo que a cena é a articulação entre ambos (encontros e lugares).

Magnani (2005) no seu levantamento dos circuitos dos jovens urbanos, na metrópole paulistana, também identificou o termo cena e o vinculou ao termo circuito, aos quais buscou conferir maior precisão conceitual. Para ele, cena e circuito

[...] supõem um recorte que não se restringe a uma inserção espacial claramente localizada. No caso do *circuito*, ainda que seja constituído por equipamentos físicos (lojas, clubes), inclui também acesso e frequência a espaços virtuais como *chats*, grupos de discussão e fóruns na internet, ademais de eventos e celebrações. [...] *Cena*, entretanto, apesar de compartilhar com o *circuito* essa característica de independência diante da contigüidade espacial, é mais ampla que ele, pois denota principalmente atitudes e opções estéticas e ideológicas, articuladas nos e pelos *circuitos*. Se estes são formados por equipamentos, instituições, eventos concretos, a *cena* é constituída pelo conjunto de comportamentos (valores, regras) exibidos e cultivados por aqueles que conhecem e frequentam os lugares “certos” de determinado *circuito*. Em suma, pode-se “frequentar” o *circuito*, mas “pertence-se” a tal ou qual *cena*; enquanto aquele alude à rede, esta tem como referente os atores sociais, suportes dos sinais de pertencimentos e escolhas no próprio corpo, na roupa, no discurso; um é identificável na paisagem, enquanto a outra se manifesta nas atitudes (MAGNANI, 2005, p. 201-02, grifos do autor).

Contudo, é preciso reforçar, mais que a necessária distinção, a articulação, ou melhor, a interdependência tanto entre a cena e um circuito que lhe dê sustentação real na cidade, enquanto pontos de encontro, referências espaciais e possibilidades de acesso à cultura juvenil, que constitui determinada cena; quanto entre o circuito e uma cena que lhe dê sentido de existência. Ambos os termos, ao contrário do que argumenta Magnani, remetem à ideia de rede: o circuito a uma rede de lugares na cidade, a cena a uma rede de sociabilidade em torno de uma cultura específica, que é o que articula os lugares, formando o circuito, sem o

qual também dificilmente poderia se constituir. A articulação entre eles formaria um “território-rede”, nos termos de Souza (2001) e Haesbaert (2004).

Assim, penso que não se pode conceber uma cena que exista sem uma rede de sociabilidade, e não se pode pensar na existência de uma rede de sociabilidade sem a agregação em torno de pontos de encontro, como defende Maffesoli (1987), ou “terminais de conexão” (CARRANO, 2002). Assim, cena é uma estrutura sócio-espacial e, como tal, pode ter sua dinâmica interpretada pelo encontro entre diferentes movimentos: do espaço urbano; da territorialização de diferentes culturas juvenis (mas não só delas) na cidade; e o da vida urbana e noturna que marcam ritmos, fronteiras, redes sociais, bem como delineiam pertencimentos e apropriações espaciais, constituindo o lugar em toda sua heterogeneidade cultural.

Apesar de constituir também um circuito na cidade, pela formação de uma rede de sociabilidade que se conecta em pontos específicos e negociados pelo grupo, no *hip-hop*, a ideia de cena não se faz muito presente. Seus membros se entendem mesmo como parte de um movimento social e político e entendem o *hip-hop* também como uma cultura de rua. Uma forma de se autodefinir – tal como a autodefinição da cultura *punk* – que não é sem consequências para as formas como fazem acontecer o movimento na cidade.

Como já exposto anteriormente, o acontecer localizado das culturas juvenis transterritoriais *punk* e *hip-hop* não tem significado uma imitação, ou uma homogeneização cultural, mas o reconhecimento tanto de experiências similares, quanto da legitimidade das formas de expressão de rebeldia e contestação, cuja diversão é um importante canal para a manifestação de ambas.

Ao aderirem ao estilo, os/as jovens puderam romper com o “jovem-herdeiro” (aquele desejável pela geração anterior), com o “jovem-símbolo” (aquele construído pela indústria cultural como referente do ser moderno) (MARGULIS e URRESTI, 1998), bem como com o horizonte temporal voltado para o futuro (PAIS, 2003). Afirmaram o presente e constituíram espaços e práticas próprios de diversão. Estabeleceram pertencimento a um grupo social, cuja identidade lhes confere, também, trajetórias próprias pela cidade, das quais resulta a formação dos seus “territórios-rede” (em que alguns pontos podem ser identificados aos circuitos de diversão noturna, a que se refere Magnani). Mais que uma desterritorialização, esses movimentos remetem, portanto, a uma reterritorialização, sob novas bases.

Em Guarapuava, os grupos juvenis *punk* e *hip-hop* encontraram condições de realização, a partir de jovens que estavam em busca de referências para constituírem sua identidade. A identificação com um ou com outro estilo colocava-se não apenas como possibilidade, mas também como necessidade, num meio urbano ampliado e fragmentado, em que a pluralidade cultural e sócio-espacial impõe escolhas. Uma escolha que não é ilimitada, mas que segue, como argumentou Carrano (2003, p. 156), “uma elegibilidade mútua em territórios socialmente condicionados”¹⁴.

O processo de aterrissagem desses movimentos juvenis em Guarapuava foi mais ou menos parecido. A partir de uma pluralidade de contextos sócio-espaciais, redes de amizade formaram-se em torno dos estilos – música e visual –, geralmente, nas tramas cotidianas, da vizinhança, da rua e da escola. Só depois se conectaram a redes mais amplas, formando uma cena *punk* e um movimento *hip-hop*, a escala da cidade. A partir daí, os/as jovens ampliaram seus canais de informação, reforçando seu engajamento, pela incorporação da dimensão política.

É assim que, na maioria dos casos, a adesão a qualquer uma dessas culturas não significou, para os jovens e as jovens participantes da pesquisa, apenas uma desterritorialização, visto que foi pelo *punk* ou pelo *hip-hop* que a maioria dele/as teve sua primeira territorialização, enquanto jovens, na cidade, ganhando maior autonomia de circulação e inserindo-se em redes de sociabilidade e territoriais mais amplas. A figura do amigo¹⁵, na quase totalidade dos casos, indica que essa territorialização nunca foi totalmente solitária e confere também importância à formação das redes primárias de vizinhança ou de escola.

Se o processo de realização e de estabelecimento das redes primárias de sociabilidade entre *punks* e *hip-hoppers* é semelhante, as formas de materialização territorial e as tensões próprias da articulação às redes mais amplas dessas culturas juvenis, na cidade, caminham desenhando trajetórias distintas, em formas próprias de diálogo e conflito com as trajetórias históricas já presentes no lugar.

¹⁴ É importante reconhecer que, apesar da revalorização contemporânea da dimensão espacial nos estudos de juventude, esta tem se dado, no mais das vezes, sem a necessária precisão conceitual, de forma que termos como espaço, lugar, território, desterritorialização têm sido empregados ainda próximos ao senso comum.

¹⁵ Castro (2004) chama a atenção para a importância do amigo, no processo de conquista da cidade, quando da passagem da infância para a juventude. Em Guarapuava, a totalidade dos relatos dos/as jovens apresenta a figura do amigo no processo de descoberta e adesão, tanto a cena *punk*, quanto ao movimento *hip-hop*.

Se os jovens do *punk* podem ser predominantemente situados, em continuidade e ruptura, na trajetória das diferentes gerações que se reproduziram no centro, os jovens do *rap* têm mais relação com as diversas trajetórias de migração campo-cidade, ou de cidades menores para Guarapuava. Pelos depoimentos, as famílias dos jovens e das jovens do *hip-hop* são, na sua quase totalidade, resultantes dessa migração.

Pelo fato do *punk* estar mais ligado a uma juventude do centro e imediações (os/as *punks* dos bairros mais distantes são muito poucos), não é de se estranhar que o calçadão da Rua XV de Novembro, nos dias de semana à tarde, tenha se constituído na primeira e mais permanente referência espacial *punk* e “terminal de conexão” da rede ampliada à escala da cidade, justamente aquele trecho, intensamente transformado, da prática das “Avenidas”.

No caso do *hip-hop*, mais especificamente, pela figura 2, é possível visualizar a pluralidade de “terminais de conexão” (CARRANO, 2002) na cidade, que articularam redes primárias de sociabilidade em torno do movimento *hip-hop*. Nele aparecem também a variedade dos terminais mais centrais, como as pistas de *skate* da Praça Cleve (no coração da mancha de lazer noturna da cidade – Figura 1) e do Parque do Lago, as danceterias e as escolas, onde se constituíram as redes do movimento à escala da cidade.

A instalação concentrada de equipamentos de lazer no centro – como as pistas de *skate* – fez com que os jovens do *hip-hop* de vários bairros (que articulavam *skate* e *rap*¹⁶) tivessem também, nesses espaços centrais, importantes terminais de conexão, no início do movimento. Assim, a “monocentralidade”¹⁷ da cidade de Guarapuava fez com que todas as redes, sejam elas em torno do *punk* ou do *hip-hop*, convergissem para o centro. No caso do *punk*, a afirmação de uma territorialidade que não lhe é estranha, no caso do *hip-hop*, a transposição dos “espaços segregados” (DIÓGENES, 1998) e a conquista da cidade¹⁸.

¹⁶ Em muitos dos relatos dos membros históricos do movimento na cidade, a descoberta do *rap* se deu paralelamente à prática do *skate*, de modo que as pistas do centro foram importantes “terminais de conexão”. Atualmente, ainda que o som predominante do *skate* na cidade continue sendo o *rap*, os novos grupos tiveram outros terminais de conexão, como a mancha de lazer da Rua XV de Novembro e a Praça Cândido Xavier, em que se realizaram reuniões de uma ONG.

¹⁷ Expressão empregada por Maria Encarnação Beltrão Sposito, na sua fala na Semana de Geografia da UNICENTRO – Guarapuava de 2006.

¹⁸ As expressões comumente empregadas: “vou para a cidade” ou “vou subir para o centro” indicam a posição de externalidade e inferioridade do “território restringido”, que é preciso subverter e afirmar.

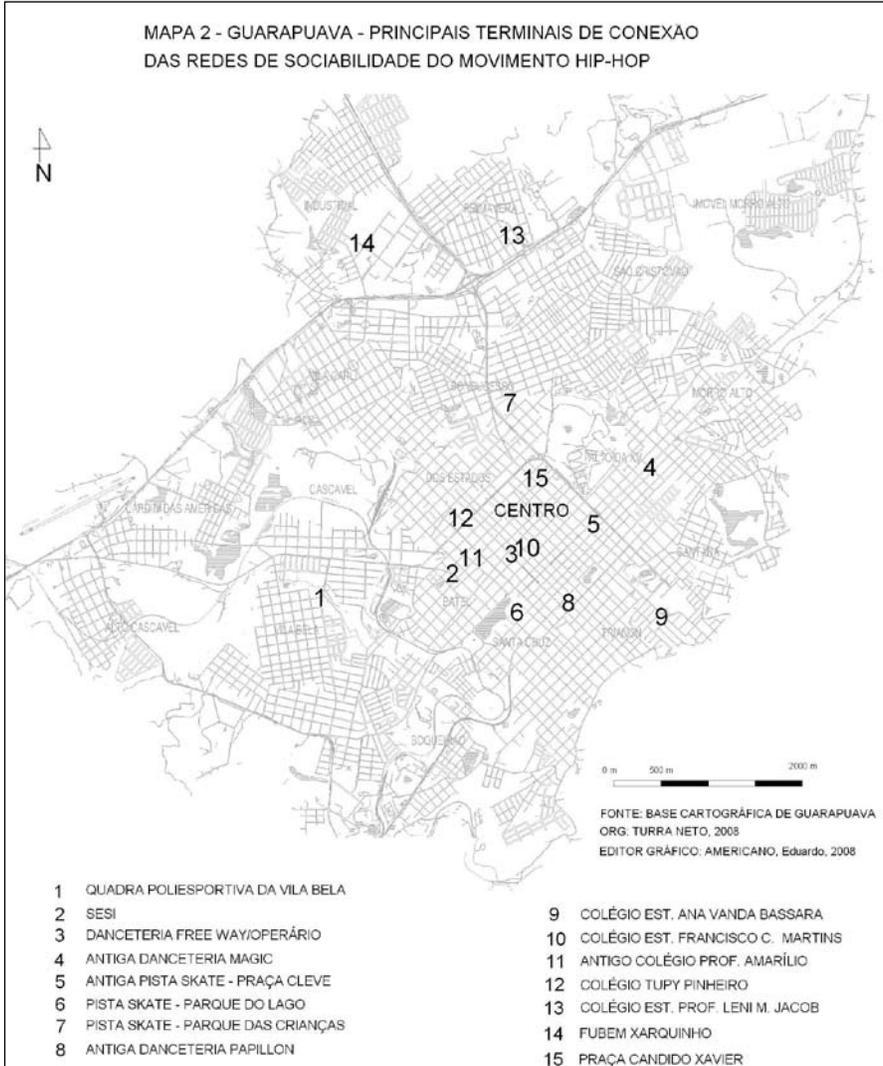


Figura 2. Guarapuava, principais terminais de conexão das redes de sociabilidade do movimento *hip-hop*

Assim, é forte a presença de jovens do movimento, e mesmo da periferia como um todo, nos espaços centrais, sobretudo, na principal mancha de lazer da cidade, na Rua XV de Novembro, fazendo dela um espaço propício a tensões de diversas ordens (como entre grupos rivais de diferentes bairros e

grupos de diferentes classes sociais). Uma forma típica de o *hip-hop* realizar uma “ocupação simbólica” da “cidade oficial” tem sido por meio do grafite que, em Guarapuava, encontra grande difusão, como pode ser observado nas fotos 1 e 2.



Foto: P. Wiczorkowski, 2008

Figura 3. Grafite na lateral da Pista de Skate do Parque do Lago (centro de Guarapuava)



Foto: P. Wiczorkowski, 2008

Figura 4. Grafite numa rua do centro da cidade de Guarapuava

Para os jovens do *hip-hop*, estar nas Praças do centro, na mancha de lazer da Rua XV de Novembro, grafitando nos muros, ou nos *shows* de *rap*, em grupo, é levar a *quebrada*¹⁹ consigo. Ou seja, articular-se à rede mais ampla da cidade tem se dado, via de regra, a partir da *banca*²⁰ territorializada no bairro.

Diante disso, é possível afirmar que, se há uma desterritorialização presente na adesão dos/as jovens ao movimento *hip-hop*, essa parece estar mais relacionada àquelas trajetórias possíveis, traçadas de antemão pela sua situação sócio-espacial, e às trajetórias de ascensão social, via estudo e trabalho²¹, que é o que se espera deles e delas.

Como ficou patente, em muitos momentos da observação de campo e mesmo nas entrevistas, a polícia tem atuado no sentido de mantê-los no quadro do esperado. Tensiona a autonomia conquistada ao circularem e constituírem seus territórios no amplo espaço da rua, impondo restrições e limitando o território dos/as jovens pobres, aos exíguos espaços domésticos. A insistência em circular, em estar no espaço público, em estar com a *banca* na rua, é lida pelos policiais como uma afronta à ordem pública e como vagabundagem, como se o/a jovem pobre só fosse permitido estudar, trabalhar e ir à igreja, em outros termos,

¹⁹ *Quebrada* é outro “termos nativo” que pode vir a contribuir com a leitura dessa cultura juvenil específica. Magnani (2005, p. 201), em seu estudo sobre os circuitos dos jovens urbanos em São Paulo, deparou-se com o termo *quebrada*, ao qual também procurou dar maior precisão conceitual. Para ele, “[...] *quebrada* pode ter duas leituras: uma que aponta para a distância, as carências, as dificuldades inerentes à vida na periferia, mas também a que permite o reconhecimento, a exibição de laços de quem é dessa ou daquela localidade, bairro, vila. A alusão ao perigo, por sua vez, traz, surpreendentemente, uma conotação positiva, pois não é para qualquer um aventurar-se pelas quebradas da vida. É preciso ‘humildade’, ‘procedimento’, estar relacionado, e esse sentido está presente entre pichadores, nas letras de *rap*, nas falas de seguidores das várias modalidades do *hip-hop*, como uma forma de valorização de seus estilos de vida, superando a estigmatização da pobreza, da delinquência e da violência geralmente associadas à periferia”.

²⁰ *Banca* refere-se ao grupo de amigos com vínculos mais estreitos, geralmente formado a partir da vizinhança e com o qual o jovem sempre está. “Banca forte” é uma expressão para dizer que se pode confiar na banca que se tem. Num sentido mais literal do termo, banca remeteria à ocupação em grupo do espaço público, marcando uma diferença, como uma banca de exposição, em meio a várias outras bancas. No Dicionário Eletrônico Houaiss é possível encontrar um sentido similar para banca (dentre os vários outros presentes), em que banca é “conjunto de pessoas que trabalham para o mesmo fim”, como banca de advogados, banca de corretores etc. Agradeço a Dalvani Fernandes pelo diálogo em torno de mais este “conceito nativo”.

²¹ Pais (2003) argumenta que há duas orientações no horizonte temporal dos jovens: para o presente, na qual se privilegia o campo da experiência, geralmente vivida em torno do estilo e em grupos de pares; e para o futuro, na qual se privilegia o horizonte de espera. Nesse último caso, os jovens e as jovens projetariam para si trajetórias de ascensão social e viveriam menos seus tempos e espaços de sociabilidade entre grupos de pares, dedicando-se mais aos estudos e ao trabalho.

uma territorialização marcada pelo trajeto casa-escola-trabalho; e nunca viver a juventude entre seus pares, em tempos e espaços de lazer, seja na *quebrada* ou no centro. É, assim, que a polícia atua restringindo o território, aos trajetos de vida e de cidade, que se esperam desses jovens. Nesse sentido, é importante lembrar Dayrell (2005), quando afirma que a juventude ainda é um direito a ser conquistado para boa parte dos/as jovens da periferia.

Num outro sentido, se existe uma desterritorialização, que tem marcado de forma mais contundente a trajetória biográfica dos/as jovens do *hip-hop*, ela tem sido muito mais sentida na passagem para a vida adulta, do que na juventude e na adesão ao movimento. Quando precisaram ganhar a vida, por conta, sobretudo, da constituição de uma nova família, o *hip-hop* teve que ser deixado em segundo plano. Todavia, é inegável que, no mundo adulto, levam consigo as marcas do *hip-hop*, de forma que reconhecem que o aquilo que são se deve muito à visão de mundo que formaram nessa época de juventude, em meio ao *rap*, nas *bancas*, nas ruas da cidade, nos palcos, expressando sua leitura e experiência da realidade periférica.

Ainda sobre o *hip-hop* em Guarapuava, é importante salientar que à trajetória inicial do movimento na cidade, articularam-se jovens que ampliaram a inserção do *hip-hop* na sociedade local, pela conquista de um programa de *rap* diário, em uma rádio AM, e pela constituição de uma ONG (OUAR – Organização União, Atitude e Reação²²), à qual, depois, vieram se articular novas gerações de *hip-hoppers* que, de forma independente e como resultado de outras trajetórias, descobriram o *rap* em suas próprias *quebradas*.

Além da OUAR, há outras organizações que se afirmaram do movimento, em Guarapuava, como UPEF (União Periferia e Favela) e MH₂A (Movimento Hip-Hop em Ação). Durante a pesquisa, essas organizações mantinham relações muito tensas entre si, na disputa pela atenção de grupos políticos locais.

Apesar dos seus embates e contradições internas, a OUAR tem sido a única organização do *hip-hop* que, minimamente, tem se preocupado em constituir um espaço-tempo de encontro, discussão, troca de informações e ideias, bem como de produção de eventos para dar visibilidade aos grupos (de *rap*, *grafite*, *break*) locais. As demais organizações, pelo que constatei na pesquisa, limitam-se a duas

²² A OUAR, na época da pesquisa, reunia-se praticamente todos os sábados à tarde, na Praça Cândido Xavier, em frente à Prefeitura Municipal, para traçar estratégias de ação do movimento na cidade. O chamamento das reuniões era feito no programa de *rap*, na rádio AM.

ou três pessoas, que estão mais envolvidas na promoção de grandes eventos, com objetivo de lucros. Eventos voltados, contudo, ao público do *rap* que, querendo ou não, tem se constituído num nicho de mercado significativo na cidade. No entanto, ao abrirem espaço para a apresentação de grupos de *rap* locais, acabam também conquistando a simpatia daqueles que seriam, originalmente, membros da OUAR e que estão sempre negociando novos espaços de apresentação, inserindo-se nas brechas que se abrem. É assim que as diferentes facções do movimento conquistam adeptos, que são sinônimos de maior poder de negociação junto aos grupos de poder locais.

A OUAR, por sua vez, é um projeto que ainda precisa acontecer, o que depende tanto da capacidade de diálogo entre os membros mais antigos e mais novos do movimento, quanto das consequências do seu envolvimento no jogo político local.

Quando foi feito o chamamento, no programa de *rap* da rádio, para as primeiras reuniões da OUAR, a resposta veio, sobretudo, de uma nova geração, ávida por mais conhecimento, cheia de energia para a ação, mas igualmente pouco propensa a ter no movimento *hip-hop* relações marcadas pela hierarquia e pela falta de diálogo, tal como conheciam, sobretudo, na escola e, alguns também, nas experiências de emprego.

É preciso reconhecer, e esse é o desafio da direção da OUAR, que, para esses novos membros, ainda muito jovens, o *hip-hop* não é apenas um movimento social de reivindicação e luta, mas também o seu principal espaço de viver uma juventude possível. Por isso, é também tempo e espaço de diversão, de sociabilidade, de uma espécie de *ex-tase* (no sentido de MAFFESOLI, [1989], de um sair de si em direção ao outro), de um “estar-junto à toa” (PAIS, 2003). Assim, enquanto os mais velhos cobram seriedade, os mais jovens querem saber quando é a festa. Diferenças que têm conduzido a divergências e enfraquecido o poder de negociação territorial do próprio movimento. Assim, os encontros da OUAR acabaram não constituindo um terminal de conexão do movimento à escala da cidade, deixando este papel à “mancha de lazer” da Rua XV de Novembro, onde o mote do encontro é a diversão.

No caso da cena *punk*, como aconteceu no *hip-hop*, os/las jovens descobriram o movimento antes mesmo de ganhar maior autonomia de circulação na cidade, de modo que seus trajetos e redes de sociabilidade, tramados fora dos tradicionais casa-escola, já tiveram essa referência. Assim, a adesão ao *punk*

também não representou uma desterritorialização, mas foi a forma primeira com que esses e essas jovens construíram sua territorialidade, enquanto jovens, na cidade.

Quando observamos a figura 5, na qual estão representadas as áreas da cidade em que se originaram redes de sociabilidade *punk*, vemos que, apesar da pluralidade de contextos sócio-espaciais em que essa cultura encontrou possibilidades de territorialização, estes são, predominantemente, centrais, como já foi dito. No caso da rede que se originou no bairro mais distante, articulando *punks* na periferia, são tênues as suas ligações com as redes mais centrais. Nesses contextos de vizinhança surgiram as principais bandas *punks* da cena local.

Foi, portanto, também no caso do *punk*, nas tramas do cotidiano, que as primeiras referências apareceram – muitas vezes surgidas não se sabe bem de onde – e se ofereceram como possibilidades de demarcação identitária. A partir delas, esses/as jovens puderam se sentir fazendo parte de algo especial, distinto, original, pelo qual afirmavam, também, sua especificidade de jovens, diante do mundo adulto (aos moldes do que se vivia em centros urbanos maiores, de onde emanam as imagens paradigmáticas do ser jovem).

Inicialmente, o *punk* ao qual tiveram acesso foi o da mídia, geralmente Ramones e Bad Religion e, por um processo de pesquisa, descobriram também a atitude, a dimensão política e outras bandas mais *undergrounds*.

A partir da descoberta do *punk*, concomitante ou paralelamente ao estabelecimento da rede de sociabilidade inicial, alguns elementos da cultura começaram a ser incorporados à identidade visual dos/as jovens, como camisetas, *piercings*, tatuagens, moicanos²³, pelos quais se reconheceram na rua e fizeram ampliar essa rede inicial. Assim, ao mesmo tempo, dava-se também a descoberta de outras pessoas que se identificavam com o som *punk*, fora do espaço imediato da vizinhança ou da escola, no espaço mais amplo da cidade. O calçada da Rua XV e os *shows* de *rock* alternativos, que começaram a acontecer na cidade, em fins do ano de 2002, foram importantes pontos de convergência dessas redes dispersas.

²³ Moicano: povo indígena considerado extinto, que habitava a área de Connecticut nos Estados Unidos (Dicionário Eletrônico HOUAISS da Língua Portuguesa), conhecido pelo seu corte de cabelo como uma crista de galo (raspado dos lados e levantado no meio, numa faixa que vai do início da testa à nuca). Esse corte de cabelo *à la* moicano, foi incorporado pelos/as *punks*, como um símbolo de resistência à dominação, numa referência à resistência do povo indígena. Mas também é uma estratégia de choque e, portanto, uma forma de contestação ao “sistema”.

As fontes de pesquisa começaram também a se ampliar com a *internet*²⁴, onde descobriram um mundo de informações sobre o *punk*, políticas e sonoras, mas também informações rápidas, muitas vezes descontextualizadas, que provocavam localmente certo embaralhamento. Nesse ponto, a presença do amigo foi fundamental, no sentido de oferecer parâmetros e espaço de elaboração dialógica da cultura *punk*.

A atitude de aprofundamento na cultura *punk* foi fundamental para as distinções e aproximações em redes de sociabilidade, que se seguiram aos contatos iniciais. Denotava aproximação com pessoas que conheciam os mesmos referentes, mas também distanciamentos em relação àqueles que se apropriavam dos referentes sem o necessário conhecimento.

Assim, reconhecerem-se e aproximarem-se na cidade, a partir da cultura *punk*, não tem significado afinidades incontestes. Há muitas divergências e essas começaram a se expressar na cena *punk*, de forma que é preciso relativizar o jogo de proximidades e distanciamentos que, localmente, uma cultura transterritorial pode provocar. O encontro das múltiplas trajetórias biográficas em processo e das diversas redes de sociabilidade, em direções nem sempre compatíveis e com diferentes graus de conhecimento do *punk*, tem provocado tensões ainda não resolvidas na cena local, o que interfere sobremaneira nas “conquistas territoriais” do *punk*.

Nos *shows*, organizados pelas primeiras bandas que surgiram na cena²⁵, também muitas redes se formaram, a partir das quais ações, bandas, projetos *punk* foram colocados em andamento na cidade. Na leitura que tentei construir, o tempo-espaço do *show* foi visto tanto como um lugar de encontro, no sentido proposto por Massey (2000), quanto como um território, tal como o tem entendido Haesbaert (2004; 2007).

²⁴ A *internet* foi uma fonte importante tanto de informação quanto para a ampliação das conexões das redes de sociabilidade da cena *punk* em Guarapuava. No caso do movimento *hip-hop*, seu papel foi muito mais tímido. Somente ao final da pesquisa foi possível identificar alguns de seus membros inserindo-se em sítios de relacionamento e de comunicação *on-line*.

²⁵ Em Guarapuava, a cena *punk*, para se concretizar, teve que se dar juntamente com a cena *heavy metal*. Ambas formam a cena *rock* alternativa da cidade. Separadas não teriam público suficiente para justificar o aluguel de espaços para *shows*. Essa coexistência, nos mesmos eventos, de duas cenas distintas, também tem sido motivo de certos conflitos ainda não resolvidos.

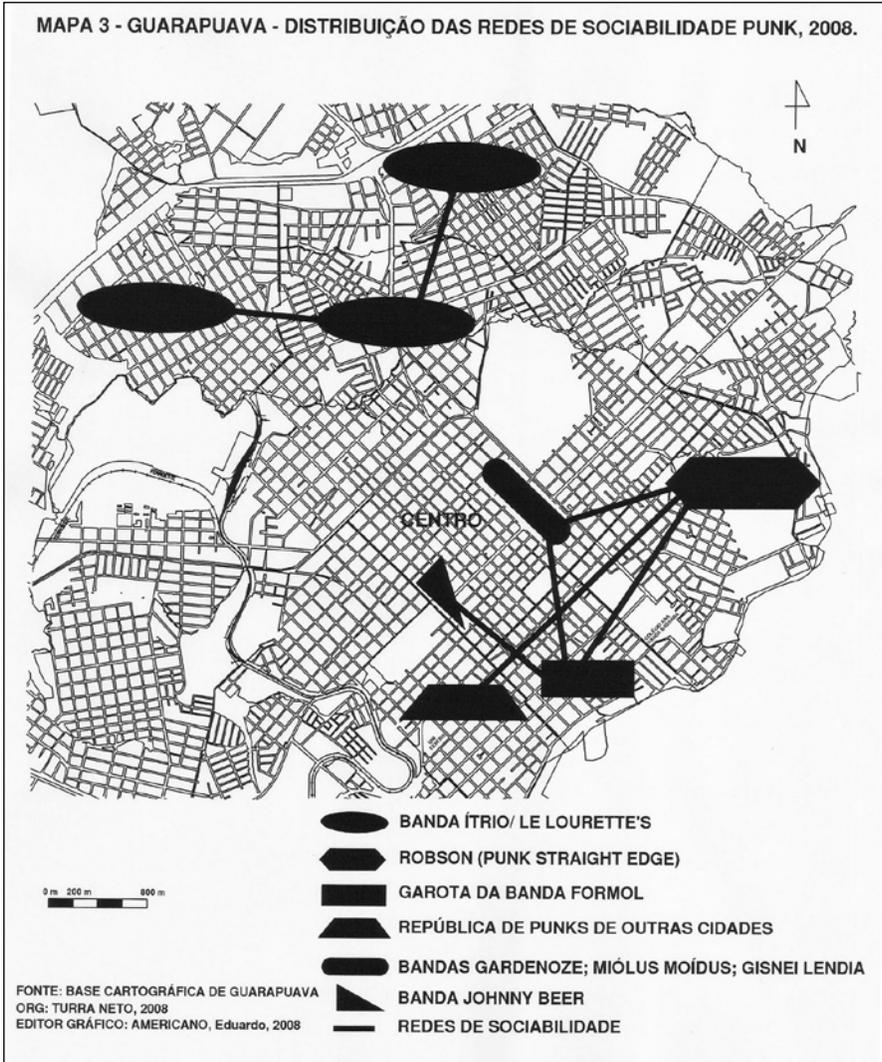


Figura 5. Guarapuava, distribuição das redes de sociabilidade *punk*, 2008

Na cena *rock* alternativa de Guarapuava, vivi, durante o campo, a fase de apogeu e decadência da cena *emocore*²⁶ na cidade. Como esta não tinha espaços próprios de manifestação, inseriu-se na cena *rock* pré-existente, como forma de poder viabilizar-se. Contudo, a rejeição a esse estilo foi muito forte, tanto por parte da cena *metal*, quanto da cena *punk*. Esta última, sobretudo, foi particularmente refratária ao *emo*, pois esse estilo constitui-se com elementos retirados, originalmente, da cultura *punk* e recombinaos num outro contexto, em que os significados fortes dos símbolos, como moicanos e rebites, tornaram-se alegorias festivas, consumidas como moda.

O *show* também tem sido um território de embate entre *punks* com longa trajetória no movimento e os/as novatos/as. Há um controle do acesso às redes de sociabilidade da cena *punk*, de forma que é preciso passar pelo crivo daqueles que têm melhores condições de avaliarem “as ideias” dos que se aventuram nos *shows*, ostentando alguns símbolos, sem saberem ao certo o que é *punk*. Os *punks* mais velhos, assim, exercem um poder simbólico de domínio sobre a cultura *punk*, cujo *show* é o território-tempo em que esse poder é acionado de forma mais evidente, tanto quanto o seu próprio limite.

Não se pode perder de vista, também, que o território que se constitui nesse lugar de encontro, que é o *show*, também é permanentemente negociado com o estilo *heavy metal*, com quem o *punk* divide o poder sobre a cena *rock*. As tensões não são menores, mas há também muita aproximação entre as bandas, pois é da articulação entre elas que os *shows* acontecem. Quanto ao público, os jovens de ambos os estilos ficam mais separados no espaço do bar, alternando-se no *mosh*²⁷ conforme a banda.

Por tudo isso, o *show* é um território disputado por diferentes lógicas e grupos, de forma que a diversão também se dá como enfrentamento e divergência, como debate e como festa, tudo ao mesmo tempo, na urgência da efemeridade do próprio evento.

²⁶ *Emocore* (ou simplesmente *emo* – de *emotion*) é um novo estilo, que trabalha com referentes sonoros e visuais do *punk*, em articulação com músicas românticas e sentimentalistas. Esse estilo ganhou evidência na grande mídia entre 2005 e 2006, conquistando muitos adeptos em vários lugares.

²⁷ *Mosh* ou *pogo* é o nome que se dá à forma de dança *punk*, que consiste num movimento muito rápido de braços e pernas, na qual os jovens ficam se trombando, se empurrando, num intenso contato físico. É também o nome dado ao espaço do *show* apropriado para esta prática, qual seja, a frente imediata do palco.

Esse território-*show*, também, é resultado de um processo de negociação num outro sentido, como um espaço conquistado à cena. A negociação por espaços de *show* baseia-se na abertura do dono do estabelecimento, como um negócio que ele faz, independente do conhecimento ou afinidade ideológica com alguma das cenas. É uma negociação no sentido contratual do termo. A constância de eventos no bar e uma possível frequentação de *punks*, em outros momentos que não só em *shows*, pode vir a configurar um espaço de referência da cena *punk*, até se constituir num bar *punk*, se as relações com os donos continuarem se pautando pela cordialidade. Esse processo ainda não se deu em Guarapuava, não só pela fragilidade da cena, mas também pela própria fragilidade dos estabelecimentos que aderem ao *underground*, pois, via de regra, têm vida curta.

A EMERGÊNCIA DE NOVOS SUJEITOS POLÍTICOS NO LUGAR

Como geógrafo, tenho reconhecido uma abertura à abordagem espacial nos estudos de juventudes. Uma abertura que tem se dado, contudo, sem a devida precisão conceitual. Nos meus estudos tenho procurado suprir essa lacuna. Assim, como procurei demonstrar, a consideração da espacialidade própria das culturas juvenis contribuiu muito para o desvendamento da sua dinâmica na cidade de Guarapuava. Reconstituir a territorialização dessas culturas permitiu-me ver a articulação de uma referência transterritorial às contingências de um espaço-tempo concreto, ele próprio com suas trajetórias em curso. E foi no embate e/ou diálogo com as trajetórias já presentes nesse contexto sócio-espacial, que as trajetórias das culturas *punk* e *hip-hop* acabaram por formar, localmente, novos sujeitos políticos, nas manifestações que os grupos empreenderam e na disputa por espaços na política institucional²⁸.

Como foi visto, é possível dizer que, em Guarapuava, *punk* e *hip-hop* têm no espaço-tempo da diversão, a constituição mais frequente dos seus “territórios temporários” (SOUZA, 2001), onde as redes se intersectam. O *punk* nos bares, que são conquistados aos *shows*, e o *hip-hop* na Praça, conquistada no espaço mais amplo da mancha de lazer da Rua XV.

A referência do *hip-hop* é mais permanente e pública, enquanto a do *punk* é privada e efêmera. Ambos, contudo, devem negociar constantemente esses territórios,

²⁸ Nas eleições municipais de 2008, o presidente da OUAR candidatou-se ao cargo de vereador, mas não teve a votação necessária.

seja com os donos dos estabelecimentos e os grupos que estão também presentes nos eventos, seja com a polícia e os demais atores presentes na mancha de lazer.

De quando em quando, essas redes de sociabilidade, tramadas na vizinhança e nos espaços de diversão centrais, foram acionadas para fazer emergir atores políticos em ações contestatórias ou em ações de negociação com grupos de poder locais.

No caso do *punk*, apesar das diferenças internas, vi emergir, em tempos e espaços específicos, efêmeras ações de protesto. Ao rápido ajuntamento, que deu possibilidade de existência a esse ator político, seguiu-se a sua dissolução. Dessa forma, ainda são nos *shows*, os principais espaços-tempos de encontro *punk* na cidade, quando a cena ganha maior visibilidade e onde a diversão parece se constituir na única forma possível de estruturar alguma divergência.

A figura 6 a seguir, dá ideia de uma ação de protesto vivenciada durante o campo, num momento em que o grupo *punk* invadiu o desfile de sete de setembro, empunhando faixas e gritando, como palavra de ordem, “Nem Deus, Nem Pátria, Nem Patrão”, como pode ser visto numa das faixas. Essa interferência causou forte impacto nas pessoas que assistiam ao desfile, que se indagaram, atônitas: “o que era aquilo?”; “de onde saiu essa gente?”.

Além disso, houve uma manifestação diante de um evento de rodeio, em que os/as punks levantaram faixas e distribuíram panfletos contra o mau-trato aos animais. Também, na época das eleições municipais, um grupo se reuniu para colar cartazes pregando o voto nulo, nos lixos, postes e murais do calçadão da Rua XV de Novembro, como pode ser observado na figura 7.



Foto: Turra Neto, 2006

Figura 6. Momento de invasão do desfile de Sete de Setembro pelos/as punks.



Foto: Turra Neto, 2006

Figura 7. Lambe-Lambe em defesa do voto nulo, colado por punks em murais do calçadão de Guarapuava

No caso do *hip-hop*, ao longo da sua trajetória em Guarapuava, o apoio da Prefeitura Municipal sempre foi importante e uma demanda dos próprios membros do movimento. A partir desse apoio, muitos eventos foram viabilizados, sejam eles em espaços públicos ou não. Tal envolvimento e, de certa forma, dependência do poder público municipal, fez com que o movimento *hip-hop* tenha ficado sujeito às conjunturas do jogo político local.

Se o público do *rap* é um nicho de mercado para promotores de eventos, também é um reduto eleitoral significativo, que tem chamado a atenção de grupos políticos locais. Diante desse interesse, alguns membros do movimento, e mesmo pessoas que, apenas, autodenominam-se do *hip-hop*, vêem aí uma possibilidade de auferir ganhos pessoais, sejam eles relacionais, políticos ou mesmo econômicos.

Os grupos de poder locais, então, em busca de manterem-se no poder pelo controle de áreas e eleitores, têm usado o movimento *hip-hop*, trabalhando com suas diferenças internas e, com isso, acabaram interferindo também na própria territorialidade do movimento. A rádio AM, na qual é veiculado o programa de *rap*, é de propriedade do atual prefeito municipal. Este, atendendo a pressões de facções contrárias a OUAR, retirou momentaneamente o programa do ar, o que fez com que a OUAR passasse por um período de desestruturação, extinguindo suas reuniões na Praça Cândido Xavier (Figura 2), esse tempo-espaço importante para a conexão das redes de sociabilidade na cidade. Assim,

os territórios próprios do movimento ficaram limitados aos territórios-zona das *quebradas* e às redes que se articulam na Rua XV de Novembro, aos finais de semana à noite, no qual a diversão é o mote do encontro.

Assim, tanto o *punk*, quanto o *hip-hop*, no limite em que podem ser considerados como movimentos sociais, encontram-se imersos nas condições concretas dos sujeitos e da cidade, que permitem que se realizem/territorializem de uma forma particular. Uma territorialização que continua se fazendo, acompanhando a trajetória histórico-geográfica do próprio movimento, no mundo e no lugar.

Apesar desta fragilidade enquanto sujeitos políticos coletivos, em Guaruapuava, é inegável que o *punk* e o *hip-hop* contribuem para a constituição de sujeitos políticos individuais, pela formação de uma visão política, que também acabam produzindo. Dessa forma, mesmo desterritorializando-se dessas culturas juvenis, em trajetórias de inserção no mundo adulto, os sujeitos levam consigo muito do que aprenderam nesses espaços-tempos de sociabilidade que são, também, contextos de socialização.

PARA ABRIR O DEBATE

Tanto para Santos (2002), quanto para Massey (2008), o lugar é o espaço em que a negociação se impõe, pela situação de coexistência; por isso ele é o espaço da política. Internamente, como espaço de multiplicidade, a constituição de territórios parece ser a condição da coexistência da heterogeneidade. É uma situação que tem se complexificado nos últimos tempos pela convergência ao lugar de uma série de outras trajetórias, trazidas por fluxos os mais diversos, que fazem com que se multipliquem as possibilidades de escolhas identitárias e os contextos sócio-espaciais de filiação. O que, na ponta do processo, tem produzido uma multiplicação de territórios e de sujeitos do discurso, que se impõem como novas vozes no lugar.

Punk e *hip-hop* foram interpretados aqui como trajetórias que territorializam no lugar movimentos juvenis engajados em algumas lutas políticas, na constituição de circuitos alternativos de diversão e na produção de uma cultura própria.

Se, num certo sentido, *punk* e *hip-hop* podem ser pensados como culturas transterritoriais que desterritorializam os jovens, que as assumem como referência, num sentido mais forte, são culturas que dão certo tipo de territorialidade a

esses jovens, enquanto jovens, na cidade. Territórios que portam a potência, ao mesmo tempo, de serem territórios de enfrentamento e de diversão.

No caso específico do *hip-hop*, a adesão ao movimento tem significado a conquista de um dos únicos tempos-espços de autonomia abertos aos jovens da periferia que, a partir dele, podem tanto recusar o território, os trajetos e projetos impostos pela sua condição sócio-espacial, como denunciá-los, ao mesmo tempo em que positivam o referente da *quebrada*.

Contudo, como estamos lidando com processos que são, indissociavelmente, tempo-espço, a territorialização, pelas conexões e reconexões sempre possíveis e abertas no lugar, porta em si a “des-re-territorialização” (HAESBAERT, 2004) e a constante produção/reprodução, concreta/simbólica, do próprio espaço que, assim, pode ser lido não como estático, mas tão dinâmico quanto o tempo – uma dinâmica espacial que produz história, como defende Massey (2008). É nesse sentido, que o engajamento e o desengajamento fazem parte da trajetória biográfica dos/as jovens diante destes movimentos e interferem imensamente no seu poder de negociar a cidade.

Pela leitura que procurei construir, a partir de uma vivência em meio a *punks* e *hip-hoppers*, bem como pela coleta de depoimentos orais, os cotidianos da cena e do movimento vieram à tona e permitiram evidenciar os meandros da constituição localizada desses novos sujeitos políticos, com seus dilemas, diálogos e conflitos, entre si e com os sujeitos já presentes no lugar. Conexões que dizem muito sobre as formas territoriais e sobre as manifestações contestatórias, pelas quais essas culturas juvenis ganharam existência material na cidade, a partir das redes de sociabilidade que as constituíram.

Assim, sem a pretensão de ver nessas culturas juvenis forças políticas incontestes, vejo-as como resultados de redes de sociabilidade juvenis, com possibilidade de serem acionadas em certas situações de atuação contestatória ou reivindicatória, que são, no mais das vezes, também situações de forte envolvimento emocional e, sobretudo, de muita diversão (e nos momentos de diversão também está presente um sentido forte de divergência).

Além disso, é possível identificar, na territorialização do *punk* e do *hip-hop*, a emergência de um novo sujeito político também num outro sentido, qual seja, na inegável dimensão educativa dessas culturas juvenis; e sobre isso, quero tecer alguns comentários, para abrir um possível debate.

Os jovens e as jovens formam visões de mundo, pensamento autônomo e crítico diante da realidade, assumem bandeiras de luta política, constituem-se enquanto sujeitos, a partir dos referentes fornecidos pelo *punk* e pelo *hip-hop*. Em outros termos, essas vivências juvenis (das redes de sociabilidade e da cidade), a partir do *punk* e do *hip-hop*, são vivências educativas, que serão levadas para as outras “fases de vida”, formando sujeitos sociais de um certo tipo.

Esse aspecto formativo que, em si, deveria também ser realizado na escola, enquanto instituição oficial de formação humana, geralmente, não tem sido considerado por educadores e educadoras, no processo de elaboração de suas propostas pedagógicas.

No caso específico da Geografia escolar, se ela considerasse os territórios existenciais, construídos e vividos no cotidiano, e as referências culturais pelas quais as redes de sociabilidade juvenis são constituídas, poderia incorporar uma reflexão que levasse o jovem e a jovem a perceberem-se como fazendo a sua cidade, como tecendo uma Geografia a partir da sua presença e movimentação no mundo, a partir das relações identitárias e políticas que estabelecem. Seria uma possibilidade de trazer o ensino da Geografia para próximo das pessoas, de preenchê-lo de significado para o/a jovem estudante, pois, a partir daí, ele/a poderia estar se entendendo num quadro de relações sócio-espaciais. Seria, enfim, uma possibilidade ainda inexplorada de realizar uma ponte entre um saber informal, da rua, do grupo de amigos e de canais próprios de leitura e pesquisa, e o saber formal da Geografia escolar, de forma a fazer com que ambos se enriqueçam mutuamente (e, quem sabe, não estaria aí uma possibilidade de a Geografia contribuir com esses movimentos?).

Não estou defendendo aqui que o ensino de Geografia se reduza ao tratamento das culturas juvenis, considerando aquelas já presentes no ambiente escolar, mas tão somente que professores e professoras de Geografia possam incorporar, no currículo (que, aliás, deveria ser uma construção sua e não dos livros didáticos), uma reflexão sobre a experiência juvenil, até mesmo como forma de ampliar o diálogo com os sujeitos sobre os quais se dá sua intervenção educativa.

Assim, se existe uma Geografia das Juventudes, como acredito ter demonstrado, seria possível e mesmo desejável, uma “Geografia para as Juventudes”, na escola? Eis um desafio, pelo qual penso que valeria a pena empreender alguns esforços.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. 110 p.
- BIVAR, Antônio. *O que é punk*. 5ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001. 182 p.
- CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2006.
- CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Juventudes e cidades educadoras*. Petrópolis: Vozes, 2003. 180 p.
- _____. *Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2002. 233 p.
- CASTRO, Lúcia Rabello de. *A aventura urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004.
- DAYRELL, Juarez. *A música entra em cena: o rap e o funk na socialização da juventude*. Belo Horizonte: Humanitas, 2005.
- DIÓGENES, Glória. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip hop*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto, 1998.
- ESSINGER, Silvio. *Punk: anarquia planetária e a cena brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2001. 223 p.
- GUIMARÃES, Maria Eduarda Araujo. Rap: transformando as fronteiras da periferia. In: ANDRADE, Elaine Nunes de (Org.). *Rap e educação, rap é educação*. São Paulo: Summus, 1999. P. 39-54.
- HAAG, Carlos. Quem não sabe dançar improvisa: hip-hop oferece aos jovens da periferia a chance de existência social. *Pesquisa FAPESP on-line*, São Paulo. Disponível em: <<http://www.revistapesquisa.fapesp.br/index.php?art=3416&bd=1&pg=1&lg>>. Acesso em: 28 jan. 2008.
- HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, Niterói, v. 9, n. 17, p. 19-45, jul. 2007.
- _____. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 395 p.
- HERSCHMANN, Micael. *O funk e o hip-hop invadem a cena*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005. 302 p.
- LINDOLFO FILHO, João. Hip hopper: tribos urbanas, metrópoles e controle social. In: PAIS, José Machado; BLASS, Leila Maria da Silva (Org.). *Tribos urbanas: produção artística e identidade*. São Paulo: Annablume, 2004. P. 127-150.
- MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. 244 p.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Os circuitos dos jovens urbanos. *Tempo Social*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 173-205, nov. 2005.
- _____. Da periferia ao centro: pedaços e trajetos. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 35, p. 191-203, 1992.
- MARGULIS, Mario. La cultura de la noche. In: MARGULIS, Mario et al (Org.). *La cultura de la noche: la vida nocturna de los jóvenes en Buenos Aires*. Buenos Aires: Biblios, 1997. P. 11-30.
- MARGULIS, Mario. URRESTI, Marcelo. La construcción social de la condición de juventud. In: MARGULIS, Mario et al (Org.). *Viviendo a toda: jóvenes, territorios culturales y nuevas*

- sensibilidades. Santafé de Bogotá: Siglo del Hombre Editores/Departamento de Investigaciones Universidad Central, 1998. P. 3-21.
- MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.
- _____. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio Augusto (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papirus, 2000. P. 176-185.
- MELUCCI, Alberto. Juventude, tempo e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5/6, p. 5-14, mai./dez., 1997.
- _____. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001. 199 p.
- O'HARA, Craig. *A filosofia do punk: muito mais do que barulho*. São Paulo: Radical Livros, 2005. 200p.
- PAIS, José Machado. *Culturas juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2003.
- ROCHA, Janaina; DOMENICH, Mirella; CASSEANO, Patrícia. *Hip-Hop: a periferia grita*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 157 p.
- ROSE, Trícia. Um estilo que ninguém segura: política, estilo e a cidade pós-industrial no *hip-hop*. In: HERSCHMANN, Micael (Org.). *Abalando os anos 90: funk e hip hop: globalização, violência e estilo cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. P. 190-213.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: EDUSP, 2002 [1996].
- _____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: HUCITEC, 1993.
- SILVA, Joseli Maria. *Valorização fundiária e expansão urbana em Guarapuava/PR*. 1995. 181 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. P. 77-116.
- SPOSITO, Marília Pontes. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social*, São Paulo, v. 5, n. 1-2, p. 161-178, 1993/1994.
- TEMBIL, Márcia. *História, memória e imaginário: Guarapuava, uma cidade no processo de modernização (1950-2004)*. 2004. 275 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Assis.
- TURRA NETO, Nécio. *Enterrado vivo: identidade punk e território em Londrina*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

Recebido em: 30/01/2009

Aceito em: 06/03/2009

ATIVISMOS SOCIOCULTURAIS NOS BAIRROS POPULARES DE SALVADOR: RELAÇÕES ENTRE CULTURA E POLÍTICA NA ARTICULAÇÃO DE NOVOS CONTEÚDOS PARA A ESFERA PÚBLICA URBANA

ANGELO SERPA

Departamento de Geografia
Universidade Federal da Bahia
Pesquisador do CNPq
angserpa@ufba.br

RESUMO

Busca-se, com o presente artigo, explicitar, a partir de estudos empíricos nos bairros populares de Salvador-BA, as interfaces entre ativismos sociais e as manifestações da cultura popular no cotidiano dessas áreas, atentando-se em especial para as relações entre cultura e política e sua espacialização na cidade contemporânea. Essas formas de articulação nem sempre ganham status de “movimento social” ou de “movimentos associativistas”, mas conferem caráter particular às respectivas áreas de ocorrência, demonstrando que são múltiplos também os modos de organização dos agentes e grupos nos bairros populares da cidade. Isso pode demonstrar também novas formas de relações sociais, articuladas em “rede”, e, em especial, seu significado em uma esfera pública renovada e pensada sob uma perspectiva de articulação entre cultura e política na reprodução da vida cotidiana, nos lugares concretos da cidade contemporânea. Como conclusão, enfatizamos a importância do conceito de redes de sociabilidade/solidariedade para análise desses ativismos que, na Geografia Urbana, justificam uma abordagem sociocultural e espacial dessas novas formas de organização que surgem nos bairros populares de nossas cidades.

PALAVRAS-CHAVE: Ativismos socioculturais. Bairros populares. Cultura. Política. Redes. Esfera pública urbana.

SOCIAL AND CULTURAL ACTIVISMS IN POPULAR DISTRICTS OF SALVADOR, BAHIA: THE RELATIONSHIP BETWEEN CULTURE AND POLITICS AND THE NEW ELEMENTS IN THE PUBLIC SPHERE

ABSTRACT

The present article is based on empirical studies in popular districts of Salvador-Bahia. It seeks to show the interfaces between quotidian social activisms and popular culture manifestations in these areas. Special attention is paid to the relationships between culture and politics and contested definitions of space in the contemporary city. This articulation, which is not always with a “social movement” or “associating movement”, gives particular character to these districts and shows that there are multiple organizational forms of agents and groups in popular districts. It also shows the way in which new forms of social relations are articulated, and especially explores the articulation between culture and politics in daily life in one new public area thus grounding the work in the specific examination of a concrete place. The paper concludes with an emphasis on the importance of the sociability/solidarity networks concept in urban geography and its value in analysing these activisms. It is argued that this concept justifies a social, cultural and spatial approach to these new organizational forms that arise in popular districts of our cities.

KEY WORDS: Social and cultural activisms. Popular districts. Culture. Politics. Networks. Urban public sphere.

INTRODUÇÃO

Busca-se, com o presente artigo, explicitar, a partir de estudos empíricos nos bairros populares de Salvador-BA, as interfaces entre activismos sociais e as manifestações da cultura popular no cotidiano dessas áreas, atentando-se em especial para as relações entre cultura e política e sua espacialização na cidade contemporânea.

Em um primeiro momento, discute-se a cidade como “fenômeno cultural” e as relações possíveis entre cultura e política, para, a partir daí, buscar uma operacionalização do conceito de redes de sociabilidade/solidariedade na análise do universo empírico proposto: os bairros populares da metrópole soteropolitana.

Algumas questões nortearam a elaboração deste texto:

- Como pensar a cidade enquanto “fenômeno cultural”?
- Quais as relações entre cultura e política no cotidiano das áreas populares da capital baiana?
- Pode-se pensar na operacionalização do conceito de redes de sociabilidade/solidariedade na análise aqui proposta, a partir de sua espacialidade e sob um enfoque geográfico?
- Como os diferentes agentes e grupos se articulam para a disseminação de ideias de cultura e estilos de vida particulares em seus espaços de atuação?
- Essas ideias de cultura e estilos de vida representam a afirmação de conteúdos contra-hegemônicos na produção do espaço urbano soteropolitano?

A CIDADE COMO FENÔMENO CULTURAL

A cidade, como fenômeno cultural, pode ser traduzida – sintetizada – através da ideia de centralidade, como a possibilidade de encontro e de aproximação, da simultaneidade, da reunião, do intercâmbio e das relações. É a cidade que centraliza as criações humanas, como nos lembra Henri Lefebvre (1983, 1991).

A palavra-chave para entender a cidade como fenômeno cultural é, portanto, “articulação”. Articulação de diferentes conteúdos (sociais, econômicos, políticos, técnicos etc.) e de diferentes ideias de cultura. Sim, pois é preciso também admitir a manifestação (e o embate) de diferentes ideias de cultura na cidade contemporânea.

Há, na verdade, múltiplas cidades e múltiplas ideias de cultura. Existe uma cidade que se “descola” da realidade dos lugares e se autossegrega em condomínios fechados, grandes *shoppings* e centros empresariais, seus habitantes priorizando o automóvel como meio de transporte, servidos por grandes avenidas, os eixos necessários do “descolamento” mencionado e da autossegregação.

Aqui, a ideia de centralidade ganha outros sentidos que negam a cidade como lugar da articulação e do encontro. Trata-se de centralidades hierárquicas, articuladas em rede, sob a lógica da produção capitalista. Centralidades da produção e do consumo (inclusive “cultural”).

Nessas centralidades, parece não existir mais “aqui”; tudo é “agora”, tendo em vista a compressão do tempo e a aceleração das velocidades. Quase tudo acontece sem que seja necessário partir, ir ao encontro dos seres à nossa volta, ir

aos lugares e às coisas que nos rodeiam (VIRILIO, 1999, p. 121-123). A interação virtual supera quase toda ação, quase todo ato concreto.

Como fazer frente a esse descolamento e dar novos sentidos à ideia de cidade como fenômeno cultural, como centralidade cultural?

Isso nos leva à ideia de centralidades vividas, que se constituem a partir da esfera da reprodução da vida e do cotidiano de relações socioespaciais em cada lugar concreto, especialmente nos bairros populares das metrópoles no período contemporâneo.

Parte-se da premissa de que são necessários muito cuidado e muita atenção para revelar os agentes que produzem múltiplas ideias de cultura no cotidiano desses lugares, dos agentes que produzem e reproduzem ideias alternativas à ideia hegemônica de cultura nos lugares da cidade contemporânea, onde há ainda aqui e nem tudo é só agora!

Essas formas de articulação nem sempre ganham status de “movimento social” ou de “movimentos associativistas”, mas conferem caráter particular às respectivas áreas de ocorrência, demonstrando que são múltiplos também os modos de organização dos agentes e grupos nos bairros populares da cidade. Esses modos de articulação e organização poderiam ser mais propriamente chamados de “conjuntos de ação” (VILASSANTE, 1996), articulando muitas vezes recortes e escalas do local ao global e desenvolvendo táticas e estratégias diferenciadas (contra-hegemônicas?) no cotidiano da cidade contemporânea.

Isso pode demonstrar também “novas formas de relações sociais, em intensidade, abrangência, intencionalidade e, em especial, seu significado e alcance num novo tipo de esfera pública”, na perspectiva apontada por Ilse Scherer-Waren (2005, p. 37). Uma esfera pública renovada e pensada sob uma perspectiva de articulação entre cultura e política na reprodução da vida cotidiana, nos lugares concretos da cidade contemporânea.

CULTURA E POLÍTICA COMO FENÔMENOS DA ESFERA PÚBLICA

Antes de tudo, é preciso reconhecer, como Hannah Arendt, que, por se basearem ambas na capacidade de julgamento e de decisão, cultura e política são fenômenos da esfera pública. A(s) ideia(s) de cultura indica(m) que arte e política estão estreitamente inter-relacionadas e muitas vezes são dependentes, não obstante seus conflitos e tensões. Para Arendt, em juízos estéticos, como em juízos políticos, toma-se sempre uma decisão. Desse modo, a atividade do

gosto decide como o mundo deverá parecer, independentemente de sua utilidade e dos interesses que tenhamos nele. O gosto é a capacidade política que humaniza o belo e cria uma “cultura” (ARENDDT, 2002).

Em nossas pesquisas no âmbito do Grupo Espaço Livre de Pesquisa-Ação¹, em diferentes bairros populares de Salvador, encaramos o desafio de buscar ideias de “cultura” que pudessem abarcar as representações e práticas sociais das classes populares nas cidades contemporâneas, de modo a evidenciar as características e as possíveis particularidades das manifestações culturais populares em um momento de transformações evidentes da paisagem da cidade para o “consumo turístico”.

Para nós, era importante explicitar o impacto dessas estratégias econômicas no acontecer das manifestações culturais nos bairros pesquisados, a partir de uma perspectiva “popular” e das ideias “populares” de cultura. Nossas pesquisas mostraram que, para os moradores dos bairros populares de Salvador, cultura significa arte, música, o aprendizado cada vez mais amplo, para ser passado às próximas gerações, tudo que vem do passado, construído ao longo do tempo e das gerações, o acervo de conhecimentos de uma “comunidade”, tudo aquilo que marca um lugar, as raízes étnicas e as festividades. Muitos associam cultura à dança, ao artesanato, à conscientização e à tradição (SERPA, 2007a e b).

As representações e práticas sociais das classes populares nas cidades contemporâneas demonstram a existência de ideias de cultura dominantes e subdominantes ou “alternativas”, não apenas no sentido político, como também em termos de sexo, idade e etnicidade, já que o poder é expresso e mantido através da reprodução da cultura (COSGROVE, 1998). Nos bairros populares da capital baiana, muitas vezes, à margem de qualquer subsídio ou lei de apoio à cultura, manifestações populares “alternativas” vão surgindo ou “teimosamente” persistindo².

¹ O Grupo Espaço Livre de Pesquisa-Ação visa a experimentar novas possibilidades de intervenção no espaço construído para habitação, em Salvador. As pesquisas objetivam produzir subsídios técnicos para o planejamento de áreas populares, articulando diferentes variáveis – transporte público, saneamento, comércio e serviços, espaço livre público e identidade cultural – na escala do bairro, priorizando o estudo de bairros populares como Plataforma, Pirajá, Alagados, Ribeira, Curuzu, São Tomé de Paripe, Boca do Rio, Itapuá, Paripe e Cajazeiras. Mais recentemente, o grupo vem desenvolvendo pesquisas sobre a apropriação sócio-espacial dos meios de comunicação nos bairros populares da cidade, partindo-se dos exemplos das rádios comunitárias e dos domínios virtuais alternativos da rede mundial de computadores. Consulte o site do grupo para maiores informações: www.esplivre.ufba.br

² São manifestações “esquecidas” pela mídia e pelo *marketing* turístico, como a capoeira, as rendei-ras, a costura artesanal, as festas de pescadores, os grupos de teatro popular, as festas promovidas pelas associações de moradores, os autos de natal, os corais, os carnavais de bairro, o maculêlê,

Um ponto de partida interessante para uma abordagem cultural e política das interfaces entre ativismos sociais e as manifestações da cultura popular no cotidiano da cidade contemporânea, como pretendido aqui, é apontada por Dom Mitchell (1996), para quem a “cultura” não existe. O que existe é uma ideia de cultura apropriada e disseminada como expressão e condição de um pensamento único e hegemônico. Precisamos, portanto, entender como surgem as diferentes ideias de cultura e o porquê de sua força, relacionando-as com as táticas e estratégias dos agentes que produzem a cidade na contemporaneidade.

Mitchell (1996) sugere uma agenda de pesquisa para uma abordagem cultural da Geografia, que deveria buscar elucidar como grupos que consolidaram historicamente seu poder e sua hegemonia instrumentalizaram suas ideias de cultura. Poder-se-ia examinar, por exemplo, como as guerras étnicas e os processos civilizatórios se alimentam das diferenças culturais, valorizando-as como “atributos de um povo” e consolidando, ao mesmo tempo, a existência de “subclasses” e de “subculturas”. Poder-se-ia, assim, também entender as “geografias da cultura” como processos sociais e políticos reais, como práticas de representações sociais.

Trata-se, sobretudo, de compreender e demonstrar como as ideias de cultura funcionam em meio e através de relações sociais de produção e reprodução (MITCHELL, 1996). Com as leis do mercado penetrando na substância das manifestações culturais e tornando-se imanentes a elas como leis estruturais, tudo – difusão, escolha, apresentação e criação – se orienta, nos setores amplos da “cultura”, de acordo com estratégias de venda do mercado.

Tudo isso evidencia também que a “cultura” é sempre um motivo de conflito de interesses nas sociedades contemporâneas, um conflito por sua definição e seu controle, pelos benefícios que pode assegurar aos agentes hegemônicos de produção do espaço urbano. Sendo assim, sem que situações socioculturais possam ser articuladas em termos de forças que se defrontam, não pode haver “política cultural”. É necessário compreender como os membros de uma sociedade encontrarão – com o poder de se situar em algum lugar em um jogo de

os blocos e as danças afro. Na maioria das vezes, é no espaço das associações de moradores, das paróquias e dos terreiros de candomblé, que essas manifestações encontram algum espaço de expressão. Ao mesmo tempo, muitas delas vão desaparecendo, permanecendo vivas apenas na memória de alguns moradores (SERPA, 2007a, 2007b).

forças confessas – a capacidade de se exprimir em um contexto de anonimato de discursos que não são mais os seus; em última instância, em um contexto de submissão a monopólios sobre os quais não exercem mais controle (CERTEAU, 2003).

A OPERACIONALIZAÇÃO DO CONCEITO DE REDES SOCIOESPACIAIS

Os bairros populares da metrópole soteropolitana parecem se constituir em uma base espacial real para ativismos que bem poderiam ser denominados de “ativismos socioculturais”, que mobilizam diferentes agentes e grupos na produção do espaço urbano, articulando linguagens e códigos que abarcam escalas as mais diferenciadas, variando do local ao global.

Essas articulações são reflexo e condição da produção cotidiana dos espaços populares das metrópoles na contemporaneidade, articulando em “rede” diferentes agentes e grupos: não uma rede única, mas redes superpostas (VILLASANTE, 1996), de acordo com os diferentes interesses e ideias de cultura, produzindo conflitos, consensos e interseções diferenciados.

A ideia de rede como conceito propositivo diz respeito a uma estratégia de ação coletiva, a uma nova forma de organização e de ação (como rede). Subjacente a essa ideia encontra-se uma nova visão do processo de mudança social e da forma de organização dos agentes sociais para conduzir esse processo (SCHERER-WAREN, 1996).

A abordagem antropológica tem feito uso do termo “redes sociais” referindo-se geralmente a redes locais ou geograficamente delimitadas. Já os estudos sociológicos das ações coletivas e movimentos sociais, que incorporam a noção de redes, podem ser examinados com base em duas perspectivas principais: uma oriunda da tradição americana de análise da ação coletiva e da teoria da mobilização de recursos e outra da tradição originalmente europeia da teoria dos novos movimentos sociais (SCHERER-WAREN, 1996).

Interessa-nos aqui apontar as possibilidades de operacionalização do conceito de redes em uma abordagem geográfica dos ativismos sociais e das manifestações culturais nos bairros populares da cidade contemporânea. Nesse sentido, parecem oportunas as categorias de análise sugeridas por Scherer-Waren (2005, p. 37) que, de acordo com a autora, poderiam “ajudar a compreensão deste intrincado cenário das redes sociais na sociedade da informação, a partir

da busca de uma dialógica entre o tradicional e o moderno [...], o local e o global, [...] o individual e o coletivo”:

a – Temporalidade (comunicação em rede em tempo real, mas que permite a conexão de tempos sociais distintos); b – espacialidade (criação de territorialidades de novo tipo, virtuais e presenciais, e a conexão entre ambas); c – sociabilidade (novas formas de relações sociais, em intensidade, abrangência, intencionalidade e, em especial, seu significado e alcance num novo tipo de esfera pública) (SCHERER-WAREN, 2005, p. 37).

Nos estudos de caso apresentados nas próximas seções buscaremos analisar os ativismos e manifestações culturais a partir das categorias “espacialidade” e “sociabilidade”, enfatizando a articulação em rede dos diferentes agentes e grupos envolvidos na produção do espaço urbano nos bairros populares da capital baiana.

Vale ressaltar que, em nossas pesquisas, não consideramos o “bairro” como um recorte estático, congelado para sempre no tempo e no espaço da cidade. O “bairro” é, ao contrário, estável e mutante, reflexo e condição da trama de relações sociais que ali se espacializa. Também não está isolado dos outros bairros, articulando-se em rede com outras áreas da cidade. Em Salvador, bairros mais antigos se diferenciaram com o tempo, originando novos bairros (SERPA, 2007b).

Por outro lado, o tecido social reticular que constitui a essência do processo de diferenciação (e articulação) de bairros é maior que o universo associativista formal (como associações de moradores, por exemplo), originando redes informais, chamadas por Tomas Vilassante (1996) de “submersas”.

O reconhecimento desses processos aponta também para a constante renovação dos imaginários-motores³ (ENRIQUEZ, 1996) dos diferentes agentes e grupos, imaginários esses que consolidam limites e referenciais coletivos, articulando as diferentes percepções e experiências em uma trama de relações socioespaciais que origina um recorte muito concreto: o bairro, experiência compartilhada de territorialização da cidade (SERPA, 2007b).

³ “O imaginário-motor [...] é um imaginário dinâmico, inventivo. Sua presença permite que as pessoas envolvidas formulem projetos individuais ou coletivos, pensem nos meios a utilizar e lhes dá o gosto e o desejo de realizá-los através da transformação do mundo exterior” (ENRIQUEZ, 1996, p. 180).

REDES DE SOCIABILIDADE QUE SE ESPACIALIZAM NO COTIDIANO DOS BAIROS POPULARES DE SALVADOR

Como já enfatizamos em outras ocasiões (SERPA, 2007a), é preciso dialetizar as relações entre sociedade e cultura olhando o bairro como o lugar da experiência e da ação. Isso pode ajudar na busca de instrumentos teórico-conceituais mais flexíveis que aqueles legados pela Sociologia Culturalista, para problematizar o “bairro” no contexto da metrópole capitalista, como propôs Marcelo Lopes de Souza no final dos anos 1980, evitando apriorismos e petrificações conceituais.

As relações de vizinhança constituem um caso particular de “redes do cotidiano” e são ainda muito condicionadas pelas diferenças entre classes sociais. Nos bairros populares, a limitação de oportunidades, a pobreza e o isolamento relativos, a insegurança e o medo acabam por fortalecer-las e torná-las parte fundamental da trama de relações familiares (KELLER, 1979):

Eu percebo que é um bairro privilegiado, porque as pessoas aqui sentam na porta para conversar, se você passar aqui às 5 horas da tarde, você vai encontrar algumas pessoas que têm esse costume, então é um bairro que inspira confiança, diante de tanta violência que percebemos hoje no nosso dia-a-dia, por ser um bairro com estas características eu acredito que seja privilegiado (João Carlos de São Pedro, morador do bairro da Ribeira).

Nos bairros de classe média, as relações entre vizinhos são mais seletivas e pessoais e, na maior parte dos casos, o maior poder aquisitivo faz diminuir a necessidade de ajuda mútua e aumentar a necessidade individual de espaço (KELLER, 1979):

Também aqui na Ribeira nós temos o costume de ‘sentar na porta’, ‘tomar fresco’, que a gente não vê em outros bairros. Em canto nenhum na cidade. Tem gente que mora num lugar que não conhece ninguém; aqui é diferente. Aqui na rua mesmo, é como se fosse uma família, todo mundo unido (Cleonice Simões Coelho dos Santos, moradora do bairro da Ribeira).

As redes de vizinhança, de amizade e solidariedade nos bairros populares de Salvador são exemplos de redes primárias, que, de acordo com Scherer-Waren (2005), têm caráter interindividual ou coletivo, caracterizando-se por serem “presenciais” e com atuação em “espaços contíguos” (p. 39). Devido à maior possibilidade de comunicação e consequente densidade enquanto rede de ação coletiva, a “rede de vizinhança” pode ser a base para a formação de outras “redes submersas” nos bairros populares da cidade.

As redes submersas e informais são “redes de relações entre indivíduos, em decorrência de conexões pré-existentes, relações semiformalizadas que dão origem a quase grupos” (SCHERER-WARREN, 1996, p. 168). Redes submersas que se constituem a partir de relações de proximidade no cotidiano, como, por exemplo, no uso diário do transporte coletivo para os deslocamentos casa-trabalho ou casa-escola, “como se vê em um ônibus que sai do bairro, onde encontramos muitos conhecidos” (Margareth Pereira, moradora do bairro de Plataforma).

Essas redes também atuam em outros bairros da cidade, como no Curuzu, observando-se alguma união entre os vizinhos, cooperação, amizade e o interesse de muitos pelos problemas do bairro. Um episódio descrito por uma de nossas entrevistadas, ajuda a ilustrar a força de mobilização dessas redes submersas a partir do bairro como base para a ação coletiva:

Aqui tinha vários pontos de lixo, tinha ponto de lixo aqui de 40 anos e nós resolvemos acabar com isso. Então nós criamos o dia da vassoura, foi um momento que envolveu todas as pessoas, todas no intuito de fazer a coleta [...] e transformar onde era um ponto de lixo em um jardim, então foi uma coisa que envolveu praticamente a totalidade dos moradores (Valdíria Lopes, moradora do Curuzu).

A moradora, à época da realização da entrevista, também era liderança atuante na Associação de Moradores e Amigos do Curuzu (AMAC), o que sublinha o fato de que as redes submersas e mais informais retroalimentam de algum modo o tecido associativista local. Questões relacionadas à infraestrutura social e física dos bairros despertam aqui e ali mobilizações locais, muitas vezes baseadas em relações de vizinhança e amizade e que caracterizam uma espécie de “ativismo do cotidiano” (SCHERER-WARREN, 2005, p. 39). Esses ativismos colocam frente a frente bairro e cidade, intermediando as relações das associações com o poder público local.

“Nós vamos ter o píer, então é uma coisa que não engloba só as pessoas daqui do bairro, vem gente de fora [...] eu sinto que a Ribeira daqui uns 3 a 4 anos vai ser um bairro potente”⁴. O depoimento de Francisco Miranda (morador do

⁴ Na matéria divulgada no dia 08 de julho de 2001, pelo jornal A Tarde – “Via Náutica atrai novos investimentos” –, a Ribeira é apontada como um dos nove pontos do percurso da Via Náutica. O Projeto prevê a construção de um atracadouro em frente à Igreja Nossa Senhora da Penha (um dos referenciais do bairro) e a recuperação da área do entorno, capacitando-a com infraestrutura de apoio à recreação náutica, mas, até os dias atuais, só foi parcialmente concretizado, com a reativação da travessia entre os bairros da Ribeira e de Plataforma.

bairro da Ribeira) reproduz claramente o que vem sendo veiculado pela mídia, instrumento do poder público local. O fato de a Ribeira estar inserida no Projeto da Via Náutica significa que há perspectivas de que as melhorias que estão acontecendo lentamente no bairro sejam intensificadas pontualmente na orla. Porém, o bairro não é constituído apenas de sua orla (onde a “bairrofilia”⁵ é constatada com maior intensidade); áreas mais carentes de infraestrutura necessitam da assistência dos poderes públicos no sentido de “promover” melhorias que possam vir a reforçar e integrar o sentimento de identidade pelo bairro como um todo.

Terezinha Azevedo (moradora da Ribeira e à época da entrevista diretora da Associação dos Moradores e Amigos de Itapagipe – AMAI) ressalta que o bairro mudou principalmente em relação à limpeza pública, “a gente usa os meios políticos para conseguir alguma coisa”. A representante de uma rede “local”, a AMAI, desempenha, portanto, papel de intermediadora, articulando interesses diversos em prol de algo que beneficie a localidade como um todo. Vera Lúcia Silva (moradora da Ribeira) fala do resultado de reivindicações da AMAI: “eu estou percebendo um pouco mais de limpeza no bairro”, o que também foi constatado por Rita Maria da Purificação (também moradora do bairro): “está tendo mais garis (varredores de rua), antigamente era lixo por tudo que era canto”.

Não se pode perder de vista o enfraquecimento dos ativismos de bairro em Salvador nas duas últimas décadas. Comparando-se o número de associações de moradores filiadas à FABS (Federação das Associações de Bairro de Salvador) por ano de fundação, percebe-se uma diferença significativa entre os períodos 1981-1990 e 1991-2000: 112 contra 9, como demonstrado por Garcia (2002). Além disso, a grande maioria das associações sempre esteve ligada às reivindicações dos bairros populares da cidade:

Reunindo no seu interior vários segmentos da classe trabalhadora, incluindo também setores de classe média dos conjuntos habitacionais, o movimento de bairro que se articula através da FABS representa principalmente o primeiro, tanto pelo número de participantes como pelo interesse demonstrado historicamente nesse tipo de organização (GARCIA, 2002, p. 255).

⁵ Souza (1989, p. 150) sugere o termo “bairrofilia” para expressar “a simpatia, que se realiza como afeição pelo bairro e apego ao bairro”, recordando Tuan (1980, p. 107), para quem “a palavra topofilia [...] pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material. Estes diferem profundamente em intensidade, sutileza e modo de expressão”.

De qualquer modo, a persistência do movimento de bairro nos espaços populares da cidade serve para demonstrar que as redes submersas, mais informais e “baseadas em códigos culturais e solidariedades construídas no cotidiano”, podem tornar-se articulações políticas, a partir da mobilização de pequenos grupos para “interferir nas políticas públicas” (SCHERER-WAREN, 1996, p. 169). Isso pode originar também o surgimento de relações políticas mais horizontalizadas, com um “maior reconhecimento [...] à diversidade cultural e ao pluralismo ideológico” (p. 172).

Acreditamos que é nessa perspectiva que devemos analisar as manifestações culturais nos bairros populares de Salvador, atentando para os processos que transformam sociabilidade e solidariedade em táticas/estratégias de produção do espaço urbano e articulam cultura e política em uma nova perspectiva de esfera pública urbana. É precisamente o que faremos nas próximas seções do texto.

ATIVISMOS SOCIOCULTURAIS: SOCIABILIDADES E ESPACIALIDADES DEFININDO NOVOS CONTEÚDOS PARA A ESFERA PÚBLICA URBANA

Tão importantes quanto o espaço das associações de moradores para elaboração de ativismos socioculturais nos bairros populares de Salvador, os terreiros de candomblé, escolas, igrejas, templos, clubes esportivos e campos de futebol constituem sua base espacial, definindo novas formas de relações e articulações sociais numa esfera pública urbana que condiciona e é condicionada a um só tempo por conteúdos culturais e políticos. Esses espaços constituem a “espacialidade primária”, baseada na contiguidade, para atuação de redes associativistas e submersas, extrapolando, muitas vezes, os limites dos bairros onde se inserem, articulando dimensões e recortes que variam do local ao global.

A título de exemplo, Claudomiro Rosa, coordenador de esportes em um campo de futebol no bairro da Ribeira, afirma que vem “sendo solicitado a fazer reivindicações em favor do bairro e a propor melhoramentos”. Os campos de futebol têm presença marcada na paisagem dos bairros populares da cidade e, em geral, servem como ponto de encontro e reunião em áreas com densidades demográficas elevadas, funcionando como uma espécie de “centralidade lúdica” (LEFEBVRE, 1983 e 1991), uma centralidade baseada nas formas de reprodução da vida urbana, no valor de uso e na apropriação, para os espaços

populares da metrópole. Mas, ao que parece, articulam também o recorte de “bairro” em suas táticas e estratégias cotidianas de produção do espaço.

Um outro exemplo de mobilização de interesses diversos, as Regatas, demonstra a importância do mar e dos esportes náuticos no bairro da Ribeira, ocasionando conflitos entre as diferentes linguagens, projetos e estilos de vida, que sempre podem surgir entre os diferentes agentes/grupos que compõem o bairro como espaço de relações sociais, muitas vezes caracterizando rivalidades entre as redes locais e extra-locais.



Foto: Carol Menezes

Figura 1. A importância do mar no bairro da Ribeira, em Salvador

Ainda hoje, falar de remo na Bahia é falar da Ribeira. O esporte começou a ser praticado no estado em 1902, quando o Esporte Clube Vitória resolveu disputar o remo e a alta sociedade soteropolitana começou a ter interesse por esse esporte. Em 2 de abril de 1905, foi realizada a primeira regata na Enseada dos Tainheiros e a segunda em 2 de outubro do mesmo ano. Foi nesta segunda, que Henri Vinolis, um inglês, instituiu a taça Olga, que ainda é disputada em Salvador (SANTANA e SERPA, 2007).

Atualmente participam mais três clubes além do Vitória: o Clube de Regatas Itapagipe, o Clube de Natação e Regatas São Salvador e o Esporte Clube Santa Cruz. Entre os atletas muitos vêm dos Alagados – localizado como a Ribeira na Península de Itapagipe –, por encontrar no remo uma forma de obter seu sustento diário, transformando o outrora “esporte de elite” em “esporte popular”. A Federação de Remo da Bahia está à frente da organização dos campeonatos. Segundo os dirigentes, existe uma rotatividade muito grande com relação aos atletas; os clubes têm entre 15 e 40 atletas cada um (SANTANA e SERPA, 2007).

A construção/ampliação de marinas e atracadouros para implantação da Via Náutica, já mencionada anteriormente, contraria os interesses daqueles que praticam o remo e são entusiastas das regatas na Ribeira. A Via Náutica vai aumentar o fluxo de embarcações no local das Regatas, aumentando os problemas para os competidores:

Em dia de regata, tem muitas embarcações aqui na Ribeira, então é necessário que a Capitania dos Portos retire aqueles barcos que ficam no trajeto, no circuito, às vezes nem com isso eles cooperam, e isso atrapalha, eu mesmo já perdi um páreo, justamente por causa disso, por que tinha um barco no meio do caminho, na minha raia (Adriana de Oliveira Bastos, atleta do Clube de Natação e Regatas São Salvador, com sede na Ribeira).



Foto: Marilu Santana

Figura 2. Fluxo de embarcações no local das Regatas, Ribeira

No bairro, há pessoas, como Silvio Santos Silva, que “dormem e acordam pensando em remo”:

No momento, a Regata é o evento público mais prestigiado e esperado pelo pessoal. Esporte também é cultura. A gente está batalhando para erguer o Clube Santa Cruz. Foi o clube que me deu oportunidade. Eu sou o único profissional especializado que trabalha com barco de fibra de vidro na Bahia (Silvio Santos Silva, morador da Ribeira).

Em março de 2004, a polêmica em torno do fechamento das casas de bingo em Salvador foi motivo de preocupação entre os atletas e os dirigentes dos clubes de remo, que se reuniram para discutir o assunto na Federação dos Clubes de Regatas da Bahia (FCRB). As casas patrocinavam a prática do remo na capital, destinando R\$ 8.000,00 por mês à entidade desportiva. O dinheiro era dividido em partes iguais, entre a Federação e os quatro clubes da capital, entre eles o Santa Cruz, com sede em Itapagipe. O clube, que comemorou em 2004 cem anos de fundação, teve seus projetos comprometidos sem o dinheiro dos bingos. Apesar de contar com apenas dois barcos de competição, o clube investia na construção de barcos novos e na formação de atletas, jovens carentes da Península Itapagipana (SERPA, 2007a).



Foto: Marilu Santana

Figura 3. Atletas do Esporte Clube Vitória se preparam para a competição, na Ribeira

Hoje, quatro anos depois, as regatas continuam a ser disputadas no bairro, mas com muitas dificuldades para a manutenção dos atletas e dos clubes. Nos dias atuais, é, sem dúvida, ainda uma rede de sociabilidade com intensidade e abrangência no recorte do bairro, mas com dificuldades para articular os interesses locais e os da cidade, correndo, inclusive, o risco de ser desterritorializada para outras áreas, como o Dique do Tororó, no centro de Salvador. Sua articulação em rede⁶ não consegue viabilizar sua continuidade no tempo e no espaço, diante do principal problema, a falta de patrocínio. Há aqui também um conflito evidente de linguagens entre os protagonistas das redes associativistas locais, que confronta os moradores mais atuantes na AMAI e aqueles mais envolvidos no cotidiano dos clubes de remo, já que a associação de moradores aposta no turismo náutico para a geração de emprego e renda no bairro, em detrimento das regatas.



Foto: Marilu Santana

Figura 4. Sede do Vitória, na Ribeira

O espaço dos terreiros de candomblé em Salvador também cumpre importante papel para a disseminação de ativismos socioculturais nos bairros

⁶ Nas redes locais, as articulações para a organização das Regatas são feitas pelos clubes e pela Federação: Organizam-se os campeonatos, discutem-se e estabelecem-se as regras, efetiva-se a contratação de atletas. Nas redes extralocais, a Federação Baiana é um “nó” que está em contato com as federações dos outros estados, para a organização dos campeonatos em nível nacional. Nas redes submersas, estão os comerciantes e o público, constituído, em sua maioria, por moradores do próprio bairro: Ambos não participam direta e ativamente da organização dos campeonatos (SANTANA e SERPA, 2007).

populares da cidade. Dos 1.138 terreiros cadastrados pelo mapeamento realizado em 2007 pelo Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia, cerca de 30% realizam trabalhos de cunho sociocultural nas áreas onde estão inseridos, como creches, cursos, palestras e distribuição de cestas básicas. Essas atividades podem ser, inclusive, motivo de articulação em rede dos templos religiosos de matriz africana, para além dos limites dos bairros onde estão situados (Jornal A Tarde, 30/7/2006 e 12/5/2007).

A Rede Kôdya, um projeto mantido pela Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (ACBANTU), atende aproximadamente 30.000 famílias em situação de extrema pobreza na cidade, com distribuição de alimentos, implantação de hortas e cozinhas comunitárias, além de programas de educação alimentar. Kôdia é um símbolo bantu da essência e do mistério da vida. A rede surgiu em 2004, quatro anos depois da fundação da ACBANTU, e conta, hoje, com importantes apoios institucionais do Ministério de Desenvolvimento Social, da Empresa Baiana de Alimentos do governo estadual e das prefeituras de Salvador e Lauro de Freitas (na Região Metropolitana de Salvador). A ACBANTU faz parte do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, com 700 terreiros associados, doze deles participando da diretoria da associação (Jornal A Tarde, 30/7/2006).

Os terreiros de candomblé parecem se constituir, portanto, na primeira experiência do movimento negro organizado em Salvador. O terreiro Ilê Axé Opô Afonjá, um dos mais antigos e tradicionais da cidade, por exemplo, desenvolve projetos educacionais dirigidos aos jovens, como o Agrabogbó, que busca a formação profissional e o resgate da memória do templo religioso, com realização de oficinas, seminários e feiras para comercialização dos produtos – peças confeccionadas nas oficinas, relacionadas à cultura e à religião de matriz africana. Outro terreiro tradicional da cidade, o Oxumaré, com o apoio da Secretaria Municipal de Reparação (SEMUR), oferece cem vagas para um curso pré-vestibular e conta, também, com o apoio do governo federal, para execução de um programa voltado para a preparação de jovens na busca pelo primeiro emprego. Realiza ainda oficinas de dança, percussão e capoeira em onze escolas públicas da cidade, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação (Jornal A Tarde, 30/7/2006).

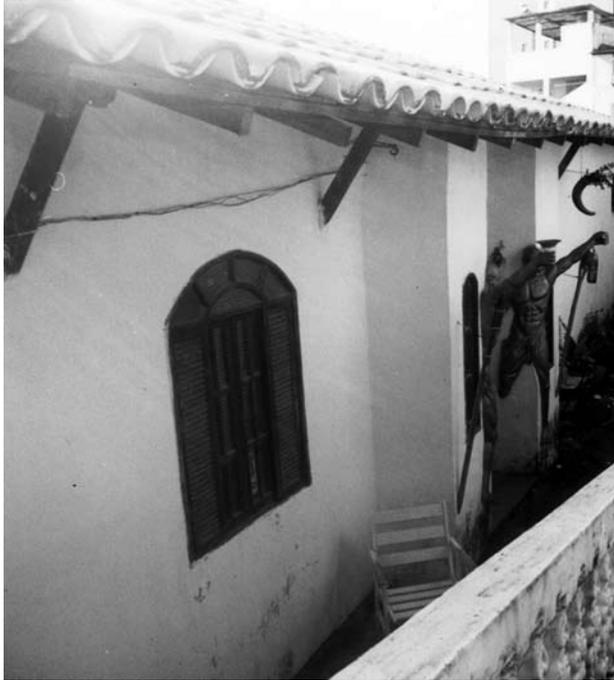


Foto: Márcio Freitas

Figura 5. Entrada do terreiro Vodun Zô no Curuzu

Embora os exemplos até aqui mencionados denotem importantes apoios institucionais aos terreiros de candomblé na cidade, resultado de séculos de lutas contra o preconceito em relação às religiões afro-brasileiras, ainda há um longo caminho a percorrer, no tocante, por exemplo, à situação fundiária dos templos religiosos. Dos terreiros levantados pelo CEAO/UFBA, em mapeamento recente, já mencionado nos parágrafos anteriores, 39,9% têm escritura do terreno registrada, 20,8 % não têm nenhum tipo de documentação, 24,6% têm contrato de compra e venda e 4,3% dispõem apenas de recibo. Cerca de 78,4% não possuem áreas verdes – essenciais para o culto aos Orixás – e apenas 8,5% têm registro como associação civil.

Sem a posse legal dos terrenos, as casas de candomblé são também alvo de ocupações, como acontece no Curuzu, no terreiro Vodun Zô, onde o pai de santo da casa, Amilton, relata que perdeu parte do terreno para obras de contenção de encostas da Prefeitura, de esgotamento sanitário do governo estadual e para outros moradores, que ocuparam também algumas áreas. O líder

religioso tem atuação continuada na rede associativista local, protagonizando episódios importantes, como a luta pela posse da terra frente à União Fabril, que se diz proprietária dos terrenos do bairro e cobra há décadas aluguel dos moradores. Estimulados por Amilton, um grupo de pessoas resolveu promover reuniões para discutir a situação. As reuniões eram realizadas no terreiro Vodum Zô e, assim, muitos se mobilizaram para defender seus terrenos, utilizando o argumento do uso capião, por serem moradores antigos no bairro, e cessando de pagar aluguel para a “proprietária”.



Foto: Márcio Freitas

Figura 6. Fonte no terreiro Vodun Zô no Curuzu

No Curuzu, são notáveis os aspectos culturais que demonstram sua forte ligação com as tradições afro-brasileiras. As manifestações culturais “emergentes” tornam-se, gradativamente, hegemônicas no bairro. Mas, elas só podem ser consideradas “emergentes” vistas no contexto da cidade, como afirmação da cultura negra numa metrópole desigual e segregacionista. A emergência do bloco Ilê Aiyê a partir do bairro do Curuzu, irradiando seu sucesso para a cidade e o Mundo, parece indicar a possibilidade de revalo-

rização da experiência para as manifestações culturais populares, no sentido indicado por Benjamin (1996), baseada numa filosofia do tribalismo e numa visão coletivista (SERPA, 2004).

Para Dantas (1996), a liderança de Antônio Carlos dos Santos, o Vovô do Ilê, filho de Mãe Hilda Jitolu, liderança do candomblé no bairro e na cidade, proporcionou uma nova significação para a comunidade negra baiana:

A ressonância de sua visão de agrupamento da população negra em torno de um discurso ideológico uno iria remeter a símbolos importantes da ancestralidade negra, como os quilombos ou mesmo os reinos tribais da África medieval. A relação do líder com os rituais de candomblé, por outro lado, trar-lhe-ia uma legitimidade hierárquica quase mítica no grupo (DANTAS, 1996, p. 158).

Primeiro bloco afro da Bahia, o Ilê inicia sua história em 1º de novembro de 1974, no Curuzu. O objetivo da entidade é preservar, valorizar e expandir a cultura afro-brasileira. Para isso, desde que foi fundado, vem homenageando os países, nações e culturas africanos, bem como lembrando e enaltecendo as revoltas dos escravos, visando ao fortalecimento da identidade étnica e da autoestima do negro brasileiro, tornando populares os temas da história africana e vinculando-os com a história do negro no Brasil. Seu movimento rítmico musical revolucionou o carnaval baiano, com ritmos oriundos da tradição africana, favorecendo o reconhecimento de uma “identidade baiana”, marcadamente negra.

O Ilê Aiyê foi fundado por jovens negros do Curuzu, com faixa etária de 17 a 19 anos. Esses jovens sempre buscaram formas de entretenimento no bairro, organizando passeios, grupos de samba, rezas de Santo Antônio, carurus de São Cosme, times de futebol. Com três mil associados, o Ilê Aiyê é hoje um marco no processo de “reafricanização” do Carnaval da Bahia. Nos ensaios da Banda Ilê Aiyê, composta por 150 integrantes, são cobrados ingressos a preços que variam de 10 a 30 reais. O público é composto por soteropolitanos, mas também por turistas. Esses últimos, principalmente no período que antecede o carnaval, participam de forma efetiva desses eventos. Enquetes realizadas no âmbito do Projeto Espaço Livre de Pesquisa-Ação, junto ao público participante de um desses ensaios, às vésperas da folia momesca, comprovam que mais de 50% do público presente eram turistas de São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, França, Itália e Argentina; dentre os soteropolitanos, a maioria provinha de outros bairros da cidade, com veículo próprio (SOARES e SERPA, 2007).



Foto: Márcio Freitas

Figura 7. Sede do Ilê Aiyê (à esquerda) no bairro do Curuzu

A estrutura organizacional do Ilê é composta pela presidência, a diretoria e seus assessores. A organização é departamental, incluindo os departamentos comercial, financeiro, de projeto, administrativo, de *marketing*, de patrimônio etc. Há pessoas do corpo administrativo do bloco que cuidam especificamente do carnaval, outras que cuidam dos projetos pedagógicos, etc. A estrutura organizacional é a um só tempo hierárquica e hereditária.

Essas organizações, cuja inserção social e econômica se concretiza por intermédio de expressão de uma identidade cultural que está na origem das raízes étnicas da negritude, introduziram novas formas de gestão, singulares e bem-sucedidas. Também inauguraram um novo estilo de relação entre o mundo organizacional e a realidade exterior e social. Um novo modelo se esboça a partir dessas organizações. Criadas sob forma de associações e grupos culturais, elas passam por um processo de transformação, saindo de um *status* informal e até de uma certa marginalidade em relação ao mercado para se tornarem produtos valorizados da indústria cultural.

[...]

Os blocos afro do carnaval da Bahia tornaram-se uma nova força na economia local. Parte fundamental do imaginário baiano, eles influenciam a música e a cultura, ao mesmo tempo em que criam empregos, acumulam lucros e investimentos e também diversificam suas atividades e produtos, começando a desenvolver uma espécie de nicho de mercado (DANTAS, 1996, p. 151-152).

De acordo com alguns diretores e pessoas envolvidas diretamente com a organização e manutenção do Ilê, o bloco conta hoje com quatro patrocinadores ligados

diretamente às atividades sociais e culturais desenvolvidas: Petrobrás S. A., Extra Supermercados, Brahma e Claro Telefonia Celular. A Claro e a Brahma são parceiras na organização do carnaval, o Extra, além de também patrocinar o Carnaval, apoia a organização anual da Noite da Beleza Negra⁷, além de outros projetos, como a cozinha do Ilê e o festival do Wa Jean⁸. Já a Petrobrás, tida como uma das maiores parceiras do Ilê, financia os cursos profissionalizantes e apoia os projetos na área social. Outras parcerias, com o BNDES e a Eletrobrás (além da Petrobrás), viabilizaram a construção da nova sede do bloco no Curuzu. O prédio, inaugurado em novembro de 2003, tem oito andares, com cinco mil metros quadrados de área construída, incluindo área de eventos para quatro mil pessoas, estúdio, restaurante, escolas formais, de dança, de percussão e profissionalizante, espaço para ensaio da Banda Erê e cozinha-escola (Jornal A Tarde, 22/2/2004, p.3).

Os argumentos das empresas parceiras para justificar o apoio prestado ao Ilê variam do “*marketing* de causas” a uma estratégia de aproximação com o público consumidor:

É certo que tais investimentos agregam muitos benefícios para as empresas, entre os quais, respeito e valorização de suas marcas no mercado e considerável retorno institucional para as corporações. Mas o maior benefício ainda é o de valor humano e sentimento de missão cumprida. O Grupo Pão de Açúcar defende o chamado *marketing* de causas e nele tem se apoiado cotidianamente. Detectamos a importância de valorizar a cultura afro-brasileira uma vez que 70% dos cidadãos soteropolitanos são de descendência negra. Queríamos nos aproximar do nosso público. Entendemos que iniciativas como o Ilê trazem identificação e resgate da cultura aos cidadãos e contribuem para uma sociedade mais culta e responsável (Departamento de *Marketing* do Extra Supermercados).

Porém, o discurso das empresas é, por vezes, ambíguo, negando expectativas quanto ao retorno do apoio em termos de “imagem”, mas, ao mesmo tempo, reconhecendo a importância e a visibilidade do Ilê Aiyê:

O patrocínio de projetos sociais não é considerado como investimento de retorno de imagem. A ação faz parte do programa Petrobras Fome Zero, que tem como uma de suas linhas de atuação a formação profissional. O Ilê é um dos grupos carnavalescos mais importantes para a cultura do carnaval baiano além

⁷ Este evento é uma tentativa de mostrar que existe um padrão de beleza diferente dos padrões de beleza europeus. Em 2006, a Noite da Beleza Negra elegeu a 27ª Deusa do Ébano do Ilê Aiyê (representante do bloco durante o carnaval da Bahia de 2006), Kátia Alves de Jesus, de 20 anos. O concurso de beleza aconteceu no Festival de Verão de Salvador e contou com a participação de 15 jovens.

⁸ O festival *Wa Jean*, que significa “vamos comer”, é um festival da culinária africana e baiana.

de sua história e de seu engajamento em prol de uma sociedade mais justa e igualitária (Departamento de *Marketing* da Petrobras S. A.).

Vemos, portanto, que um importante “nó” da rede associativista local de um bairro popular da capital baiana pode ganhar visibilidade nacional e internacional, contando com patrocínios e apoios institucionais importantes e viabilizando conteúdos culturais e políticos em uma nova esfera pública urbana, nos termos colocados por Scherer-Waren (1996). O acesso a patrocínios importantes pode indicar, por outro lado, uma cooptação dessa importante manifestação cultural e política pelo mercado. Os dirigentes do bloco reconhecem a importância do carnaval para a obtenção dos patrocínios e apoios das empresas “parceiras”, já que este é seu momento de maior visibilidade, mas contestam sua inserção no mercado. Segundo eles, o Ilê ainda enfrenta muitas dificuldades para inserir sua produção musical na programação das rádios da cidade, aventando inclusive a possibilidade de lutar futuramente pela concessão de uma emissora. Vêem o projeto do Ilê como um projeto de poder⁹, aproveitando-se das brechas do mercado para a inserção de valores alternativos à cultura hegemônica vigente na cidade e no país.

A questão que se coloca é se o Ilê sobreviveria sem esses apoios e, se isso fosse possível, como seria hoje a atuação do bloco. Percebe-se que o Ilê vai aos poucos se afastando dos moradores do bairro onde instalou sua sede. Poucos frequentam os ensaios do bloco, já que não podem pagar os ingressos cobrados (SOARES e SERPA, 2007). Como no carnaval de Salvador, os moradores vão assumindo o papel de vendedores ambulantes informais na área externa aos ensaios, para aproveitar a chance de conseguir alguma renda com o fluxo de turistas e moradores dos bairros nobres da cidade.

Para melhor infraestruturar o Curuzu, inserindo-o de forma “competitiva” no circuito cultural e turístico da cidade, o Ilê, em parceria com o SEBRAE e a Associação de Moradores – AMAC – , quer viabilizar um corredor cultural na rua principal do bairro, que dá acesso à sede do bloco. A ideia é capacitar os comerciantes locais, para melhor atender os visitantes. O risco – sempre presente em projetos assim – é a criação de mais um “shopping center a céu aberto”, descontextualizado da realidade local, como já ocorreu inúmeras vezes em Salvador e no Estado da Bahia (SERPA, 2004).

⁹ No carnaval de 2006, o Ilê Aiyê saiu nas ruas de Salvador com o tema: O NEGRO E O PODER – Se o PODER é bom, eu também quero o PODER.



Foto: Márcio Freitas

Figura 8. Interior da sede do Ilê Aiyê no Curuzu

Muitas vezes, é o mercado quem vai ditar, em última instância, quais manifestações culturais devem ser “revitalizadas” ou “retradionalizadas”, afastando-as gradativamente do seu sentido e valor de culto originais e transformando, nesse processo, a experiência e a memória dos envolvidos em vivência e mercadoria, a ser consumida como objeto de *marketing* empresarial ou turístico.

Do outro lado da cidade, na localidade do Alto do Tororó, no bairro de São Tomé de Paripe, banhado pelas águas da baía de Todos os Santos, alguns moradores lutam para manter uma manifestação cultural pouco conhecida na cidade: o Bumba-meu-Boi no dia de Reis, que mistura tradições de origem africana e europeia e que há mais de um século mobiliza esse espaço popular da cidade.

A Festa do Reis em São Tomé de Paripe acontece anualmente no mês de janeiro, com a saída do Bumba-meu-Boi da localidade do Alto do Tororó, percorrendo as ruas do bairro: “A festa tem que acontecer todos os anos, é uma tradição aqui no bairro, que começou com nossos parentes mais velhos e não podemos deixar isso acabar, é difícil, mas fazemos a festa, quem adora é as crianças, o boi já está preparado, só precisa de alguns retoques” (Ana Cristina dos Santos, presidente da Associação das Mulheres do Alto do Tororó, vice-presidente do Espaço Quilombo em São Tomé).

Os moradores do Alto do Tororó são os protagonistas da manifestação cultural, que envolve também algumas pessoas de São Tomé e artistas de outros bairros da cidade. A festa dos Reis e o Bumba-meu-Boi em São Tomé de Paripe representam uma tradição passada de geração para geração, porém, segundo relatos de alguns moradores mais antigos, a festa encontra-se hoje totalmente descaracterizada: “A festa está quase morta, mas mesmo assim acontece todos anos, falta dinheiro, nenhuma empresa instalada no bairro contribui” (José Salvador da Paz Barros). A “descaracterização” da festa é motivo para o saudosismo e a não participação nos dias atuais: “No nosso tempo a gente saía pelas portas, aquele bloco de senhoras, de garotas, saía cantando, batendo pandeiro, eu era do pandeiro, minha irmã era do prato, saía daqui, ia lá pra cima, pro corredor, fazia samba, tirava reis, a festa era assim, hoje eu não sei, não participo mais” (Tumázia de Jesus).



Foto: Angelo Serpa

Figura 9. Boi Estrela aguarda a saída no Barracão da ACAT – Associação Comunitária do Alto do Tororó

Hoje, a festa conta com uma participação pequena da população adulta e idosa, com forte presença de jovens e crianças do bairro, que vão atrás do boi-bumbá em seu percurso pelas ruas de São Tomé. Um fato interessante e peculiar nessa manifestação é a centralidade do Bumba-meu-Boi nos festejos de reis neste local. Segundo os organizadores, a relação entre a festa dos Reis

e o Bumba-meu-Boi origina-se da presença de animais nas representações do nascimento de Jesus e da chegada dos três reis magos.

O presidente da Associação Comunitária do Alto do Tororó – ACAT – e um dos organizadores da festa, Ariomar Davi dos Santos, ressalta, por outro lado, o caráter afro-brasileiro da manifestação, uma “tradição” herdada dos escravos africanos:

É uma coisa que existe há mais de 100 anos, que vem passando de pai pra filho, se pressupõe que tenha começado com os escravos, porque aqui era um reduto de escravos e pescadores. Hoje a festa está acabando pela urbanização do local, hoje o que tentamos fazer é resgatar esses valores através do Boi-Bumbá Estrela.

O Bumba-meu-Boi e a Festa de Reis em São Tomé de Paripe sobrevivem graças à coletividade do Alto do Tororó, estimulada por dois artistas plásticos de fora do bairro, que se engajaram na reorganização da tradição com recursos próprios e sem patrocínio ou apoio de nenhuma espécie. Apesar dos esforços, a manifestação é vista pelos moradores mais antigos do bairro como decadente. Nota-se aqui um nítido esforço de “retradicionalização” à margem do mercado e a partir de iniciativas individuais.



Foto: Angelo Serpa

Figura 10. Boi-Bumbá Estrela em São Tomé de Paripe

O projeto de “retradicionalização” vislumbra, inclusive, a possibilidade de realização de apresentações do grupo de jovens “vaqueiros” em outros bairros da cidade, como forma de arrecadar fundos para sua manutenção. É um projeto pedagógico, de arte-educação, idealizado pelos artistas plásticos organizadores da festa, que ensinam aos jovens interessados do Alto do Tororó a confecção do boi, assim como as danças e os cânticos. O curioso aqui é que a falta de patrocínio quer “retradicionalizar” a festa tirando-a do seu contexto original, abrindo novas possibilidades, através da apresentação do grupo de jovens em outros bairros e locais da cidade. Nessa perspectiva, o Bumba-meu-Boi pode tornar-se *show* e possibilidade de renda para os participantes, a “tradição” extrapolando as datas e os limites espaciais originais.

Percebe-se aqui, mais uma vez, um conflito de linguagens e interesses entre os protagonistas da manifestação, os moradores da localidade do Alto do Tororó, em sua maioria pescadores e que se reúnem em torno de pequenos grupos para “preservar a tradição e resgatar a cultura”, defendendo a manutenção das apresentações do Bumba-meu-Boi para e no bairro de São Tomé (BRITO, SERPA e CATHALA, 2007a), e os artistas que apoiam a manifestação e que vislumbram uma possível ampliação de sua espacialidade e temporalidade com as apresentações em outros locais da cidade. Certamente, a continuidade da manifestação dependerá de uma melhor articulação desses interesses e dos conflitos latentes.

TRADIÇÃO, ARTICULAÇÃO POLÍTICA E CONQUISTA DA ESFERA PÚBLICA URBANA

As festas são muitas vezes associadas à imagem de Salvador como estratégia de inserção da cidade no circuito turístico nacional e internacional, como lazer e entretenimento para a maioria dos visitantes, turistas e “foliões”. Mas, na Bahia, e particularmente em Salvador, o discurso do resgate e da valorização das tradições afro-brasileiras aponta para a importância da articulação de conteúdos culturais e políticos em uma esfera pública urbana, constituída a partir de redes primárias de sociabilidade/solidariedade nos bairros populares da cidade, como demonstrado a partir da análise dos exemplos na seção precedente.

Um dos espaços centrais para a reprodução de ideias alternativas de cultura na capital baiana, como vimos, é o terreiro de candomblé. É, sobretudo, um espaço de cultura e articulação política, um espaço de sociabilidade e solidariedade, como ressaltado por muitos dos entrevistados em nossas pesquisas nos espaços populares

da cidade. Alguns desses depoimentos demonstram também a clara ligação entre religiosidade e festividade. Se o catolicismo popular é muito presente nos bairros estudados, também as tradições afro-brasileiras são determinantes para o surgimento de manifestações culturais particulares, como o bloco afro Ilê Aiyê:

Não precisei sair do Curuzu para encontrar uma família, essa família já estava aqui e é o terreiro de Mãe Hilda Jitolu. Após minha entrada no terreiro, aprendi minha história, de onde eu vim, e para onde eu vou. E também o Ilê Aiyê, que me dá condições de aprendizado, de capacidade para estar discutindo, aprendendo e fazendo esse intercâmbio com o próximo (Ramnsés Santos dos Santos, morador do bairro do Curuzu).

Religiosidade e festividade são, portanto, qualidades interligadas, dialeticamente inter-relacionadas, representando e condicionando a gênese da maior parte das manifestações culturais dos bairros populares de Salvador: Em 2007, a Lavagem de Itapuã completou 100 anos, em meio à polêmica sobre a continuidade da participação de blocos animados por trios elétricos. A Lavagem é a última festa popular do calendário antes do Carnaval, começando às 5 horas da manhã com queima de fogos, na Praça da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, prosseguindo com a saída do cortejo de baianas e pescadores da Praia de Plakafor e a lavagem das escadarias da Igreja, o ponto alto dos festejos. Depois do cortejo e da lavagem, os cânticos religiosos são substituídos pelo som dos atabaques e o samba de roda, iniciando o “lado profano” da festa.

A partir das 13 horas, o bairro é tomado até a meia noite pelos blocos animados por trios elétricos, onze em 2007. A grande concentração de pessoas é motivo de preocupação de alguns dos moradores, que desejam o fim dos trios e o respeito às tradições do lugar. Entre os moradores ciosos da tradição da Lavagem, destaca-se a yalorixá Jaciara Santos, filha de Mãe Gilda e sua sucessora no terreiro Ilê Axé Abassá de Ogum. Mãe Gilda faleceu em 2000, vítima de um infarto fulminante, após ver seu terreiro invadido duas vezes por membros de igrejas evangélicas e uma foto sua publicada no jornal da Igreja Universal, com uma tarja preta cobrindo seus olhos. A foto ilustrava uma matéria ofensiva ao candomblé e às religiões afro-brasileiras.

Mãe Jaciara protagonizou três decisões judiciais históricas na Bahia. Em 2004, obteve ganho de causa numa ação contra a Igreja Universal e a Gráfica Universal por danos morais contra sua mãe. Um ano depois, o Tribunal de Justiça da Bahia confirmou a sentença. Desde então, Mãe Jaciara tornou-se um

símbolo da luta contra a intolerância religiosa na Bahia. Em setembro de 2008, foi a vez do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmar a sentença, condenando a igreja a indenizar os filhos e o marido da sacerdotisa do candomblé por danos morais. Os herdeiros, em conjunto, vão receber em torno de R\$ 145 mil; o valor será corrigido para cerca de R\$ 400 mil, tendo como parâmetro o ano de 1999, quando aconteceu a ofensa.

NECESSÁRIO | Pela primeira vez na história o Superior Tribunal de Justiça julga procedente ação de intolerância religiosa contra uma instituição

Condenação inédita no País



Fonte: Reportagem de Cleidiana Ramos no Jornal A Tarde
 Figura 11. Mãe Jaciara protagonizou decisões judiciais históricas

O total fixado pelo STJ ficou bem abaixo da indenização de R\$ 1,3 milhões estabelecida na sentença da 17ª Vara Cível da Bahia, em 2004. Um ano depois, o Tribunal de Justiça da Bahia (TJ) fixou um novo valor: R\$ 960 mil. Ainda cabe recurso de ambas as partes. Embora considere baixo o valor da indenização, Jaciara Santos vê na decisão um forte simbolismo: “Foram nove anos de luta, mas estou feliz por ver a IURD condenada” (Jornal A Tarde, 20/9/2008). A decisão do STJ abre jurisprudência para punição de casos semelhantes no país.

O combate à intolerância religiosa vem ganhando o espaço público da cidade: no dia 19 de setembro de 2008, militantes em favor da liberdade religiosa usaram a cor branca, do orixá Oxalá, não apenas nos trajes, mas para “vestir” árvores da Praça da Sé (no centro de Salvador) à Lagoa do Abaeté, no bairro de Itapuã, com tecidos brancos utilizados nos rituais de candomblé, chamados de Ojás. No início da manhã, o Coletivo de Entidades Negras (CENBRASIL) começou a Alvorada dos Ojás junto a uma cajazeira centenária, realizando um ato litúrgico no local. Baianas dançaram e músicos tocaram os instrumentos

usados nos rituais. Também leram um manifesto contra a intolerância e pela liberdade de culto, assinado por representantes de mais de mil terreiros de Salvador e outros 40 municípios baianos (Jornal A Tarde, 20/9/2008).

No âmbito das pesquisas realizadas pelo Grupo TERRACULT – Territórios da Cultura Popular (DGEO/MGEO-UFBA)¹⁰, durante as filmagens do vídeo “Lavagem de Itapuá: Cem anos de Tradição” (BRITO; SERPA; CATHALA, 2007b), Jaciara Santos dá sua versão sobre a festa popular: “A festa nada mais é que a demonstração do fato de que o povo do candomblé é tolerante, respeita e convive com as outras religiões. Essa mistura é importante para a gente saber conviver com o plural, com o diferente, mostra que nós somos abertos”.

Preocupada com a manutenção da tradição, diz que o trio elétrico e os blocos de trio mudaram muito a festa, acha que o sagrado pode ir às ruas de forma simples e de afirmação, ir para uma festa assim é “demonstrar que o sagrado ainda está presente no candomblé, é mostrar o lado mágico, sem levar o litúrgico do terreiro para as ruas”. Para Jaciara Santos, falta informação sobre a festa, que poderia ser algo grandioso, “apoteótico”, já que a lavagem não é uma “festa qualquer”, não é carnaval ou somente samba e pagode:

Há todo um preparo, não é só vestir a roupa e ir lavar a igreja. Esse lado não é contado. A gente tenta deixar vivo esse lado da preparação, antes de ir lavar a igreja. O bairro de Itapuá tem muitos terreiros, com ialorixás antigas que não podem se locomover até a festa. A gente poderia fazer um trabalho em cima disso, de levar as ialorixás mais idosas para a lavagem.

¹⁰ O Grupo de Pesquisa TERRACULT: Territórios da Cultura Popular originou-se, no ano de 2004, das pesquisas desenvolvidas no Grupo Espaço Livre, buscando aprofundar a análise das manifestações culturais em bairros populares de Salvador, a partir da operacionalização dos conceitos de Território e Identidade Cultural. Visa-se a médio prazo inventariar as manifestações culturais em áreas de urbanização popular em Salvador como subsídio para a produção de vídeos-documentário. Os oito vídeos que compõem a série “Territórios da Cultura Popular” procuraram priorizar os depoimentos dos moradores mais envolvidos nas manifestações, transformados em guias de uma rica viagem pelo universo da cultura popular, que começa com o Volume I, no bairro de Plataforma, com a Mariscagem (Nós temos maré), segue para a Lavagem/Procissão de São Brás (São Brás: Entre o sagrado e o profano), para chegar ao bairro da Ribeira, com a Segunda-feira Gorda (Saudades da Segunda-feira Gorda) e as Regatas (Regatas: Entre Tradição e Modernidade). No Volume II, o inventário das manifestações da cultura popular tem continuidade no rico universo das tradições afro-brasileiras, focando a atuação do bloco Ilê Aiyê no bairro do Curuzu (Beleza Negra), seguindo para os bairros de São Tomé de Paripe, com o Bumba-meu-Boi no Dia de Reis (Boi Estrela), e de Itapoá, com a Lavagem das escadarias da Igreja de Nossa Senhora da Conceição (Lavagem de Itapoá: Cem anos de Tradição), finalizando a viagem no bairro de Paripe, com a Rádio Comunitária Maré FM (Nas ondas da Maré-FM).



Fonte: Jornal A Tarde

Figura 12. Ojás foram usados como símbolo contra a intolerância religiosa, no Dique do Tororó. Ao fundo, esculturas em fibra de vidro de Orixás do candomblé, de Tati Moreno

As festas e manifestações culturais são vistas, portanto, como um excelente momento para a politização do discurso dos terreiros do candomblé. Outros fatos recentes demonstram que há muitas idas e vindas com relação à regulamentação da atuação dos templos religiosos na cidade, como a demolição parcial do terreiro Oyá Onipó Neto, ocorrida em fevereiro de 2008. Localizado na Avenida Jorge Amado, no bairro do Imbuí, área de residência de população de classe média, o terreiro teve sua estrutura parcialmente destruída por agentes da Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município (SUCOM). Sem a posse do terreno, os agentes municipais alegaram a falta de permissão para funcionamento da casa de candomblé.



Fonte: Jornal A Tarde

Figura 13. Alvorada dos Ojás junto a uma cajazeira centenária na Praça da Sé: Ato litúrgico contra a intolerância religiosa

O fato provocou a mobilização de entidades do movimento negro e de líderes religiosos, que foram em passeata do Campo Grande à Praça Municipal, em 5 de março de 2008, para pressionar a prefeitura a rever a decisão, exigindo a imediata reconstrução do terreiro, bem como o ressarcimento dos objetos quebrados durante a ação da SUCOM. Houve, inclusive, manifestações da Secretaria de Reparação da prefeitura em favor do terreiro, o que ocasionou a exoneração da superintendente da SUCOM (Jornal A Tarde, 6/3/2008).

Mais recentemente, o terreiro da Casa Branca, um dos mais tradicionais da cidade, foi surpreendido com a cobrança de IPTU pela Secretaria Municipal da Fazenda, com a ameaça de arrestação pela justiça de todos os seus bens, caso a “dívida” de R\$ 840 mil não fosse imediatamente paga. O terreiro, tombado em 1986 pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN –, reagiu às ameaças e, mais uma vez, a Secretaria Municipal de Reparação articulou um movimento pela isenção de pagamento do imposto para os terreiros da cidade. Na verdade, isso não representa nenhuma concessão aos templos religiosos, já que o artigo 150 da Constituição Federal veda a instituição de quaisquer impostos que incidam sobre templos de qualquer culto (Jornal A Tarde, 26/6/2008).

CONCLUSÃO

Cabe ainda responder, ao final deste artigo, uma questão colocada na introdução: As ideias de cultura e estilos/modos de vida apresentados nas seções precedentes, os quais denominamos de ativismos socioculturais ao longo do texto, representam de fato a afirmação de conteúdos contra-hegemônicos na produção do espaço urbano soteropolitano?

Burke (2002), referenciando-se no pensamento de Gramsci, afirma que as classes dominantes não governam pela força, mas pelas estratégias (nem sempre sutis) de persuasão, às vezes indireta, fazendo com que as classes subordinadas aprendam a enxergar a sociedade pelo prisma dos governantes. Nesse contexto, o autor se questiona ainda sobre a forma de análise e operacionalização do conceito de hegemonia, de que maneira devem ser abordados tais processos, como estratégias conscientes das classes dominantes ou como uma racionalidade latente às suas ações?

Como afirmamos em outras oportunidades (SERPA, 2007a), o entendimento das estratégias de persuasão das classes dominantes passa obrigatoriamente pela discussão dos modos e dos meios de comunicação. A existência de

redes de comunicação planetária e a simultaneidade das trocas fazem desaparecer as antigas estruturas e hierarquias que, no passado, pareciam naturais (CLAVAL, 2003).

Claval (2003) se pergunta como, nessas condições, colocar em oposição o interior e o exterior? Como imaginar que o local possa se proteger das influências externas, se, com a globalização, os movimentos migratórios e a mobilidade universal das mídias, ele agora é capaz de refletir também aquilo que se passa do outro lado do planeta? Como distinguir, dentro do imenso espaço universalista das culturas, as esferas da ordem próxima, frente às quais estamos mais implicados em termos de direitos e deveres?

Vimos, nas seções precedentes, que alguns agentes e grupos protagonistas dos ativismos socioculturais aqui apresentados estão cientes da importância dos meios de comunicação para disseminação de suas ideias de cultura e estilos de vida, como o bloco afro Ilê Aiyê, por exemplo. Grande parte das vitórias conseguidas pelo movimento negro na Bahia e pelos terreiros de candomblé deve-se justamente à ampliação de sua atuação para além dos espaços das redes primárias de sociabilidade/solidariedade nos bairros populares, muitas vezes com o apoio da mídia impressa e dos demais meios de comunicação da cidade, incluindo o rádio e a televisão. Esse é o caso precisamente da luta contra a intolerância religiosa, protagonizada por Mãe Jaciara. Vale a pena citá-la mais uma vez:

Ir às ruas para a Lavagem de Itapuá é uma forma de ter a mídia a nosso favor, porque a gente sabe que, em geral, o povo de candomblé não tem espaço, que outros grupos pentecostais têm televisão, têm como falar. Eu queria ter um poder bem maior na mídia, isso que eu estou falando para você eu queria que todo o povo brasileiro pudesse ouvir e tentar mudar. Porque são tantas reuniões, tantos grupos do movimento negro e cada um fazendo uma gotinha. A gente precisava se reunir e fazer algo muito grande, essa reparação histórica necessária.

A importância dos meios de comunicação e sua apropriação pelas classes populares na capital baiana vêm sendo, aliás, o foco principal das pesquisas desenvolvidas pelo Grupo Espaço Livre de Pesquisa-Ação desde 2007. Parte-se do pressuposto de que essas práticas específicas de apropriação dos meios de comunicação, como as iniciativas que se disseminam nos bairros populares da cidade contemporânea, através, por exemplo, das rádios comunitárias e dos domínios virtuais “alternativos” da rede mundial de computadores, subvertem

– taticamente – a hegemonia cultural veiculada pelos meios de comunicação e criam entrelugares para o restabelecimento da ludicidade como valor transversal, imprimindo, inclusive, novos sentidos à ideia de centralidade (“centralidades lúdicas”, como discutido nas seções precedentes; ver SERPA, 2007c).

Considerando-se que as estratégias de concepção (e localização) dos meios hegemônicos de comunicação se dão em pequena escala, em espaços grandes e abstratos, sendo “externas” aos lugares, as táticas de apropriação desses objetos são, sobretudo, “localizadas” e próprias da grande escala, dos espaços concretos e cotidianos (LACOSTE, 1993). São as táticas que transformam e subvertem as estratégias hegemônicas de representação (SERPA, 2007a). Em tempos de desmaterialização da esfera pública, de virtualização do espaço público enquanto esfera do agir comunicacional e da ação política, nos termos colocados por Jürgen Habermas (1984) e Hannah Arendt (2000), iniciativas como as rádios comunitárias e os domínios virtuais “alternativos” da rede mundial de computadores, nos bairros populares, apontam para a possibilidade de construção de entrelugares para o encontro de diferentes, subvertendo em alguns casos as práticas das culturas dominantes e a produção de hegemonias universais.

Concorda-se aqui com Downing (2002), que a cultura popular é, sem dúvida, uma matriz genérica do que ele denomina de “mídia radical alternativa”, que se entrelaça e dialoga também com a cultura de massa comercializada e com as “culturas de oposição”. Para o autor, a matriz da mídia radical alternativa é relativamente independente da pauta dos poderes constituídos, se opondo, por vezes, a um ou mais elementos dessa pauta. Por outro lado, o termo serve para lembrar que essa mídia também é parte da cultura popular e do tecido social como um todo e não se encontra isolada, de modo ordenado, em um território político reservado e radical.

Por outro lado, é necessário também afirmar que hegemonias e contra-hegemonias dizem respeito sempre a processos identitários dinâmicos, que as hegemonias e contra-hegemonias são sempre localizadas, múltiplas e instáveis (SERPA, F., 2004). Isso é o que confere ares de novidade aos ativismos socioculturais apresentados neste texto, como uma perspectiva de uma ação política renovada, em uma esfera pública urbana mais plural e menos fechada aos grupos populares de nossas cidades.

Esses ativismos socioculturais devem ser encarados, ainda de acordo com os pressupostos de Arendt, como ação e discurso, já que “a ação e o discurso são os

modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens” (2000, p. 189). Esse é precisamente o sentido que tentamos dar aqui à análise das manifestações culturais populares de Salvador, relacionando cultura e política e operacionalizando o conceito de redes de sociabilidade/solidariedade na discussão sobre uma esfera pública urbana, que supomos, como ponto de partida, “renovada”, pela possibilidade de articulação e encontro entre diferentes ideias de cultura. Articulação e encontro que parecem embasar, enquanto valores fundamentais, a produção de conteúdos contra-hegemônicos no dia a dia dos bairros populares da cidade, em contraponto às estratégias de autoss segregação das classes médias de Salvador.

Por fim, devemos sublinhar que nos alinhamos àqueles pesquisadores que veem os ativismos sociais (ou socioculturais, como defendido aqui) como um tipo de “ação coletiva caracterizado por uma duração não-efêmera”, diferentes dos assim denominados movimentos sociais em sentido estrito, “uma modalidade particularmente crítica e ambiciosa de ativismo social” (SOUZA, 2008, p. 367). Isso serve como oportunidade também para ressaltar o caráter ainda preliminar das ideias aqui apresentadas, enfatizando a importância do conceito de redes de sociabilidade/solidariedade para análise desses ativismos, que, na Geografia Urbana, justificam uma abordagem sociocultural e espacial dessas novas formas de organização que surgem nos bairros populares de nossas cidades.

REFERÊNCIAS

- ANJOS, Juracy dos. Prefeito dá garantias a terreiros. *Jornal A Tarde*, Salvador, 6 mar. 2008. Primeiro Cadernos/Salvador. P. 8.
- ARENDT, Hanna. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- _____. *Entre o passado e o futuro*. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002. Coleção Debates/Política.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas I – Magia e técnica, arte e política*. Ensaio sobre Literatura e História da Cultura. 7. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- BRITO, Marcelo Souza; SERPA, Angelo; CATHALA, J. *Boi Estrela*. Salvador: TERRACULT/UFBA/FAPESB, 2007a. Série Territórios da Cultura Popular. V. 2. Vídeo.
- _____. *Lavagem de Itapuã: cem anos de tradição*. Salvador: TERRACULT/UFBA/FAPESB, 2007b. Série Territórios da Cultura Popular. V. 2. Vídeo.
- BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.
- CERTEAU, Michel de. *A cultura no plural*. 3. ed. Campinas: Papirus, 2003.

- CLAVAL, Paul. Modes de communication, spatialités et temporalités. In: RIO DE JANEIRO CONFERENCE: Historical dimensions of the relationship between space and culture, 1., Rio de Janeiro, 2003. *Anais...* Rio de Janeiro: International Geographical Union/Commission on the Cultural Approach in Geography, 2003.
- COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CÔRREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. P. 92-122.
- DANTAS, Marcelo. Gestão, cultura e *leadership* – o caso de três organizações afro-baianas. In: FISCHER, Tania. (Org.). *Gestão contemporânea – cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. P. 151-163.
- DOWNING, John. *Mídia radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Editora SENAC, 2002.
- ENRIQUEZ, Eugène. Como estudar as organizações locais. In: COLÓQUIO SOBRE PODER LOCAL, 6., Salvador, 1994. *Anais...* Salvador: NPGA/UFBA, 1996. P. 179-187.
- GARCIA, Antonia dos Santos. Movimentos Sociais na Cidade d'Oxum. In: LUZ, Ana Maria de Carvalho; LIMA, Paulo Costa (Org.). *Quem Faz Salvador?* Salvador: Pró-Reitoria de Extensão da UFBA/EDUFBA/ Prefeitura Municipal de Salvador, 2002. P. 251-257.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- KELLER, Suzanne *El vecindario urbano: una perspectiva sociológica*. 2. ed. México: Siglo XXI Ed., 1979.
- LACOSTE, Yves. *A Geografia – Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 3. ed. Campinas: Papirus, 1993.
- LEFEBVRE, Henri. *La revolución urbana*. Madrid: Alianza Editorial, 1983.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LIDERANÇA com toques de ousadia. *Jornal A Tarde*, Salvador, 22 fev. 2004. Cadernos Emprego & Mercado.
- MITCHELL, D. Não existe aquilo que chamamos de cultura: Para uma reconceitualização da ideia de cultura em Geografia. *Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 8, p. 31-51, ago./dez., 1999.
- OLIVEIRA, Meire. Terreiros cumprem papel social em suas comunidades. *Jornal A Tarde*, Salvador, 12 mai. 2007. Primeiro Caderno/Salvador. P. 14.
- RAMOS, Cleidiana. Solidariedade do Candomblé. *Jornal A Tarde*, Salvador, 30 jul. 2006. Primeiro Caderno/Salvador. P. 13.
- _____. Condenação inédita no país. *Jornal A Tarde*, Salvador, 20 set. 2008. Primeiro Caderno/Salvador. P. 4.
- SANTANA, Marilu Matos de; SERPA, Angelo. Territorialização das manifestações culturais em bairros populares de Salvador: regatas e mariscagem. In: SERPA, Angelo (Org.). *Cidade popular – Trama de relações socioespaciais*. Salvador: EdUFBA, 2007. P. 99-116.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Metodologia das redes no estudo das ações coletivas e movimentos sociais. In: COLÓQUIO SOBRE PODER LOCAL, 6., Salvador, 1994. *Anais...* Salvador: NPGA/UFBA, 1996. P. 165-176.
- _____. Redes Sociais: Trajetórias e Fronteiras. In: DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). *Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2005. P. 29-50.

SERPA, Angelo. Experiência e vivência, percepção e cultura: uma abordagem dialética das manifestações culturais em bairros populares de Salvador. *Ra'e ga – O Espaço Geográfico em Análise*, Curitiba, n. 8, p. 19-32, 2004.

_____. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007a. 208 p.

_____. (Org.) *Cidade popular – trama de relações socioespaciais*. Salvador: EdUFBA, 2007b. 306 p.

_____. A Cidade e o Urbano: Discutindo o Conceito de Centralidades Lúdicas. *Espaço e Geografia*, Brasília, v. 10, p. 265-278, 2007c.

SERPA, Felipe. *Rasquinho digital*. Diálogos com Felipe Serpa. Salvador: EDUFBA, 2004.

SOARES, Bruno Carvalho; SERPA, Angelo. A realidade das manifestações culturais nos bairros populares de Salvador: Festa de Reis, Bumba-meu-boi, Berimbalada e Ilê Aiyê. In: SERPA, Angelo (Org.). *Cidade popular – trama de relações socioespaciais*. Salvador: EdUFBA, 2007. P. 117-134.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 140-172, 1989.

_____. Ativismos sociais e espaço urbano: Um panorama conciso da produção intelectual brasileira. In: OLIVEIRA, Márcio Piñón de; COELHO, Maria Celia Nunes; CORRÊA, Aureanice de Mello (Org.). *O Brasil, a América Latina e o mundo: espacialidades contemporâneas (II)*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008. P. 367-384.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difusão Editorial S/A, 1980.

VIA Náutica atrai novos investimentos. *Jornal A Tarde*, Salvador, 8 jul. 2001. Primeiro Caderno/Salvador.

VILLASANTE, Tomás. Metodologia dos Conjuntos de Ação. In: FISCHER, Tania. (Org.). *Gestão contemporânea – cidades estratégicas e organizações locais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1996. P. 37-51.

VIRILIO, Paul. *A bomba informática*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

WEINSTEIN, Mary. Cobrado IPTU da Casa Branca. *Jornal A Tarde*, Salvador, 26 ju. 2008. Primeiro Caderno/Salvador. P. 4.

Recebido em: 06/02/2009

Aceito em: 23/03/2009

PROYECCIÓN TERRITORIAL COMUNITARIA EN LA CIUDAD DE MÉXICO: EL CASO DEL MOVIMIENTO URBANO POPULAR

EFRAÍN LEÓN HERNÁNDEZ

Facultad de Filosofía y Letras
Universidad Nacional Autónoma de México
efrainleon@prodigy.net.mx

KATIA MEAVE FERNIZA

Estudiante de la Facultad de Economía
Universidad Nacional Autónoma de México

ALAIN RAMOS GARCÍA

Facultad de Economía
Universidad Nacional Autónoma de México

RESUMEN

El siguiente trabajo tiene como objetivo proponer el concepto de Proyección Territorial Comunitaria como componente de análisis y acción política, con el objetivo de concebir los movimientos sociales y comunidades organizadas desde su capacidad de planeadores territoriales del espacio rural y urbano. Esto permitirá una aproximación a las diferentes problemáticas que enfrentan dichas organizaciones, así como, las estrategias organizativas y objetivos políticos con los que reaccionan. Todo lo anterior a partir de una recopilación de diferentes experiencias de organizaciones pertenecientes al Movimiento Urbano Popular (MUP) en la Ciudad de México.

PALABRAS-CLAVE: Ciudad de México. Movimientos sociales. Proyección territorial comunitaria.

PROJEÇÃO TERRITORIAL COMUNITÁRIA NA CIDADE DO MÉXICO: O CASO DO MOVIMENTO URBANO POPULAR

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo propor o conceito de Projeção Territorial Co-

munitária como componente de análise e ação política, com objetivo de conceber os movimentos sociais e comunidades organizadas desde sua capacidade de planejadores territoriais dos espaços rural e urbano. Isto permitirá uma aproximação com as diferentes problemáticas que enfrentam as ditas organizações, assim como as estratégias organizativas e os objetivos políticos contra as quais reagem. Todo o anterior, a partir de uma reunião de diferentes experiências de organizações pertencentes ao Movimento Urbano Popular (MUP) da Cidade do México.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade do México. Movimentos sociais. Projeção territorial comunitária.

GRASSROOTS SPATIAL DESIGN IN MEXICO CITY: THE CASE OF THE *MOVIMIENTO URBANO POPULAR*

ABSTRACT

The purpose of this paper is to present the Grassroots Spatial Design concept as a part of a specific approach both to scientific analysis and to political action, with the aim of conceiving the social movements and organized communities from the viewpoint of their capacity as grassroots planners of both rural and urban spaces. This will allow an approach to the different troubles which these organizations must face, as well as to the organizational strategies and political goals to which they react. All of this is done here on the basis of an analysis of different experiences of organizations belonging to the *Popular Urban Movement* (MUP) in Mexico City.

KEY WORDS: Mexico City. Social movements. Grassroots spatial design.

*... nosotros decidimos que no queríamos que cruzara una avenida por aquí, porque nos iba a separar, porque nos iba a dividir... porque un espacio así limitaría nuestra vida comunitaria.
Malena Ferniza (Movimiento Urbano Popular¹)*

INTRODUCCIÓN

La Ciudad de México o zona metropolitana de la Ciudad de México (ZMCM)², es una de las urbes más complejas y contradictorias del planeta. Su espacialidad, resultado de la cristalización de un sin número de prácticas e intereses particulares de clases, se ha constituido en un gigantesco mosaico material e inmaterial de formas y funciones con diversas profundidades históricas (SANTOS, 2000). Es, trayendo la noción utilizada por Marcelo Lopes de Souza (2006), un complejo y enorme tejido socio-político-espacial urbano fragmentado, portador de las tensiones y contradicciones de los grupos sociales que la constituyen.

El espacio urbano de la Ciudad de México es la cristalización de una diversidad de proyectos políticos particulares de espacialidad y espacialización social superpuestos entre sí. Portador entonces de un cúmulo de territorialidades urbanas, es decir, de territorios³ que surgen de múltiples direcciones políticas, que definen nuevas formas y funciones espaciales en su constante proceso práctico y político de territorialización. Una multiterritorialidad⁴, o geograficidad urbana,

¹ Agradecemos la confianza que nos brindaron compañeros de organizaciones del Movimiento Urbano Popular en la Ciudad de México y de la comunidad de inmigrantes indios oaxaqueños. Sin ella, sin su experiencia y ejemplo en la lucha territorial, este trabajo carecería de sentido.

² La Zona Metropolitana de la Ciudad de México (ZMCM) es la suma de unidades político-administrativas completas que contienen el Área Urbana o zona con continuidad física de usos de suelo urbanos. Es una zona dinámica, ya que se ajusta cada periodo de acuerdo a su crecimiento. Actualmente la conforman las 16 delegaciones del Distrito Federal y 45 de los 122 municipios del Estado de México (Covarrubias, 2000).

³ Nos apoyamos de una noción de territorio que contiene tres momentos del proceso de conciencia y acción político-espacial de grupos sociales: el condicionamiento que imprime a la acción política la espacialidad material e inmaterial existente; la posibilidad de manipulación instrumental de la espacialidad social bajo una política dirigida a objetivos concretos; y como concreción de proyectos espaciales particulares.

⁴ Aquí seguimos de cerca la noción de multiterritorialidad que utiliza Bernardo Mançano Fernandes (mimeo), entre varios otros geógrafos brasileños. En ella se asume una interpretación del proceso de formación territorial no sólo como el espacio de gobernabilidad estatal, en cualquiera de sus escalas. Se incluye además una noción de existencia múltiple de territorialidades no gubernamentales ni totalizadoras, que pueden ser continuas o discontinuas, conformar un todo o una parte, pertenecer a una persona, colectivo o institución, y que tiene como rasgo fundamental ser cristalización material o inmaterial de la relación social que las produce.

que además de ser diversa, múltiple y contradictoria, es condición y resultado de la acción política de diversos grupos. Es decir, que la geograficidad material e inmaterial presente es también determinante inevitable de la re-configuración de la urbanización futura. Y por ello, mediación insoslayable de toda práctica social, siempre susceptible a ser manipulada y puesta al servicio de un proyecto político, de un interés particular de clase, grupo o individuo (LEFEBVRE, 1976).

El espacio urbano en tanto que cristalización de proyectos particulares de planeación u ordenamiento territorial, se constituye en instrumento político de poder. Proyecciones territoriales inscritas en relaciones de poder de la más diversa índole que resultan tanto de la planeación de aparatos gubernamentales, empresas y delincuencia organizada que intenta adecuar la espacialidad social a sus propios fines, como de la acción política de comunidades organizadas y movimientos de reivindicación social.

Este trabajo resalta la proyección territorial que surge de movimientos sociales y comunidades organizadas. Busca contribuir en el desarrollo de una propuesta interpretativa que permita concebir la actividad política comunitaria desde su función de agente que define su propia especialidad. Una alternativa interpretativa desde el propio movimiento social para que se descubra como actor territorializante, y no sólo territorializado.⁵ Es decir, como organizaciones sociales que comunitariamente definen acomodos, relaciones, formas y funciones espaciales, al tiempo que en diversas escalas resisten a proyecciones territoriales provenientes de grupos de poder político y económico.

Desde un diálogo con organizaciones del Movimiento Urbano Popular de la Ciudad de México, buscamos contribuir en un ejercicio que permita a esta organización social mirarse en su experiencia de planeadores o planificadores comunitarios del espacio urbano y compartirla a organizaciones hermanas de otras latitudes.

LA PRODUCCIÓN COMUNITARIA DEL ESPACIO URBANO

Como hemos mencionado, el espacio urbano de la Ciudad de México es portador y consecuencia de distintos proyectos políticos de gestión del tejido

⁵ Sobre el rol activo de los movimientos sociales en su función de agentes de “planeamiento crítico” (*planeamento crítico*), e incluso de “autoplaneamiento” (*autoplaneamento*), ver: Souza, 2006. En este libro el autor desarrolla una extensa reflexión teórico-conceptual sobre el tópico basada en estudios empíricos.

socio-político-espacial; de la gestión políticamente consciente del acomodo, la fisonomía y el metabolismo de formas y funciones espaciales, es decir, portador y consecuencia tanto de los componentes estrictamente materiales de las formas urbanas como de las funciones jurídicas, comunicativas y simbólicas que las con-forman y dinamizan. En estricto sentido portador de proyecciones territoriales múltiples, en tanto que proyectos políticos particulares de reconfiguración del tejido socio-político-espacial. Proyectos territoriales que a su vez contienen estrategias políticas, sus propias contradicciones internas y la práctica política necesaria para cristalizarlos, digamos ahora en sentido estricto, para geografizarlos.

En ellos se define la división territorial del trabajo, la concentración o dispersión de población por clase, grupo y/o etnia; la concentración o dispersión de la producción y el consumo; se modifican usos de suelo, se determinan servicios, áreas verdes, centros de salud y vivienda, se establecen espacios de recreación, áreas de comercio formal e informal, zonas de tolerancia para la prostitución, depósito de residuos, e incluso, zonas de delincuencia. Igualmente se define la desigualdad urbana, la exclusividad y marginación, el tipo de vida comunitaria y, en última instancia, los componentes materiales e inmateriales que resultarán abundantes o escasos de acuerdo a las necesidades de clases, dentro y fuera de la propia Ciudad de México (León, en prensa).

Desde este enfoque, la proyección territorial conjunta de la Ciudad de México no sólo está compuesta por la que implementan aparatos gubernamentales y grupos de poder económico y político, sino además por los proyectos territoriales que surgen de movimientos sociales y comunidades organizadas. La conforman entonces, un cúmulo de proyecciones territoriales comunitarias, diferenciadas de la proyección territorial que ejercen aparatos gubernamentales, capital privado y delincuencia organizada.

Una proyección territorial comunitaria – no siempre contrapuesta a la propuesta gubernamental –, que muestra su especificidad: al impedir proyectos territoriales del gobierno, de empresas y delincuencia organizada; al instrumentarlos para su propio beneficio; y al producir, desde sus propias necesidades, nuevas territorialidades comunitarias (GONÇALVES, 2002).

Nuevas relaciones socio-político-espaciales que no necesariamente modifican formas materiales preexistentes, pero que invariablemente las refuncionalizan, que contienen diversas profundidades históricas en estrategias orga-

nizativas de lucha y resistencia y que muestran gran diversidad en las apuestas políticas alternativas para su futura territorialización. Así, mientras comunidades urbanas modifican formas y funciones espaciales mediante su acción política, definen la multiterritorialidad comunitaria urbana. Una espacialidad proveniente de un verdadero y continuo proceso de espacialización urbana, dirigido por la heterogénea acción política de movimientos sociales y comunidades en su lucha por la ciudad, en su lucha “¡por el lugar en que se vive!”⁶

LA PROYECCIÓN TERRITORIAL COMUNITARIA DEL MOVIMIENTO URBANO POPULAR EN LA CIUDAD DE MÉXICO

Plantear la posibilidad de que el movimiento social urbano pueda dirigir políticamente el proceso de producción material e inmaterial de espacialización de la Ciudad de México podría parecer un exceso, más aún si consideramos la magnitud de esta megaurbe y sus múltiples problemas. Demostrar que dicho movimiento no sólo tiene la capacidad potencial para hacerlo, sino que en los hechos lo viene haciendo, implica un reto aún mayor.

El Movimiento Urbano Popular (MUP) es en realidad un enorme frente de organizaciones sociales urbanas que tejen su identidad política en la lucha por la obtención de vivienda popular digna. Sumamente heterogéneo en el resto de sus objetivos políticos, el MUP muestra además una amplia diversidad tanto en sus estrategias, como en el grado de independencia respecto a otros gremios y sectores, incluyendo el gubernamental.

En este frente participan varias organizaciones sociales locales, que luchan por crear alternativas educativas populares, organizaciones de vecinos y de vendedores en el comercio formal e informal,⁷ participan también organizaciones de inmigrantes indios de diversos puntos del país que mantienen vínculos con sus lugares de origen; y organizaciones con presencia nacional, que además actúan políticamente en otros movimientos como el campesino y el sindical.

Esta diversidad en formas y escalas de actuación hace que el MUP pueda manifestarse, no sólo como un frente que contiene un número importante de

⁶ Lema de lucha y resistencia en contra de la urbanización salvaje de comunidades asentadas al sur de la corona de pueblos y ciudades que circundan la Ciudad de México.

⁷ Cuando hablamos de comercio formal nos referimos al que se encuentra regulado por las leyes mexicanas; el caso del comercio informal refiere fundamentalmente el de vendedores ambulantes y todos aquellos que no tienen regulada su actividad económica, mas no por ello delictiva como la venta de drogas.

organizaciones con agendas políticas diversas – expresión de su diversidad y riqueza política –, sino también con capacidad de actuación en distintas escalas de acuerdo a su correspondencia gremial y presencia local, estatal o federal. Lo cual implica – potenciándolo a futuro –, capacidad real de incidencia en la política territorial gubernamental y de generación de proyectos territoriales propios.

Sin embargo, la importancia que la obtención de vivienda tiene para este frente ha sido aprovechada para “corporatizar” algunas de sus organizaciones, mediante la compra de líderes corruptos y/o buscando la instrumentación partidaria del movimiento. Proceso de “clientelismo político”⁸ estatal, de compra política del movimiento a cambio de favores. Lo que no debe confundirse con la cercanía o correspondencia que algunas organizaciones de este frente mantiene con el gobierno local, mismas que se han mostrado en la aplicación gubernamental de estrategias de ordenamiento territorial impulsadas por el movimiento.

Hay que decir que la proyección territorial comunitaria no refiere de ningún modo a la que surge de organizaciones corporativizadas por aparatos gubernamentales, independientemente que la gente que participa en ellos pueda verse beneficiada con vivienda digna y que se constituyan en portadoras de espacialidad e incluso de proyecto territorial propio.

Por lo anterior es que la proyección territorial comunitaria que surge del MUP tiende a ser contradictoria y no libre de tensiones. En realidad, sería un error pensar que este frente se constituye como actor político homogéneo en su proyección territorial, más allá de la heterogeneidad de intereses, estrategias de lucha y del corporativismo político de algunas de sus organizaciones.

En primer lugar, los integrantes y organizaciones del movimiento entienden de maneras muy distintas su territorio, en ciertos sentidos nociones complementarias pero en otros contrarias e incluso contrapuestas. Consecuencia de ello, una diversidad amplia de momentos en los que la espacialidad urbana está presente en la definición de sus objetivos y acciones políticas.

En realidad, la espacialidad urbana del complejo tejido socio-político-espacial urbano y la territorialización o espacialización políticamente dirigida por el movimiento urbano, no siempre se encuentra en su agenda política. No

⁸ Sistema político extraoficial de intercambio de favores en el que interviene la función pública dando concesiones a cambio de apoyo político de diversas índoles.

obstante, es importante subrayar, que esta ausencia no sugiere que su acción política deje de ser constantemente determinada por la espacialidad urbana material e inmaterial vigente, ni mucho menos que su propia lucha y resistencia no traiga consigo la reconfiguración de esta especialidad. Se trata solamente de heterogeneidad en la conciencia espacial dentro de la actividad política de cada una de las organizaciones del MUP, de las repercusiones que la espacialidad establecida acarrea en su acción y de la posibilidad de instrumentar la espacialidad urbana para ponerla a su servicio.

Dos casos ejemplares de proyección territorial comunitaria del MUP, son los que desarrollan en las colonias “El Molino” y “Los Frentes”, ambas ubicadas en la delegación Iztapalapa en el extremo oriente del Distrito Federal. Estas colonias son grandes asentamientos en los que participan varias organizaciones del MUP y que durante más de 25 años de lucha han transitado ya por varias etapas en la proyección comunitaria de su territorio. Mismas que van desde lucha por suelo y vivienda, hasta trabajo político por definir espacialmente infraestructura urbana comunitaria como mercados, centros deportivos y de reunión, plazas públicas, centros de agricultura urbana, etc. Lo cual no quiere decir que en estas colonias la lucha por vivienda haya concluido, pues en ambos casos se mantienen “acampamentos” o asentamientos de vivienda provisional.

En estas colonias la gestión territorial comunitaria va más allá de la refuncionalización de formas materiales ya existentes. Se construye y reconfigura materialmente el espacio urbano como proyecto territorial propio del movimiento conforme se construye vivienda. Se definen emplazamiento y acomodo de lugares destinados a la habitación así como a la vida comunitaria. Pero al mismo tiempo, se refuncionalizan los ya existentes, se parte de la traza urbana, de las avenidas y calles e incluso de centros productivos y comerciales ya establecidos, pero se dinamizan de manera distinta. En muchos de los casos, mientras se refuncionalizan los espacios en su dinámica inmaterial propia al movimiento, se construyen las condiciones para redefinir materialmente su forma espacial. No bajo control o gestión gubernamental, sino de acuerdo a la propia necesidad comunitaria expresada en asambleas de colonos, es decir, desde la definición del uso que se le dará al espacio urbano que surge de discutir colectivamente las necesidades que les son comunes.

Caso paradigmático representa la lucha desarrollada en la colonia de El Molino. En ella se expresó con claridad la pugna geopolítica entre el MUP y

el gobierno por cristalizar propuestas territoriales distintas. Mientras el plan de desarrollo urbano de la entonces regencia del Distrito Federal⁹, incluía en la proyección de la traza urbana la construcción de una avenida de cuatro carriles y camellón central, que pasaba justo por el corazón de la colonia, las organizaciones que ahí habitaban tenían en mente un uso distinto para ese espacio. Como para ellas la construcción de esta avenida implicaría la fractura de su tejido social y político, mediante la resistencia organizada acompañada de un proyecto territorial establecido desde la propia comunidad, lograron frenar su construcción y destinar el espacio para equipamiento urbano que la comunidad consideró necesario. Se construyeron mercados, centros productivos, culturales, deportivos y diversos proyectos comunitarios como el de agricultura urbana. Hay que decir además que la avenida propuesta desde la regencia del Distrito Federal no se constituía como una arteria fundamental para la vialidad urbana local, ni regional, ya que no conectaría la zona con ninguna arteria principal.

ACTUALIDAD TERRITORIAL DEL MOVIMIENTO URBANO POPULAR

El estado actual de crecimiento caótico de la Ciudad de México refiere una verdadera situación de urbanización salvaje – situación caracterizada así por Andrés Barreda¹⁰, de acuerdo a los rasgos que la urbanización neoliberal ha adquirido en este periodo de capitalismo salvaje –. Esta situación, resultado de la desregulación de todas las actividades económicas públicas y privadas de la ciudad, característica de la política económica neoliberal vigente desde las últimas dos décadas del siglo pasado, ha repercutido en un desbordamiento de problemáticas urbanas que enfrentan movimientos sociales y comunidades organizadas. Es cada vez más alarmante el crecimiento desordenado y desmedido de la ciudad, el incremento de espacios de autosegregación y exclusividad para clases privilegiadas junto con el abandono gubernamental cada vez mayor de innumerables áreas de marginación, que además facilita el arribo de la delincuencia organizada. El abandono de políticas públicas, que favorecían la

⁹ Hasta antes de 1990, el gobierno o regencia del Distrito Federal, era impuesto a sus habitantes directamente desde el poder Federal. Sólo desde esta fecha comenzó un nuevo periodo en la administración pública donde su gobierno es electo democráticamente.

¹⁰ Director del Centro de Análisis Social, Información y Formación Popular, A. C. (CASIFOP).

construcción de vivienda popular de manera autogestionada, ha fortalecido la proliferación de espacios exclusivos como en el centro histórico, mientras que en la periferia urbana trae consigo la masificación de unidades habitacionales que propician hacinamiento y escasez de recursos. La desregulación del transporte público, aunado a su poca eficiencia, trae consigo la saturación de vialidades e incremento de contaminación atmosférica. El cambio de hábitos de consumo dirigido por la expansión de centros comerciales destruye economías locales, y sumado a la desregulación productiva y comercial acarrea la proliferación de tiraderos a cielo abierto – legales y clandestinos –, que ocasionan verdaderas epidemias de enfermedades infecciosas y degenerativas que en muchos casos llegan hasta el cáncer y mutaciones genéticas. Frente a este escenario de espacialidad urbana salvaje, correspondiente a la ciudad neoliberal latinoamericana, es que se decantan proyectos territoriales comunitarios en su lucha geopolítica entre clases: en su lucha geopolítica comunitaria, en tanto que lucha entre clases por los espacios urbanos, por la espacialización comunitaria de la Ciudad de México.

Por otro lado, la cada vez más violenta y penetrante idea idílica del bienestar urbano, según se promueve, resultado inevitable del crecimiento y desarrollo económico de cualquier país, ha definido una situación aún más complicada para inmensos sectores de población india. Se niega su cultura bajo el supuesto de representar figuras atrasadas que no acompañan el progreso de la urbanización mestiza, se niegan sus usos y costumbres, tradiciones ancestrales, fiestas, hábitos cotidianos y formas de toma de decisiones. Así, mientras se subordinan sus necesidades a la lógica urbana de individualización y privatización de espacios, en el mismo grado se destruyen sus lazos comunitarios y formas indias de vida.

Felizmente no todo es desarticulación de lazos comunitarios y destrucción de condiciones materiales de reproducción social: desde las organizaciones urbanas, mestizas e indias, autóctonas e inmigrantes, que hacen parte total o parcialmente del MUP, también se desprenden proyectos territoriales alternativos a la espacialidad salvaje de la Ciudad de México.

Presentamos aquí tres casos que pensamos muestran la especificidad territorial de las problemáticas que actualmente enfrentan las organizaciones del MUP en el contexto de crisis neoliberal de la ciudad latinoamericana. Tres casos que responden a realidades particulares que impone la espacialidad urbana

conjunta de la Ciudad de México a las organizaciones de Movimiento Urbano Popular: el proceso de densificación y revalorización económica del Centro Histórico de la ciudad, expresado en lenguaje académico y político como “Rescate del Centro”; la especificidad que adquiere en la periferia urbana el proceso de subordinación de la ciudad neoliberal sobre el campo; y la especificidad que adquieren las formas organizativas en la que participan inmigrantes indios – en consideración de la complejidad y diversidad interna de estas organizaciones, para este trabajo se ha rescatado sólo la experiencia de proyección territorial de comunidades indias provenientes del estado de Oaxaca.

La densificación del centro de la metrópoli

Los planes de reordenamiento territorial del gobierno federal y local para la Ciudad de México incluyen el fortalecimiento de su función de corazón financiero del país. En su forma espacial esta función se cristaliza en el corredor comercial y financiero Santa Fe-Reforma y su pretendida prolongación hasta el centro histórico de la capital – al menos en esta etapa, ya que el proyecto propone la construcción de varios corredores comerciales y turísticos más en toda la ciudad. En estos planes, el centro de la Ciudad de México se proyecta como un espacio reservado para la vida comercial, social y cultural de la pequeña y gran burguesía nacional e internacional. Tal como actualmente sucede en la mayor parte de las ciudades importantes de los países periféricos donde se aprecia la especificidad latinoamericana del supuestamente neutral e incluyente “rescate” de los centros urbanos – o gentrificación –¹¹ para su posterior uso democrático.¹²

¹¹ “Gentrificación” procede de la palabra inglesa *gentry*, que refiere a la baja nobleza. En su uso conceptual, esta noción hace referencia al aburguesamiento de regiones centrales de las ciudades. Proceso que se define cuando un barrio de clase popular, que ha sufrido una situación previa de abandono y degradación, vive un proceso de revalorización económica. La cual implica la expulsión de sus habitantes tradicionales y su sustitución por habitantes de clases medias y altas.

¹² Bajo el supuesto del abandono y hasta vaciamiento poblacional de los centros de las grandes ciudades, normalmente es expresado en el lenguaje académico y político como “rescate” de los centros históricos para su revalorización económica y uso ciudadano incluyente. No obstante, desde la perspectiva de la lucha comunitaria, este supuestamente neutral y democrático “rescate” de los centros históricos, es el rescate del espacio actualmente usado por los pobres para uso y disfrute de la burguesía. Desde la perspectiva de la geopolítica comunitaria surgen las siguientes preguntas: de qué o quién se pretende rescatar este espacio; para qué usos y en beneficio de que sectores sociales se realiza; cuáles son las estrategias para implementar este supuesto rescate y para resistirlo; y cuáles son las consecuencias de esta lucha geopolítica entre clases sociales.

Desde el año 2000, el proyecto territorial del gobierno de la Ciudad de México incluye una política de redensificación poblacional de la zona centro. Conocida con el nombre de Bando 2, la política urbana de la ciudad promovía la construcción de vivienda en las delegaciones centrales y restringía el crecimiento urbano en las periféricas (TAMAYO, 2007). No obstante, la implementación de leyes que prohibían el crecimiento de las delegaciones periféricas desencadenó la especulación, incrementó la renta y el costo del suelo e inmuebles en el centro de la ciudad, lo que ocasionó que sólo sectores de alto nivel adquisitivo tuvieran acceso a esta área. En complemento a estas normas, el gobierno capitalino eliminó partidas presupuestales destinadas a apoyar la adquisición de suelo. Medida que también limitó a organizaciones populares en su capacidad para adquirir terrenos y la posterior construcción de vivienda, ya que dependían de estos recursos.

El resultado práctico de la implementación de esta política es que la iniciativa privada es quien realmente capta los recursos gubernamentales para construir vivienda. Al separar en los programas gubernamentales la compra de suelo de la construcción de vivienda, la iniciativa privada se vio beneficiada por ser la única con capacidad real de compra de tierra. Como en las nuevas leyes la propiedad de suelo es condición para recibir créditos y subsidios para construir vivienda, la industria inmobiliaria se convirtió en los hechos en la única con capacidad real para captar los recursos provenientes de los ahorros de los trabajadores, y única beneficiada también de los subsidios que el gobierno otorga para la adquisición de vivienda de interés social.

Pero el proyecto territorial para el centro de la Ciudad de México no se materializa sobre un espacio vacío, ni mucho menos neutral. Desde hace más de quinientos años esta región de la ciudad ha sido un importante núcleo político con alto valor socioeconómico para muchos grupos y clases sociales. En ella, actualmente se reproducen una serie de relaciones sociales que la han funcionalizado como lugar de comercio para toda la población. A mitad del siglo pasado el centro histórico de la Ciudad de México dejó de preocupar al aparato gubernamental. El proceso de industrialización del país trajo consigo la valorización productiva, comercial y habitacional de otras regiones de la ciudad, por lo que al tiempo que las clases acomodadas abandonaban el centro para instalarse en otras regiones, ingresaba población inmigrante de diversos puntos del país. Así, el cambio de política económica del país de la segunda mitad del siglo

pasado trajo consigo una nueva territorialidad del centro histórico definida y cristalizada por clases populares, tanto de las que ya se encontraban ahí como de reciente llegada. La salida del centro histórico de las clases acomodadas y el incremento de la migración que llegaba a la zona, consecuencia también del abandono económico del campo en el periodo de impulso nacional a la industria, propició el fortalecimiento de una multiterritorialidad urbana de clases populares en esta zona de la ciudad.

Como resultado del abandono gubernamental, las condiciones de vida de los nuevos habitantes y comerciantes del centro de la ciudad eran verdaderamente precarias, pues los edificios en los que vivían o trabajaban sufrían daños que no eran atendidos ni por los propietarios, ni por el gobierno federal o local. Dadas las características arquitectónicas de las construcciones que facilitaban el hacinamiento, se convirtieron paulatinamente en casas con múltiples viviendas de relativamente fácil acceso económico, es decir, en vecindades. En ellas se concentró un número muy alto de familias con poca o nula capacidad de pago. Además, por el bajo costo de renta de estas viviendas, las vecindades atraían a la gente que emigraba de todo el país con la esperanza de encontrar un empleo, así, mientras se hacía cada vez más visible el abandono gubernamental en la falta de servicios, se concentraba un número cada vez mayor de personas con trabajo precario o sin trabajo.

De este nuevo poblamiento surgieron viviendas que se caracterizaron por tener condiciones de verdadero hacinamiento y que, debido a la insuficiencia de servicios, se convirtieron en espacios insalubres e inseguros. Estos espacios estaban habitados por personas que se dedicaban a distintos oficios por lo que, generalmente, carecían de seguridad social y legal. La falta de empleo y la precarización de sectores importantes de la sociedad mexicana, junto a la tradición comercial milenaria en el centro de la ciudad, propició que las calles de esta zona se llenaran paulatinamente de comercio ambulante. Forma de vida que fue creciendo hasta constituirse en actividad económica esencial para un sector importante de los pobladores del centro. Actividad que difícilmente puede separarse del espacio de vivienda, ya que muchos de ellos viven en el mismo espacio que funciona de almacén de los productos que ofrecen.

En algunas de estas vecindades aún coexisten costumbres rurales y urbanas que generaron una identidad comunitaria particular. Se conservan y reproducen fiestas, costumbres y lazos de parentesco propios de la vida rural campe-

sina que conviven con formas de empleo y consumo características de la vida urbana. Caso ejemplar es el barrio de Tepito, localidad de arraigo de comercio popular prehispánico localizada en el corazón de la Ciudad de México en la que existen tradiciones y conciencia territorial comunitaria urbana de mucho arraigo, propias de la comunidad.

A partir de que se implementó el plan gubernamental de reordenamiento territorial en la última década, en el centro histórico nuevamente se muestra la tensión territorial de clase que surge en los distintos proyectos de uso del espacio urbano: el que representa la administración pública y el que se constituye desde la gente que ya lo habita.

Dos ejemplos concretos que funcionalizan el espacio urbano con sentido de clase diferenciado son el comercio y la vivienda. En el primer caso, se aprecia como en el programa de territorialización propuesto por el gobierno esta zona se proyecta como enclave de comercios y establecimientos de bienes de lujo, mientras que los pobladores así como los comerciantes locales lo conciben más en su actual forma y función que permite el empleo comercial y la distribución de mercancías para el pueblo, es decir, desde una territorialidad que permite reunir mercancías de bajo costo en un espacio de fácil accesibilidad para la mayor parte de la población de la ciudad. La dificultad para adquirir vivienda, descrita líneas arriba, muestra como la gente que habita esta zona no tiene la posibilidad económica para mantenerse en el lugar. Como no puede adquirir una de las nuevas propiedades por su elevado costo, ni puede permanecer en las que actualmente habita dado el incremento de la renta, resulta obligada a abandonar la zona.

Este nuevo plan busca que el centro de la ciudad, bajo el argumento de la importancia histórica que representa, se convierta en una zona cultural dirigida a la clase adinerada del país y al turismo internacional. Pero en esta idea de cultura no se incluyen las formas socio-culturales de los habitantes actuales, sus fiestas, tradiciones y hábitos cotidianos. Es decir, los lazos comunitarios económicos y culturales que los definen como comunidades del centro histórico de la Ciudad de México.

Encontramos, que en la orientación que el gobierno busca dar al territorio no caben las formas de comercio existentes. El proceso dominante es la expulsión masiva de comerciantes ambulantes del centro, así como el asedio a pequeños comercios formalmente establecidos mediante el aumento de rentas. La población

que vive en esta zona y que depende del comercio como única fuente de ingresos, no solo es obligada a salir de la zona sino que al ubicarse en otras áreas ya no puede continuar con las actividades económicas que le daban sustento.

Pero existe una resistencia un tanto silenciosa a esta propuesta. Desde algunos habitantes de vecindades y pequeños grupos de comerciantes surge una propuesta territorial propia. Habitantes que se organizan para defender su permanencia en lo que ellos llaman “el pedacito de centro histórico al que tenemos derecho” y que actualmente enfrentan una ofensiva que busca reducir su fuerza política y capacidad de defensa territorial. Ofensiva cada vez más dura que busca la desarticulación de la organización comunitaria mediante compra de líderes, amedrentación y represión directa.

Tal es el caso de la vecindad de Artículo 47, un edificio dañado que nunca fue atendido por nadie y ahora que su valor se ha incrementado significativamente, muchos reclaman como propio, por lo que se pretende expulsar a sus actuales habitantes. En este contexto los habitantes han reclamado al gobierno que expropie y repare el inmueble para que ellos puedan comprárselo en buen estado. La respuesta del gobierno fue realizar una expropiación no justificada en los tiempos legalmente estipulados, dejando a los habitantes en estado de indefensión jurídica.

Otro caso de resistencia territorial comunitaria del centro histórico es el que se da en la vecindad conocida como “Ciudad Bótica”, ubicada en el corazón del barrio de Tepito. Los habitantes de esta vecindad buscan mantenerse en el barrio y recuperar su identidad, las tradiciones que fueron minimizadas conforme el narcotráfico y el mercado negro avanzaron. Actualmente la comunidad ha conseguido obtener un crédito gubernamental para iniciar trabajos de construcción de vivienda digna, pero la comunidad tuvo que lidiar con el gobierno que pretendía convencerlos de abandonar la zona bajo el argumento de la inseguridad y la delincuencia. Así, mientras refuncionalizan las formas espaciales actuales con su organización y resistencia política, sientan las bases para modificar materialmente su propia espacialidad conforme a la proyección territorial que les es común.

Crecimiento desmedido de la Ciudad de México y la periférica urbana

A diferencia de la proyección territorial del centro de la ciudad que responde a una estrategia explícita por parte del gobierno, expresada con la idea

de rescate del centro histórico, la espacialidad de la periferia es sumamente diversa. Es en realidad un gran mosaico de proyectos territoriales particulares de diversos grupos económicos que el gobierno del Estado de México respalda intentando ordenarlos espacialmente. Proyectos de construcción masiva de vivienda popular implementados por inmobiliarias, de construcción de grandes centros comerciales para sectores altos, medios y bajos, centros que pretenden captar el consumo local para restringirlo a su oferta.

Esta lógica de ordenamiento territorial en la periferia urbana y áreas conurbanas a la Ciudad de México es resultado de la maduración de la ciudad neoliberal. Urbanización salvaje que repercute en la vida comunitaria de la periferia urbana y rural de manera diferenciada. En la urbe se destruyen economías productivas y comerciales locales y, al igual que sucede en el centro de la ciudad, se limita la construcción de vivienda popular autogestionada, sólo que esta vez masificando el espacio utilizado para la construcción de gigantescas unidades habitacionales de viviendas de mala calidad y de difícil acceso económico para la mayor parte de la población – viviendas que carecen de servicios suficientes, áreas de recreo y esparcimiento, áreas verdes y de vida comunitaria, y que propician mayor hacinamiento y precariedad. Además producto del cambio de patrón de consumo urbano y de la desregulación ambiental en México, la concentración de rellenos sanitarios, tiraderos a cielo abierto e innumerables tiraderos clandestinos que repercuten en la salud de los habitantes en enfermedades gastrointestinales y respiratorias, infecciones de la piel, cáncer e incluso casos de mutación genética.

El crecimiento desmedido y desordenado de la Ciudad de México, la ciudad más grande de América Latina, se expresa además en la zona rural con la dominación de la ciudad neoliberal al campo. Se genera presión desmedida de acuíferos, bosques y áreas naturales, se disparan procesos de conflicto por la propiedad de la tierra, de apropiación de nuevas tierras para implementar los caóticos proyectos del capital neoliberal en su periferia urbana. Así, mientras se intensifican problemas con caciques – dueños de grandes extensiones de tierra que se dedican a la especulación de tierra –, se agotan recursos naturales indispensables para la vida urbana y rural de la zona. Pero además, con el despojo de tierras y el arribo de unidades habitacionales gigantescas y centros comerciales, se desprende a la población de las condiciones materiales mínimas para mantener su vida rural comunitaria. Al tiempo que se ven imposibilitados para

continuar su vida campesina por falta de tierra y agua para la siembra, se ven obligados a vender su fuerza de trabajo – o refugiarse en el comercio informal o delincuencia – y a cubrir sus necesidades de consumo en los centros comerciales urbanos. Mismos que a su vez destruyen, como sucede en la ciudad, las redes rurales de producción y comercio comunitario.

El proceso de avance desmedido y desordenado de la ciudad neoliberal suele enfrentar a la población rural con la urbana. Al no percibir que la situación de miseria urbana y rural es resultado de la misma lógica de subordinación salvaje que ejerce la ciudad sobre el campo, las comunidades rurales suelen ver en el arribo de las urbanas el origen de sus problemas, mientras que las urbanas se enemistan con las rurales por entorpecer su arribo y en lo posible impedirles acceso a recursos vitales como el agua.

Ante este generalizado escenario en la periferia urbana de la Ciudad de México, las organizaciones del MUP se enfrentan a una situación contradictoria. Como su principal lucha es por la obtención de vivienda, se ven obligadas a decidir entre continuar con la lógica de crecimiento urbano desmedido, solo que esta vez dirigido desde las propias organizaciones, o intentar modificarlo e incluso revertirlo en reprimenda de su objetivo principal de lucha. Esta disyuntiva ha propiciado que la actividad política del MUP sea distinta en la periferia. Por un lado, se piensa en la construcción de vivienda digna y ecológica. Que también posibilite incorporar actividades productivas propias como la incorporación de proyectos de agricultura urbana, en algunos casos incluso orgánica, e intentos de tejido de redes de intercambio comercial. Con lo que se impulsa el proceso de ruralización de la ciudad como estrategia productiva alternativa y de autogestión del consumo. Proyectos que son aún más difíciles de cristalizar porque requieren de mayor inversión y de extensiones mayores de suelo.

Por el otro, las organizaciones del MUP estrechan relaciones con otras organizaciones que resisten al avance del proceso caótico de espacialización de la ciudad neoliberal. Asambleas en Defensa de la Tierra, del Agua, del Aire y del Lugar en que se vive, que dirigen acciones conjuntas en el campo y en la ciudad, sin importar si se es urbano o rural, si la politización proviene de sectores ambientalistas o sindicales o de organizaciones de barrios o colonias, superando las barreras de lo indio o no indio, respetando la vida campesina y urbana, todas mostrando un frente común que resiste a proyectos particulares

de proyección territorial de la urbanización neoliberal, mientras se reivindican las múltiples formas de vida en cada localidad.

La resistencia al avance de la urbanización salvaje, en la que se incluye la búsqueda de alternativas productivas y reproductivas comunitarias desde una lógica que no contraponga lo rural a lo urbano, respetando las diferencias tanto en formas organizativas como en objetivos de lucha, es el mayor de los retos que actualmente enfrenta el MUP junto con el resto de las organizaciones sociales y comunidades organizadas, en la lucha por una vida más digna, en su lucha por definir y cristalizar territorialidades comunitarias.

La migración india a la ciudad y su proyección territorial comunitaria

Caso particular de proyección territorial comunitaria es la que surge de organizaciones indias. En realidad estas organizaciones, sin perder identidad, hacen parte de la heterogeneidad de la que se componen las organizaciones de los casos anteriormente descritos, pero muestran especificidad en sus necesidades, objetivos políticos y en sus formas de organización y toma de decisiones. En realidad resultan tan diversas entre si según el grupo indio al que pertenecen – como lo son de organizaciones comunitarias mestizas – que hablar de una proyección india homogénea y unificada resultaría un exceso. A manera de ejemplo en este apartado referiremos sólo la experiencia de proyección territorial comunitaria de algunos pueblos indios migrantes del estado de Oaxaca.

La experiencia india de proyección territorial comunitaria, en realidad se suscribe en un abanico mayor de movimientos sociales al que desarrollan dentro del MUP. El proceso de urbanización del que hacen parte obedece a la conjunción de múltiples actores sociales. La definición de la espacialidad urbana india ha sido resultado de varios proyectos territoriales conjuntos provenientes de sectores de ejidatarios, partidos políticos, instituciones gubernamentales, así como de organizaciones sociales – total o parcialmente indias e incluso mestizas. Organizaciones estas últimas que en muchos casos vinculan más de uno de los sectores anteriores.

La presencia india en algunas organizaciones del MUP influyó decisivamente en sus formas de organización político-social y proyección territorial implícita o explícita contenida en ellas. Con sus prácticas políticas “autogestivas”, usos y costumbres ancestrales y formas de vida comunitaria, impregnaban la configuración espacial urbana refuncionalizando formas espaciales preexistentes, modificando la estructura material adecuándola a sus necesidades.

La migración de los pueblos indios de Oaxaca hacia la Ciudad de México data de las décadas de 1940 y 1950. Inicialmente establecida en el centro histórico, debido a las condiciones de hacinamiento y precariedad de viviendas así como a los altos costos de renta, en las siguientes décadas buscaron mejores condiciones de vida en la entonces periferia de la Ciudad de México. Curiosamente emplazándose justo en contrasentido al flujo migratorio en la zona oriente de la ciudad, en la delegación Iztapalapa en el Distrito Federal, y en el municipio de Nezahualcoyotl, en el Estado de México.

La urbanización del oriente de la ciudad se hizo sobre las faldas de los cerros de la Estrella y de la Tortuga, así como en la parte desecada de los antiguos lagos y pantanos de Texcoco y Chalco. Los pobladores se asentaron así sobre tierras ejidales y “tierras-aguas” nacionales de propiedad estatal, por lo que participaron del proceso de urbanización de la periferia rural de la Ciudad de México y de la disputa con el Estado por la propiedad del suelo que resultaba de la desecación del antiguo lago, una verdadera pugna política por la acumulación originaria del suelo urbano.

Con las primeras demandas de vivienda de movimientos sociales urbanos en esta zona, comunitariamente se estableció la traza urbana. Mientras los ejidatarios fraccionaban sus parcelas para la venta, al definir la forma de los lotes a partir de la anterior traza ejidal rural, definían dimensión y acomodo de los terrenos en los que se construiría la vivienda – de 130 m a 150 m en ejidos de San Sebastián y de 800 m a 1,500 m en los de Santa María Aztahuacán. Por otro lado, en el municipio de Nezahualcoyotl se desarrollaban una serie de “invasiones” a terrenos de propiedad estatal recién ganados al lago después de la puesta en operación de obras de drenaje de la Ciudad de México, ya que eran terrenos que cíclicamente se anegaban en época de lluvias. En esta área se parceló de entre 120 m, 150 m y 200 m, y aunque al inicio no se contaba con la propiedad legal, en los hechos se consiguió la posesión de terrenos no productivos recientemente liberados de sus cíclicas inundaciones. La primera forma de lucha de los movimientos urbanos se dio por el dominio legal de suelo, es decir, por la tenencia de la tierra urbana.

Una vez conseguida la propiedad legal del suelo, la forma de organización social india, definió dos territorialidades escalaramente diferenciadas y complementarias. Una, que se define por la delimitación política del territorio contiguo de las viviendas, la de los barrios o colonias, con lo que surgen organizaciones

indias de colonos urbanos. Y otra, más amplia y no contigua, que refiere una territorialidad fundada en el origen de la inmigración, con lo que se constituye en una red de asociaciones civiles de pueblos indios migrantes del estado de Oaxaca. Los miembros, se fueron agrupando también en el norte y sur de la ciudad pero mantuvieron su epicentro político en las colonias del oriente.

De hecho, la perspectiva territorial que establecen los pueblos indios fundado en su lugar de origen se encuentra en la propia comunidad desde la escala de vivienda familiar. Desde esta perspectiva, la manera particular en que cada familia dispone de su terreno no difiere a la forma colectiva en que se implican las decisiones de todos. La escala de vivienda familiar tiene como rasgo común la construcción de cuartos donde coexisten dormitorio, estudio y cocina, baño exterior, chiqueros o corrales para cerdos, pollos, guajolotes o conejos y un pedazo de tierra para plantas y/o hierbas medicinales. En la escala comunitaria, la que conforma la proyección de lo que quiere y necesita la comunidad, se decide el acomodo de escuelas, canchas de básquetbol, mercados e iglesia. Formas y funciones territoriales que se alimentan de la conciencia india, la cual prevalece en las comunidades aún después de migrar a las ciudades. A pesar de la mediación que puedan tener los gobiernos o partidos políticos en la construcción material del territorio mediante programas de asistencia social que apoya construcción de vivienda e infraestructura urbana son las comunidades organizadas en diferentes escalas quienes decidieron – y aún deciden – el proceso organizativo y productivo de territorialidad urbana.

Una segunda etapa de las organizaciones indias adheridas al MUP que comparten con el resto del movimiento, consiste en producir las condiciones mínimas de reproducción de los nuevos pobladores del oriente de la Ciudad de México: se gestionó el abastecimiento de agua, energía eléctrica y medios de comunicación y transporte. Organizados en asambleas o asociaciones de colonos, en que los indígenas participaban como parte de las organizaciones, se produjeron alternativas educativas, centros recreativos y talleres culturales que dieron origen al Centro Cultural Oaxaqueño y el Faro de Oriente, redes de abasto alimenticio y la proliferación de “tianguis”¹³ – forma de comercio prehispánico – como forma del comercio e intercambio de mercancías. También se crearon

¹³ Los tianguis representan los establecimientos de comerciantes ambulantes en las calles o avenidas de las colonias que venden distintos productos: verduras, frutas, hortalizas, abarrotes, aparatos electrónicos, ropa, zapatos, etcétera.

varias cooperativas que atendían necesidades básicas como la alimentación, salud y vestido que se encargaron de constituir los mercados y centros de salud, además de organizaciones de transporte, talleres textiles, etc. Muchas de estas últimas figuras, aunque nacieron como parte de los proyectos comunitarios de territorialización de las organizaciones indias dentro del MUP, se modificaron poco a poco hasta transformarse en entidades públicas bajo la administración municipal o estatal; posible sólo a partir de la represión, hostigamiento, desaparición de representantes y/o cooptación de los mismos.

La mayor influencia de los pueblos indios en la dinámica de la lucha urbana se da por la incorporación de sus prácticas políticas. Las asambleas son una expresión de sus formas de organización, en las que se dirimen y resuelven todos los problemas que aquejan a la comunidad mediante el consenso. Estas prácticas apuntalan la necesidad de organizarse en asambleas de barrio o de colonias para exponer y resolver problemas de la comunidad. Ahora como habitantes urbanos, promueven trabajo no sólo para regularizar la propiedad del suelo sino para hacer labores que requieran la colaboración de todos, como limpieza y mantenimiento de calles, plazas, canchas de básquetbol y espacios comunes. Trabajo comunitario al que se le destina el sábado o el domingo, conocido con el nombre de “tequio” – del náhuatl *Téquitl*, trabajo o tributo.

Las organizaciones indias de Oaxaca en el MUP acentúan el papel del trabajo comunitario y en comunidad. El cual implica la participación de todos, el ejercicio de “cargos” para el servicio de la misma, que deban ser rotativos y que fortalecen la formación y aprendizaje de cada uno de los miembros – desde los abuelos y abuelas hasta los niños y niñas. Es decir, organización en la que todos participan en y por la comunidad, no sólo como organizaciones adheridas al MUP – sea por la especificidad o etapa de la lucha o por las funciones o trabajo que tenga que realizar al interior de las mismas.

Aunque los pueblos indios compartan ciertos usos y costumbres ancestrales, son diferentes por provenir de distintas regiones del estado de Oaxaca. Lo que propicia que la producción y reproducción de su territorio sea también diferente, tanto en su lugar de origen como en los lugares donde se asientan en la Ciudad de México. En la delegación Iztapalapa y el municipio de Nezahualcoyotl destacan los pueblos de las regiones mixteca, zapoteca, mixe, cuicateca y mazateca, como las más representativas aunque también se encuentran los chinantecos, chatinos, amuzgos, chocholtecos, etc. Su diversidad cultural, así

como su preocupación por reivindicaciones identitarias también los diferencia del resto de las organizaciones del MUP. En su proyección territorial india cristalizan el vínculo con su raíz tanto en el abastecimiento de productos alimenticios de su región como el de artesanías, textiles, sombreros, bebidas, música, etc. Definen espacios de comercio para sus productos como lugares de convivencia inter y transcomunitaria. Además de la lucha por vivienda, alimentación, salud y transporte, su proyección territorial apuntala su reivindicación en tanto que pueblos indios.

Por ello, la relación del campo con la ciudad para los pueblos indios de Oaxaca, en el oriente de la ciudad, esta arraigada a la forma de vida en sus comunidades de origen, tal como su respectiva territorialidad urbana. Es el caso de los mixtecos de Tonaltepetl, Tlaxiaco, Huajuapán; los zapotecos de Ixtlán, Guelatao, Tlacolula, los chochos de Coixtlahuaca, los mixes de Tlahuiltontepec, etc., ubicados en Iztapalapa y Nezahualcoyotl. Comparten con organizaciones del MUP los problemas de una megaurbe como la Ciudad de México y con ello también, ahora, nuevas formas de afrontar problemas como el crecimiento desmedido y desordenado de la mancha urbana, el desabastecimiento de agua potable, la contaminación, la delincuencia, la saturación de vialidades, proliferación de productos de mala calidad, la extensión de enfermedades degenerativas como la diabetes, la esclerosis, el cáncer, etc. Todas ellas, experiencias que los marcan en el modo de volver al uso y conocimiento de sus plantas medicinales, de reestablecer su tejido comunitario.

EL RETO DE LA PROYECCIÓN ESPACIAL COMUNITARIA

A manera de conclusión que apuntala futuras reflexiones, pero sobre todo líneas de acción política de las organizaciones populares, podemos agregar que la espacialidad de la Ciudad de México no sólo refleja la tensión permanente entre los intereses en pugna por su concreción y las contradicciones particulares de cada uno de los procesos que la definen. En la producción material e inmaterial de la Ciudad de México, en la magnitud y cualidad de sus formas y funciones espaciales, se reflejan las tensiones y contradicciones del proceso de espacialización total. Su existencia conjunta, la cristalización espacio-temporal de la ciudad neoliberal, es decir, su geograficidad, muestra una realidad específica que trae consigo nuevas contradicciones resultado de la superposición y acomodo espacial de sus procesos particulares. Son más que la simple suma

acumulativa de los múltiples proyectos territoriales particulares. Cada uno de ellos, en apariencia independientes entre sí, tanto por su cualidad y cantidad, como por su relación y convergencia espacial, desencadenan nuevas contradicciones correspondientes solamente al conjunto.

La noción de praxis inintencional¹⁴ desarrollada por Sánchez Vázquez (2003) como desarrollo de los postulados del materialismo histórico, nos ayuda aquí a comprender una dimensión profunda a la que la organización comunitaria se enfrenta hoy día de acuerdo al crecimiento desmedido y desordenado de la Ciudad de México, y la demanda social por conservar las bases materiales de reproducción de la vida comunitaria urbana y rural. Una lucha territorial comunitaria que se enfrenta a un cúmulo de proyectos políticos y económicos particulares implementados por el gobierno, el capital privado y más recientemente por la delincuencia organizada, pero además a una lógica general que se define desde la acción inintencional conjunta de todos los actores involucrados, la urbanización salvaje. Esta vez, un mosaico de proyectos territoriales comunitarios que se enfrentan y son alternativa, no sólo al proyecto conjunto de ordenamiento territorial de la burguesía, sino a una espacialidad inintencional que resulta de la manifestación urbana del capitalismo salvaje moderno.

Los movimientos sociales se organizan en su búsqueda de apuestas por proyectar comunitariamente su territorialidad urbana mientras se enfrentan a proyecciones territoriales particulares, pero también a tendencias generales. Mientras proponen y generan nuevas territorialidades comunitarias, luchan por espacios habitables, por la conservación del medio ambiente rural y urbano, por la conservación de espacios rurales productivos en su periferia, por evitar la depredación de recursos naturales vitales como bosques, tierra y agua, por evitar la masificación de la vivienda urbana bajo condiciones de hacinamiento insostenibles y por evitar que los proyectos de ordenamiento territorial y la tendencia general de crecimiento urbano enemiste a las comunidades de la

¹⁴ Adolfo Sánchez Vázquez (2003) nos recuerda que, independientemente que se trate de praxis reiterativa y espontánea o de praxis creadora o revolucionaria, sólo la praxis individual puede ser consciente. La praxis social, dicho sea de paso, responsable de la concreción de la sociedad en tanto que *espacio*, es resultado de la combinación generalmente contradictoria y conflictiva de las praxis individuales. Ella, la praxis social, siempre da lugar a productos sociales que no pueden reducirse a las intenciones de ninguno de los diversos individuos que intervinieron en su producción. Por ello, la praxis social es siempre praxis inintencional, pero no por ello inasequible a la racionalidad humana, ni resultado del caos absoluto.

periferia urbana con la rural. Dicho sea de paso, esta manera de mirar el proceso de geografización de la mancha urbana como resultado de una tendencia conjunta de múltiples proyectos internos de gestión territorial, y no sólo como resultado de un proyecto político particular, nos ayuda a entender en su catastrófica dimensión la profunda fractura metabólica material que las ciudades capitalistas han producido con respecto al campo y su periferia inmediata y mediata. Revertirla, reconstituir de manera alternativa los flujos metabólicos entre el campo y la ciudad desde una lógica territorial comunitaria e incluyente que no rinda tributo a la ganancia privada, se constituye como elemento de vanguardia que comienza a recorrer las agendas políticas de las organizaciones sociales urbanas y rurales.

BIBLIOGRAFÍA

- COVARRUBIAS Gaitán, Francisco. Crecimiento metropolitano de la Ciudad de México y necesidades de financiamiento. In: SÁNCHEZ Almanza, Adolfo (Coord.). *La Ciudad de México en el desarrollo económico nacional* (X Seminario de Economía Urbana y Regional 2000). México: Instituto de Investigaciones Económicas/UNAM, 2000.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *Territorio, teoría y política*. (mimeo).
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, Ana Esther; SADER, Emir (Coord.). *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. *Espacio y política: El derecho a la ciudad II*. Barcelona: Ediciones Península, 1976.
- LEÓN Hernández, Efraín. Tendencias globales en la gestión del agua. Crisis ambiental, Estado y liberalismo económico. *Anuario de Geografía Nueva Época*, número cero, UNAM, México, s/d. (En prensa).
- SANTOS, Milton. *La naturaleza del espacio: Técnica y tiempo. Razón y emoción*. Barcelona: Ariel, 2000.
- SÁNCHEZ Vázquez, Adolfo. *Filosofía de la praxis*. México: Siglo XXI, 2003.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. *A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- TAMAYO, Sergio. *Los desafíos del Bando 2*. Evaluación multidimensional de las políticas habitacionales en el Distrito Federal 2000-2006. México: SEDUVI/CAM/UACM, 2007.

Recibido em: 09/03/2009

Aceito em: 03/04/2009

CAPILARES DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: MOVIMENTOS URBANOS NA AMÉRICA LATINA¹

STEPHAN LANZ

Faculdade de Ciências Culturais
Europa-Universität Viadrina em Frankfurt (Oder)
lanz@euv-frankfurt-o.dr

RESUMO

O artigo discute inicialmente, de forma crítica, o conceito de “movimento social urbano” cunhado por Manuel Castells, e investiga, utilizando exemplos de diferentes metrópoles sul-americanas, a questão de saber nos marcos de quais “constelações societais e políticas” os movimentos urbanos que objetivavam mudanças fundamentais nas cidades durante a segunda metade do século XX puderam se desenvolver. Serão diferenciadas três fases: as revoltas urbanas radicais que se seguiram aos movimentos estudantis do final dos anos 60, a atuação dos movimentos urbanos no processo de democratização durante a fase final dos regimes autoritários e a fase marcada pelos atores coletivos que, no final dos anos 90, reagiram às consequências sociais do neoliberalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos urbanos. Mudança sócio-espacial. América Latina.

CAPILLARIES OF URBAN TRANSFORMATION: URBAN MOVEMENTS IN LATIN AMERICA

ABSTRACT

This article initially develops a critical discussion of Manuel Castells' concept of *urban social movements*. In the following section, the political, social and

¹ Tradução: Rafael Gonçalves de Almeida e Eduardo Tomazine Teixeira; revisão da tradução: Marcelo Lopes de Souza. Nota dos tradutores: optamos, em vários casos, por manter também os termos ou expressões utilizados pelo autor no original, entre colchetes, logo após a tradução dos mesmos, em benefício da precisão e da melhor informação possível ao leitor; assim procedemos sempre que se tratou de algum termo ou expressão sem equivalente exato em português. Os termos ou expressões estrangeiros que aparecem entre parênteses foram assim mantidos pelo próprio autor.

spatial conditions of urban movements in Latin-American metropolises during the twentieth century are analyzed. Three phases and types of movements are distinguished here: radical urban revolts in the context of the student movements in the late 1960s; urban movements resurrecting during the decline of authoritarian regimes in the 1970s; and reactions to the social consequences of neoliberalism by collective urban agents since the late 1990s.

KEY WORDS: Urban movements. Socio-spatial change. Latin America.

INTRODUÇÃO

A partir da primavera de 1922, as greves organizadas pelo *Sindicato Revolucionario de Inquilinos* – de orientação anarcossindicalista – abalaram, durante três anos, a cidade portuária de Veracruz, no México, onde os aluguéis do complexo habitacional destinado às classes baixas haviam sido abusivamente elevados pelos especuladores. Um terço dos habitantes da cidade aderiu às greves, ocupações e manifestações dessa primeira grande revolta urbana na América Latina do século XX, a qual já possuía todas as características centrais daquilo que, posteriormente, Manuel Castells chamaria de *urban movements*: suas motivações estão atreladas às características específicas do desenvolvimento urbano capitalista – no caso, à combinação de diversos fatores, tais como o crescimento urbano, a incapacidade do Estado em prover moradia e infraestrutura suficientes, a recessão econômica e a veloz especulação imobiliária. Seus ativistas eram oriundos do “*lumpemproletariado urbano*” (CASTELLS, 1983, p. 46), conformado por trabalhadores expulsos do campo, pequenos comerciantes ou prostitutas. Embora a greve tenha se referenciado em torno de questões relativas à reprodução e, portanto, disponibilidade, qualidade e custo das moradias e infraestrutura local existentes, ela foi substancialmente construída sobre as bases de uma rede de mulheres, apesar da forte dominação masculina entre os movimentos sindicais. Também a oscilante reação do Estado, variando entre repressão e cooptação, é característica dos movimentos urbanos. Enquanto o Exército tratou de destruir violentamente a feição revolucionária da revolta, o governo regional “social-reformista”, com a ajuda de uma lei de controle dos aluguéis, conseguiu cooptar os inquilinos, debelando, assim, o movimento.

Adicionalmente, a trajetória das greves antecipou a relação entre os migrantes urbanos e os governos na esteira do extremo dinamismo da urbani-

zação verificado na década seguinte: como a cidade continuou crescendo e a greve obteve apenas pouco êxito, os inquilinos frustrados e os migrantes rurais ocuparam as periferias, buscando, assim, solucionar por conta própria o seu problema de moradia. Embora ilegais, o Estado priorizou assentamentos irregulares para um movimento de inquilinos formado por militantes de esquerda e uma política dispendiosa de construção de habitações, tendo incentivado os assentamentos através de crédito e doações de terras. A militância do movimento viu-se reduzida, então, a uma relação clientelista com o Estado, por meio da qual os assentados se tornaram dependentes, posto que necessitados da constante solicitação de ajuda para assegurar a instalação e o provimento de equipamentos e serviços urbanos (BEHRENS, 2002, p. 535).

Com o presente artigo pretendo investigar, recorrendo a exemplos de cidades latino-americanas, a questão de saber nos marcos de quais “constelações societais” [*gesellschaftliche Konstellationen*] podem-se desenvolver semelhantes movimentos urbanos militantes que não se referenciam apenas pelos interesses de um único grupo e não possuem relação clientelista com o Estado – mas que, pelo contrário, objetivem mudanças fundamentais nas cidades. Para isso, esboçarei, primeiramente, as características do processo de urbanização na América Latina, discutindo ainda o famoso conceito de *movimentos urbanos* formulado por Manuel Castells.

No início do século XX, a migração em massa do campo para a cidade multiplicou, em apenas poucas décadas, o número de habitantes das emergentes cidades industriais. A “hausmannização” das metrópoles, seguindo o modelo de Paris, destruiu rapidamente os cortiços nas áreas centrais, onde os migrantes desabrigados encontravam um primeiro alojamento. Uma “*política de periferação*” (Andreas Novy) os isolou da burguesia, tomando os pobres como “classe perigosa”, estigmatizando-os espacialmente e obrigando-os a estabelecer, por iniciativa própria, seus distritos residenciais em terrenos baldios, ao passo que os recursos estatais atendiam às demandas das elites. É bem verdade que, do ponto de vista da origem e da estrutura, há grande diferença entre favelas (Brasil), *colonias proletarias* (México), *villas miserias* (Argentina), *barriadas* (Peru) ou *callampas* (Chile). Ademais, ao lado de ocupações ilegais de terra, há também assentamentos tolerados pelo Estado ou semilegais – parcelados ilegalmente. De todo modo, o estigma da marginalidade gera, via de regra, uma insegurança em torno da desapropriação iminente. Considerados por princípio

“estranhos” à normalidade urbana, os assentamentos devem ser eliminados ou normatizados por uma “política de restituição da ordem moral” [*moralische Ordnungspolitik*]. Essas *tecnologias de poder* [*Machttechnologien*] aparentemente alternativas podem ser compreendidas como estratégias complementares, as quais são características de uma “guerra de desmoralização empenhada contra os estranhos e o estranho” (“*war of attrition waged against the strangers and the strange*”) (BAUMAN, 2001, p. 200-217) no Estado moderno. Uma estratégia de assimilação – que aparece em programas autoritários de reeducação e modernas intervenções espaciais – procurou resolver a diferença em relação ao “outro” pela anexação: para a participação social, os assentados sem título devem submeter-se incondicionalmente à municipalidade. Por outro lado, busca-se uma estratégia de segregação que se manifesta pela destruição sistemática dos assentamentos visando a aniquilar esse “outro”. Até hoje impera o discurso que os rotula de “mal urbano”, como criminosos ou amorais, ignorando sua real integração no mercado de trabalho, suas práticas culturais ou seu cotidiano social.

Seu *status* ilegal ou semilegal faz com que habitantes muito diversos socialmente regulamentem as relações internas dos assentamentos em um sistema informal de direitos e de normas fora da sociedade burguesa. Até os dias de hoje, possuem eles uma “cidadania fragmentada” e reduzida (SILVA, 2002, p. 221). Com a disseminação do clientelismo dominante, que parecia a única possibilidade de influência política, a luta pelo acesso aos bens públicos foi substituída pelo assistencialismo; “no lugar da crítica, a resignação; em vez do intelectual orgânico, a formação de lideranças tradicionais” (BURGOS, 1998, p. 29). Os movimentos urbanos que, para além da mera negociação política, objetivavam uma transformação social, puderam desenvolver-se apenas periodicamente, em meio a um contexto de condições específicas. Além da característica socioeconômica do desenvolvimento da cidade, esse contexto está relacionado, principalmente, ao sistema e às políticas do Estado nacional.

O CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL URBANO

Manuel Castells inicialmente supôs – com relação aos países industrializados do ocidente – que o Estado, no capitalismo avançado, organiza cada vez mais o consumo coletivo (construção de casas, infraestrutura social etc.) e politiza o cotidiano das cidades: em protestos contra o recuo ou o conteúdo das

ações estatais (como, por exemplo, a demolição de um assentamento auto-organizado em favor de um conjunto habitacional modernista), as alianças políticas podem se chocar contra o Estado capitalista que, por sua vez, as transforma (CASTELLS, 1977). Já em seu livro *The City and the Grassroots* (1983), que também contém análises de cidades latino-americanas, Castells argumentou possuírem tais movimentos urbanos a característica de transformadores do sistema. Como “utopias reativas”, elas têm como objetivo “transformar o significado [*meaning*] da cidade sem, no entanto, modificar a sociedade. Elas seriam reações, não alternativas” (CASTELLS, 1983. p. 327): reações à lógica capitalista, que transforma cidades em mercadorias; ao estatismo autoritário, que dificulta a coletividade democrática; e à cultura de massa, a qual é direcionada contra a autonomia cultural de seus habitantes. Em virtude do fracasso do movimento operário e dos partidos políticos em relação à “oposição à exploração econômica, dominância cultural e pressão política” (CASTELLS, 2002, p. 66), teria restado aos moradores apenas a organização autônoma relacionada ao local de moradia. Castells define os movimentos urbanos como atores coletivos organizados em território urbano e independentes de partidos políticos, atores que lutam por um consumo coletivo adequado e pelo valor de uso da cidade, por autonomia cultural e por uma vida comunitária, bem como por uma política local de autodeterminação. Como exemplos, ele utiliza os movimentos de ocupações de terras na América Latina, entre outros.

As suposições de Castells são, no final das contas, contraditórias: embora os movimentos urbanos não estejam em posição de modificar a sociedade, ele reconhece apenas aqueles movimentos que conduziram suas lutas simultaneamente nos campos do consumo coletivo, da autonomia cultural e da autodeterminação política. Movimentos ou atores que cooperam com o aparato estatal para melhorar sua situação de vida não estão incluídos. Alain Touraine, por sua vez, nega aos ativismos de bairro da América Latina o caráter de movimento social, mesmo em princípio, posto não objetivarem eles o controle e a transformação do sistema como um todo (cf. SPERBERG, 1997, p. 36). Olhando em retrospectiva para os anos 90, Castells faz uma nova tipificação dos movimentos urbanos: muitos dos seus discursos e atores foram integrados às autoridades locais. Inúmeros movimentos ambientalistas de classe média seguem hoje os objetivos egoístas ao estilo “*not in my backyard*”, enquanto um número gigantesco de comunidades pobres aflige-se em sua sobrevivência coletiva. Além

disso, tipos de movimentos criminosos sem propósitos políticos têm se disseminado. Assim, Castells reduz os movimentos urbanos a comunidades locais que demonstram fontes específicas de identidade, mas que reagem, “na maioria dos casos, de maneira apenas defensiva contra a imposição da desordem global e as rápidas e incontroláveis mudanças” (CASTELLS, 2002, p. 70).

Essa perspectiva rígida leva pouco em consideração as diferenças entre os países industrializados do Ocidente e aqueles localizados no Sul Global [*Globaler Süden*]. Seu conceito hermético de mudança social – a qual vale como real apenas quando ocorre no coração do sistema capitalista – e sua compreensão clássica de política – que exclui as relações de poder do campo da cultura ou das negociações do dia a dia – não lhe permitem compreender o significado dos ativismos sociais nas cidades do hemisfério sul.² Assim como o cotidiano, também o local é subordinado à esfera da comunidade e separado como categoria teórica da esfera da sociedade (cf. BANCK e DOIMO, 1989, p. 125-150). Entretanto, o bairro não é uma localidade [*Ort*] portadora de uma comunidade uniforme e com valores e normas constantes, mas sim uma área residencial onde, em vista de uma “violência estrutural e imediata [...], ações de experimentação e adaptação são especialmente variadas no sentido das circunstâncias sociais e de políticas cambiantes” (BULTMANN, 1995, p. 143-234). Além disso, o conceito de *comunidade de sobrevivência* [*Überlebensgemeinschaft*] reduz o significado dos movimentos de bairro, pois ele se atém às necessidades básicas, não incluindo educação e cultura. Em comparação ao que ocorre nos Estados de bem-estar social europeus, os movimentos urbanos na América Latina se apropriam de territórios urbanos de maneira mais espontânea. Já que as demandas sociais fazem menos sentido para o Estado, os habitantes pobres procuram cuidar dos espaços de produção e reprodução de seus assentamentos por conta própria (ALTVATER, 2005, p. 197). Por um lado, isso implica uma “intensificação da militância no cotidiano” (LEBUHN, 2006, p. 36-39), que possivelmente transgride o direito à propriedade privada ou resulta na defesa armada do espaço adquirido. Por outro lado, a situação de ilegalidade, assim como a falta de reivindicações por infraestrutura e direitos da classe média implicam numa sujeição à arbitrariedade de um Estado “bem intencionado”.

² Como, por exemplo, SCHUURMAN (1989), SPERBERG (1997) e MAYER (2006).

Definições concernentes às mudanças políticas e sociais que se orientam por critérios externos, as quais negam aos movimentos urbanos na América Latina, em princípio, um alcance que abranja a sociedade como um todo, não conseguem capturar a realidade social dessas cidades. Pelo contrário, os movimentos não deveriam ter sua importância subestimada em decorrência do seu caráter frequentemente local e vulnerável às pressões do Estado: uma vez que o poder se revela de muitas maneiras nas esferas econômica, política e cultural, incluindo o cotidiano, mudanças aparentemente pequenas podem ter implicações de longo alcance para os “mundos da vida” [*Lebenswelten*] cotidianos (ALVAREZ e ESCOBAR, 1992, p. 317-330). A importância dos movimentos urbanos só pode ser compreendida, portanto, se contextualmente atrelada a uma “política do possível” (ALVAREZ e ESCOBAR, 1992, p. 325). Frans Schuurman os definiu, tendo como base uma análise comparativa com o hemisfério sul, como “organizações sociais ancoradas territorialmente que lutam pela emancipação através de ações coletivas” (SCHUURMAN, 1989, p. 21). Além da satisfação das necessidades básicas, a emancipação aqui inclui a ausência de discriminação e o acesso ao processo de decisão política. Para John Friedmann, os “*barrio movements*” latino-americanos são movimentos sociais desde que se configurem como atores coletivos que se mobilizam em torno de uma prática emancipatória, a qual, em caso de sucesso, produz um *autoempoderamento* [*Selbstermächtigung*], identidades sociais e uma “*autoprodução da vida*” (*self-production of life*) (FRIEDMANN, 1989, p. 503). Também a sua definição sublinha exageradamente o papel da autonomia e ignora o processo de interdependência que surge em um contexto de cooperação com os aparatos estatais. Pois o Estado não é apenas um “oponente”, mas também um “fiador” (SCHUURMAN, 1989, p. 19 e BORIS, 1998, p. 197). Ele é responsável pela ausência de direitos civis, pela má situação de vida ou pelo *status* de ilegalidade que ameaça a existência, como também é o destinatário das demandas por direitos iguais e por infraestrutura. Essa relação *per se* ambivalente dos movimentos de bairro com o Estado torna-os mais suscetíveis às estratégias de cooptação.

Para poder analisar as formas de interdependência entre aparatos estatais e os atores dos movimentos urbanos, é preciso recorrer ao conceito de *governo* de Michel Foucault, o qual não se restringe às instituições estatais. Para Foucault, o governo se remete, para além do significado exclusivamente político, a “formas

de ação e campos da *práxis* que, de diversas maneiras, objetivam a condução, o controle, o gerenciamento individual e coletivo, compreendendo, da mesma forma, o *governo de si*, como também as *tecnologias de governo do outro*” (LEMKE *et al.*, 2000, p. 10). Ele entende o governo como “um ponto de contato, no qual a forma de condução dos indivíduos pelo outro está amarrada ao modo de governo de si” (LEMKE *et al.*, 2000, p. 29). O conceito de *governamentalidade* conecta, na qualidade de “*conduite des conduites*” (FOUCAULT, 1994, p. 237), formas de poder e processos de subjetivação. O governo de si (“tecnologias de si” [*technologies du soi*]) e o governo através de outros (tecnologias de poder) são compreendidos como métodos interdependentes. O governo não oprime a subjetividade, mas inventa e promove “tecnologias de si” que podem ser integradas nas estruturas de poder. Os sujeitos são submetidos, ao mesmo tempo, à maneira como o poder é exercido e à capacidade de governo de si. Além da mentalidade persuasiva dos líderes, contribuem para a aceitação do poder a coação e a repressão. Sobre as relações entre aparelhos estatais e movimentos urbanos, é preciso também indagar a proposta de áreas de fratura, relativamente às quais fracassa o consenso entre tecnologias de poder e “tecnologias de si” dos moradores e se produzem reações que se colocam contra a absorção nas relações de dominação.

A história dos movimentos urbanos na América Latina demonstra que tais movimentos, sobre os quais o Estado exerce tecnologias de poder sob a forma de estratégias de cooptação clientelistas, podem, em sua maioria, resistir a essas tecnologias e protagonizar expressivas mobilizações, caso consigam de fato desenvolver uma identidade política para além das questões territoriais. Foi sobre essa base que puderam os movimentos do fim da década de 60 se diferenciar daqueles da fase de democratização dos anos 80. Este ainda é, com frequência, o curso dos movimentos que, desde os anos 90, têm reagido às consequências políticas e sociais do neoliberalismo.

REVOLTAS RADICAIS: MOVIMENTOS URBANOS E ESTUDANTIS

Em face das consequências sociais da urbanização e da atmosfera tensa e explosiva nos assentamentos irregulares, a esquerda se voltou, no final dos anos 60, para as cidades. No Brasil, um movimento de oposição se formou na classe média urbana contra o regime militar, movimento cuja vanguarda era composta por estudantes. Após o decreto do Ato Institucional nº. 5, que removeu definitivamente os restos de Estado de direito, muitos estudantes foram para

a clandestinidade armada e desenvolveram, sob o comando do dissidente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) Carlos Marighela, uma nova tática de guerrilha urbana (ALVES, 1971, p. 9-24 e GABEIRA, 1982). Antes de seu assassinato pelos militares, Marighela escreveu o “Manual do Guerrilheiro Urbano” (MARIGHELA, 1971, p. 39-84), deslocando o foco da luta armada do Nordeste rural para o triângulo metropolitano conformado por Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. Por um lado, a origem urbana da oposição estudantil tornaria uma luta no campo impossível. Por outro lado, a favela, na qual os migrantes vindos do campo se assentaram, servindo de exército de reserva para o capitalismo, exercia a função representada pelo campo no pensamento de Mao. Toda a sua estrutura já “se baseava em um sistema de autodefesa contra a hostilidade da classe média” (ALVES, 1971, p. 20). A guerrilha urbana ideologicamente rígida promoveu, sem dúvida, ações sensacionais, como o sequestro do embaixador dos Estados Unidos. Entretanto, os militantes, advindos da classe média, não conseguiram adaptar seu “mito do trabalhador revolucionário” à realidade das favelas. Seu ativismo não conseguiu se aproximar das “tecnologias de si” prevaletentes, não construiu uma base social e acabou por ser brutalmente esmagado.

Ao contrário do Brasil, no México uma parte do movimento estudantil fundiu-se com os ocupantes de terras, originando o *Movimiento Urbano Popular*. As associações de moradores em assentamentos irregulares permaneceram, em sua maioria, sob o controle autoritário de um cacique amparado pelas autoridades locais. O Estado canalizou a participação política dos ocupantes e assegurou os seus votos para o partido governista, o PRI. Os militares suprimiram brutalmente as ocupações autônomas, mas, apesar do amplo controle social dos protestos, um movimento de bairro independente surgiu no início dos anos 70, impondo-se, pela primeira vez no longo prazo, contra as estratégias de cooptação do Estado (BENNETT, 1992, p. 240-259). Essa ruptura com o estilo de governo consensual clientelista levou, por um lado, à ineficiência do Estado em superar a miséria urbana, resultado da urbanização; e, por outro, à supressão brutal da revolta estudantil através do massacre na Praça das Três Culturas, na Cidade do México. A repressão violenta contra a agitação político-partidária independente e a guerrilha inflamada motivaram os estudantes ativistas a construírem um trabalho de longo prazo, orientado pelo maoísmo, nas *colonias populares*, trabalho esse capaz de se aproximar das “tecnologias de si”

predominantes. Pela primeira vez novos movimentos urbanos oposicionistas reclamaram suas demandas sociais através da mobilização política, e não mais por meio de relações clientelistas. Como *Movimiento Urbano Popular*, independente eles puderam, a partir de 1972 – na esteira da abertura política do governo Echeverría –, desenvolver-se de modo relativamente livre³.

A *colonia de lucha* que obteve maior sucesso foi a de 1973, quando 1.500 famílias fundaram *Tierra y Libertad*, na cidade industrial de Monterrey. Muitos estudantes tinham aderido já bem cedo ao grupo de ocupantes composto por migrantes advindos do campo e pobres urbanos. Eles procuravam radicalizar sua postura política por meio de uma prática cotidiana de autonomia, solidariedade, democracia direta e autogestão. Diferentemente de outras ocupações, eles seguiam uma estratégia de autonomia, rejeitavam as ofertas de cooptação por parte do Estado – possivelmente a legalização da *colonia* sobre direitos de propriedade individual – e resistiam aos ataques da polícia através de uma militância mais intensa. Entretanto, com o aumento da institucionalização o movimento perdeu sua força de base democrática e degenerou para um tipo de “*caciquismo urbano*” (Menno Vellinga). Nessa situação, um novo governo conservador obteve sucesso em dividir a *colônia* através da tradicional combinação de cooptação e repressão – destruiu novas ocupações resistentes e ofereceu legalizações individuais aos ocupantes. Muitos se refugiaram novamente sob a tutela do Estado, e este pôde então implementar um governo de tipo clientelista (Cf. VELLINGA, 1989, p. 151-176; BENNETT, 1992 e CASTELLS, 1983). Embora o movimento estivesse em seu ocaso no início dos anos 80, *Tierra y Libertad* demonstrou que um movimento urbano, sob condições sociais específicas, tem a possibilidade de alcançar ampla autonomia em relação ao Estado e romper com as tecnologias de poder de repressão e cooptação (CASTELLS, 1983, p. 199). Em relação ao seu significado decisivo, o movimento estudantil altamente politizado logrou, através de um intensivo trabalho de base, aproximar-se das “tecnologias de si” dos pobres urbanos e fundir-se com o seu ativismo.

No Chile, a tentativa estatal também provocou, na metade dos anos 60, a integração das organizações de assentados reformistas em um movimento de bairro independente. O governo democrata-cristão estabeleceu nas *callampas*

³ Cf. Bultmann (1995, p. 159 et seq).

ilegais as *juntas de vecinos* elegíveis, desenvolvendo um programa de construção de moradias que foi apenas em parte realizado. Por isso os assentados frustrados fundaram centenas de comitês de sem-teto, dos quais surgiu o movimento dos *pobladores*. Durante o governo Allende, todos os assentamentos ficaram sob o controle dos partidos políticos, sendo a maioria controlada ou pela *Unidad Popular* governista – a qual sustentava ser o provimento de moradias uma tarefa do Estado, pregando o direito à moradia para os assentados –, ou então pelo *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR) –, que considerava os *pobladores* uma frente política na luta de classes (cf. KLAARHAMER, 1989, p. 177-198 e BULTMANN, 1995).

Também aqui, um processo de politização que, diferentemente do México, era dirigido por partidos políticos, mobilizou um número enorme de *pobladores* e, em pouco tempo, conquistou centenas de milhares de moradias e serviços urbanos⁴. Pela primeira vez, o Estado foi obrigado a satisfazer as necessidades das classes mais pobres. O movimento de ocupações chileno, como conclui Castells, possuiu o potencial de transformar revolucionariamente a sociedade através de uma aliança entre proletariado organizado e desorganizado e, também, com a pequena burguesia. Pela primeira vez a esquerda latino-americana compreendeu o potencial dos movimentos urbanos e estabeleceu como objetivo exercer hegemonia política sobre eles. No entanto, o controle instrumental exercido pelos partidos impediu as possibilidades de aproximação com as “tecnologias de si” dos pobres urbanos, limitando a sua participação política: os *campamentos* radicais do MIR estavam marcados por um profundo abismo entre a vanguarda política e os ocupantes comuns, os quais se defendiam das concepções organizacionais revolucionárias que contrariavam as suas “tecnologias de si” tradicionais. Após o golpe de 1973, o regime de Pinochet eliminou o movimento e assassinou ativistas radicais.

A FASE DE DEMOCRATIZAÇÃO

Com o auxílio dos exemplos do Chile, Brasil e México pode-se também discutir o papel dos movimentos urbanos no processo de democratização. Destroçados pelos regimes, os movimentos puderam, somente com muito esforço, reconstituir-se. No final dos anos 70, no Rio de Janeiro, ativistas críticos

⁴ Castells (1983, p. 199 et seq).

começaram a agitar contra o controle estatal das organizações de moradores. Eles fundaram, no processo de dissolução da ditadura, numerosas associações de moradores; exigiram, sob a proteção de comunidades eclesiais de base, seus direitos civis; e apoiaram o desenvolvimento de uma consciência crítica nas favelas. Esse ideologema comunitário dominante posicionava-se por formas organizacionais de base democrática e por uma posição autônoma perante o Estado e os partidos (ZALUAR, 1998, p. 209-232). Muitos dos intelectuais influenciados por Castells superestimaram o potencial crítico das associações de moradores para a renovação democrática do Brasil. Por fim, tendo os governos estaduais populistas de esquerda usado os ativistas como cabos eleitorais, os aparelhos estatais conseguiram estabelecer, já na metade dos anos 80, um tipo de governo consensual e clientelista (cf. SOUZA, 2000).

No Chile, a partir de 1977, a Igreja refundou, sob sua proteção, os comitês de sem-teto, em que ativistas de partidos proibidos podiam se reunir sob a sua proteção. Logo as cozinhas comunitárias, as cooperativas de consumo ou os comitês de desempregados voltariam a existir⁵. Com isso, uma onda de protestos, aparentemente surgidos do nada e ocorridos em 11 de maio de 1983, que acompanharam uma greve geral e varreram Santiago com barricadas em chamas, baseou-se na reconstrução dessas organizações de bairro localizadas nas *poblaciones*. Os protestos de rua duraram três anos, finalmente cessando após a greve geral nacional em junho de 1986, com a prisão de todas as lideranças da frente opositora *Asamblea de La Civilidad*. Se observarmos as *poblaciones* que realizaram essa revolta, perceberemos uma continuidade, que remonta aos anos 60, de uma resistência militante que esteve intimamente ligada à sobrevivência dos partidos de esquerda na clandestinidade. A militância nos bairros, como em La Victoria, que já desde 1980 tinha reconquistado uma administração própria democrática, resultou de uma ligação histórica com o Partido Comunista (SCHNEIDER, 1992, p. 260-275). Essas *poblaciones* resistentes se revelaram como o motor originário do posterior movimento de massas contra o regime. Seus moradores, treinados no ativismo político, estavam preparados, apesar do alto risco pessoal, para oferecer resistência. Apenas no curso da repressão brutal puderam os partidos moderados de oposição obter novamente sucesso no controle das organizações de bairro. Ativistas foram favoráveis à

⁵ Cf. Bultmann (1995, p. 159 et seq).

negociação com partidos moderados sobre os processos de liberalização, tendo sido, em função disso, deixados de lado. Além disso, falharam, devido a divergências ideológicas, as tentativas de construção de organismos regionais de base democrática. Quando Pinochet deixou o poder, perdeu-se o inimigo comum. Agora, frequentemente, líderes locais eram presenteados com empregos em órgãos públicos e a participação da base declinou dramaticamente.

Outro processo que, como esse, terminou em desmobilização, pode ser observado no México. Lá, um movimento logrou fundar, em 1981, um comitê de coordenação nacional: como uma “organização guarda-chuva”, a *Coordinadora Nacional del Movimiento Urbano Popular* (CONAMUP) perseguiu o objetivo de transformar o México de maneira revolucionária em uma sociedade democrática, e operou para muito além da questão da moradia. Entretanto, o comitê envolveu-se numa luta entre o grupo maoísta – que, com uma rede de “territórios liberados no círculo periférico ao redor das cidades”, pretendia preparar uma rebelião popular – e a posição majoritária, a qual se engajava dentro do sistema político existente (BULTMANN, 1995, p. 167). Após o terremoto na Cidade do México, que gerou, em 1985, uma onda de fundações de organizações urbanas, a CONAMUP dissolveu-se em favor da *Asamblea de Barrios y Organizaciones Vecinales*, dentro das quais se organizou o movimento das vítimas do terremoto. Estas se uniram, desde cedo, ao movimento eleitoral que apoiava Cuauthémoc Cárdenas, originando, em 1988, o PRD, o que foi muito importante para o processo nacional de democratização. Assim como aconteceu no Chile, o conjunto de correntes oposicionistas enfraqueceu-se sob a égide de um novo partido, o qual, no começo, se apoiou nos ativistas urbanos e em sua estrutura organizativa – o *Movimiento Popular Urbano*, o qual perdeu, ao fim e ao cabo, seu caráter de movimento. Com isso, o governo central viu-se obrigado a formular uma nova política para os pobres urbanos, os quais eram temidos por constituírem a base social do PRD. Algumas organizações de moradores estavam integradas aos novos princípios de governança [*Governance-Ansätze*], e os atores econômicos e da sociedade civil procuraram costurar “parcerias” (MAYER, 2000, p. 141-157). Entretanto, isso só se tornou válido com a emergência de uma governamentalidade neoliberal – ainda que em uma forma específica – para cidades do capitalismo tardio em escala global. O *Programa Nacional de Solidaridad*, na Cidade do México, que canalizou seus recursos, obtidos por meio de acordos estatais com organizações sociais selecionadas, para os *barrios*, é um claro exemplo disso.

Nos anos 90, a pergunta do estudioso dos movimentos sociais Chris Pickvance, “*Where have the urban movements gone?*” (PICKVANCE, 1995) simboliza a queixa generalizada a respeito do declínio global dos movimentos no contexto de mudança estrutural da política local. As associações de moradores transformaram-se de parceiros dos programas oficiais de urbanização em “miniprefeituras” (ALVITO, 2001). Isso possivelmente levou, no Rio de Janeiro, ao Plano Diretor de 1992, o qual, pela primeira vez, registrou o direito das favelas à urbanização. Os movimentos urbanos, com suas construções coletivas e sua cultura de vizinhança e projetos sociais, apresentavam-se como produtores baratos da infraestrutura que o governo local não queria financiar. Muitos se profissionalizaram como provedores de serviços culturais responsáveis por cooperar com assistentes sociais ou até mesmo assumir as suas tarefas. A autoajuda e a participação popular decaíram e tornaram-se clichês: até mesmo o Banco Mundial clamou por uma “mobilização de baixo para cima”, a qual “evoca retoricamente o espírito tradicional dos movimentos de oposição [...], utilizando, contudo, essa tradição de maneira bastante específica, limitada e formalizada” (MAYER, 2003, p. 125). Muitas organizações de moradores definem-se então pela captação de recursos públicos e por angariarem poder decisório sobre a sua distribuição. É comum que mesmo associações fundamentadas na democracia de base degenerem e se tornem burocráticas, com o fito de implementar programas estatais, e que muitos ativistas sejam capturados pelo aparato das autoridades municipais. Essa nova tecnologia de poder surgida com a governamentalidade neoliberal, a qual Nikolas Rose denominou “governar através da comunidade” (ROSE, 1999), levou a uma competição pelos recursos públicos, despolitizou as associações de moradores, que agora operavam como organizações não governamentais, e pulverizou as posições comuns assumidas perante o Estado.

Na América Latina essas novas políticas baseavam-se, contudo, no reconhecimento formal dos assentamentos anteriormente ilegais, na abertura estatal em relação à sociedade civil – pela qual os representantes dos pobres passaram também a ser levados em conta – e na compreensão de que as necessidades de subsistência deveriam ser ao menos tematizadas. Isso seria impensável sem a existência, ao longo de décadas, dos movimentos urbanos. Assim, esses movimentos têm contribuído de forma decisiva para um processo de democratização social, política e cultural. A maior transformação ocasionada pelos movimen-

tos urbanos foi com relação às mulheres: excluídas da relação tradicional “patrão-cliente” [*Patron-Klient-Beziehungen*: clientelismo], os movimentos urbanos viabilizaram, pela primeira vez, a sua participação política. Isso provocou uma modificação no espaço urbano especificamente em relação à questão de gênero. Assim, ocupações de terra nas quais “mulheres, por sua iniciativa, conseguiram a casa própria e defenderam seu direito no âmbito da esfera privada [*Privatheit*], foram conduzidas no sentido de uma ruptura com os papéis familiares de gênero e estruturas de poder que marcaram, por décadas, a vida das mulheres das classes sociais mais baixas” (SCHÜTZE, 2005, p. 101-117).

FAZENDO FACE AO NEOLIBERALISMO

Mesmo com o declínio dos tradicionais sujeitos políticos, os assentamentos irregulares nunca se despolitizaram. Na verdade, o vácuo político gerado pelas associações de moradores desgastadas pelo clientelismo e pela cooptação produziu novos atores, cujos campos de atuação e estratégias eu gostaria de discutir tomando como exemplos Rio de Janeiro e Buenos Aires.

A atual relação entre a favela e o governo local no Rio de Janeiro manifesta-se no equilíbrio entre o aumento de poder e a instrumentalização dos atores dos movimentos, os quais se institucionalizaram. Se a maioria das associações de moradores tradicionais foi cooptada pelo Estado ou corrompida pelo tráfico de drogas, novos atores emergiram nos anos 90 no campo da cultura, os quais farão a ligação entre os trabalhos culturais e sociais com o ativismo político (LANZ, 2007, p. 93-107). Eles criticam a legalização e a urbanização parcial das favelas sem o acompanhamento da redução da pobreza e da violência, além da falta da construção de relações conformes ao Estado de direito. Nessas comunidades operam unidades policiais na guerra contra o tráfico de drogas que são vistas pelos moradores como “criminosos fardados”, tão assassinos quanto os outros criminosos.

Rumando em direção a um novo tipo de movimento favelado, desenvolve-se uma cena *hip-hop* politizada. “Eu entrei para o *rap*”, diz o músico e ativista MV Bill, “quando acreditei que era um movimento político [...] que era a forma que eu tinha de dar voz à minha comunidade” (MV BILL, 2004). Ao entrarem em cena responsabilizando o Estado e a sociedade pela violência nas favelas, os músicos ativistas ganham *street credibility* e o poder do discurso político. Suas ações geram o medo da autorrepresentação da “classe perigosa”,

a qual não se deixa mais cooptar. Para promover a consciência política e a inclusão social da população afro-brasileira, e para lutar contra o racismo, MV Bill funda a *Central Única das Favelas* (CUFA), que mantém uma gravadora e organiza eventos culturais em mais de cem favelas, além de bibliotecas e projetos de educação e cidadania junto aos jovens. Recentemente, seus ativistas surgiram para o público como representantes centrais da favela, ao lançarem na televisão brasileira um filme sobre a violência, e por terem sido convidados a ir a Brasília para discutir com o presidente Lula a questão das favelas.

Outro ator dessa esfera da cena *hip-hop* é o *Grupo Cultural AfroReggae* (GCAR), que foi fundado em 1993, depois de um massacre policial na favela de Vigário Geral. O projeto deseja fornecer à juventude alternativas à economia das drogas e formar cidadãos maduros que reivindiquem seus direitos. Além dos centros socioculturais e os projetos educativos, o GCAR promove uma empresa de produção musical e o grupo internacionalmente conhecido *AfroReggae* (cf. JUNIOR, 2003). Seus músicos se veem como ativistas e se pronunciam – em letras musicais e vídeos – contra a violência policial, a exclusão social e o estigma social da favela. Sua missão institucional é colocar em prática nas favelas os hoje limitados direitos humanos⁶. Ao mesmo tempo, suas “tecnologias de si” correspondem a uma governamentalidade neoliberal. O capital cultural do *hip-hop* explicitamente prepara seus jovens para o mercado de trabalho, o qual cobra criatividade e iniciativa própria. O *AfroReggae*, portanto, assume algumas tarefas do Estado (envolvido no complexo das drogas), como a pacificação e a formação de sujeitos economicamente utilizáveis.

Tais redes associam, contudo, uma cooperação pragmática com aparelhos estatais e internacionais a uma agenda política progressista. As práticas reluzentes dos *hip-hoppers* produzem uma representação oposta da favela, que, sem dúvida, está entrelaçada com o discurso hegemônico – a favela como um lugar de violência e desordem social. Essa apropriação dissidente marca, entretanto, um retorno. A resistência é uma subversão, portanto, uma provocação, uma ironia, um choque. Sem dúvida, seu senso de responsabilidade própria e de cidadania associa as tecnologias de poder neoliberal às “tecnologias de si”, mas ultrapassa a redução econômica. Sua concepção de *community* não é a tradicional, fechada, mas embutida no sistema de referência global da cultura *pop*. Tais atores

⁶ Entrevista realizada em março de 2003.

não operam de maneira defensiva “contra as imposições da desordem global” (CASTELLS, 2002, p. 70), mas contêm, segundo Foucault, ao menos o potencial de gerar novas formas de subjetividade, as quais rompem, a médio prazo, com o regime histórico de violência estrutural e física nas favelas, podendo, assim, transformar substancialmente a sociedade brasileira. Diferentemente dos anos 60 e 80, a favela possui agora “intelectuais orgânicos” (Antonio Gramsci) que carregam esse ativismo, o qual não mais se baseia em intervenções paternalistas vindas de fora.

Em Buenos Aires, por outro lado, onde a esquerda mal havia se recuperado da ditadura, “mudanças emancipatórias capilares” (BRAND, 2003, p. 12) emergiram com o colapso do sistema político-econômico em 2001. Em mais de cem bairros, *asambleas populares* autônomas que exigiam uma convenção constitucional foram criadas. Ao mesmo tempo, isso originou formas de vida alternativas, responsáveis pela promoção de círculos paralelos de produção, distribuição e consumo de mercadorias e conhecimento (COLECTIVO SITUACIONES, 2003, p. 19). As *asambleas*, muitas das quais existem ainda hoje de forma reduzida, começaram a questionar a política de representação, a buscar uma forma de organização com estruturas de decisão horizontais e a fundir suas atividades com o movimento dos desempregados (*piqueteros*) e as ocupações de fábricas (*empresas recuperadas*) (BIELSA, 2002 e BLANK, 2004, p. 184-195). Muitos dos antigos ativistas de bairro fizeram, a partir de 1997, parte da fundação do movimento dos *piqueteros* nos bairros pobres da periferia da metrópole. Eles romperam com o clientelismo tradicional e exigiram, com bloqueios de estradas, o direito social ao trabalho, além de investirem (aqueles que lutaram pelo *Planes Trabajar* do Estado) em alternativas de infraestrutura local, tais como cozinhas comunitárias, cooperativas e postos médicos. O movimento de *empresas recuperadas*, por outro lado, originou-se quando trabalhadores ocuparam as fábricas abandonadas por seus proprietários durante a crise econômica e continuaram a produção de forma coletiva, com 90 desses casos somente em Buenos Aires. Para reforçar as relações solidárias de vizinhança, foram estabelecidas muitas *empresas* que puderam, em sua maioria, consolidar-se como cooperativas autogeridas, cozinhas comunitárias e centros culturais de bairro (ZIBECCHI, 2004; FAJIN, 2003 e BORIS, 2006), tentando direcionar sua produção e comercialização para o atendimento das necessidades locais. No caso das empresas de alimentos, os “produtores agrícolas, *piqueteros*, as-

sembleias de cidadãos e trabalhadores de fábricas ocupadas uniram-se e constituíram laços mediados não pelo mercado, mas sim diretamente entre eles.” (ZIBECHI, 2004, p. 276) A médio prazo, uma prática do “prossumir” deveria ligar os circuitos paralelos do produzir e do consumir. Na periferia pobre de Buenos Aires, onde o fechamento de um grande número de empresas industriais causou muita miséria, reuniões autônomas de bairro e *piqueteros* logo se tornaram determinantes para a vida social e política de centenas de milhares que dependiam das hortas comunitárias.

O bairro alçou-se ao patamar de ação de um “novo protagonismo social” (COLECTIVO SITUACIONES, 2003), o qual não possui nem um sujeito claro nem visões abrangentes. Aqui, entretanto, as exigências clássicas dos movimentos urbanos por consumo coletivo e por autonomia política e cultural uniram-se ao conflito entre capital e trabalho e, também, à questão da constituição política da sociedade como um todo. Os “*escraches*” – fruto de um processo de discussões locais, expondo funcionários impunes remanescentes da ditadura – constituíram tentativas de trabalhar na esfera do bairro a violenta história nacional (COLECTIVO SITUACIONES, 2004). Como no Rio de Janeiro, esses movimentos de novo tipo abandonam o caráter defensivo dos movimentos urbanos constatado por Castells. Na verdade, a sociedade argentina pôde reconstituir-se sobre os fundamentos de tais movimentos locais (THIMMEL, 2003, p. 161-172). É bem verdade que isso não chegou a abater a política eleitoral, mas logrou deslocar a política do governo para a esquerda. Ademais, eles puderam testar uma nova prática social, política e econômica em nível local, criando novos sujeitos políticos. Assim como no Rio de Janeiro, esses processos de subjetivação representaram, seguramente, a mudança mais importante.

Desde o início do alívio econômico concomitante à ascensão do governo peronista de esquerda de Néstor Kirchner, no ano de 2004, encontram-se esses movimentos locais em uma posição difícil. Seus ativistas dividem-se entre defensores e opositores do governo; atores críticos são, cada vez mais, isolados e criminalizados. Uma campanha político-midiática antipiquetera empreendida em 2005 levou a uma repressão drástica contra os protestos no espaço público, pois os pobres voltaram a ser estigmatizados como “classe perigosa”, com isso retornando os *piqueteros* aos seus bairros (BORIS, 2006, p. 84).

CONCLUSÃO

A questão da envergadura das possíveis perspectivas dos movimentos urbanos pode ser discutida em ambas as cidades: no Rio de Janeiro, em face da exclusão centenária das favelas, uma auto-organização nascida da necessidade existe como parte integrante da sociedade urbana para além do Estado. Sem dúvida, Buenos Aires também possui assentamentos irregulares com uma história semelhante, mas em uma magnitude consideravelmente menor. Lá, uma resposta política específica à nova ordem mundial da “globalização” destruiu o Estado social [*Sozialstaat*] existente e, de repente, levou certos grupos pobres a inventarem novas estruturas informais do produzir, do se reproduzir ou da resistência política. Ao mesmo tempo, os atores de ambas as cidades – as quais se fragmentaram espacialmente e se polarizaram em um contexto de projetos de hegemonia neoliberal – percorreram processos bem parecidos. Uma massa de habitantes excluídos se defronta social e espacialmente contra uma burguesia autosssegada [*sich abschottendes Bürgertum*]. Enquanto estratégias precárias de sobrevivência – incluindo a economia da violência – marcam cada vez mais o cotidiano urbano, o Estado delega sua responsabilidade social às organizações da sociedade civil.

Uma comparação entre as duas metrópoles revela os campos de ação centrais dos atuais ativismos urbanos: os movimentos que se referem às *asambleas populares*, os *piqueteros* e as empresas recuperadas são lutas sociais que surgiram do colapso dos projetos neoliberais, procuram desligar-se da lógica do capitalismo globalizado e rompem, em nível local, com a dicotomia entre valor de uso e valor de troca, produtor e consumidor, trabalho remunerado e trabalho doméstico ou de subsistência. O movimento *hip-hop* nas favelas do Rio de Janeiro, por sua vez, pode ser interpretado, por enquanto, como uma tentativa de formar sujeitos úteis ao regime de acumulação global. Seu ativismo não estabelece uma crítica frontal ao capitalismo neoliberal, mas dirige-se criticamente à democracia representativa, que falhou em estabelecer na favela os mesmos direitos civis, formas de representação autodeterminadas e uma forma de governo sob o Estado de direito: sua luta gira em torno do “direito aos direitos” e da “ampliação democrática da cidadania” (KALTMEIER *et al.*, 2004, p. 7-30). Seus atores atuam dentro do sistema de referência global do *hip-hop*, cuja vertente politizada se desenvolveu mundialmente como uma forma de expressão cultural das minorias discriminadas nas periferias sociais metropolitanas.

Seus modelos de interpretação são capazes de integrar “tecnologias de si” que são sistematicamente reclamadas pelo neoliberalismo. Os próprios ativistas não compreendem o *hip-hop* apenas como meio de possibilitar à juventude marginalizada uma representação autodeterminada da favela; mas, também, como algo para formar sujeitos cuja criatividade flexível corresponda às exigências do capitalismo global: “Nós queremos transformar os jovens em empreendedores”, constata o fundador do *Grupo Cultural AfroReggae* (GABER *et al.*, 2008). Os *piqueteros* e as *empresas recuperadas* recusam-se a aderir a essa lógica: seu perigo reside, seguramente, em, como se fossem “ilhas no mar da crise capitalista”, atolarem-se “na autogestão da carência” (ARNOLD, 2003, p. 146).

Isso revela a situação atual dos movimentos urbanos: entre a exclusão de, e a inclusão nos aparelhos estatais locais, como também na cultura e na economia globalizada; entre a ambição por autonomia e a dependência de fora; entre solidariedade e o pensamento econômico; entre a coletividade e as exigências individuais. Em relação a sua definição clássica, sobretudo por um entendimento tradicional de autonomia, ela mostra-se ambivalente, inserida em um contexto de governamentalidade neoliberal, uma vez que “conceitos como o de ‘*self-help*’, ‘*active citizenship*’, ‘*personal development*’ e ‘*empowerment*’ referem-se a novas formações identitárias que se conectam diretamente às políticas de individualização e atomização do neoliberalismo” (KALTMEIER, 2004, p. 15). Assim, questões sobre o conteúdo emancipatório dos movimentos urbanos precisam ser discutidas no contexto de um campo político-cultural modificado, diferente dos anos 60 e 80. Não obstante, um conhecimento histórico sobre os laços estreitos entre os militantes dos movimentos urbanos que restaram, o modelo de desenvolvimento sócio-espacial das cidades e, também, a política local e a política central estatal é crucial para a compreensão do seu significado.

BIBLIOGRAFIA

- ALTVATER, Elmar. *Das Ende des Kapitalismus wie wir ihn kennen*. Eine radikale Kapitalismuskritik. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2005.
- ALVAREZ, Sonia E.; ESCOBAR, Arturo. Conclusion: Theoretical and Political Horizons of Change in Contemporary Latin American Social Movements. In: ALVAREZ, Sonia E.; ESCOBAR, Arturo (Org.). *The Making of Social Movements in Latin America: Identity, Strategy and Democracy*. Boulder/São Francisco/Oxford: Westview Press, 1992. P. 317-330.
- ALVES, Marcio M. Zerschlagt die Wohlstandinseln der Dritten Welt? In: DETREZ, Con-

- rad (Org.). *Zerschlagt die Wohlstandsinselfn der Dritten Welt*. Reinbek: Rowohlt, 1971. P. 9-24.
- ALVITO, Marcos. *As Cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.
- ARNOLD, Alix. Anmerkungen zum Dilemma der Selbstverwaltung im Kapitalismus. In: COLECTIVO SITUACIONES (Org.). *¡Que se vayan todos! Krise und Widerstand in Argentinien*. Berlin: Assoziation A, 2003. P. 146-151
- BANCK, Geert A.; DOIMO, Ana Maria. Between utopia and strategy: a case study of a Brazilian urban social movement. In: SCHUURMAN, Frans; NAERSSSEN, Ton van (Org.). *Urban Social Movements in the Third World*. Londres/Nova York: Routledge, 1989. P. 125-150.
- BAUMAN, Zygmunt. Making and Unmaking of Strangers. In: BEILHARZ, Peter (Org.). *The Bauman Reader*. Malden [MA]: Blackwell Publishers, 2001. P. 200-217.
- BEHRENS, Benedict. *Ein Laboratorium der Revolution*. Städtische soziale Bewegungen und radikale Reformpolitik im mexikanischen Bundesstaat Veracruz 1918-1932. Frankfurt (Meno): Peter Lang Verlag, 2002.
- BENNETT, Vivienne. The Evolution of Urban Popular Movements in Mexico between 1968 and 1988. In: ALVAREZ, Sonia E.; ESCOBAR, Arturo (Org.). *The Making of Social Movements in Latin America: Identity, Strategy and Democracy*. Boulder/São Francisco/Oxford: Westview Press, 1992. P. 240-259.
- BLANK, Martina. Autonomie und Territorialität. Aspekte eines neuen sozialen Protagonismus in Buenos Aires. In: KALTMEIER, Olaf; KASTNER, Jens; TUIDER, Elisabeth (Org.). *Neoliberalismus – Autonomie – Widerstand*. Soziale Bewegungen in Lateinamerika. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2004. P. 184-195.
- BONASSO, Miguel ; CALLONI, Stella; BIELSA, Rafael A. *Qué son las Asambleas Populares*. Buenos Aires: Ediciones Continente, 2002.
- BORIS, Dieter. *Soziale Bewegungen in Lateinamerika*. Hamburgo: VSA-Verlag, 1998.
- _____. *Der Fall Argentinien*. Krise, soziale Bewegungen und Alternativen. Hamburgo: VSA-Verlag, 2006.
- BRAND, Ulrich. Einleitung: Spurensuche nach neuen Formen emanzipativer Politik. In: COLECTIVO SITUACIONES (Org.). *¡Que se vayan todos! Krise und Widerstand in Argentinien*. Berlin: Assoziation A, 2003. P. 7-18.
- BULTMANN, Ingo. Nachbarschaftsbewegungen und der Wandel politischer Systeme. In: BULTMANN, Ingo; HELLMANN, Michaela (Org.). *Demokratie ohne soziale Bewegung? Gewerkschaften, Stadtteil und Frauenbewegungen in Chile und Mexiko*. Unkel/Bad Honnef: Horlemann, 1995. P. 143-234.
- BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. P. 25-60.
- CASTELLS, Manuel. *Die kapitalistische Stadt*. Ökonomie und Politik der Stadtentwicklung. Hamburgo/Berlin Occidental: VSA-Verlag, 1977.
- _____. *The City and the Grassroots*. Berkeley/Los Angeles: University of California Press, 1983.
- _____. *Das Informationszeitalter II*. Opladen: Leske und Budrich Verlag, 2002. V. 2.
- COLECTIVO SITUACIONES (Org.). *¡Que se vayan todos! Krise und Widerstand in Argentinien*. Berlin: Assoziation A, 2003.

_____. *Escrache*. Aktionen nichtstaatlicher Gerechtigkeit in Argentinien. Berlin: b_books, 2004.

FAJIN, Gabriel (Org.). *Fábricas y empresas recuperadas*. Protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits IV*. Paris: Gallimard, 1994.

FRIEDMANN, John. The Latin American barrio movement as a social movement: contribution to a debate. *International Review of Urban and Regional Research*, v. 13, n. 3, p. 501-510, 1989.

GABER, Katharina; KÖBBERLING, Gesa; OTTO, Birke. Manager der Marginalität. Kultur und Sozialarbeit in den Favelas von Rio de Janeiro. In: LANZ, Stephan; DORNER, Gese; GABER, Katharina; HARLAN, Nele; JÄGER, Nadine; OTTO, Birke; PLÄHN, Swantje; JENNERJAHN, Sigurd (Org.). *Funk the City*. Sounds und städtisches Handeln aus den Peripherien von Rio de Janeiro und Berlin. Berlin: b_books, metroZones 9, 2008. P. 130-149.

GABEIRA, Fernando. *Die Guerilleros sind müde*. Frankfurt (Meno): Suhrkamp, 1982.

JUNIOR, José. *Da favela para o mundo: a história do grupo cultural Afro Reggae*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2003.

KALTMEIER, Olaf; KASTNER, Jens; TUIDER, Elisabeth. Cultural Politics im Neoliberalismus. Widerstand und Autonomie Sozialer Bewegungen in Lateinamerika. In: KALTMEIER, Olaf; KASTNER, Jens; TUIDER, Elisabeth (Org.). *Neoliberalismus – Autonomie – Widerstand*. Soziale Bewegungen in Lateinamerika. Münster: Westfälisches Dampfboot, 2004. P. 7-30.

KLAARHAMER, Roel. The Chilean Squatter Movement and the State. SCHUURMAN, Frans; NAERSEN, Ton van (Orgs.). *Urban Social Movements in the Third World*. Londres/Nova York: Routledge Kegan & Paul, 1989. P. 177-198.

LANZ, Stephan. Favelas regieren. Zum Verhältnis zwischen Lokalstaat, Drogenkomplex und Favela in Rio de Janeiro. *Zeitschrift für Wirtschaftsgeographie*, V. 51, n. 3, p. 93-107, 2007.

LEBUHN, Henrik. Progressives Mosaik. Die Debatte um städtische soziale Bewegungen. *iz3w*, n. 292, abr./mai., p. 36-39, 2006.

LEMKE, Thomas; BRÖCKLING, Ulrich; KRASMANN, Susanne. Gouvernamentalität, Neoliberalismus und Selbsttechnologien. In: BRÖCKLING, Ulrich; KRASMANN, Susanne; LEMKE, Thomas (Org.). *Gouvernamentalität der Gegenwart*. Studien zur Ökonomisierung des Sozialen. Frankfurt (Meno): Suhrkamp, 2000. P. 7-32.

MARIGHELA, Carlos. Handbuch des Stadtguerillero. In: DETREZ, Conrad (Org.). *Zerschlagt die Wohlstandsinseln der Dritten Welt*. Reinbek: Rowohlt, aktuell 1453/1454, 1971. P. 39-84.

MAYER, Margit. Urban social movements in an era of globalisation. In: HAMEL, Pierre; LUSTIGER-THALER, Henri; MAYER, Margit (Org.). *Urban Movements in a Globalizing World*. Londres/Nova York: Routledge, 2000. P. 141-157.

_____. The Onward Sweep of Social Capital: Causes and Consequences for Understanding Cities, Communities and **Urban Movements**. *International Review of Urban and Regional Research*, v. 27, n.1, p. 110-132, 2003.

_____. Manuel Castells' The City and the Grassroots. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 30, n. 1, p. 202-206, 2006.

MV Bill. *O tempo é o Juiz*. Disponível em: <<http://www.vivafavela.com.br/publicue>>. Acesso em: 05 ago. 2004.

PICKVANCE, Chris. Where Have Urban Movements Gone? In: HADJIMICHALIS, Costis;

SADLER, David (Org.). *Europe at the Margins: New Mosaics of Inequality*. Sussex: European Science Foundation/John Wiley & Sons Ltd, 1995. P. 197-217.

ROSE, Nikolas. *Powers of Freedom: Reframing Political Thought*. Cambridge: University Press, 1999.

SCHNEIDER, Cathy: Radical Opposition Parties and Squatters Movements in Pinochet's Chile. In: ALVAREZ, Sonia E.; ESCOBAR, Arturo (Org.). *The Making of Social Movements in Latin America: Identity, Strategy and Democracy*. Boulder/São Francisco/Oxford: Westview Press, 1992. P. 260-275

SCHÜTZE, Stephanie. Wir kämpfen um Raum für uns und unsere Kinder. Raum, Geschlecht und politische Partizipation in Mexiko-Stadt. In: RODENSTEIN, Marianne (Org.). *Das räumliche Arrangement der Geschlechter*. Kulturelle Differenzen und Konflikte. Berlin: Trafo-Verlag, 2005. P. 101-117.

SCHUURMAN, Frans. Urban social movements: between regressive utopia socialist panacea. In: SCHUURMAN, Frans e NAERSSSEN, Ton van (Org.). *Urban Social Movements in the Third World*. Londres/Nova York: Routledge, 1989. P. 9-26.

SILVA, Luiz A. Machado da. A continuidade do „problema da favela“. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. P. 220-237.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *O desafio metropolitano: Um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPERBERG, Jaime. *Urbane Landbesetzungen in Santiago de Chile und Buenos Aires*. Soziale Bewegungen in Chile und Argentinien in den 80er Jahren. Hamburg: LIT-Verlag, Reihe Politikwissenschaft, Bd. 43, 1997.

THIMMEL, Stefan. Tauschbörsen: Gescheitertes Experiment oder Erfahrung für die Zukunft? In: COLECTIVO SITUACIONES (Org.). *¡Que se vayan todos! Crisis und Widerstand in Argentinien*. Berlin: Assoziation A, 2003. P. 161-172.

VELLINGA, Menno. Power and independence: the struggle for identity and integrity in urban social movements. In: SCHUURMAN, Frans; NAERSSSEN, Ton van (Org.). *Urban Social Movements in the Third World*. Londres/Nova York: Routledge, 1989. P. 151-176.

ZALUAR, Alba. Crime, medo e política. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). *Um século de favela*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. P. 209-232.

ZIBECHI, Raúl. Besetzte Fabriken: Zwischen Überleben und Emanzipation. In: LANZ, Stephan (Org.). *City of COOP*. Ersatzökonomien und städtische Bewegungen in Rio de Janeiro und Buenos Aires. Berlin: b_books, metroZones 5, 2004. P. 269-285.

Recebido em: 20/01/2009

Aceito em: 03/03/2009

AB AHLALI BASEMJONDOLO AND THE STRUGGLE FOR THE CITY IN DURBAN, SOUTH AFRICA¹

RICHARD PITHOUSE

Department of Politics

Rhodes University, Grahamstown, South Africa

R.Pithouse@ru.ac.za

ABSTRACT

The racialised regulation of space under apartheid was increasingly undone by insurgent popular action from the late 1970s. After apartheid a technocratic agenda that reduced the urban crisis to a housing crisis successfully depoliticised the urban question. At the same time the state made often violent attempts to reinscribe certain aspects of apartheid spatial logic by forcibly removing shack dwellers living in well located suburbs to tiny houses, and then later ‘transit camps’, in peripheral ghettos. However from 2004 there was a remarkable sequence of popular protest against local governments across the country. An autonomous shack dweller’s movement, Abahlali baseMjondolo, emerged from this grassroots ferment and has since issued a compelling demand for organisational autonomy, grassroots urban planning and the right to the city.

KEYWORDS: Abahlali baseMjondolo. Apartheid. Autonomy. Durban. Shacks. Social Movements. Urban Planning.

AB AHLALI BASEMJONDOLO E A LUTA PELA CIDADE EM DURBAN, ÁFRICA DO SUL

RESUMO

A regulação do espaço conforme critérios raciais sob o apartheid foi sendo crescente por ações populares insurgentes a partir de fins dos anos 70. Após o fim

¹ Where references are not given the claims presented here are based on three years of day to day involvement in Abahlali baseMjondolo, as a member of the organisation, and before that, work with the Kennedy Road Development Committee from March 2005.

do apartheid, uma agenda tecnocrática que reduziu a crise urbana a uma crise habitacional conseguiu, com sucesso, despolitizar a questão urbana. Ao mesmo tempo, o Estado fez, com frequência, tentativas violentas de reinscrever certos aspectos da lógica espacial do apartheid por meio da remoção forçada de sem-tetos que habitavam *suburbs* bem localizados para casinhas minúsculas e, após isso, para “centros de triagem” [*transit camps*] em guetos periféricos. Entretanto, a partir de 2004 tem havido uma notável sucessão de protestos populares contra os governos locais ao longo de todo o país. Um movimento autônomo de sem-teto, Abahlali baseMjondolo, emergiu desse fermento presente nas bases sociais e, desde então, tem representado com vigor a demanda por autonomia organizacional, planejamento radicalmente de baixo para cima e o direito à cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Abahlali baseMjondolo. *Apartheid*. Autonomia. Durban. Sem-teto. Movimentos sociais. Planejamento urbano.

THE APARTHEID CITY

The apartheid state began its project of spatial segregation in earnest in the mid 1950s. The ideal model for the apartheid city reserved city centres and the suburbs around them, as well as those close to major roads, for people classified white. Middle class people classified as Indian and coloured were housed further out, then working class people classified as Indian and coloured and then, still further out, working class people classified as African. Unmarried African women and the African poor were entirely excluded from the cities and banished to rural ‘homelands’ constituted on an ethnic basis.

Squatters’ movements and struggles had had some important success in the 1930s (MAYLAM, 1996) and 40s (BONNER, 2005; STADLER, 1979) and squatters were able to mount vigorous resistance to forced removal to peripheral townships in the late 1950s (EDWARDS, 1959). But in the end these struggles were crushed by the apartheid military. The eradication of squatting and the segregation of the cities were largely achieved by the early 1970s.

In 1961 Frantz Fanon (FANON, 1976) famously described the colonial city as a “world cut in two”:

A world divided into compartments, a motionless, Manichean world. [...] The native is a being hemmed in; apartheid is simply one form of the division into compartments of the colonial world. The first thing which the native

learns is to stay in his place, and not to go beyond certain limits (FANON, 1976, p. 40).

This is as perfect a description as one could find of the apartheid city. However it is worth keeping in mind that apartheid, and before that colonialism, was not just interested in the physical separation of people on the basis of the different races into which they were categorised. There was also a consistent attempt to use housing as a form of social control. Individual ‘agitators’ were excluded from access, whole communities were given concessions or excluded on the basis of their political leanings, townships were laid out in designs primarily planned around security concerns, authoritarian leaders willing to collaborate with apartheid were given various forms of power and from 1947 transit camps, which often had a clearly carceral aspect, were used to gain control over autonomous squatter’s movement by offering temporary freedom from eviction at the price of strict state controls (HUCHZERMEYER, 2003).

For Fanon the event that inaugurates the end of the world of compartments occurs when the violence used to police the dividing line between the compartments is “taken over by the native at the moment when, deciding to embody history in his own person, he surges into the forbidden quarters” (FANON, 1976, p. 31). Fanon concludes that:

The shanty-town sanctions the native’s decision to invade, at whatever cost and if necessary by the most cryptic methods, the enemy fortress. The *lumpen-proletariat*, once it is constituted, brings all its forces to endanger the ‘security’ of the town, and is the sign of the irrevocable decay, the gangrene ever present at the heart of political domination (FANON, 1976, p. 103).

From the late 1970s the hermetic seal around white space began to be broken by land occupations and the formation of new shack settlements. This reached a peak in the 1980s. Many of these new settlements were on the peripheries of the cities, and while they may have improved the circumstances of the people who could gain some access to the cities through them, and while they broke with the tight control of the state over urban land and urban planning, they did not fundamental disrupt the apartheid racialisation of space. However others were in the inner suburban core reserved for people classified as white and wealthy and middle class people classified as Indian and coloured. These settlements constituted a decisive break with the spatial logic of apart-

heid. The situation in the city of Durban was unique in that there were a large number of land occupations in the suburban core.

While many people involved in these occupations were simply trying to secure access to a livelihood, or to unite families divided by apartheid regulation of access to urban space, there was a considerable extent to which these occupations were an explicitly political practice. The new settlements were often named after African National Congress (ANC) leaders in exile and, certainly in Durban, the circumstances of their founding and defence are invariably well remembered and often remembered in explicitly political terms. In some cases the new settlements were run democratically and without the extraction of rent and therefore constituted the creation of a new and insurgent urban commons (HUCHZEMEYER, 2004)². However there were also authoritarian projects that were organised around the extraction of rent and some that were directly complicit with apartheid in return for qualified right to remain in the cities. Some of the anti-apartheid organisations in the settlements were also, especially towards the end of the state of emergency in the late 1980s, authoritarian.

THE POST-APARTHEID CITY

The post-apartheid housing deal was negotiated in 1993, the last year of the interregnum between apartheid and parliamentary democracy. It was developed from local capital's engagement with World Bank models, a process that began in anxious response to the 1976 Soweto uprising. The World Bank developed its model from the housing policy designed at the University of Chicago for Chile under the Pinochet dictatorship. It is based on the allocation of a fixed government housing subsidy per household to be awarded to private contractors who must take their profit from building within the subsidy limit. It inevitably results in cheap land being used to build housing for the poor and, therefore, banishment to isolated peripheral ghettos (HUCHZERMEYER, 2004, p. 145-178; COHRE, 2008).

In 2001, writing in a Fanonian vein, Nigel Gibson ascribed the general ideological capitulation of the ANC to a failure to develop a popular radi-

² Although she does not use the language of insurgency or commons this is clear in Huchzermeyer's *Unlawful Occupation: Informal Settlements and Urban Policy in South Africa and Brazil* (especially p. 114-118).

cal intellectual praxis adequate to the challenges of the transition (GIBSON, 2001). In the same year Patrick Heller also pointed to the vanguardism of the ANC and argued that “a once strong social-movement sector has been incorporated and/or marginalized by the ANC’s political hegemony, with the result that organized participation has atrophied and given way to a bureaucratic and commandist logic of local government reform” (HELLER, 2001, p. 159). The result, he concluded, was “the irony of an increasingly Leninist party defending neoliberal economic orthodoxy” (HELLER, 2001, p. 134).

For most of the first decade after apartheid the South African state and its allied NGOs had considerable success in reducing the general understanding of the profound urban crisis inherited from apartheid to a simple housing crisis which was in turn reduced to a question of the number of houses required to overcome the ‘backlog’. Although it had not been long since the mass mobilization against apartheid in the 1980s – a mobilization that was often driven by popular organisations acting with a considerable degree of autonomy from centralised party control (NEOCOSMOS, 2007), and which often confronted the urban question directly (HUCHZERMAYER, 2003) – the reduction of a deeply political set of questions to the technocratic language that measures success in terms of ‘units delivered’ became largely dominant in civil society. The embrace of this technocratic consensus, a consensus that strictly reserved urban planning as a state and NGO function³, enabled an increasingly unlawful and violent state led assault on the popular challenges to the spatial logic of apartheid⁴. At times this was simply to sooth middle class anxieties⁵ that

³ Marcelo Lopes de Souza, writing against a technocratic and state centric planning consensus, has introduced the valuable phrase (which has been taken up with enthusiasm by Abahlali base-Mjondolo and allied movements in South Africa) ‘grassroots urban planning’ (SOUZA, 2006).

⁴ There is, as yet, no comprehensive national study of how the state, in the era of constitutional democracy, began, often with the tacit support of civil society, to act as if the poor living ‘out of place’ were some how beneath the protection of the law. While it certainly does not offer a comprehensive account of this form of state criminality in even one city the report on housing rights in Durban by the Centre on Housing Rights & Evictions (COHRE, 2008) does, at least, keep some sort of record with regard to some recent instances of state criminality in one city.

⁵ The best study of white middle class attitudes towards shack settlements near to or in middle class suburbs is Richard Ballard’s ‘Middle Class Neighbourhoods or African Kraals?’ The impact of informal settlements on white identity in post-apartheid South Africa’ (BALLARD, 2004). Although Ballard only looks at white responses to adjacent shack settlements his argument as to how the presence of shack settlements in middle class suburbs can result in profound anxieties to middle class claims to ‘modern’ and ‘first world’ conceptions of the self could, with further research, be extended to include the black middle class. Although this is not widely acknowledged-

demanded that the poor be returned to their place – the apartheid style peripheral ghetto. But at times the steady return to this aspect of the spatial logic of apartheid also enclosed land appropriated in the popular struggles against apartheid in the interests of a new round of accumulation by dispossession⁶.

In order to make sense of the post-apartheid evasion of the politics of the urban question, an evasion followed since 2004 by vigorous country wide grassroots ferment around urban questions, it is useful to consider that there are (at least) two diametrically opposed conceptions of the political. The idea of politics has both an elevated and debased sense. The former is the public and ideally popular posing of the questions essential to the constitution of a just society. The later is the private, and therefore self serving and cynical competition for power and influence.

The technocratic reduction of the urban question to a housing question by the state and much of civil society after apartheid resulted in a radical evasion of politics in its elevated sense. Progress was assumed to be a quantitative question, something that accountants could audit. In the rush to ‘deliver’ more ‘units’ it was forgotten that at the heights of its power the apartheid state had been one of the largest builders of state housing in the world and that a properly post-apartheid approach to housing would have to consider questions such as the quality of houses built, the location of those houses, the nature of their ownership, the degree to which they were served by affordable transport, the processes by which they were planned and built and so on.

However while the state/NGO complex largely posed housing as a strictly technocratic question it became deeply political, in the most debased sense of that term, on the ground. Housing projects were routinely captured by local political elites and, at every level from the awarding of construction contracts to the allocation of individual houses, used to support the personal and political interests of those local elites. This was often undertaken ruthlessly, and on occasion violently, by local party structures.

It has often been noted that after its unbanning in 1990 the African Na-

ged in the academy, casual and crass anti-African racism is very common (although of course not inevitable) amongst middle class residents in suburbs formerly reserved for people classified as ‘Indian’ or ‘coloured’ and it has not been usual for middle class African residents to respond to the development of shack settlements near to their homes with considerable anxiety and hostility.

⁶ This awaits a full length study. But there are numerous instances where land from which shack dwellers have been relocated has been developed for private profit.

tional Congress (ANC) moved swiftly to demobilise the popular organisations that had done vastly more to break the iron fist of apartheid than the ANC's fantasies of armed struggle. But it is also important to understand that the significant degree of autonomy that had been developed by popular organisations was lost completely as they were bought under the control of top down party structures. In the case of ANC aligned shack settlements each local organisation had to reconstitute itself as a 'Development Committee' affiliated to and under control of the ANC aligned South African National Civics Organisation (SANCO)⁷. When Development Committees in settlements are under SANCO control, or as has increasingly happened following the serious decline in SANCO, under the control of the local Branch Executive Committee of the ANC, it becomes increasingly difficult for these organisations to challenge local political elites. On the contrary these organisations generally become a mechanism for local elites to control the grassroots and this process is invariably authoritarian and sometimes violent, or premised on threats of violence or expulsion from settlements.

Where NGOs, most notably People's Dialogue which later become Shack/Slum Dwellers' International (SDI)⁸, have sought to build a grassroots constituency they have most often done so on an explicitly non-political basis that, while it is technocratic in so far as it does not engage in public challenges to the state, is also deeply moralising in so far as it aims to demonstrate to the state and donors that its members are the deserving and disciplined poor – obedient and frugal. In South Africa SDI has succeeded spectacularly in so far as it has given the state an official partner that allows it to claim that it works with shack dwellers while it demonises and represses autonomous shack dwellers' organisations that issue public challenges to the state⁹. However it has failed

⁷ In the period between the unbanning of the ANC in 1990 and the first democratic election in 1994 SANCO had argued for the democratisation and decommmodification of state housing but after 1994 SANCO not only abandoned these positions but also sought to become a shareholder in the privatized commodification of essential services (HUCHZERMEYER, 2003).

⁸ There have also been attempts on a much smaller scale by some left NGOs, the sort associated with the World Social Forum, to build a constituency in shack settlements. However these have been inconsistent, largely unsuccessful and plagued by grassroots allegations of authoritarianism on the part of some of those NGOs (and, in one instance, allegations of violence on the part of 'activists' sub-contracted to deliver a political constituency to one of these NGOs).

⁹ SDI has never publicly condemned the active demonization and repression of autonomous shack dweller's organisations by the South African state.

to make a significant intervention in resolving the housing crisis, or to publicly raise the questions pertaining to the wider urban crisis. The latter failure is due to its refusal of politics in the elevated sense. The former failure is due to the fact that its technocratic orientation, and its accompanying explicit refusal to engage in “prescription and militancy” (TOLSI, 2008) has left SDI entirely unable to confront politics in its debased sense. SDI receives massive support from international donors and the national government but has no capacity to discipline local political elites who continue to capture and distort housing projects in their own narrow interests. However there are many cases where entirely unfunded grassroots organisations have developed this capacity for some time and to some degree.

Post-apartheid political realities at the micro local level have varied enormously but in so far as one can generalise it is fair to say that, via co-option of local leaders and an intense and often NGO supported ideological capture that posed development as a necessarily technocratic, and therefore expert led project, local organisations generally became a mechanism for top down control that was often exercised in an authoritarian manner.

This was accompanied by an authoritarian approach to development in which state officials would negotiate with local political elites, who in turn would make deals with the leaders (by now often unelected but supported from above) in the settlements. The role of those leaders would be to ensure consent for the developments negotiated between state officials and local political elites. In this way ordinary people were excluded from any meaningful participation in discussions around housing and other development. But the appearance of their consent for development projects became a commodity that, once won or enforced, could be traded.

One consequence of the exclusion of ordinary people, and therefore of any consideration of their interests, from discussions about urban development in post-apartheid South Africa was that post-apartheid housing development did not break with the fundamental spatial logic of apartheid in so far as that logic banished the African poor to the ghettos on the urban periphery. In fact this logic was often actively reproduced. The key reason for this is that the material interests of local political elites were best served by accommodation with the market.

Urban development in post-apartheid South Africa has certainly not, as Fanon recommended, sought to end the division of one world in to two. On

the contrary there has been an active attempt to simultaneously deracialise the elite zones, the zones that used to be reserved for people classified as white, while simultaneously reconstituting the spatial manicheism of apartheid on the basis of class. Where there have been attempts to connect former black areas to former white areas the black areas in question have invariably been relatively privileged and the project has been to extend rather than to do away with the zone of securitised privilege. So in many cities, and especially in Johannesburg, there has been an active project by the state and capital to expel the poor from city centres and to reinstitute the rule of money over these areas. And while there has been active support for the deracialisation of the suburban areas in terms of ending racial barriers to the housing market there has, simultaneously, been a vigorous attempt to remove poor squatters from these areas. At the same time there has been a massive boom in building access controlled and highly secured residential communities, shopping malls, office parks and beach and golfing resorts. The general development model has taken the form of public investment in an attempt to create a 'world class city' so razor wire encircled monumental kitch like themparks, 5 star hotels, casinos, conference centres as well as golf course estates and sports stadia have been prioritised.

State housing for the poor has largely been built on the urban periphery, often entirely out of sight from the zones inhabited by bourgeois eyes, as well as the transport corridors between them that are traversed by bourgeois eyes. Exclusion from the city often results in a dramatic decline in economic well-being, access to education and health care and public spaces like libraries, parks, sports fields and so on. The sweetener in the relocation deal is that life saving basic services – toilets, electricity and adequate water in particular – are withheld from the shack settlements but provided (on a commodified basis) in the relocation settlements. The justification for withholding services, like sanitation and electricity that would free people from constant diarrhoea and fires, is that it has been announced that the shack settlements are 'temporary'. The date on which the last shack will be taken down was first set at 2010, then moved to 2011 and now stands at 2014. This is rank denialism. The state's own research shows that the number of people living in shacks is growing. But the denialist fantasy works very well to justify withholding and sometimes even removing life saving services from settlements and to pathologise all protest as (1) unjustified and therefore part of some sinister conspiracy and (2) a threat to

the development plan and therefore to the rational administration of society. The Plan is always discussed in a neo-liberal developmental jargon as impenetrable as it is meaningless that offers the apparent authority of (pseudo) science to a millennial fantasy in which the real desire is clearly to eradicate the poor rather than poverty. The state calls its Plan for the poor ‘service delivery’ and has declared it a stellar success. At times it has even been described as ‘revolutionary’.

POPULAR FERMENT IN THE POST-APARTHEID CITY

The simultaneous evasion of politics in its elevated understanding, in the sense of the popular posing of questions of justice, and descent into politics in its debased understanding, in the sense of self serving machinations on the part of local elites, has come under increasing popular pressure in recent years. The beginnings of an urban ferment were first organised with the formation of the Anti-Eviction Campaign in Cape Town in 2000. The Landless People’s Movement was formed the following year and was able to develop some strength in shack settlements around Johannesburg. Both of these movements contested politics in its debased sense as well as evictions and forced removals to the urban periphery as well as, crucially, the technocratic approach to urban development. The Anti-Eviction Campaign emerged with complete autonomy from NGO politics and the Landless People’s Movement broke with its ‘partner NGO’ in 2003. Both organisations called for a boycott of the 2004 local government elections and, in consequence, faced unlawful and violent state repression.

But 2004 was also the year in which a popular rejection of politics in its debased sense and a demand for politics in its more elevated sense began to be taken forward with remarkable vigour in a sequence of popular protests that still continue, although perhaps now more sporadically¹⁰. These protests were often organised from shack settlements and, due to their generally local focus, are well described as municipal revolts. They most often took the form of blockading

¹⁰ John Pilger, a critic who, like most of the global left celebrities, prefers to ground his engagement in South Africa with left NGOs rather than popular movements but who, nevertheless, is very well placed to make comparative assessments, recently argued, presumably on the basis on 2006 statistics, that at a rate of 10 000 protests a year South Africa may have “the highest rate of dissent in the world” (PILGER, 2008).

roads with burning barricades and usually targeted municipal party councillors. Although they were inspired by each other, via the media and the mobility that often characterises life in shack settlements, they certainly had no overarching, or even linking organisational structure. This hydrarchical form of struggle has its weaknesses, foremost of which is the difficulty in sustaining unorganised rebellion after the first evental flashes. But there can be some virtue in the fact that a new political sequence constituted in this way is firmly under popular control in thousands of different locations and so lacks a head for the state to arrest and beat into obedience or for the state/NGO complex to co-opt. This can create a degree of temporary structural autonomy that enables critical discussion about issues of organisation and principle to take place before the inevitable attempts at co-option via party politics, state development and NGOs.

Official discourse, from the state, media, academics and NGOs, including most human rights and left NGOs, more or less uniformly described these protests as 'service delivery protests' with the implication often being that there was a popular demand for the perfection of top down 'service delivery'. It was often argued that the widespread targeting of local ward councillors in these protests indicated an inability to 'understand democracy' because the councillors 'do not drive the housing roll-out'. These judgements were most often delivered without any attempt at all to speak to the people actually organising and undertaking the protests.

There was no national study of the national wave of municipal protests that was not a quantitative attempt to measure the incidence of 'service delivery protests'. But the language driving the actual planning and implementation of these protests, a language occasionally glimpsed in the mass media in slogans and songs and, every now and then, a direct comment from a protester, was generally quite different to the paradigm of 'service delivery protests' and most often spoke to notions of the dignity of personhood, the virtue of honesty and integrity, and the idea that the disrespect shown towards people and their political intelligence and innovations by the state had now become intolerable. Certainly this disrespect had a lot to do with an absence of toilets, intolerable water queues, candles burning dangerously close to flammable walls in cramped cardboard and plastic shacks not to mention violent forced removals to the rural peripheries of the cities. But it also had a lot to do with the pervasive sense that the state disrespected people by lying to people during elections

and by failing to listen to them at other times. Again and again people asserted that the poor are excluded from decision making about their own lives, and therefore from citizenship and that, in an enduring and pervasive trope, they remained foreigners in their own land. Citizenship is widely understood to refer to the material benefits of full social inclusion in the material and spatial senses as well as the right to be taken seriously when thinking and speaking through community organisations. To put it differently there was a clear demand for popular democracy against both the technocratic authoritarianism (of bureaucracies) and the politics of clientelism and patronage (of parties).

During this upsurge of popular protest since 2004 this line of critique has often taken the form of a very practical demand which is for the local state to negotiate directly with popular community organisations rather than with local party councillors. The logic of this demand is clear: local party councillors most often function as a means of top down social control aiming to subordinate popular politics to the party and, thereby, society to the state. This is invariably undertaken via networks of patronage and has often extended to councillors or their associates deploying armed force against their constituents. The politics of patronage, driven by local party elites networked around ward councillors, is often opposed to the technocratic fantasies of state bureaucrats and NGOs in that it vigorously asserts specific interests against the fantasy of the top down rational administration of a plan. But local bureaucracies are ultimately subordinate to party politics and local bureaucrats make their deals with local political elites and not the people affected by those deals. Politics in its debased sense routinely trumps the technocratic fantasy of a smooth developmental space.

At their best, when they are well organised, sustained and democratic, popular community organisations enable a bottom up politics that can, in slow, grinding battles with occasional flashes, steadily subordinate the local political elite, and thereby the local state to society. This often takes the form of local party political elites withdrawing from contestation around local developments thereby enabling local community organisations to negotiate directly with the local state bureaucracy. Once politics in its debased sense has been successfully confronted it becomes possible to begin to undertake politics in its elevated sense. Bureaucrats can now be confronted with a different set of particular interests – but this time they can be popular interests.

The acute material crisis resulting from the withholding of services in shack settlements and the exclusion from the cities that follows relocation drove the return to a mass politics. But it is very clear that the key demand of that politics is for a democratic rather than a bureaucratic resolution of the crisis.

It seems that the national state prefers to tell itself that it is being confronted by militant 'service delivery protests' because this implies that people are only demanding 'delivery' which can be safely understood as a demand for a more effective technocracy, for a more totalising subordination to bureaucratic power under party control. In other words it enables the assumption that people are only demanding the extension and perfection of the current system. The response of the state, when not entirely and ludicrously paranoid and authoritarian, is either to recommend 'stakeholder management' (co-option, teaching obedience) (BUTLER and NTSENG, 2008) or to promise more efficiency from the state machinery. Some times this takes the form of recommending that consultation, environmental assessments and so on be cut back as they 'slow down delivery'. It seems likely that much of the middle class academic and NGO left is comfortable with the reduction of this national upsurge in popular and militant political action to a demand for 'service delivery' for a similar reason – they often see themselves as a more enlightened rival technocratic elite and this understanding allows them to read and present the protests as a vote of popular support for their power point presentations over those of the state's consultants¹¹.

However there is a popular demand for something quite different to 'more effective delivery'. Because even services essential to basic safety are often denied to shack settlements, and only made available in the out of town relocation sites, people opposing forced removals to these sites are in fact opposing 'service delivery' as it currently exists rather than asking for it to be speeded up in the form in which it currently exists. Moreover a key demand has been for people to be able to make their own decisions about where they would like to live. Sometimes this has been generalized into a collective demand for the right to the city. In many instances protesters have demanded to be able to stay in their centrally located shacks rather than to be moved to new housing

¹¹ Marcelo Lopes de Souza's term 'left wing technocratism' (SOUZA, 2006) seems perfectly appropriate to describe this anti-political spirit.

projects on the periphery of the cities showing that the question of housing is not reducible to being formally housed by the state. Where one lives can be more important than the nature of the structure in which one lives. The right to the city is not only undone by forced removals to the periphery. In some parts of the country, most notoriously Durban and the Eastern part of Johannesburg, it is also undone by the fact that in every relocation people not on the state's housing list (people without papers, single men, single women without children, new arrivals, people renting shacks etc) simply have their homes (illegally) demolished and are (illegally) left homeless. And it is undone by the fact that there is a ban on developing existing shacks and on building new shacks. In Durban this is closely monitored by a mix of local informers, often reporting to the local branch executive committee of the ANC under the ward councillor, and aerial surveillance and is enforced by (the generally patently illegal actions of) militarised land invasions units.

A second key demand has been the right to co-determine 'development' by subordinating the state, especially in its more local manifestations, to society. In other words there is, against the elite assumption that an electoral mandate is a mandate for 5 years of top down technocratic planning by elites strung between the state, academy, donors, consultancies and NGOs, a clear demand for what Souza calls 'grassroots urban planning' (SOUZA, 2006). This includes both a demand to recognise grassroots urban planning that has already occurred, by, for example formally recognising past land occupations, and a demand that future planning, such as the building of houses or the provision of services, be jointly undertaken by communities and the state. The state relentlessly tries to subordinate popular politics to the party or, when that is clearly hopeless, to technocratic processes. Popular political initiatives often struggle, with an equal tenacity, to exit the control of the party and to then subordinate technocratic processes to popular counter-power and, thereby, to subordinate the state to society.

There has been one academic who, against the anti-political technocratic consensus, has a clear grasp of the very political demand that is at the centre of what is at stake, and which is entirely occluded by the routine anti-political reduction of three years of an often hydra like national series of municipal rebellions to 'service delivery protests'. Catherine Cross, an anthropologist in the employ of the state, concluded that "the fragile civil order" is at risk from those who

threaten a ‘heroic government’ by posing ‘grassroots communalism’ against the ‘state bureaucracy’. She warned that we have a situation where there is “an anti-bureaucratic system of informal institutions that competes directly with formal institutions” and that if the state can’t sustain its dominance “communal... institutions will be waiting to replace the current system of party-list councillors and ward committees” (CROSS, 2006). She recommended a few strategies to secure the domination of the bureaucracy over grassroots planning but her final and most vigorous suggestion was to demand the urgent deployment of the police.

AB AHLALI BASEMJONDOLO

In the port city of Durban, South Africa’s second largest city, where there are more than 500 shack settlements, there was a unique development. On 19 March 2005 a road was blockaded by residents of the Kennedy Road settlement, as roads had been blockaded around the country since 2004. The road blockade was inspired by a deep sense of betrayal on the part of the local ANC councillor. The ongoing mass mobilisation following the violent police repression of the road blockade targeted the councillor. He had been elected with the support of shack dwellers but had become widely unpopular amongst shack dwellers after siding with middle class residents in their push to have shack settlements ‘cleared’ from the area. The widespread hostility to the councillor amongst shack dwellers meant that it was possible to invite nearby settlements to join the campaign against him. In settlements where there were elected committees responsive to bottom up pressure this was achieved very easily. But in settlements where there were unelected committees responsive to top down pressure from the local ANC it was often difficult, and sometimes dangerous, to propose rebellion against the councillor¹².

The mobilisation against the councillor took the form of a mock funeral in which he was symbolically buried. This was then taken up in an adjacent part of the city where shack dwellers also symbolically buried their councillor. At this time most of the people involved in these struggles remained loyal to the ANC and saw dishonesty and self interest amongst the local political elite as the key problems. But there was something profoundly radical about the sym-

¹² Death threats were common although no one was killed. But there were instances where people were forced to leave the settlements where they had been living for fear of violence or having their shacks burnt. This was most acute in the Burnwood settlement.

bolic burials of the councillors in that there was no call for one councillor to be replaced with another. The whole institution of the party councillors was being rejected and a clear demand was being issued for the local party leadership to be structurally subordinated to its base.

On 6 October 2005 a meeting of twelve settlements was held in Kennedy Road. There were thirty-two elected representatives there, seventeen men and fifteen women. They agreed that they would not vote in the coming local government elections and that they would stand together and fight together as *Abahlali baseMjondolo* (shack dwellers) (Pithouse, 2006). The decision to refuse electoral politics placed them outside of party politics. That decision was in part a straightforward consequence of disgust at politics in the debased sense. But it was also a decision that was simply necessary to make the building of a mass movement viable in a situation where most settlements were run as vote banks for one of the parties and local elites, sometimes armed, did not allow rival parties to operate on their territory. There were also no ethnic entrepreneurs, no political organisations, in the sense of small sects looking for a constituency, and no NGOs involved in the formation of the movement. It had no donor funding and was accountable only to its members and only via its own meetings. It was, in the sense of the term developed by Souza, an autonomous political project (SOUZA, 2000).

The people that founded the movement had direct connections and familial links with a rich tradition of struggle including the trade union movement where some had accessed Marxist political education, the popular urban struggles of the 80s, rural struggles against the institution of 'traditional leadership', the 1973 Durban strikes that gave birth to the black trade union movement, the great squatter struggles of the late 1950s and even the 1906 Bambatha Rebellion, the last anti-colonial revolt. But traditional ideas about communal access to land¹³ and the morality of the churches, in which each person is understood to carry a spark of the divine, were also very important. But it was

¹³ It must be noted that these have been, to a significant degree, stripped of their original sexism when transplanted to the urban context. AbM has taken up issues of gender explicitly but the predominance of women in leadership is not at all unique to AbM. This is also often the case in shack dwellers' organisations affiliated to SANCO, the ANC, SDI as well as authoritarian formations organised around the extraction of rent or political clientalism. This may be explained by the fact that women are a majority in shack settlements but minorities have often oppressed majorities and the tendency, to which there are of course many exceptions, for women to have a powerful or leading place in shack dwellers' organisations in South Africa still requires a careful theorisation grounded in the lived experience of life in the settlements.

the traditional language of the dignity of each person, reworked into a cosmopolitan form appropriate for urban life, that was, from the beginning, given primary consideration ahead of any of the more explicitly political languages. This may be one reason why Abahlali has always had something of the feeling of the warmth and mutual care of a congregation.

From the beginning an immediate commitment to radical equality was upheld as an axiom¹⁴. This meant that there was no regard for ethnicity, race or nationality and elected leadership positions have been filled by, and the movement's support mobilised for people who are Phondo and Xhosa (in a Zulu dominated city), people who would have been classified as Indian under apartheid and undocumented migrants¹⁵. It also meant that there was an absolute commitment to the letter and spirit of radically democratic practice¹⁶. There were a number of reasons for this, one being that the movement emerged, precisely, as a rejection of top down political practices and so its founding ethical commitment was to bottom up democracy. But it was also necessary to commit to radically democratic practices to secure the safety of the project in the face of intense slander and rumour mongering from the local political elite.

¹⁴ I am using the idea of an axiom in the specific sense developed by Peter Hallward (2005).

¹⁵ This is not to say that there have not been individuals who have raised criticisms of this axiom but rather to say that the movement has consistently adhered to it, and that that adherence has consistently sustained popular support. It has always been democratically confirmed, even amongst a rising tide of ethnic chauvinism associated with Jacob Zuma's campaign for the presidency of the ANC and then the country. For instance, in 2008, Mashumi Figlan, from a Xhosa background, was elected as chairperson of the Kennedy Road settlement by a mostly Zulu electorate. Mnikelo Ndabankulu, from a Phondo background, was elected as spokesperson for the movement by a largely Zulu electorate. Shamita Naidoo, who is of Indian descent, was elected as the chairperson of Motala Heights by a mostly African electorate. Fanuel Nsingo (an undocumented Zimbabwean migrant) was given the position of national administrator by the elected Abahlali secretariat, etc., etc.

¹⁶ In the past observations in this regard have been rejected as a propensity to 'romanticise the poor'. However this is a claim about the political practices in specific organisation at a specific moment in time. It is not, in any sense, a claim about the poor in general. On the contrary to make that bizarre assumption is to assume, bizarrely, that all people who happen to be poor carry some sort of universal essence. Moreover all of the people that have rejected descriptions of Abahlali baseMjondolo as radically democratic have, without exception, had no personal experience within Abahlali baseMjondolo and so an assertion that an account of this democratic practice is 'romantic' is in fact an *a priori* assumption that such practice is not possible amongst people who happen to be black and poor. This is straightforward prejudice. It is worth noting that all of the now large number of students and academics from around the world that have visited Abahlali baseMjondolo and attended its meetings have, without exception, observed first hand the fact that the movement is deeply democratic. The first academic work on this aspect of the movement, an essay by Raj Patel (2008), probably remains the best.

Furthermore there had previously been rivalry between different settlements to secure 'development' and it was essential that the movement could not be seen as 'really' being in the interests of one settlements. Finally the settlements are amongst the most cosmopolitan social spaces in South Africa and there is always the danger of a project being seen as ethnically partisan if it is not scrupulously democratic.

The movement is organised via elected committees in each settlement that network through an elected overarching movement secretariat that facilitates connections between the settlements. In this sense the hydra has cohered but it is not directed from a head. All positions are subject to election and office holders at settlement and movement level are elected by secret ballot for one year terms from which they can be recalled. Their mandate is to facilitate democratic decision making on the issues falling under their portfolio but not to act as representatives for a term. All meetings are open to all (including non members) and settlement committees take important matters to open assemblies and the movement secretariat takes important matters to the settlement committees. The movement secretariat never acts unilaterally for a settlement and only intervenes in support of a settlement committee when it has requested assistance on the basis of a decision at an open assembly. So while lots of actions are decided on and taken together across the settlements many more are decided on and taken at local level via radically devolved decision making. Moreover, in a clear break with the practices of the ANC and, also, the Zulu Nationalist Inkatha Freedom Party (IFP), Abahlali affiliated settlements have allowed other political projects to contest for influence.

The strict commitment to the letter of the requirements for democratic practice takes the form of regular open meetings at set times, annual elections for all positions and so on at all levels of the movement's structures. Each affiliated settlement or branch is required to hold a regular weekly meeting at a set time which is open to all who live in the settlement. Although a number of settlements have not sustained the practice of regular open meetings most have and it is clearly a viable organising practice. Various *ad hoc* and permanent sub-committees, such as the women's league and the youth league, have their own meetings too and the overarching movement structures have regular meetings that are also open to all members and any visitors. The age of people participating in the meetings ranges from 16 to people in their 70s, women are strongly

represented at all levels and the meetings reflect the movement's diversity in terms of ethnicity, race and nationality. Attendance has been consistently good since 2005 (although if there is no immediate crisis to confront a soccer derby does usually leave the meeting considerably thinned out...) It is true that the meetings tend to be long, and that there are many of them, but, although the meeting culture is very formal, they are most often accompanied by the warmth of a congregation and a sense of excitement at the level of discussion, the range of people having the discussion and the broader consequences of those discussions.

It is of course entirely possible for a strict adherence to the letter of democratic practices to be undertaken in a spirit that is contrary to the stated intentions. But Abahlali baseMjondolo meetings have always been gentle in tone, usually have some of the sense of a sacred space and have always taken the form of talking things through until consensus is reached. No one has ever been insulted or diminished in a meeting even when there are difficult issues on the agenda. The point has always been to affirm the dignity of everyone present, to 'think together' and to reach a consensus on that basis rather than for one person or some faction to seek to dominate.

However while all of this is very encouraging there does appear to be a structural limit to the growth of the movement. All of the settlements in which Abahlali drew its initial support in Durban, and then in the nearby town of Pinetown and city of Pietermaritzburg, were within the central suburbs that were formerly reserved for whites, Indians and people of mixed race and which now faced forced removal to the rural periphery of the city. In other words they were settlements that in the mere fact of their being had radically undone apartheid spatial segregation and settlements that were, for that precise reason, most at risk of forced removal. Settlements further out towards the periphery of the city, where the majority of shack settlements are located, have tended to only make the decision to leave the ANC or the IFP and to join Abahlali when facing an eviction crisis. In and beyond the areas formerly reserved as African townships evictions are much less common and are generally a result of specific local factors, usually infrastructural developments such as the building of new roads.

The life of the movement has been through two phases since its foundation and it seems that it is about to enter a third phase. The first phase was characterised by state repression. From the moment of the founding road blockade

on 19 March 2005 until 28 September 2007, when a legal and peaceful march on the mayor was violently attacked by the police, the state refused to accept Abahlali baseMjondolo as a legitimate organisation. The movement began outside of civil society and in what Partha Chatterjee (CHATTERJEE, 2004) calls political society, or what Abahlali has called a fourth force outside of the NGO/state/party triad (GIBSON, 2008), for the simple reason that the people that founded it were on their own. It was kept there at gun point for 3 years.

Abahlali baseMjondolo was constantly subjected to brazenly unlawful state repression and paranoid slander. In some respects settlements that had collectively affiliated to the movement were treated as dissident territories by the police and there were instances where settlements were occupied by the military at times of heightened tension. Abahlali Protests were unlawfully banned and then attacked when they went ahead in defiance of bans. Well known members were forced out of their jobs, there were more than two hundred arrests and all kinds of other forms of police harassment including the use of police violence to physically prevent the movement from taking up invitations to debate politicians on radio and television.

The only offer made to the movement by the state¹⁷ during this time was that their members would be granted the ear of the state if they gave up their autonomy and joined Shack Dweller's International but would face arrest if they continued on their own. When this offer was immediately and publicly refused on radio S'bu Zikode and Philani Zungu, at that time President and Deputy President of the movement respectively, were immediately arrested and subject to torture at the hands of the police.

The slander directed at the movement by the state at this time most often took the form of alleging a political conspiracy by a white agent of a foreign government tasked with destabilizing the country. Although at times it got still more bizarre. At one point it was declared by the Branch Executive Committee of the ANC in Clare Estate that S'bu Zikode was an "evit(sic) spirit flying around to terminate good" (CELE, 2006).

From the beginning the state was wholly unsuccessfully in its attempts to slander the movement. It was decided early on that all Abahlali meetings would

¹⁷ Although it should be noted that there was always, often off the record, negotiations, some successful, with individuals in some state organisations such as the municipal fire and refuse departments, social workers and so on.

be open to everyone who wished to attend them and this openness, together with clear and scrupulously honest communication with the media and an eloquent and widely published defence of the right to dissent by S'bu Zikode (2005), was very effective in making the state's paranoia look ridiculous.

The unlawful banning of protests was eventually stopped in the High Court with *pro bono* legal support. But police repression, which was often highly racialized in the suburbs that had been reserved for people classified as Indian under apartheid, continued unabated despite mobilization and legal action against the police and regular media coverage of police violence that was overwhelmingly sympathetic to Abahlali.

By the end of this period of repression the vast majority of active Abahlali members saw themselves as separate from and opposed to the ANC and the refusal to vote in the 2006 local government elections had widened into a general refusal of all forms of party and electoral politics. The targets of Abahlali's actions slowly moved from local councillors, to the mayor and the Municipal government, and then the provincial government.

Despite the difficulties faced by the movement from October 2005 until September 2007 a considerable amount was achieved. The movement was able to continue to grow and to achieve a remarkable access to public voice. For the first time shack dwellers, who had been rendered a politically inert category after apartheid, emerged on the national stage as political actors acting in their own name as a rational and speaking presence in the media¹⁸ independent from party and NGO control. They were able to, to use Emilio Quadrelli's (2007) phrase, assert themselves as autonomous 'grassroots political militants'. Despite the ongoing repression this self assertion was accompanied by a tremendous sense of collective excitement.

In practical terms Abahlali was able to reach a point of being able to successfully resist evictions in all the settlements where they were strong, to build and defend new shacks, to openly undertake and successfully defended their expansion of existing shack settlements, to win access to various state services outside of party patronage, to set up crèches and various mutual support projects, to (illegally) safely connect thousands of people

¹⁸ A number of Abahlali activists have become well known protagonists in debates in the popular media. Many of them are very young and many of them are women.

to electricity, to vigorously contest police oppression, to democratise the governance of a number of settlements to win sustained unmediated access to voice in the popular media, to defend the right to dissent against local party elites, to contest the withholding of welfare as a punishment for dissent and to fight a high profile battle for land and housing in the towns and cities. They were also able to protect their autonomy and rejected party politics, the councillor system and NGOisation¹⁹ in favour of what they have called a (non-party and non-electoral) ‘politics of the poor’ and ‘a living politics’. Perhaps the most important idea in the understanding of the politics of the poor that has been developed in the movement is that shack dwellers should organise themselves and think and speak for themselves, that shack dwellers should no longer be ‘ladders’ for the politically ambitious but should fully own their own politics and own it in common. The central idea in the understanding of a living politics is that politics should not be something imposed on people from above via sterile and often alienating dogma but should rather be something that, in its discourse and practice, emerges from and speaks to the immediate life world of shack dwellers.

But the declaration of Abahlali baseMjondolo as a university was a signally unique intervention into the South African political landscape where ‘left’ political education is usually something undertaken by NGOs in access controlled conferences venues in English during working hours and with an overwhelmingly economic orientation that tends to ignore the politics of politics. The power relations in these situations are often highly racialised and gendered and are always deeply classed. But here a mass movement of the poor had decided to educate itself where its militants live and struggle in the languages that they speak via ongoing careful collective reflection on its experiences of oppression and resistance. Like Joseph Jacotot the University of Abahlali baseMjondolo is concerned “not with the emancipation given by scholars, by their explications at the level of the people’s intelligence, but with the emancipation seized, even against the scholars, when one teaches oneself” (RANCIERE, 1991). For the first time in post-apartheid South Africa the

¹⁹ This has often meant rejecting offers of money made to individual Abahlali leaders by NGOs. In this regard the practice of left NGOs associated with the World Social Forum has often been indistinguishable from those associated with USAid, the World Bank etc.

political form as well as the economic content of neo-liberalism was facing an uncompromising popular challenge.

The university has a formal and structured aspect with computer classes, annual graduation ceremonies and so on. But it also has a fluid and dynamic aspect in so far as it also refers to the ongoing general practice of organised and very formal collective reflection on the lived experience of oppression and resistance.

An important aspect of the declaration of the movement as a university was that it created not just a space to think but also a space to nurture, support and affirm popular intellectuality with the result that Abahlali become able to call meetings and initiate campaigns in which those NGOs, academics and lawyers willing to work with a grassroots movement on the basis of mutual respect, rather than, as is more typical, on the basis of an assumed right to lead and to dominate grassroots organisations, could work with the movement. The first campaign developed in this way was against the Slums Act – a clear case of bloody legislation against the expropriated. The Slums Act was first proposed and passed in the province of KwaZulu-Natal and was meant to be replicated in other provinces. The Act essentially criminalises the unlawful occupation of land and, in a blatant return to apartheid and colonial tactics, also criminalises any resistance to evictions, any form of shack dwellers' organisation that occupies land unlawfully and raises money via a membership fee (as Abahlali does – annual membership is 1 US dollar) and recommends the formation of transit camps to which shack dwellers should be evicted²⁰. The process of resistance to the Slums Act, a process incited by and organised by Abahlali, has resulted in mass mobilisation, public debate and an ongoing legal battle to have the act declared unconstitutional.

It slowly became clear that the movement had entered a second phase after the attack on the march in September 2007. This attack was witnessed by the local Anglican and Methodist bishops who strongly condemned it²¹ and it was also condemned by international human rights organisations. Some Abahlali members assumed that this may have provoked the change in attitude on the part of the state. Others thought it was the fact that Abahlali had withstood

²⁰ The full text of the act and various responses to it are online at <http://abahlali.org/node/1629>

²¹ While the movement has received strong support from a number of church leaders, especially Anglican Bishop Rubin Philip, the Catholic Cardinal, Wilfred Napier, has sided with the state.

the assault and still others thought that perhaps the state had decided to make an accommodation with the movement before the 2010 Fifa World Cup in order to avoid the risk of mass protests at the event.

Unlawful police repression stopped²², and the state gave up on the agitator thesis and began to develop a very good understanding of who the key people were in each settlement and branch²³. At the same time negotiations began with city officials in Durban. While officials were locked into a technocratic paradigm they did not share the paranoia and crude authoritarianism of the politicians and, although a slow process, it was possible to find common ground. As Souza's work shows so well once some kind of potentially positive interaction becomes possible with the state "Taking part in institutionalized state-led participatory processes is a 'risky business, and the more the ruling party (or parties) is efficient in providing effective participatory channel and forums, the bigger is the risk for social movements" (SOUZA, 2006).

In the beginning there were explicit attempts to persuade Abahlali to 'shift from a political discourse to a development discourse.' This was refused. There was also an explicit demand, as used to happen under apartheid, that, in order for the negotiations to proceed, Abahlali would have to undertake to prevent the expansion of the existing settlements. This was also refused. For a while there was something of a stand off but once Abahlali had secured the right to remain political, to continue with mass mobilisation outside of the negotiations, and to expand and develop settlements according to people's needs the negotiations could continue. Abahlali was particularly concerned about co-option and insisted that large numbers of people would attend each meeting (at least 2 from each of the 14 settlements then collectively affiliated to the movement in the city of Durban). In order to insure intellectual autonomy from the process rotating delegates were elected for each meeting with the City, each meeting with the City officials was preceded and followed by an open Abahlali meeting at which all the issues were carefully discussed and it was made clear that decisions would only be taken at these meetings. It was also decided to

²² But it must be noted that the police have continued to harras the movement when they can do so in terms of the law. For instance they continue to remove illegal electricity connections and to seek the arrest of people installing these.

²³ This became apparent from the questions that the National Intelligence Agency (NIA) would ask people.

keep some of the best and most respected activists entirely outside of the negotiations to ensure that the movement could retain its intellectual autonomy from the process.

The negotiations were around development in terms of housing and services and so only the 14 settlements that had collectively affiliated to the movement in Durban could participate. However when new areas to the movement came under threat of eviction Abahlali threatened to withdraw from the negotiations if evictions went ahead. This proved to be effective.

The negotiations were slow and at one time Abahlali withdrew in protest at the lack of progress. During this time the movement found that there was a general decline in active mass participation due to the decline in repression and the fact that there were no longer threats of eviction. Although support for the movement, in terms of membership continued to grow much of the new membership was largely passive. Furthermore the new areas that joined often tended to join in a time of crisis, usually a threatened eviction, and to then become passive once that threat was seen off. But the fact that police harassment and eviction pressure had eased off did make it possible for the movement to become less reactive and to take up a wider range of issues, like electricity and fires, school fees, developing crèches and community gardens etc. And when there was a need to call the membership into action it was still possible to mobilise effectively and to be hegemonic with popular consent in the affiliated settlements.

This became most apparent during the pogroms in May 2008 in which African migrants were attacked and hounded out of shack settlements across the country. Abahlali baseMjondolo took a decision to shelter and defend all people born in foreign countries and were able to ensure that there was not a single attack in any of the settlements affiliated to the movement (GIBSON, 2008; NEOCOSMOS, 2008), and even to stop two in progress attacks (one the in the Kenville settlement in Durban and the other in the Ash Road settlement in Pietermaritzburg) in settlements not affiliated to the movement.

In July 2008 Abahlali baseMjondolo launched a Cape Town branch and in September Abahlali baseMjondolo joined with the Western Cape Anti-Eviction Campaign in Cape Town, the Landless People's Movement in Johannesburg and a new church linked rural movement in KwaZulu-Natal, the Rural Network, to form the Poor People's Alliance. How the alliance would work

given both the geographic distance between Durban, Cape Town and Johannesburg and the fact that it has no donor funding is not clear. In the past, when Abahlali baseMjondolo was only operating in the province of KwaZulu-Natal, it often proved very difficult to keep the struggles in Durban and Pietermaritzburg sufficiently connected. If the new national alliance is to succeed it may well be necessary to seek non-dominating donor support in order to have the material basis to sustain a 'living solidarity'.

At the time of writing (January 2009) Abahlali baseMjondolo and the Durban Municipality are about to announce a deal which will, assuming all goes well, result in the *in-situ* participatory upgrading of three settlements and the provision of some basic services to 14 settlements. If this deal goes ahead as expected it will mark the beginning of a third phase in the life of the movement.

It will mark a number of major victories including a decisive break with the spatial logic of apartheid (the settlements to be upgraded are in the inner suburban core), an acknowledgment that settlements need services and that development is not an all or nothing once off event limited to 'delivering housing opportunities' and a recognition that development can be a collaborative process between communities and the state.

However it will raise a number of major challenges for the movement. In so far as it will mark the transition of the movement from political society to civil society there will be an increased danger of co-option. It may also become difficult for a movement founded on the common situation of all its members to negotiate the complexities of a range of very different situations. Furthermore, in settlements where the ANC still has a presence there has, in the past, been a clear tendency for concessions won for the state by Abahlali's action to be 'delivered' via local ANC structures even when the ANC is a small political minority within a settlement. Given that Abahlali allows political parties to freely contest for influence in settlements affiliated to the movement there is always the danger that, especially around election times, local party political elites will seek to re-enter local development to ensure that the benefits of this deal will be 'delivered' via ANC and in the interests of ANC structures.

The movement is also confronting some new challenges unrelated to this deal. They include the difficulties associated with growth, and in particular a local movement becoming national; an over dependence on some of the found-

ing members and the exhaustion of some of those members (the movement is actively working against this but, thus far, with limited success), the fact that some of the new areas have not had the same sense of responsibility for the movement that the founding areas have had, a marked increase in ethnic and national chauvinism following the mobilisation around Jacob Zuma that has on occasion led to assaults on the leadership of the movement from groups of young men opposed to the movement's cosmopolitanism²⁴. This has been linked to an increasing problem with crime. Criminals are a small minority in the settlements and are not organised into gangs and it is easy enough for local communities to deal with them. Most settlements have judicial arrangements that are largely organised around conflict resolution, and which often draw on traditional techniques in this regard, and which can be much more humane than the state's criminal justice system. But if repeated or severe anti-social behaviour is ultimately sanctioned by expulsion from the settlement there is sometimes a need to enforce this sanction. This poses a major problem as the police tend to treat all shack dwellers as criminals and to refuse to offer protection to shack dwellers from criminals. But when the police do apprehend criminals from the settlements for crimes committed against middle class people they have often offered to drop the charges in exchange for the criminals making allegations against activists. This means that any attempt at community policing places activists at serious risk from the state. However a failure to undertake community policing places communities, and at times the movement, at risk from criminals. Finally some members of the movement, including one key activist, have been strongly drawn to the new political party, the Congress of the People (COPE), formed by a breakaway faction in the ANC. These Abahlali members have argued that while it is clear that COPE does not pose an alternative to the ANC in terms of its class agenda it has taken a clear position against the descent into ethnic politics that has surrounded Jacob Zuma's recent campaigns and that this rejection of ethnic politics should be supported. At the time of writing Abahlali has scheduled a meeting of rep-

²⁴ These groups of young men have not been organized into political formations but they have been organized in the sense that the attacks have been planned and well co-ordinated. Abahlali has concluded that they are probably not linked to the state because the comments made during attacks have always been against the cosmopolitanism of the movement and not against its rejection of the ANC.

representatives from all of the 53 settlements where it now has members in the province of KwaZulu-Natal to decide whether to continue with its active boycott of electoral politics in the coming national elections or to decide to leave participation to the conscience of each member while keeping the movement as a whole outside of party politics.

CONCLUDING REMARKS

Abahlali baseMjondolo has constituted a significant challenge to the spatial and political logics of post-apartheid South Africa – both of which are premised on the exclusion of the poor. But at the same time as the state is making significant, although specific, limited and local concessions to the organised power of the movement it is rapidly escalating its general anti-poor discourse and seeking to put in place laws and policies that will increasingly treat urban poverty as a security problem rather than a question of justice. For instance monstrous ‘transit camps’, often located on the far edges of the urban periphery, and often highly carceral in nature²⁵, are increasingly being used to house people forcibly relocated from well located shacks. The transit camp rooms are usually very small (20 square metres as opposed to a post-apartheid state house at 30 square metres and an apartheid state house at just over 50 square metres) and extremely overcrowded. People moved there do not usually have any certainty about when or if they will ‘transit’ to some where else.

Clearly the state hopes to demobilise Abahlali baseMjondolo via the specific concessions that it is prepared to offer while simultaneously escalating repressive measures more generally. The movement is well aware of this and has determined to continue to oppose the turn to a more repressive state agenda and to assert the right to the cities for all. But given that Abahlali’s power is very much regional rather than national and that, so far, it has only been able to exercise effective pressure on the local councillors and municipal governments in Durban, Pietermaritzburg and Cape Town and the provincial government in KwaZulu-Natal, but not yet the national government, it may well be that the ability of the movement to effectively take on national government will depend on the fortunes of the Poor People’s Alliance. But the Poor People’s

²⁵ For a photo essay of the Delft transit camp in Cape Town by Kerry Chance visit <http://abahlali.org/node/4721>

Alliance confronts significant challenges. For instance it is not funded and there are all kinds of material barriers to working nationally without access to basic resources like the ability to make regular telephone calls. There are also significant differences in the political cultures of the movements that have formed the Alliance which will have to be carefully negotiated.

Important victories have been won over the last three years but the future, as they say, is wide open.

REFERENCES

- BALLARD, Richard. Middle Class Neighbourhoods or African Kraals? The impact of informal settlements on white identity in post-apartheid South Africa. *Urban Forum*, v. 15, n. 1, p. 48-73, 2004.
- BONNER, Philip. Eluding Capture: African Grass-roots Struggles in 1940s Benoni South Africa's In: DUBOW, Saul and JEEVES, Alan (Eds.) 1940's: worlds of possibilities Cape Town: Double Story, 2005. P. 170 – 191.
- BUTLER, Mark; NTSENG, David. Politics at stake: reflections on civil society; a note on stakeholder analysis. *Sanhati*, jul. 2008. Disponível em: <<http://sanhati.com/articles/902/>>. Acesso em: 17 November 2008
- CELE, S'phelele. Red T-shirts unsettle community. *The Rising Sun*, mar. 2006.
- CENTRE ON HOUSING RIGHTS AND EVICTIONS, See *Business as Usual: Housing Rights and 'Slum Eradication' in Durban, South Africa*. Disponível em: <<http://www.cohre.org/southafrica>>. Acesso em: 17 November 2008
- CHATTERJEE, Partha. *The Politics of the Governed: Reflection of Popular Politics in Most of the World*. Delhi: Permanent Black, 2004.
- CROSS, Catherine. Local Governance and Social Conflict. In: HUCHZERMEYER, Marie; KARAM, Aly (Ed.). *Informal Settlements: A perpetual challenge?* Cape Town: University of Cape Town Press, 2006. P. 250-273.
- EDWARDS, Iain. Cato Manor, June 1959: Men, Women, Crowds, Violence, Politics and History. In: MAYLAM, Paul; EDWARDS, Ian (Ed.). *The People's City: African Life in Twentieth Century Durban*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1996. P. 102-144.
- FANON, Frantz. *The Wretched of the Earth*. London: Penguin, 1976.
- GIBSON, Nigel. The Pitfalls of South Africa's 'Liberation'. *New Political Science*, v. 23, n.3, P.371-387, 2001.
- GIBSON, Nigel. Upright and free: Fanon in South Africa, from Biko to the shackdwellers movement (Abahlali baseMjondolo). *Social Identities*, v. 14, n. 6, p. 683-715, 2008.
- HALLWARD, Peter. The Politics of Prescription. *South Atlantic Quarterly*, v. 104, n. 4, p. 769-789, 2005.
- HELLER, Patrick. Moving the State: The Politics of Democratic Decentralization in Kerala, South Africa and Port Alegre. *Politics and Society*, v. 21, n.1, P. 131-163, 2001.
- HUCHZERMYER, Marie. A Legacy of Control? The Capital Subsidy for Housing, and Infor-

mal Settlement Intervention in South Africa. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 27, n. 3, pp 591-612, 2003.

_____. *Unlawful Occupation: Informal Settlements and Urban Policy in South Africa and Brazil*. Trenton, New Jersey: African World Press, 2004.

MAYLAM, Paul. Introduction. In: MAYLAM, Paul; EDWARDS, Ian (Ed.). *The People's City: African Life in Twentieth Century Durban*. Pietermaritzburg: University of Natal Press, 1996. P. 1-32.

NEOCOSMOS, Michael. Civil society, citizenship and the politics of the (im)possible: re-thinking militancy in Africa today. *Abahlali baseMjondolo Website*. 2007 Disponível em: <<http://www.abahlali.org>>. Acesso em: 17 November 2008.

_____. The Politics of Fear and the Fear of Politics: Reflections on Xenophobic Violence in South Africa. *Journal of Asian and African Studies*, v. 43, p. 586-594, dez., 2008.

PATEL, Raj. A Short Course in Politics at the University of Abahlali baseMjondolo. *Journal of Asian and African Studies*, v. 43, n. 1, p. 95-118, 2008.

PITHOUSE, Richard. Struggle is a School: The rise of a shack dwellers' movement in Durban, South Africa. *Monthly Review*, v. 57, n. 9, 2006. Disponível em: <<http://www.monthlyreview.org/0206pithouse.htm>>. Acesso em: 17 November 2008.

PILGER, John. The Struggle Against Apartheid Has Begun Again In South Africa. *Z Net*, 12 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.zmag.org/zspace/commentaries/3459>>. Acesso em: 17 November 2008.

QUADRELLI, Emilio. Grassroots Political Militants: Banlieusards and Politics. *Mute Magazine*, 30 mai. 2007. Disponível em : <<http://www.metamute.org/en/Grassroots-political-militants-Banlieusards-and-politics>>. Acesso em: 17 November 2008.

RANCIERE, Jacques. *The Ignorant Schoolmaster: Five Lessons in Intellectual Emancipation*. Stanford: Stanford University Press, 1991.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Together with the state, despite the state, against the state: Social movements as 'critical urban planning' agents*. *City*, v. 10, n. 3, p. 327-342, 2006.

_____. Urban Development on the Basis of Autonomy: a Politico-philosophical and Ethical Framework for Urban Planning and Management. *Ethics, Place and Environment*, v. 3, n. 2, p. 187-201, 2000.

STADLER, Alf. Birds in the Cornfield: Squatter Movements in Johannesburg 1944-194. *Journal of Southern African Studies* (Special Issue on Urban Social History), v. 6, n. 1, p. 93-123, 1979.

TOLSI, Niren. Slumming it with the NGO jet-set. *Mail & Guardian*, 20 out. 2008. Disponível em: <<http://www.mg.co.za/article/2008-10-20-slumming-it-with-the-ngo-jetset>>. Acesso em: 17 November 2008.

ZIKODE, S'bu. *We are the Third Force*, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.abahlali.org/node/17>>. Acesso em: 17 nov. 2008.

Recebido em: 20/02/2009

Aceito em: 02/04/2009

eure

REVISTA LATINOAMERICANA DE ESTUDIOS URBANO REGIONALES

Volumen XXXV

Número 104

Abril 2009

TEMA CENTRAL: GOBERNANZA URBANA Y REGIONAL: PROBLEMAS Y DESAFÍOS

- La democracia en el filo de la navaja: límites y posibilidades para la implementación de una agenda de reforma urbana en Brasil**
Raquel Robnik 5
- Dispersión urbana y nuevos desafíos para la gobernanza (metropolitana) en América Latina: el caso de Santiago de Chile**
Dirk Heinrich, Henning Nuisl y Claudia Rodríguez S. 29
- Diretrizes para a gestão metropolitana no Brasil**
Ronaldo Guimarães 47
- Estrategias territoriales recientes en Venezuela: ¿reordenación viable de los sistemas territoriales o ensayos de laboratorio?**
José Rojas López y Nubis Pulido 77
- La gobernabilidad metropolitana de Santiago: la dispar relación de poder de los municipios**
Arturo Orellana 101

OTROS TEMAS

- Los tres Méxicos: análisis de la distribución espacial del empleo en la industria y los servicios superiores, por tamaño urbano y por región**
Isabel Angoa, Salvador Pérez-Mendoza y Mario Polèse 121

EURE RESEÑAS

- Marco Córdova Montúfar (Coord.)
Lo urbano en su complejidad: una lectura desde América Latina
Antonio Villarruel 145
- Edgar Moncayo Jiménez
Impactos territoriales de la globalización. Una perspectiva macro-sectorial
Luis Riffo 150

- EURE INFORMA** 152

eure

JOURNAL OF LATIN AMERICAN URBAN AND REGIONAL STUDIES

Volume XXXV

Number 104

April 2009

CENTRAL TOPIC: URBAN AND REGIONAL GOVERNANCE. PROBLEMS AND CHALLENGES

- Democracy on the edge: limits and possibilities for the implementation of an urban reform agenda in Brazil**
Raquel Rolnik 5
- Urban sprawl and new challenges for (metropolitan) governance in Latin America: the case of Santiago de Chile**
Dirk Heinrich, Henning Nuissl and Claudia Rodríguez S. 29
- Procedures to metropolitan management in Brazil**
Ronaldo Guimarães 47
- Recent territorial strategies in Venezuela: are they viable reorganizations of territorial systems or laboratory trials?**
José Rojas López and Nubis Pulido 77
- Metropolitan governance in Santiago: the uneven power relationship between municipalities**
Arturo Orellana 101

OTHER TOPICS

- The three Mexicos: An analysis of the spatial distribution of employment in high-order services and manufacturing by city-size and region**
Isabel Anjoa, Salvador Pérez-Mendoza and Mario Polèse 121

EURE REVIEWS

- Marco Córdova Montúfar (Coord.)
The urban in all its complexity: a view from Latin America
Antonio Villarruel 145
- Edgar Moncayo Jiménez
The spatial impacts of globalization: a macro-sectorial perspective
Luis Riffo 151

- EURE INFORMATION** 153

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

À revista **CIDADES**, podem ser propostos para publicação: artigos científicos, ensaios teóricos, críticas bibliográficas, entrevistas, traduções de textos clássicos e discussão de conceitos.

A aceitação de textos propostos para publicação será orientada pelos seguintes parâmetros:

Artigos científicos que interessem, sobretudo à reflexão teórico-metodológica, resultantes ou não de pesquisas empíricas e, nestes casos, com seus resultados finais.

Ensaio crítico sobre temas, obras, autores etc., que contenham clara contribuição dos autores dos ensaios.

Críticas bibliográficas que não se constituam, de fato, em notas ou notícias bibliográficas, ou seja, revelem capacidade de seus autores em contextualizar as obras analisadas no âmbito da produção intelectual.

Divulgação de textos clássicos, que tenham desempenhado importante papel na evolução do pensamento e da pesquisa sobre o urbano e a cidade.

Textos com sínteses sobre conceito(s) que importa(m) à compreensão da cidade e do urbano, nos quais se recuperem os autores que mais contribuíram para essa elaboração e/ou os consensos e dissensos existentes acerca dele(s).

Resultados parciais de pesquisas em andamento, reflexões teórico-metodológicas de caráter inicial ou textos que resultem de compilação bibliográfica, sem que se revele claramente a contribuição do autor, não serão aceitos para publicação.

INSTRUÇÕES PARA A APRESENTAÇÃO DE TEXTOS

Os artigos científicos devem ter, no máximo, 25 páginas (tamanho A4), digitados em formato Microsoft Word, com espaçamento 1,5 entrelinhas, fonte *Times New Roman* tamanho 11 e sem recuos e espaçamento de parágrafos. Para as outras modalidades, as normas são as mesmas, com exceção da extensão máxima dos textos, que se define da seguinte forma: 15 páginas para discussão de conceitos e entrevistas, 25 páginas para traduções de textos clássicos e 06 páginas para críticas bibliográficas. Nesse total de páginas, devem ser computadas tabelas, figuras e referências ou bibliografia.

Todos os textos devem ser enviados em três cópias impressas e em versão digital (CDROM), acompanhados de uma folha em que conste: nome(s) do(s) autor(es), filiação acadêmica, data de elaboração do artigo e endereço para correspondência (postal e eletrônico).

Os artigos científicos devem ter obrigatoriamente um resumo de, no mínimo, 100 pala-

vras e, no máximo, 150 palavras, em português e inglês. A critério do autor, poderá ser enviado um terceiro resumo em francês, espanhol ou alemão. O título e as palavras-chave (máximo 5) também deverão ser traduzidas para a língua inglesa e, se for o caso, para a outra língua estrangeira em que o resumo for apresentado.

As referências a autores, nos textos a serem publicados na revista, deverão ser feitas no corpo do texto, indicando-se o sobrenome em caixa alta ou caixa alta e baixa, segundo os casos, seguido do ano de publicação da obra. Exemplo: (SILVA, 2007), Silva (2007). Havendo mais de uma obra com o mesmo sobrenome, publicada no mesmo ano, deverão ser acrescentadas as letras do alfabeto em minúsculo, após o ano da publicação, por ordem de citação nas referências apresentadas ao final do texto. Exemplo: (SILVA, 2007a), (SILVA, 2007b), (SILVA, 2007c).

As citações literais de trechos de textos de outros autores, se tiverem até três linhas, devem manter-se no corpo do texto entre aspas e, se tiverem mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4 cm, em fonte *Times New Roman* 11, sem aspas.

Expressões ou trechos de seu texto, aos quais o autor queira dar destaque, deverão ser grifados. O *itálico* deverá ser reservado às expressões mantidas em língua estrangeira. Exemplo: *tout court, e-mail, a priori*.

As figuras deverão ser encaminhadas impressas e no seu formato digital (JPG, GIF, TIF), numa resolução mínima de 300 dpi e não poderão exceder o tamanho de 23 x 16 cm. Os originais devem ser enviados sem moldura, com escala gráfica e legendas legíveis. Somente serão aceitas figuras coloridas se o autor arcar com os custos de impressão das páginas respectivas.

As referências e citações devem seguir as orientações da ABNT. É fundamental, que os nomes dos autores nas referências, ao final do texto, venham completos. Exemplo: SILVA, José Pedro da; SOUZA, Aline. Os títulos das obras devem vir destacados em itálico.

As notas devem ser inseridas no rodapé da página em que forem indicadas.

Será responsabilidade do autor a correção ortográfica e sintática do texto. Nos casos em que a Comissão Editorial e/ou os membros do Conselho Científico indicarem a necessidade de revisão, os custos serão cobrados dos autores. Recomenda-se recorrer a especialistas para a correção dos resumos em outros idiomas e não utilizar *softwares* para a tradução.

O conteúdo e as opiniões expressos pelos autores dos textos são de sua exclusiva responsabilidade, não representando necessariamente a opinião dos membros da Comissão Editorial e do Conselho Científico da revista CIDADES.

A seleção dos textos será realizada por dois pareceristas do Conselho Científico. Nos casos em que não houver consenso no parecer, a arbitragem será decidida por meio de parecer de um membro da Comissão Editorial. No processo de seleção, consideram-se três situações: texto aprovado para publicação, texto reencaminhado ao autor para modificações ou texto recusado. Os textos, após modificados pelos autores, serão encaminhados aos mesmos pareceristas que avaliaram a primeira versão.

A revista não tem condições de pagar direitos autorais nem de distribuir separatas. Cada autor receberá três exemplares do número em que for publicado seu trabalho.